

SINDICALISMO E  
ASSOCIATIVISMO DOS  
TRABALHADORES EM  
EDUCAÇÃO NO BRASIL

CARLOS BAUER

MARIA INÊS PAULISTA

CÁSSIO DINIZ

(ORGS.)

**Sindicalismo e Associativismo  
dos Trabalhadores em Educação  
no Brasil**

**Carlos Bauer, Cássio Diniz  
e Maria Inês Paulista (orgs.)**

©2013 Carlos Bauer, Cássio Diniz e Maria Inês Paulista (orgs.)

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

---

B3261 Bauer, Carlos; Diniz, Cássio; Paulista, Maria Inês (orgs.).  
Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil/  
Carlos Bauer, Cássio Diniz e Maria Inês Paulista (orgs.). Jundiaí, Paco  
Editorial: 2013.

208 p. Inclui bibliografia. Inclui imagens e tabelas.

ISBN: 978-85-8148-236-1

1. Associativismo 2. Sindicalismo 3. Trabalhadores 4. Educação. I. Bauer,  
Carlos; Diniz, Cássio; Paulista, Maria Inês (orgs.)

---

CDD: 300

### Índices para catálogo sistemático:

Ciências Sociais	300
Sindicalismo-Sociologia	306.347

IMPRESSO NO BRASIL  
PRINTED IN BRAZIL  
Foi feito Depósito Legal

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658  
Ed. Altos do Anhangabáú 2º Andar, Sala 21  
Anhangabáú - Jundiaí-SP - 13208-100  
11 4521-6315 | 2449-0740  
contato@editorialpaco.com.br

# SUMÁRIO

<b>1. O Sindicato na Sociedade Capitalista e a Exterioridade do Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil.....</b>	<b>05</b>
<i>Carlos Bauer, Maria Inês Paulista e Cássio Diniz</i>	
<b>2. Categoria Profissional e Base Municipal nas Raízes da Fragmentação Sindical.....</b>	<b>65</b>
<i>Sadi Dal Rosso</i>	
<b>3. O Associativismo e o Sindicalismo de Trabalhadores em Educação na Voz dos Seus Protagonistas – Reflexões Desde a Ótica de Uma Pesquisadora.....</b>	<b>81</b>
<i>Márcia Ondina Vieira Ferreira</i>	
<b>4. O Debate das Ideias ou a Carcaça da História.....</b>	<b>97</b>
<i>Celso Carvalho</i>	
<b>5. Movimento Sindical e Suas Perspectivas Para o Século XXI.....</b>	<b>109</b>
<i>Arminda Rachel Botelho Mourão</i>	
<b>6. A Função do Jornal na (In)Formação da Base Sindical: o Caso da Udemo.....</b>	<b>123</b>
<i>Miguel Russo e Héliida Lança</i>	
<b>7. O Jornal 30 de Agosto na Construção da Memória Sindical dos Professores do Estado do Paraná: 30 de Agosto de 1988, um Ato no Contexto de Reorganização e Mobilização Docente.....</b>	<b>137</b>
<i>Wagner Tauschbeck</i>	
<b>8. Da Insatisfação à Criação da Ute/Mg: Quando os Sujeitos Despertam a Sua (Possível) Consciência.....</b>	<b>153</b>
<i>Cássio Diniz e Carlos Bauer</i>	
<b>9. Sindicalismo Docente Universitário na América Latina: História e Embates Políticos na Contemporaneidade (1990-2010)...</b>	<b>169</b>
<i>Carlos Bauer, Suelen Pontes e Emerson Feliciano Mathias</i>	
<b>Sobre os Autores.....</b>	<b>203</b>

*Quando aumenta a repressão, muitos desanimam.*

*Mas a coragem dele aumenta.*

*Organiza sua luta pelo salário, pelo pão*

*e pela conquista do poder.*

*Interroga a propriedade:*

*De onde vens?*

*Pergunta a cada idéia:*

*Serves a quem?*

*Ali onde todos calam, ele fala*

*E onde reina a opressão e se acusa o destino,*

*ele cita os nomes.*

*À mesa onde ele se senta*

*se senta a insatisfação.*

*À comida sabe mal e a sala se torna estreita.*

*Aonde o vai a revolta*

*e de onde o expulsam*

*persiste a agitação*

**Bertold Brecht, Elogio do Revolucionário**

*Há homens que lutam um dia, e são bons;*

*Há outros que lutam um ano, e são melhores;*

*Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;*

*Porém há os que lutam toda a vida*

*Estes são os imprescindíveis*

**Bertold Brecht, Há Homens Que Lutam Um Dia...**

# 1

## O SINDICATO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A EXTERIORIDADE DO SINDICALISMO E ASSOCIATIVISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Carlos Bauer  
Maria Inês Paulista  
Cássio Diniz

Em 20 e 21 de setembro de 2012, organizamos, na cidade de São Paulo, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (Uninove), um encontro de pesquisadores tendo como principal finalidade planejar a realização do IV Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação – Aste, que viria a ocorrer, em abril de 2013, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Igualmente foram objetivos do evento:

- Promover e ampliar pesquisas sobre origens e desenvolvimento de associações e sindicatos em educação;
- Possibilitar o intercâmbio entre pesquisadores de distintos países sobre o tema Associativismo e Sindicalismo dos docentes e demais trabalhadores em educação;
- Consolidar um espaço de discussão interdisciplinar sobre as associações e sindicatos dos docentes e demais trabalhadores em educação;
- Oferecer subsídios para o fortalecimento das lutas travadas pelos trabalhadores em educação.

A Rede promove a participação institucional de todos os assistentes aos seminários. Podem se incorporar grupos de pesquisa brasileiros cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pesquisadores e grupos de pesquisa de outros países e organizações de trabalhadores em educação.

A Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação é um espaço aberto endereçado a pesquisadores,

a centros e núcleos de pesquisas, sindicalistas, trabalhadores da educação e estudantes que se dedicam ao tema Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação e que buscam debater e divulgar suas produções. Considerando seu amplo escopo e os diferentes recortes e abordagens possíveis, inclusive sob o ponto de vista teórico-metodológico, a Rede arresta como eixo unificador a organização política dos trabalhadores da educação.

A realização do encontro Rumo IV Seminário Internacional da Rede ASTE também nos ofereceu uma excelente oportunidade para que pudéssemos refletir sobre a história do sindicato na sociedade capitalista e a exterioridade do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil.

O sindicato é um dos movimentos organizados pela classe operária que surge na Revolução Industrial. Em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1844-45)*<sup>1</sup>, Engels (2008, p. 63) observou que a situação da classe operária é a base real na qual emergiu a noção de movimentos operários e sindicatos. E esses movimentos eclodiram de forma organizada e na legalidade a partir de 1824. Anteriormente, era proibida por lei toda e qualquer organização de trabalhadores na Inglaterra; com o direito à livre associação, obtiveram rapidamente grande poder, se estruturando por todo país. Assim, surgiram os sindicatos, formados em todas as seções da indústria com o objetivo de proteger o operário isolado contra a tirania da burguesia. Entretanto, na história dos sindicatos, o que se revela é que sua atuação foi conflituosa em muitos períodos e em diferentes sociedades.

Anteriormente, na Inglaterra, berço do capitalismo, era proibido por lei toda e qualquer organização de trabalhadores. O direito à livre associação foi obtido, em que pese toda repressão e agruras reinantes no período, quando,

(...) em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associação, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes. Em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizações semelhantes (*trade unions*), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. Eram suas finalidades fixar o salário, negociar *en masse\**, *como força*, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho; por isso, trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem. (Engels, 2008, p. 250)

---

1. Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1844-45)*, 2008.

Ainda de acordo com as palavras de Engels (2008, p. 251), a história destas associações é uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias isoladas e isso se explica pelo desenrolar da organização dessas associações. Em princípio, as mesmas começaram a negociar com os empregadores tópicos como a regulamentação da taxa de salários segundo o lucro dos empregadores, tentaram uma escala de salários a serem universalmente aceitos e organizaram greves<sup>2</sup> de empregados dos patrões que se recusavam a aceitar a escala.

A estrutura inicial dos primeiros sindicatos ingleses contou, inicialmente, com presidente e um secretário que, eleitos pela associação, recebiam um salário. Organizavam um comitê que coletava as contribuições semanais e velavam pela utilização dos recursos para os propósitos da associação. Nesse período já se verificava a existência de greves parciais, ou rebeliões, e também a existência de muitos trabalhadores que não se associavam aos sindicatos e que não participavam das ações em grupo, caracterizados por Engels como ovelhas negras ou fura-greves. Marx e Engels (2009, p. 50) asseveram que, às vezes, os operários são vitoriosos, mas apenas por um curto tempo. O fruto real de suas lutas não está no resultado imediato, mas na união sempre crescente dos operários.

Embora contando com dificuldades em sua organização e participação, o papel dos sindicatos foi analisado por Marx (2008, p. 63), também enfatizando que

(...) o valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. Os operários se unem para se colocar em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de compra e venda de seu trabalho.

---

2. A Greve é a forma mais difundida através da qual se expressa o conflito industrial organizado, ela consiste na abstenção organizada do trabalho de um grupo mais ou menos extenso de trabalhadores. A greve é sempre uma ação coletiva que exige um grau, embora mínimo, de organização. Além disso, esta ação assume sempre outras formas de luta (piquetes, passeatas, etc). A greve tem sido frequentemente considerada uma arma essencial na luta de classes, de fato, não é somente uma prova de força no confronto com o adversário. Antes de tudo, pode ser um fator de identidade, um elemento que permite ao grupo dos trabalhadores, que participam da greve, se reconhecerem como classe em oposição a outra classe. No fim do século XIX e no início do século XX, as massas operárias procuravam através de a greve conseguir, não somente um melhoramento das próprias condições de salário e de trabalho, mas também a extensão do sufrágio. Ainda hoje muitos movimentos operários se servem da greve (especialmente a Greve geral) para impor ao Estado a adoção de políticas econômicas e sociais ou de leis a eles favoráveis. Disponível em: Dicionário de política Norberto Bobbio, p. 579-581. <[http://www.pgcsiamspe.org/Mario\\_Porto/02-DicionarioDePolitica.pdf.pdf](http://www.pgcsiamspe.org/Mario_Porto/02-DicionarioDePolitica.pdf.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2012.



Os sindicatos organizados como conhecemos têm sua origem nas corporações de ofício<sup>3</sup> na Europa medieval e durante a Revolução Industrial em meados do século XVIII, que se juntavam nas sociedades de socorro mútuo. Durante a Revolução Francesa, as ideias liberais<sup>4</sup> não apoiavam a atividade sindical e como exemplo aprovou a lei Chapelier<sup>5</sup>.

No entanto, a partir de meados do século XIX, os sindicatos adquiriram expressão e puderam ter reconhecida sua legalidade. Sua finalidade era a de lutar contra a opressão exercida pelos patrões e disciplinar a concorrência entre os próprios trabalhadores. Para a burguesia, o capital representa o poder social concentrado, enquanto que o único poder social dos trabalhadores é o seu poder numérico e constata-se esta força quando as greves são realizadas, quando os trabalhadores se unem para requisitar direitos.

---

3. Corporações de ofício. Associação profissional de comerciantes ou artesãos da Idade Média. Conhecidas também como confrarias, grêmios, fraternidades ou guildas, as corporações situavam-se nas cidades e comunas medievais. Desenvolveram-se entre os séculos XII e XIV, acompanhando o processo do renascimento comercial. A corporação controlava a qualidade da produção artesanal de seus membros, determinava o preço das mercadorias, fiscalizava o aprendizado de ajudantes e realizava exames de capacitação para o aprendiz tornar-se mestre artesão e poder ingressar na corporação. As corporações também tiveram importante papel político. Muitas cidades eram totalmente controladas pelas corporações dos comerciantes; estes impediam a participação político-administrativa das associações artesanais, que se sublevaram várias vezes contra isso. Em troca de privilégios, muitas corporações apoiaram os reis na luta contra os senhores feudais, durante o processo de formação dos Estados Nacionais. Disponível em: <<http://introducaoeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012, p. 134.

4. Liberalismo. Doutrina que serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII, e à luta pela independência dos Estados Unidos. Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência, amparada no absolutismo monárquico, o liberalismo defendia: 1) a mais ampla liberdade individual; 2) a democracia representativa com separação e independência entre três poderes (executivo legislativo e judiciário); 3) o direito inalienável à propriedade; 4) a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social. Segundo o princípio do *laissez-faire*, não há lugar para a ação econômica do Estado, que deve apenas garantir a livre-concorrência entre as empresas e o direito à propriedade privada, quando esta for ameaçada por convulsões sociais. Disponível em: <<http://introducaoeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012, p. 135-136.

5. Lei de Le Chapelier foi escrita e defendida por Isaac René Guy le Chapelier, proibindo os sindicatos, as greves e as manifestações dos trabalhadores. Alegando a defesa da “livre empresa” e da iniciativa privada, as penas a aplicar aos sindicalistas podiam ir desde avultadas quantias em dinheiro e privação de direitos de cidadania até à pena de morte. Disponível em: <<http://introducaoeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012, p. 337.

Engels (2008, p. 248) também observou e problematizou a revolta dos operários contra a burguesia, sinalizando que essa seguiu de perto o desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases. É necessário sublinhar, portanto, “que mesmo os atos mais violentos de hostilidade dos operários, aberta e sem disfarces contra a burguesia e os seus vassallos, não são senão a expressão, daquilo que a burguesia inflige aos operários às escondidas e perfidamente”.

O contrato firmado entre capital e trabalho não pode se assentar sobre condições justas, em uma sociedade que separa a propriedade sobre os meios materiais de vida, da força produtiva viva do trabalho.

A contradição entre essas forças provocavam a desunião e a concorrência inevitável entre os operários que muitas vezes ficam sem trabalho. Essa concorrência se expressava na grande quantidade de operários de reserva que eram aproveitados pela burguesia em ocasiões de greves.

Engels (2008, p. 274) analisa essa concorrência explicitando que:

O que dá a essas associações (os sindicatos) e as greves que elas organizam a sua verdadeira importância, é que elas são a primeira tentativa dos operários para *abolir a concorrência*. Eles partem do justo princípio de que o domínio da burguesia não é fundado senão na concorrência dos operários entre si, quer dizer, na divisão do proletariado até ao infinito e na possibilidade de operar as diversas espécies de operários umas as outras.

Como organização de proletários, em seu início, o sindicato tinha uma atuação forte nas negociações de salários, no entanto, a luta entre a classe burguesa e a classe operária, acarretou posteriormente questões além da esfera econômica. De um lado os capitalistas que possuem todos os meios para o emprego do trabalho, e, de outro, operários que só contam sua força de trabalho, assim, a luta entre as duas grandes classes da sociedade capitalista se converteu em uma luta política.

Nesse aspecto, Engels, em seu artigo “The Labour Standart” – parte II, publicado, originalmente, no ano de 1881<sup>6</sup>, enfatizou que:

Em toda luta de classes, o fim imediato é a conquista do poder político: a classe dominante defende suas prerrogativas políticas, a maioria das quais asseguradas no corpo legislativo. A classe inferior primeiro luta por uma parte, depois pela totalidade do poder, para estar em condições de modificar as leis existentes em conformidade com seus interesses e necessidades

---

6. Engels, The Labour Standart. parte II. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

próprios. Na luta política de classe contra classe, a organização é a arma mais importante (...) grandes sindicatos representam um poder que todo governo da classe dirigente, seja liberal ou conservador, não pode ignorar.

Não se trata de valorizar as lutas políticas em detrimento das lutas econômicas, visto que elas representam uma unidade no processo da luta dos trabalhadores. A questão é o aprofundamento do caráter das reivindicações, que ultrapassem a satisfação imediata de um aumento de salário, para conquistas que venham a abolir a opressão da classe trabalhadora.

Algumas das conjecturas de Marx e Engels (2008, p. 49), presentes no Manifesto do Partido Comunista, revelam o poder de união dos trabalhadores:

Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas aumenta em número; ele se concentra em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele sente esta força. Os vários interesses e condições de vida dentro das fileiras do proletariado se igualam cada vez mais, à medida que a maquinaria apaga todas as distinções do trabalho, e quase toda parte reduz os salários ao mesmo nível baixo. A crescente competição entre os burgueses, e a crise comercial resultante, torna os salários dos operários ainda mais instáveis. A melhoria incessante das máquinas, cada vez mais rápida, torna suas condições de vida ainda mais precárias; os choques entre operários e burgueses individuais tomam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes. Os operários assim começam a formar associações (sindicatos) contra os burgueses; eles unem-se para manter o nível dos salários; descobrem associações permanentes para prepararem-se de antemão para estas revoltas ocasionais. Aqui e ali, a disputa estoura em rebeliões.

Os momentos em que o sindicato pode concentrar suas reivindicações são durante o período de negociação coletiva, sua função é a mesma em todos os países capitalistas, mas pode adotar formas significativamente diferentes. Os sindicatos tornaram-se os centros de organização da classe trabalhadora e uma das suas mais fortes prerrogativas é a greve.

A greve como ação coletiva, embora se constitua na abstenção organizada do trabalho, carregou consigo finalidades econômicas, políticas e sociais que transformaram as formas de lutas e reivindicações dos operários, ao longo do tempo. Na sociedade capitalista, como analisou Lênin (1979, p. 43), assumiu um caráter de classe de luta de classe. Desta forma, ele se pergunta: e o que é a greve e qual o seu significado para a classe operária? E nos esclarece:

Significa a luta da classe operária contra esta estrutura da sociedade capitalista. Quando operários despojados que agem individualmente enfrentam os capi-

talistas, isto equivale à completa escravização dos operários, porém quando esses operários desapossados se unem a coisa muda. (...) quando os operários levantam juntos em suas reivindicações e se negam a submeter-se a quem tem a bolsa de ouro, deixam de ser escravos, convertem-se em homens e começam a exigir que seu trabalho não sirva somente para enriquecer a um punhado de parasitas, mas que permita aos trabalhadores viver como pessoas. (...) As greves infundem tal espanto aos capitalistas porque começam a fazer vacilar seu domínio. (...) Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo de provações.

Tradicionalmente, as análises sobre os movimentos sindicais priorizam as disputas e conflitos, que se processam ao longo das negociações salariais, das discórdias, a não aceitação patronal das pautas de reivindicações operárias, assim como os movimentos e as paralisações operados pelos trabalhadores.

Engels (2008, p. 248) problematiza também que os sindicatos são indispensáveis à classe operária para lutar contra o capital, entretanto, a luta dos sindicatos não se limita à lei do salário, pelo contrário, cumpre-se graças a ela. O sindicato possui um potencial que deve extrapolar este embate e ampliar suas atividades para a luta política na busca da verdadeira emancipação da classe operária. Como aglutinador da força numérica de trabalhadores, ele se constituiu em um importante veículo pelo qual a classe menos favorecida, na sociedade capitalista, consegue se expressar.

Embora possua outros recursos relevantes como os partidos políticos e os movimentos sociais, o sindicato tem a função de representar os interesses dos trabalhadores, que aderem a ele buscando: união, segurança, participação, reconhecimento e benefícios, em determinada jurisdição, visando ao seu bem-estar e suas reivindicações. No entanto, ele também possui restrições, determinadas pelo ambiente socioeconômico, pelo sistema político, pela cultura (educação) e pela ideologia dos detentores do poder.

## **A SOCIEDADE CAPITALISTA E A ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA**

A história do capitalismo no Brasil não coincidiu com o desenvolvimento do capitalismo mundial. Ao contrário de outras sociedades, preservou e redimensionou suas formas – o latifúndio e as fontes de acumulação próprias das sociedades capitalistas periféricas, como lastros para seu próprio crescimento, articuladas às atividades produtivas urbano-industriais. A modernização ca-

pitalista no país, segundo Fernandes (1976, p. 241), não se fez *contra* o atraso, mas *à sua custa*, repondo-o no interior da nova dinâmica de acumulação sob as mais variadas e complexas formas, processo este que vem se atualizando no tempo presente.

No período da chamada Primeira República, o país ingressava em nova fase econômico-social em virtude da aceleração dos processos de industrialização e urbanização. O projeto político republicano foi marcado por profundas mudanças socioeconômicas provocadas pela extinção da escravatura, pela consolidação do projeto de imigração e pela expansão da economia cafeeira.

A alta lucratividade da cafeicultura criou as condições para que parte dos lucros fosse investida em outros segmentos da atividade econômica e começaram a surgir indústrias que estimularam o incremento de serviços de infraestrutura urbana de transporte e edificações. Assim, o país chega às primeiras décadas do século XX, promovendo a industrialização e a urbanização e, com ela, a formação da classe operária e consequentemente a estrutura sindical brasileira.

Na incipiente sociedade capitalista urbano-industrial, em curso no país, a situação dos sujeitos foi caracterizada por um modelo de organização social identificada por Bello (2008, p. 186) pelos maiores graus de implementação do aparato burocrático e desenvolvimento de mercado. Houve a institucionalização dos valores individualistas, com o aparecimento dos burgueses e do homem livre e pobre. Estes últimos, da qual faziam parte os escravos libertos e o trabalhador imigrante, durante a República Velha, encontram-se diante de um quadro de pauperização e insalubridade. Em meio ao avançar do capitalismo industrial e sem contar com o respaldo do Estado, as questões sociais eram tratadas como caso de polícia. Entretanto, a situação destes sujeitos perante a sociedade começou a ganhar tanta relevância que fez o Estado deixar de ignorá-los e começar a tomar medidas em relação a eles. Essas medidas, como veremos, nem sempre corresponderam de forma positiva na aquisição de direitos, mas se firmaram enquanto uma classe que luta por suas reivindicações.

As respostas a esta situação começaram a aparecer com a organização das sociedades mutualistas e as associações operárias que fomentam diversas greves, estabelecendo o início da estrutura sindical brasileira. Assim como a trajetória do capitalismo no Brasil, a estrutura sindical possui características diferenciadas que influenciaram a classe trabalhadora na busca de sua formação e suas reivindicações. A trajetória da estrutura sindical mostra a visão política dominante nos diferentes momentos históricos nacionais.

Associações como a Liga Operária e a União Operária são organizadas em 1880 e tinham como principal finalidade reunir e defender os trabalhadores que a compunham nos primórdios da industrialização brasileira. No ano de 1890, aconteceu a criação da União Operária de Santos, de São Paulo e Porto Alegre, realizando neste mesmo ano o I Congresso Socialista Brasileiro, sem muita representatividade, mas promovendo de acordo com Gohn (2003, p. 57), um movimento grevista em unidades fabris e de serviços coletivos no Rio de Janeiro e em São Paulo (capital e interior).

O II Congresso Socialista Brasileiro aconteceu em 1902, na cidade de São Paulo, agora melhor estruturado, contando com 44 delegados representando associações operárias e socialistas de 7 estados. Neste congresso foi decidido que fundariam o Partido Socialista Brasileiro (PSB), com bases onde predominavam os operários e contavam com um jornal, chamado *Avanti*, que difundia as ideias socialistas. As associações ou organizações de classe, como a União dos Operários Estivadores e a Sociedade União dos Foguistas, foram institucionalizadas em 1903. Em 1906, surge a Federação Operária do Rio de Janeiro.

Um dos marcos da organização de trabalhadores, podemos citar o primeiro Congresso Operário Brasileiro<sup>7</sup>, acontecido em 1906, o qual contou com a presença de vários sindicatos, federações, ligas e uniões operárias, principalmente do Rio e São Paulo, e deu início à Confederação Operária Brasileira<sup>8</sup> (COB), a primeira entidade operária nacional.

Pode-se atestar esta afirmativa pelo depoimento de Astrojildo Pereira, contemporâneo desses acontecimentos e um dos mais destacados ativistas

---

7. 1906 - I Congresso Operário Brasileiro. Um total de 32 delegados na sua maioria do Rio e São Paulo, lançou as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB). Neste Congresso participaram as duas tendências existentes na época: 1. Anarcosindicalismo negava a importância da luta política privilegiando a luta dentro da fábrica através da ação direta. Negava também a necessidade de um partido político para a classe operária. 2. Socialismo. Reformista, tendência que propunha a transformação gradativa da sociedade capitalista defendia a Organização Partidária dos Trabalhadores e participava das lutas parlamentares. A ação anarquista começa a se desenvolver entre 1906 até 1924. Disponível em: <[www.arteeanarquia.xpg.com.br/educa\\_anarquista\\_no\\_brasil](http://www.arteeanarquia.xpg.com.br/educa_anarquista_no_brasil)>. Acesso em: 19 nov. 2012.

8. A Confederação Operária Brasileira (COB) foi criada em 1906 no Congresso Operário Brasileiro, cuja atuação foi votada para funcionar em 1908. Sua organização é de inspiração anarcossindicalista contrapondo-se criticamente às centrais sindicais existentes e institucionalizadas. Com relação a estas diz serem pautadas por um autoritarismo e partidarismo incapaz de expressar de fato os interesses da classe trabalhadora que, segundo a vertente anarcossindicalista, seria o completo rompimento com a dominação econômica tanto quanto política, se estendendo, portanto, à libertação do domínio do Estado e dos governos, tanto quanto dos partidos que os compõem. Disponível em: <[www.arteeanarquia.xpg.com.br/educa\\_anarquista\\_no\\_brasil](http://www.arteeanarquia.xpg.com.br/educa_anarquista_no_brasil)>. Acesso em: 19 nov. 2012

políticos da história da esquerda no Brasil, tornado público nos idos da década de 1950:

1906. Esta data é muito importante, porque assinala o início, entre nós, de uma organização operária de âmbito nacional, qual seria a Confederação Operária Brasileira só organizada em 1908, mas cujas bases haviam sido lançadas pelo Congresso Operário reunido no Rio de Janeiro, naquele ano. Acresce, ainda, a circunstância, que é preciso igualmente levar em conta, de que o referido Congresso assinalou do mesmo passo, o começo de todo um período de predomínio da influência anarcosindicalista no movimento operário brasileiro. E cabe observar, que mesmo no Congresso Operário de 1906 manifestou-se uma forte corrente favorável à formação de um partido político operário; mas, a corrente anarcosindicalista predominou ali de maneira irredutível, com o seu visceral preconceito antipolítico. Nasceu, assim, em vez de um partido, a COB, central sindical inspirada nos moldes da CGT francesa. (Astrojildo Pereira,<sup>9</sup> 1952)

Em 5 de janeiro de 1907, com a promulgação do Decreto n. 1637, em seu primeiro artigo facultou-se a todas as classes de trabalhadores a formação de sindicatos, inclusive para profissionais liberais tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros. A edição deste decreto estimulou a criação e surgimento de vários sindicatos, em suas diversas designações, todas com frágil poder de pressão, isto porque foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos primeiros líderes do movimento sindical brasileiro. Estas dificuldades se expressavam por meio de perseguições tanto pelo governo quanto pela classe dos empregadores.

Uma das consequências imediatas destas perseguições aconteceu ainda em 1907 em forma de lei, promulgada pelo deputado paulista Adolfo Gordo dois dias após a publicação do Decreto. A lei n. 1641, em seu primeiro artigo, estabelecia que o estrangeiro que, por qualquer motivo, compromettesse a segurança nacional ou a tranquilidade pública poderia ser expulso de parte ou de todo o território nacional. Neste mesmo ano foram expulsos do país cerca

---

9. Artigo escrito por Astrojildo Pereira em 1952, texto extraído da Web acesso dia 22/01/2012 CPDOC – FGV – RJ- Centro de Pesquisa em Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>. Acesso em: 21 nov. 2012.

de 130 sindicalistas,<sup>10</sup> por pressão dos empregadores, que eram os mais irascíveis no combate à organização de qualquer forma de associação, penalizando aqueles que corajosamente insistiam pela constituição de associações ou sindicatos e que, embora não possuíssem caráter sindical, já demonstravam interesse quanto à significação social do sindicalismo e a importância dos movimentos operários.

Constatou-se uma crescente elevação do número e representatividade destas associações, marcadas principalmente pelo anarquismo, corrente ideológica advinda com os imigrantes europeus que já possuíam experiências de lutas mais avançadas do que havia no Brasil. O anarquismo influenciou importantes movimentos sociais no transcurso do século XIX até o primeiro quartel do século XX, tendo como pressupostos a crítica da propriedade privada e do Estado burguês. O projeto de concepção política anarquista previa um sindicalismo libertário com a destruição do Estado e a construção de uma sociedade autogestionária e negava qualquer forma de opressão. Suas reivindicações eram feitas por meio da conscientização e mobilização dos operários e das greves.

Suas propostas de supressão do Estado e de todas as formas de repressão encontraram receptividade entre os trabalhadores naqueles tempos em que o jogo político era exclusividade das oligarquias e praticamente inexistia qualquer proteção ao trabalho. Governo e patrões eram vistos pelos anarquistas como inimigos a serem combatidos a todo custo. Suas ideias eram difundidas por meio de congressos e por uma imprensa própria. Essa posição hegemônica no movimento operário brasileiro permeou as reivindicações trabalhistas desta época.

Entretanto, eles não admitiam a existência de partidos políticos, não exigiam do Estado uma legislação trabalhista e não aceitavam alianças com os setores subalternos da sociedade, sendo as suas reivindicações exclusivamente econômicas. Sua maior arma era a greve e uma das mais significativas foi realizada em 1917, originada pela queda dos salários dos operários e a crise

---

10. A Lei Adolfo Gordo (7/01/1907) foi uma lei de repressão aos movimentos operários de São Paulo no início do século XX. Propunha, entre outras medidas, a expulsão de estrangeiros envolvidos em greves. Foi proposta pelo deputado Adolfo Gordo e aprovada no ano de 1907 e, com base nela, foram expulsos 132 estrangeiros somente naquele ano, número bastante alto quando considerado que entre 1908 e 1921 houve 556 expulsões, de acordo com o historiador Claudio Batalha, em seu livro *O Movimento Operário na Primeira República*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1907/lei-adolfo-gordo>>. Acesso em: 22 nov. 2012.



na produção provocada pela Primeira Grande Guerra e paralisou São Paulo<sup>11</sup> envolvendo 45 mil pessoas, provocando a convocação de tropas armadas do interior do estado para conter os grevistas.

Ocorre que no Brasil, na década de 1920, a corrente e o pensamento político-ideológico socialista passou a abalar os ideais anárquicos. Em muitos aspectos, a ideologia anarquista se assemelhava à ideologia socialista, principalmente no tocante à luta de classes, à defesa das classes oprimidas e à crítica da propriedade privada, da sociedade e do Estado burguês, mas divergiam quanto à participação política. O movimento operário com forte influência anarquista perdeu forças, impulsionado pela vitoriosa Revolução Russa e das lutas socialistas empregadas por ela, e muitos militantes aderiram à nova concepção. Aliás, conforme o detalhado relato de Astrojildo Pereira,

(...) as notícias relativas à insurreição e à conquista do poder pela classe operária russa, guiada pelo Partido bolchevique, eram acompanhadas com imenso e apaixonado interesse pelos trabalhadores do Brasil. A imprensa burguesa apresentava tais notícias caluniosamente, deformando os fatos,

---

11. 1917 - O primeiro grande movimento grevista da história sindical brasileira teve início na cidade de São Paulo nas fábricas têxteis. Iniciado no mês de junho nos bairros da Mooca e Ipiranga, a greve estourou nas fábricas têxteis do Cotonificio Rodolfo Crespi. Rapidamente a adesão foi aumentando passando pelos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, pelos servidores públicos e diversos órgãos que congregavam os trabalhadores. Devido a grande presença de imigrantes, sobretudo os italianos, a ideologia anarquista marcou o tom inicial das reivindicações, que de modo geral exigiam melhores salários e condições de trabalho. Por toda a República Velha os governos oligárquicos lidavam com as questões sociais como casos de polícia, tomando medidas arbitrárias que envolviam prisões, torturas e expulsão dos estrangeiros do Brasil. Foi o que aconteceu. Em meio a uma manifestação no dia 9 de julho a repressão da polícia acabou causando a morte de um jovem anarquista espanhol chamado José Martinez. A indignação de sua morte fez com que o velório do jovem assassinado fosse acompanhado por uma multidão e ampliasse o movimento dos trabalhadores. Os trabalhadores entraram em greve, mais de 70 mil pessoas aderiram ao movimento transformando São Paulo em um campo de batalha, com armazéns saqueados, veículos e bondes incendiados e até barricadas nas ruas. Foi organizado o Comitê de Defesa Proletária para defender a greve, tendo Edgard Leuenroth como um de seus principais líderes. O Comitê juntamente com ligas e corporações operárias apresentou no dia 11 de julho suas reivindicações: liberdade aos presos em decorrência da greve; direito de associações para os trabalhadores; que os trabalhadores não fossem demitidos por envolvimento com a greve; abolição do trabalho para menores de 14 anos; sem trabalho noturno para os menores de 18 anos; abolição do trabalho noturno feminino; aumento entre 25% e 35% nos salários; pagamento dos salários a cada 15 dias; garantia de trabalho permanente; jornada de oito horas e semana inglesa e aumento de 50% em todo trabalho extraordinário. Os patrões concederam o aumento imediato aos seus funcionários e se comprometeram a estudar as demais exigências, o que consagrou a grande vitória do movimento grevista. Mesmo assim, alguns movimentos permaneceram espalhados pelo Brasil até 1919. Disponível em: <[www.brasilescola.br](http://www.brasilescola.br)>. Acesso em: 22 nov. 2012.

torcendo o sentido dos acontecimentos revolucionários que se desenvolviam na Rússia; mas, o leitor operário, levado por seu instinto de classe, sabia descobrir o que havia de verdadeiro no cipoal confuso do noticiário transmitido pelas agências imperialistas. Boletins e volantes foram igualmente publicados com o mesmo propósito. Mas, a par de suposições e conceitos errôneos, que transitavam através de comentários próprios, os periódicos anarco-sindicalistas favoráveis à revolução bolchevique – e todos o foram até pelo menos 1920 – publicavam em suas colunas artigos e documentos autênticos sobre a revolução, colhidos na imprensa operária da Europa e da América. Por exemplo, o semanário *Spartacus*, do Rio, estampou em seu 1.º número, publicado em agosto de 1919, a “Carta aos trabalhadores americanos” de Lênin e algumas semanas mais tarde, o fundamental trabalho, também de Lênin “A Democracia burguesa e a Democracia proletária”, adotada, sob a forma de teses, pelo Congresso de fundação da Internacional Comunista, em março de 1919. (Astrojildo Pereira, 1952)

Surge em 1920 a Confederação Geral dos Trabalhadores<sup>12</sup> que se opôs veementemente à Confederação Nacional do Trabalho provocando uma profunda cisão doutrinária da classe operária. Esta década, apesar de contar com alguns avanços em termos de legislação social, foi difícil para o movimento operário, obrigado a enfrentar grandes desafios, sua ascensão e grande adesão às greves relacionavam-se agora, diretamente à vitória dos comunistas na Revolução Russa. Muitos grupos acreditavam que havia chegado o momento de colocar um fim à exploração capitalista e construir uma nova sociedade. Em 1922, embalados pela criação do primeiro Estado Socialista na Rússia, militantes brasileiros fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>13</sup>. Entre os fundadores estavam ex-líderes anarquistas, como Astrojildo Pereira e Otávio Brandão.

Assim, como descreveu Astrojildo Pereira,

(...) todo aquele período de 1917-1920 caracterizou-se por uma onda irresistível de greves de massa, que em muitos lugares assumiram proporções grandiosas. Já antes mesmo, em julho de 1917, tinha havido a greve geral

---

12. Poucos meses depois de instalada a Confederação Geral dos Trabalhadores em 1920, foi declarada extinta por ato governamental, pois o governo queria impedir que ideias socialistas e comunistas ditassem os contornos da ação sindical no Brasil. Disponível em: <[www.brasilecola.br](http://www.brasilecola.br)>. Acesso em: 22 nov. 2012.

13. Um estudo completo sobre a criação e desenvolvimento do PCB encontra-se em: BAUER, Carlos. *Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros* – Volume II – A hegemonia vermelha. São Paulo: Pulsar, 1995.

em São Paulo, paralisando completamente, durante alguns dias, a vida da cidade. Em 1918, 1919, 1920, no Rio, de novo em São Paulo, em Santos, em Porto Alegre, na Bahia, em Pernambuco, em Juiz de Fora, em Petrópolis, em Niterói e outras muitas cidades de norte a sul do país, as greves operárias se alastavam com ímpeto avassalador. Eram movimentos por aumento de salários e melhoria das condições de trabalho, mas uma coisa se mostrava evidente – a influência da Revolução de Outubro como estímulo à combatividade da classe operária. (Astrojildo Pereira, 1952)

A criação do Partido Comunista Brasileiro – PCB marcou o início de uma nova fase no movimento operário brasileiro. Ao contrário dos anarquistas, que viam o Estado como um mal em si, os comunistas o viam como um espaço a ser ocupado e transformado. Essas concepções os levaram, seja na ilegalidade, seja nos breves momentos de vida legal, a buscar aliados e participar da vida parlamentar do país. Uma liderança que os comunistas tentaram atrair em 1927 foi Luís Carlos Prestes, que naquele ano se exilou na Bolívia. Através do Bloco Operário Camponês (BOC), sua face legal, o PCB elegeu dois vereadores para a Câmara Municipal carioca em 1928: o operário Minerino de Oliveira e o intelectual Otávio Brandão.

As conquistas trabalhistas da década de 1920 foram pouco significativas, a legislação aprovada quase nunca era aplicada e a repressão policial era intensa. O conjunto do movimento operário era fragmentado e restrito aos grandes centros urbanos, o país não contava com uma industrialização de base, o que não impediu de ganhar, este movimento, maior legitimidade entre os próprios trabalhadores e a sociedade mais ampla, começando a se transformar em um ator político que desenvolveria um significativo papel nas décadas vindouras. Durante sua trajetória, o movimento sindical brasileiro efetivou-se basicamente em decorrência do processo de industrialização, e esteve ligado as correntes ideológicas divergentes como o positivismo, o anarquismo, o anarcosindicalismo, o marxismo, o socialismo, o trabalhismo vanguardista e o populismo.

## **O SINDICALISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1930**

A década de 1930 provocou profundas mudanças na sociedade brasileira, os desafios a serem enfrentados eram inúmeros: a centralização e unificação do poder estatal, a estatização das relações sociais, a intervenção econômica, a construção de um aparelho burocrático e a aceleração e realização de um projeto de desenvolvimento fundado no crescimento industrial e na tentativa de autonomia nacional.

Uma das ações imediatas empreendidas pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas foi com relação ao Trabalho. Em 1930, o Governo Federal criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e, em 1931, por meio do Decreto n. 19.770,<sup>14</sup> regulamentou a sindicalização das classes patronais e operárias, que pode ser considerada a primeira lei sindical brasileira.

Além do processo de reorganização produtiva no país, a sucessão de eventos políticos marcantes como a centralização do poder e a reação das oligarquias agrárias advindas com a revolução de 1930, houve também uma reviravolta em relação às questões sociais, passando de casos de polícia a objeto de políticas seletivas, voltadas à promoção da cidadania pela via do corporativismo.

Analisado a questão social, nesse momento da história, Bello (2008, p.187) nos diz que essa demanda, invariavelmente,

(...) foi codificada em direitos sociais atribuídos pelo Estado a uma clientela específica de sujeitos políticos – os trabalhadores urbanos- que passaram a ser reconhecidos como cidadãos não em razão de sua qualidade de pessoas integrantes da comunidade política, mas devido à sua condição profissional.

A ilusão construída sobre a concessão gratuita de direitos conferida pelo estado aos trabalhadores encobre propositalmente a real capacidade de organização e mobilização das classes subalternas, de acordo com Vianna (1989). Esta afirmação pode ser melhor compreendida em razão dos fatos políticos que antecederam como foi, por exemplo, a greve geral de 1917, a partir do movimento operário e a insatisfação reinante em outras camadas da sociedade. O autor sustenta que o verdadeiro significado da legislação trabalhista da época consiste numa estratégia de marginalização política da maioria da população, excluída por não possuir, até então a condição formal de trabalho.

Ao refletirmos sobre essa problemática, concordamos com Vianna (1989, p. 32) quando alega que há a necessidade de se interpretar a história brasileira com a desmistificação da retórica getulista e da sua prática durante o Estado Novo, “desvelando-se a ideologia implícita a elas. Duas tradições devem ser refutadas acerca da elaboração das leis trabalhistas no país; a tese do caráter

---

14. Decreto n. 19.770, de 19 de março. É necessário pontuar que não obstante as estatísticas da época tenham indicado que com a promulgação do Decreto de 1931, estivesse aberta uma nova fase para a organização sindical no Brasil, - no mês de junho de 1931 já haviam sido expedidas aproximadamente quatrocentas cartas a sindicatos de trabalhadores e mais de setenta a sindicatos de empresários. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/classe-trabalhadora/sindical>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

de outorga dos direitos sociais e a compreensão da Revolução de 1930 como marco divisor da questão social”.

As iniciativas surgidas por meio do Decreto de 1931 estabeleciam o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, proibindo a sua utilização durante as greves, e definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Na análise de Antunes (1986), pode-se dizer que o único ponto favorável para a classe operária nesta Lei – definida pelos operários como a “Súmula da Carta Del Lavoro do fascismo italiano” – foi garantir o sindicato único por categoria. De resto atrelava as entidades sindicais ao Estado. Possuía em seu bojo a franca intenção de retirar o sindicato da esfera privada para transformá-lo em pessoa de Direito Público atrelado diretamente ao governo.

Por seu turno, Carlos Bauer (1995, p. 39) argumenta, em seus estudos sobre a história sindical e política dos trabalhadores no Brasil, que:

O sindicalismo brasileiro chegou às portas da década de 1930 completamente destroçado pela repressão policial, pela crise econômica, pelas atividades internas e pela insuficiência política do partido que dirigia sua vanguarda. O último presidente antes de Vargas, quase resumindo o pensamento de toda a oligarquia desde o começo do século, disse que a questão social era caso de polícia, e como tal devia ser resolvida com as patas dos cavalos. Tal pérola do pensamento político foi formulada por Washington Luis. Isto nos ajuda a compreender porque Vargas, porta-estandarte da burguesia liberal, conseguiu impor com relativa facilidade seu plano de implantação do sindicalismo oficial.

A ideia de que o governo de Vargas se constituiu em um marco divisor na resolução da questão social é desmistificada na análise de Vianna (1989, p. 34). Ele argumenta que após a ascensão do novo governo, e sob um discurso progressivo republicano, as leis não sofreram aumento quantitativo, mas uma alteração estrutural decorrente da rearticulação do Estado e das suas relações com a sociedade, com a adoção de uma nova ordem corporativa.

Vargas manteve sua aproximação com as forças militares e valorizou a aliança com os grupos operários ao adotar essas mudanças na legislação trabalhista. De acordo com as novas determinações, sindicatos de patrões e operários, dividiam-se por categorias profissionais, ficando sujeitos às federações e confederações e que, por sua vez, se subordinavam ao Ministério do Trabalho. Em relação à organização sindical, a Constituição Federal de 1934, no artigo 120, dispunha em seu texto original ao legislador ordinário a adoção da instituição do pluralismo sindical, ou seja, a possibilidade de se criar mais de

um sindicato da mesma categoria. No entanto, esse dispositivo não demorou muito até que fosse substituído pelo da unicidade sindical.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1937, que substituiu de forma ditatorial a chamada Carta Democrática de 1934, foi novamente consagrado o comando rígido do princípio da unicidade, subordinando os sindicatos ao Ministério do Trabalho, quando em 1939 determina a existência de um único sindicato por categoria profissional. De instrumentos de luta, os sindicatos dos anos 1940 passam à condição de agentes promotores da harmonia social e instituições prestadoras de serviços assistenciais.

O estímulo à organização sindical em moldes corporativistas<sup>15</sup> ganhou destaque, uma das influências mais evidentes dos regimes fascistas então em vigor. Criou as Juntas de Conciliação e Julgamento e, com a promulgação da Constituição do Estado Novo, a unicidade sindical.

De acordo com Alemão (2008, p. 96),

(...) a essência do corporativismo; fechar e organizar um segmento social com regras próprias, se possível incluindo processo e julgamento, para melhor controlar e criar direitos. Em países com o Brasil, boa parte dos processos de julgamento foi parar nas mãos de entidades de classe não exatamente sindicais, como os conselhos de classe (OAB, CREA, CREFITO etc.) Quando defendia o corporativismo, Oliveira Vianna (1938) tinha

---

15. Corporativismo. Doutrina que prega a harmonização dos desajustes da economia de mercado e dos conflitos sociais por meio da criação de um sistema de corporações (unidades profissionais) formadas por representantes de patrões e empregados. A corporação, eficiente e autodisciplinada, regulamentaria as relações entre capital e trabalho, organizaria a produção e seus limites, respondendo ainda pela qualidade dos produtos e pela comercialização. O corporativismo abrange várias tendências doutrinárias, algumas enfatizando os problemas econômicos e sociais, outras voltando-se mais para a ação do Estado como criador, controlador e beneficiário do sistema corporativo. Todas cultuam o dirigismo estatal, visto como caminhos intermediários entre o liberalismo e o socialismo, ambos condenados. As doutrinas corporativistas surgiram no final do século XIX como reação ao espontaneísmo do liberalismo econômico para resolver os desequilíbrios do mercado, e ao coletivismo defendido pelos socialistas. Consideravam a luta de classes algo artificial, desagregador e que deveria ser destruído por meio da conciliação dos interesses conflitantes criados pelo capitalismo. Influenciados pelo catolicismo tradicionalista e pelo saudosismo medieval, os defensores do corporativismo viam nas corporações romanas e medievais o padrão do mecanismo conciliador, capaz de unir interesses de patrões e empregados, como no passado unia os de mestres e aprendizes e controlava a produção artesanal. O ideal corporativista surgiu com a obra de La Tour du Pin, a ação parlamentar de Albert de Mun e as publicações da revista *Association Catholique*, que se empenharam na busca de uma ordem social cristã que amenizasse os problemas sociais gerados pela Revolução Industrial. Disponível em: <<http://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

em mente essa função julgadora que poderia ser exercida por tribunais não estatais, com base na experiência americana.

A Constituição Brasileira de 1937 manteve os artigos referentes aos direitos dos trabalhadores, embora proibisse expressamente a greve, e a autonomia sindical foi liquidada com a instituição do Imposto Sindical, cobrado compulsória e anualmente de todos os trabalhadores e equivalente a um dia de trabalho. Esse imposto era recolhido pelo Ministério do Trabalho, que fazia a redistribuição entre os sindicatos.

Assim, retomando as palavras de Bello (2008, p. 190), podemos dizer que

(...) o país contava com certo atraso em relação aos principais países capitalistas do ocidente no que diz respeito aos direitos sociais, que apresentava no governo Vargas, um componente diferenciado: a desigualdade jurídica e política. Outro fator relevante é que sobre a incidência desses direitos sociais era pequena, abarcando somente trabalhadores urbanos, minoria na época. Devido à lógica corporativista que oficializaram as diversas representações dos trabalhadores (sindicato, associações, sociedades mutualistas) o governo pode exercer sobre elas um forte controle.

Esse controle governamental sobre as associações e os sindicatos, pode ser mais bem compreendido na contribuição substancial sobre o papel do Estado em relação aos sindicatos, elaborada por Ricardo Antunes (1986 p. 62-64), para quem

(...) os sindicatos tornaram-se entidades dependentes do Estado e, portanto, facilmente manipuláveis por ele. Uma das consequências para os sindicatos foi o surgimento dos sindicatos pelegos.

Criou-se uma burocracia sindical dócil, vinculada e escolhida a dedo pelo Estado, cujo objetivo não era outro senão o de controlar as reivindicações operárias. Implantou-se o “peleguismo”, configurando um sindicalismo sem raízes autênticas e que permaneceu distante da classe operária durante os 15 anos de ditadura do Estado Novo. Em 1939, visando consolidar ainda mais a estrutura sindical subordinada ao Estado, promulgou-se o Decreto-lei nº 1.402 que instituiu o enquadramento sindical. Uma categoria, para ser reconhecida enquanto tal, teria de ser aprovada pela Comissão de Enquadramento Sindical, órgão governamental vinculado ao Ministério do Trabalho. Criou-se também neste ano o Imposto Sindical, estabelecido à revelia do movimento operário e que, através do pagamento compulsório de um dia de trabalho por ano de todos os assalariados, constituiu-se numa robusta fonte financeira para a manutenção dos dirigentes pelegos. Por não ser dinheiro

sequer controlado pelos operários e não podendo ser utilizado nos momentos mais necessários, como durante as greves, o Imposto Sindical criou as condições financeiras necessárias para a transformação dos sindicatos, que de órgão de luta de classes, tornaram-se organismos prestadores de um assistencialismo social, função que seria do Estado e não dos sindicatos operários. Estava efetivamente constituída a estrutura sindical brasileira, vertical e subordinada ao Estado. Na base dessa estrutura estão os sindicatos, que podem representar uma categoria no município, no estado ou mesmo no país. Quem define isso é o Ministério do Trabalho. Acima dos sindicatos estão as federações que podem abarcar uma região, um estado ou mesmo os trabalhadores de uma mesma profissão em todo o país. Por fim encontram-se as confederações nacionais que agrupam os trabalhadores dos vários setores da indústria, do comércio, da agricultura, etc. essa estrutura é essencialmente vertical e não permite a criação de organismos sindicais horizontais, como a Central Sindical que representaria diretamente as bases de todos os sindicatos. Mas foi dentro desta mesma estrutura sindical e apesar de toda a sua rigidez que a classe operária criou as suas organizações sindicais autônomas.

Paradoxalmente, o Estado acabou favorecendo, de forma não intencional, o surgimento de um espaço que poderia ser utilizado (e o foi, muitas vezes) para a organização dos trabalhadores.<sup>16</sup> Em vários setores, a legislação trabalhista e sindical favoreceu ou facilitou a mobilização e organização dos trabalhadores, pois a intervenção estatal contrapôs-se ao poder patronal, que passou a ser limitado por lei.

De acordo com Manfredi (2002, p. 96), em seus estudos sobre a formação sindical e as práticas culturais dos trabalhadores no Brasil,

(...) foi, no período final de sua primeira gestão, na conjuntura do ano de 1943, que Getúlio e seus colaboradores gestaram um projeto de atração da massa de trabalhadores urbanos, transformando os sindicatos em apêndices do Estado. (...) seu projeto de organização sindical corporativista caracterizava-se pela construção da ideologia da outorga de direitos, envolvendo uma expectativa de reciprocidade dos trabalhadores diante dos favores que lhes eram concedidos pelo Estado.

---

16. Bercovici, “Tentativa de instituição da Democracia de Massas no Brasil: Instabilidade Constitucional e Direitos sociais na Era Vargas (1930-1964)”, In: Neto & Sarmento, *Direitos Sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*, p. 25-62. / Antunes, *Classes operárias, sindicatos e partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*, 1986.



A revolução de 1930 colocou definitivamente o Estado no controle das questões relativas ao trabalho, com base em um modelo de estrutura corporativista. Nesse modelo, o Ministério do Trabalho controlava desde a concessão da carta de autorização para a criação de determinado sindicato até suas finanças, podendo decretar intervenção caso julgasse necessário às determinações legais. Apesar do reconhecimento dos sindicatos no Brasil, a ação eficiente do Estado e da classe patronal impediu qualquer prática que levasse à organização nos locais de trabalho.

O coroamento da política trabalhista de Vargas foi a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, promulgada em 1º de maio de 1943. A CLT é uma espécie de código de trabalho que contém cerca de 900 artigos, contendo um conjunto de normas de direitos e deveres nas relações do trabalho, tanto para trabalhadores como para empregadores, e regras da organização sindical no país. Os primeiros sindicatos foram formalizados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e a partir da CLT eles ganham o *status* oficial como representantes dos segmentos de trabalhadores, podendo assinar contratos coletivos de trabalhos, acordos, dissídios, etc.

Nesse aspecto, nas palavras de Carlos Bauer (1995, p. 38), de um lado

(...) estava a ação da burguesia e do seu Estado que não tardou em “perceber o perigo” do ascenso e da organização do movimento operário – e que tratou de sufocá-lo inaugurando, junto com a repressão direta, a estrutura e a legislação trabalhista (a CLT) copiada da Itália fascista de Mussolini. Desde então, a organização e a direção e o movimento operário e sindical passam por dentro como apêndices, da estrutura e da legislação estatal e governamental. Foi eliminada a autonomia dos trabalhadores. A partir de então passou a dominar uma concepção de estrutura sindical cuja essência aparecia expressa logo nos primeiros artigos dos estatutos de quaisquer sindicatos do Brasil, quando afirmavam que os sindicatos eram e deveriam ser “órgãos de colaboração com os poderes públicos”, deveriam abster-se de fazer “qualquer propaganda” e de filiar-se a organizações internacionais ou com elas manter relações sem prévia licença por decreto do presidente da República.

Basicamente, dois tipos de sindicatos passam a se organizar no país. Os de ramos de atividade categoria econômica, como metalúrgicos, construção civil e os sindicatos de profissão, categoria diferenciada, como professores, profissionais liberais, marítimos, etc. Neste segundo caso, encontra-se a forma de organização sindical que se constituem a base da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL.

Tais sindicatos poderiam ser constituídos, seguidos trâmites rígidos e amplamente restritivos das liberdades sindicais, a partir de profissionais integrantes das chamadas categorias “diferenciadas” ou “regulamentadas” por lei específica ou estatuto profissional. Em outros termos, para seu exercício, dependiam de diploma universitário ou de formação técnica específica. Os trabalhadores integravam, na prática, as bases dos chamados sindicatos majoritários os de categoria econômica ou de ramo como se diz na atualidade. No entanto, pelas suas particularidades e especificidades, esses profissionais sempre se sentiram alijados nos acordos coletivos. Argumentava-se que os sindicatos majoritários não conseguiam responder a demandas e anseios desses profissionais, pois tinham que cuidar prioritariamente dos trabalhadores do ramo econômico.

O caráter contraditório e limitado do desenvolvimento capitalista no país remonta um elemento importante que se estabeleceu com uma política de massas formalizando um mercado de força de trabalho e pouco a pouco estreitando a relação com a expansão do setor industrial. Weffort (1970, p. 390) afirma que um elemento novo apareceu em cena na história brasileira, no caso, as massas populares urbanas, que constituíam a única fonte possível de legitimidade para o novo estado brasileiro.

A implantação de uma legislação trabalhista colaborou para um período de refluxo de grandes manifestações e as greves aconteciam de maneira isolada. O governo de Getúlio Vargas, apesar das políticas ora conciliatórias, ora autoritárias, não conseguiu abolir totalmente as greves reivindicatórias da classe operária durante seu governo. Em 1951, segundo dados do Dieese<sup>17</sup>, ocorreram quase duas centenas de paralisações nas indústrias do país, e no ano seguinte três centenas.

Por imposição da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, o sindicalismo no Brasil ficou vinculado ao Estado, que determinava suas formas de organização e limitava seu espaço de atuação. Este modelo corporativista pleiteava, quando de seu surgimento, criar uma forma de coexistência pacífica das relações entre o capital e o trabalho. Nos anos de 1945 a 1950 observou-se um período delimitado por uma conjuntura que indicava um começo de democratização e um renascimento do movimento sindical. Relatos indicam a formação

---

17. O Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – é uma instituição de pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical brasileiro.

das comissões de fábrica<sup>18</sup> propondo um enfoque participativo dos trabalhadores no interior das indústrias, o que provocou reações do governo. Por conta disso, Carlos Bauer (1995, p. 64-65) nos apresenta a seguinte caracterização:

No Brasil, a emergência da “Guerra Fria”, forneceu farto arsenal ideológico para aqueles que procuravam associar os movimentos produzidos pela classe operária a uma descomunal “infiltração do comunismo internacional” e, por conseguinte, ampliar ainda mais a repressão contra o movimento operário e popular. Não foi, portanto, por acaso, que no plano interno a repressão ganhou vulto. Em 1947, por exemplo, de um total de 944 sindicatos espalhados pelo país, nada menos que 143 sofreram intervenção, governamental. O PCB e a CGTB são postos na ilegalidade, como já observamos anteriormente. Entretanto, mesmo na ilegalidade algumas organizações regionais da CGTB continuam a existir, embora enfraquecidas, até 1954: são as UGTs (União Geral dos Trabalhadores). Contudo, o que vai caracterizar o governo Dutra são suas medidas repressivas e antidemocráticas impingindo, assim, um duro ataque ao desenvolvimento operário e sindical no Brasil.

No início da década de 1950, houve uma abertura do governo em relação às mobilizações, época em que João Goulart foi ministro do Trabalho, no segundo período de presidência de Vargas. O ministro procurou fazer uma política de conciliação com o movimento sindical e uma das medidas foi a abolição do atestado ideológico nas eleições sindicais. Foram criadas muitas organizações que romperam com a estrutura sindical praticada até então. E o movimento sindical ganhou força, promovendo diversas greves no período de 1951 até culminar com a greve de 1953,<sup>19</sup> que teve a participação de 300 mil em São Paulo e envolveu diversas categorias profissionais.

As iniciativas do governo não foram suficientes para conter a grande greve que eclodiu em São Paulo em março de 1953, a chamada Greve dos 300 mil, que reuniu diversas categorias de trabalhadores, visando à obtenção de me-

---

18. Reunião de trabalhadores de uma mesma empresa que debatem a situação de explorados, de acordo com as concepções advindas das obras de Marx, Gramsci e que começam a elaborar planos de ações, como as greves na busca de seus objetivos reivindicatórios. Disponível em: <www.iiiep.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2012.

19. A chamada greve dos 300 mil, que agitou São Paulo, mobilizou trabalhadores de todo o país. O movimento se destacou por sua abrangência e organização interna criando também Comitês intersindicais. A greve tomou conta das ruas e praças do centro de São Paulo, levando a várias ocorrências policiais. O movimento gerou uma reforma ministerial de gabinete federal, com a indicação de João Goulart para a pasta do Trabalho, e teve a afirmação do direito de greve e a criação do embrião de uma estrutura paralela dentro do movimento sindical. (Gohn, 2003, p. 97).

lhorias salariais. Participaram trabalhadores de empresas têxteis, metalúrgicos e gráficos e com participação intensa do Partido Comunista Brasileiro. Foram movimentos de cunho econômico e político, com o reaparecimento das Comissões de Fábrica. Culminou com a criação de um órgão de comando intersindical que originaria mais tarde o Pacto de Unidade Intersindical<sup>20</sup> (PUI).

Com efeito, e de acordo com a análise de Lênin,

(...) as fábricas, as propriedades dos latifundiários, as máquinas, as ferrovias etc.etc. são por assim dizer, rodas de uma enorme engrenagem: esta engrenagem fornece diferentes produtos, transforma-os, distribui-os onde necessários. Toda esta engrenagem é movida pelo operário, que cultiva as terras, extrai os minerais, elabora as mercadorias nas fábricas, constrói casas, oficinas e ferrovias. Quando os operários se negam a trabalhar, todo esse mecanismo ameaça paralisar-se. Cada greve lembra os capitalistas que os verdadeiros donos não são eles, e sim os operários, que proclamam seus direitos com força crescente. Cada greve lembra os operários que sua situação não é desesperada e, que não estão sós. (Lenin, 2008, p. 103)

Com a deflagração desse movimento, ficou evidenciado o descontentamento da classe trabalhadora com a política salarial de Vargas e teve um efeito cascata em outras categorias como a dos marítimos no Rio de Janeiro, Santos e Belém em junho de 1953 evidenciando que o movimento operário se encontrava distante do governo. Uma das iniciativas de Vargas para esta aproximação foi a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho que propiciou uma política conciliatória, havendo um afrouxamento da legislação repressiva e possibilitando aos movimentos operários de se fortalecerem.

O agravamento da situação econômica nacional fez aumentar a pressão dos trabalhadores sobre o governo. A inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos cresciam ao mesmo tempo em que apareciam os primeiros sinais do declínio da produção industrial e ampliavam-se os protestos do setor agro-

---

20. No ano de 1953 ocorreu duas experiências grevistas particularmente importantes para o sindicalismo brasileiro. Em março, a chamada greve dos 300 mil, que agitou São Paulo não apenas pelo grande número de manifestantes, como principalmente por ter dado origem a um Comando Intersindical, do qual nasceu uma organização à margem da estrutura sindical corporativa: o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). E em junho, a greve dos marítimos, diretamente relacionada à chegada de João Goulart ao Ministério do Trabalho. O Pacto de Unidade Intersindical - PUI, encaminhou muitas lutas na capital paulista e como consequência em 1958, surgiu o Conselho Sindical dos Trabalhadores – CST que englobava o PUI, o Pacto de Unidade Intersindical do ABC, o Fórum Sindical de Debates da Baixada Santista entre outros. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/movimentosindical](http://www.cpdoc.fgv.br/movimentosindical)>. Acesso em: 20 dez. 2012.

exportador, atingido pela política de confisco cambial dotada pelo governo. A classe operária começou a lutar pela obtenção de vantagens econômicas, apesar das negociações propostas por Vargas no sentido de obter a cooperação dos trabalhadores para um projeto de reconstrução econômica que beneficiasse todas as classes e o movimento sindical começou a recuperar agressividade.

Na segunda metade de década de 1950, o país vivia um clima de democracia e desenvolvimentismo com as medidas econômicas do então governo de Juscelino, e, conseqüentemente, o populismo enfrentou um período de maiores reivindicações trabalhista urbana e começam a ganhar maior visibilidade outros agentes como os movimentos oriundos do campo.

Uma mudança estrutural na política econômica brasileira vai ocorrer a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Ele alterou a forma de crescimento industrial, instituindo o que os historiadores economistas chamam de tripé: a associação de empresas privadas brasileiras com multinacionais e estatais, estas últimas responsáveis pela produção de energia e insumos industriais. A diferença desse novo modelo em relação ao anterior reside no fato de os bens duráveis, como foi o caso da produção de automóveis por multinacionais, passarem a ser o principal setor de industrialização.

Isso, aliás, ficaria ainda mais evidente, porque uma vez

(...) tomando posse em 31 de março de 1956, Juscelino Kubitschek, como se sabe, introduziu o eixo chave de seu programa de governo: o Plano de Metas (1956-1961). Tal política tinha como centro uma concepção desenvolvimentista, concebida pelo grupo Misto BNDE - Cepal e pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, que procurava dispor sobre o desenvolvimento econômico através de uma ação resoluta do Estado na dinamização do parque industrial, na produção energética, nos transportes, entre outros pontos estratégicos que deveriam ser atacados. (Bauer, 1995, p. 83)

Para Ianni (1972), dois momentos importantes marcaram a imposição dos interesses urbano-industriais, o primeiro, durante o governo de Vargas (1930) resultou na sobreposição dos interesses caracteristicamente urbanos por sobre os enraizados da economia primária agrícola. O segundo durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), no qual outro processo de substituição se dá, o da produção de bens de consumo duráveis e bens de capitais, representado pelo nacional-desenvolvimentismo.

(...) a partir os anos 1956, já não era mais possível reviver (...) a vocação agrária do Brasil. A indústria passara a dominar o pensamento e a ativida-

de dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios. (Ianni, 1972, p. 172)

Ianni (1984, p. 107) destaca ainda que a crise do populismo<sup>21</sup> em 1961-64 foi aguçada pela contradição entre “o poder político cada vez mais influenciado e orientado por forças de base popular, e o poder econômico, cada vez mais determinado pelos interesses da grande burguesia monopolista estrangeira e nacional”.

A política econômica desenvolvimentista de Juscelino apresentou pontos positivos e negativos para o país. A entrada de multinacionais gerou empregos, porém, deixou nosso país mais dependente do capital externo. O investimento na industrialização deixou de lado a zona rural, prejudicando o trabalhador do campo e a produção agrícola. A migração e o êxodo rural descontrolado fizeram aumentar a pobreza, a miséria e a violência nas grandes capitais do sudeste do país.

## **O GOLPE DE 1964 E A ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA**

O Golpe Militar de 1964 representou uma opção da burguesia nacional de reintegrar o país no sistema capitalista mundial, mediante ao “capitalismo dependente” ou “associado”, concretizado pelos processos de concentração e centralização do capital via empresas multinacionais, em especial as norte-americanas. Desse modo, podemos dizer que “o milagre ‘econômico, o modelo brasileiro’ de desenvolvimento capitalista, a repressão, censura (...) e muitas outras manifestações da economia política da ditadura tem muitíssimo a ver com a economia política da grande burguesia estrangeira e nacional” (Ianni, 1984, p. 108).

Dentre as consequências do aprofundamento da penetração do capital estrangeiro no Brasil, o autor aponta a crescente dependência da burguesia industrial em relação aos interesses estrangeiros e a sua incapacidade de governar de forma mais autônoma o processo de acumulação do capital. Outro efeito da internacionalização no país consiste na exigência crescente de eficiência com a influência do Estado, resultando em um processo de “modernização”. De fato, podemos, então, dizer que a política inaugurada pela

---

21. Em Ianni (1984, p. 21), verifica-se a síntese desse processo: “sob o Estado populista (1930-64), que passa por um período de ‘formação’ (1930-37) e pela ditadura do Estado Novo (1937-45), predominam os interesses do bloco industrial – agrário, vinculado ao café e à indústria de bens de consumo duráveis. A partir de 1964, sob o Estado militar, apoiado em um poderoso bloco industrial, ou melhor financeiro e monopolista estrangeiro”.

Ditadura Militar em 1964, substituiu a ideologia do desenvolvimento pela ideologia da modernização.

A ascensão do movimento sindical manteve-se até 1964, e as lutas da classe operária foram interrompidas com o Golpe Civil-Militar<sup>22</sup>, como consequência, houve repressão e controle sobre a vida sindical e, imediatamente, os sindicalistas mais combativos começaram a pensar nas formas mais adequadas para a retomada da luta. A única força política organizada do meio operário tinha como proposta para os seus militantes na área sindical a pura preservação de posições, onde quer que isso fosse possível, pois esta era o alvo principal da ação repressiva do novo governo.

No dia 31 de março de 1964, depois de longo período de conspiração e discursos golpistas proclamados através da grande imprensa, com apoio dos setores do clero católico, do empresariado e dos políticos que se opunham ao ideário reformista de Goulart, os militares se reuniram e tomaram o poder, com apoio dos Estados Unidos.

Conforme o detalhamento e o posicionamento de Del Priore e Venancio,

(...) o Golpe Militar de 1964 pode ser acusado de muitas coisas, menos de ter sido uma mera quartelada. Havia muito, tal intervenção era discutida em instituições, como a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, ou o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), fundado em 1962 por lideranças empresariais. Outro indício de que o golpe vinha sendo tramado havia tempos ficou registrado nos documentos de operação “Brother Sam”, através da qual se prevê, caso houvesse resistência, que o governo norte-americano “doaria” 110 toneladas de armas e munições ao Exército brasileiro. Por ser fruto desse planejamento prévio, não é surpreendente que a instituição militar apresente um projeto próprio de desenvolvimento para o país- aliás, compartilhado pela maioria do empresariado nacional. Em larga medida, tal projeto consiste em retomar o modelo implantado em fins da década de 1950, aquele definido como tripé, baseado na associação entre empresas nacionais privadas, multinacionais e estatais. (Del Priore & Venancio, 2010, p. 277-278)

Na vigência do novo regime, o processo de desenvolvimento do movimento sindical foi interrompido e o governo passou a exercer um forte controle

---

22. Para o período do regime civil-militar consultamos: Kowarick, *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, 1975. / Soares; D’Araújo (orgs.), *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*, 1994. / Castro, *O golpe de 1964 e a instauração do regime militar*. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>. Acesso em: 16 dez. 2012.

sobre os sindicatos. Assim, houve um verdadeiro desmantelamento das organizações sindicais por meio da prática de prisões ou intervenções policiais nas entidades de classe, bem como a colocação dos interventores na presidência dos sindicatos e o estabelecimento de uma política salarial, de modo que estes foram os principais elementos de tal forma de desestruturação da atividade sindical. E como consequência a condição para a implantação de uma política econômica assentada no arrocho salarial e na redução dos direitos sociais.

Na análise de Giannotti (1986, p. 32), militares e tecnocratas adotaram medidas sociais visando à domesticação da classe operária, e tentaram redirecionar a atividade sindical. O objetivo era passar do sindicalismo que, pejorativamente, chamavam de baderneiro, reinante antes de 1964, para um novo tipo de sindicalismo, dito construtivo.

Dentro dessa perspectiva, Ricardo Antunes (1986) afirma que o de mais grave aconteceu aos sindicatos, foi o cumprimento da legislação sindical defensora da “paz social” e da negação da luta de classes, quando reafirmou e reforçou o papel dos sindicatos como meros órgãos assistencialistas e de agentes entre o Estado e a classe trabalhadora.

As alterações mais significativas, introduzidas, no nível econômico, depois de 1964, marcam mudanças nas relações entre capital e trabalho. Dentre essas modificações, destacam-se a política salarial, a substituição do sistema de estabilidade decenal no emprego pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, FGTS a contenção de créditos, a racionalização das atividades empresariais, com o surgimento da ampliação e diversificação das burocracias ligadas às atividades econômicas. Tais medidas visavam conter a inflação, mas, na verdade, acabaram privilegiando as grandes empresas.

Houve modificações na política salarial introduzidas pelos militares. Por meio de uma série de leis, buscava disciplinar aumentos e reajustes correspondentes, utilizando-se de decretos que determinavam índices para as correções salariais dos trabalhadores em empresas estatais e de economia mista, pela lei 4725 de julho de 1965, estendendo estas medidas, num segundo momento ao setor privado. Os reajustes passaram a ter seus índices decretados anualmente pelo Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS). Como consequência, entre 1964 e 1968 os trabalhadores tiveram seus salários reduzidos em mais de 30%.

A insatisfação de grande parte da sociedade brasileira se expressava nas oposições sindicais, na juventude universitária e nas artes em geral. Mesmo com toda repressão, os movimentos de resistência contra a ditadura receberam adesão de escritores e gente do teatro e do cinema perseguidos pela censura e da população em geral. As principais capitais do país, principalmente



o Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, em pouco tempo se tornaram praça de guerra, onde estudantes e policiais se enfrentavam quase que diariamente. Em 26 de 1968, 100 mil pessoas participaram da Passeata dos Cem Mil,<sup>23</sup> marcharam pelas ruas do Rio de Janeiro exigindo abrandamento da repressão, o fim da censura e a redemocratização do país. A novidade foi a presença de religiosos, que aderiram aos protestos, muitos deles adeptos da ala da Igreja ligada aos movimentos sociais.

A intervenção não aconteceu somente nos sindicatos, ela se estendeu por toda a sociedade. Lutas veladas ou armadas começaram a aparecer, bem como movimentos organizados de resistência e de guerrilhas urbanas e o país começou a assistir o recrudescimento de um regime cada vez mais ditatorial. Uma série de denúncias aos adversários do governo com prisões e torturas foi impetrada.

A necessidade de angariar fundos para sustentar estas guerrilhas deu ensejo a muitas ações, pois, como salientam Del Priore e Venâncio (2010, p. 282-283), para

(...) o processo revolucionário são necessários recursos financeiros. Em 1967, inicia-se uma série de roubos a bancos por parte dos grupos guerrilheiros, processo que se arrasta até o início dos anos de 1970 e resulta em cerca de trezentos assaltos (ou como se dizia na época, desapropriações revolucionárias), com a arrecadação de mais de dois milhões de dólares. Na prática, a guerrilha – salvo no caso do Araguaia – não se estende ao campo. À medida que o sistema repressivo realiza prisões, o emprego sistemático da tortura faz com que mais e mais revolucionários sejam capturados. Em 1969, a própria dinâmica do movimento guerrilheiro é alterada, passando a ter como objetivo resgatar os companheiros das masmorras militares. Os assaltos a banco vão dando lugar a sequestros – dentre os quais os dos embaixadores norte-americanos, alemão e suíço no Brasil –, cujos resgates são a libertação de prisioneiros políticos.

O movimento estudantil aconteceu em vários estados brasileiros, porém, os mais duramente atingidos foram os de São Paulo<sup>24</sup>, Rio de Janeiro e Bra-

---

23. A Passeata dos Cem Mil foi uma manifestação, na cidade do Rio de Janeiro organizada pelo movimento estudantil e que contou com a participação de artistas, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira. Apesar da repressão, as manifestações estudantis continuaram, até 13 de dezembro de 1968, quando foi promulgado o AI-5 (Ato Institucional, n. 5), marcando o início dos “Anos de chumbo” da ditadura civil-militar brasileira. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

24. O movimento estudantil de São Paulo em outubro de 1968, ao organizar clandestinamente o 30º congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), o movimento estudantil praticamente se suicidou. Descobertos em Ibiúna no interior de São Paulo, 1200 foram presos. A liderança inteira, entre eles Vladimir Palmeira, caiu em mãos da polícia numa só operação. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

sília. A insatisfação da juventude universitária com o Regime Militar de 1964 recebeu adesão de escritores e gente do teatro e do cinema perseguidos pela censura. As represálias não tardaram, e em apoio ao regime surgiu o Comando de Caça aos Comunistas – CCC agrupamento político, de extrema-direita, que se especializou em atacar peças de teatro e em espancar atores e músicos considerados subversivos.

O ano de 1968 foi emblemático para o mundo todo e para o Brasil em especial. Representou o auge de um momento histórico de intensas transformações políticas, culturais e comportamentais que marcaram a segunda metade de século XX. Em dezembro de 1968, a Constituição de 1967 do Regime Militar foi alterada pelo Ato Institucional n. 5, (AI-5), que fechou o Congresso e as Câmaras de Vereadores, suspendeu garantias constitucionais e deu poder ao executivo para nomear interventores para qualquer cargo executivo, legislar sobre todos os assuntos e suspender o recurso do *habeas corpus*<sup>25</sup>.

O movimento operário que começara a se organizar desde o início da década de 1960 no chão das fábricas, através de grupos clandestinos, reivindicações específicas e as comissões de fábricas, contando em grande parte com a participação de muitos trabalhadores, teve suas maiores expressões em abril, maio e julho de 1968. Significou o aparecimento das chamadas Oposições Sindicais, que proclamavam sua independência dos sindicatos oficiais.

Neste ínterim,

(...) a partir de 1968, integraram-se à Oposição, militantes oriundos da Ação Popular (AP), da Organização Comunista Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO) e da corrente trotskista (Organização Comunista 1º de Maio). Esta militância orientava-se, de um lado, pelo questionamento à política para a classe operária do PCB antes de 1964, pela autocrítica do cupulismo e à ausência de democracia de base nos organismos operários e políticos e, de outro lado, pela crítica à alternativa da luta armada. A presença dos militantes de esquerda neste coletivo operário foi marcada por posições e práticas muito diferenciadas entre si, cheias de idas e vindas, interrupções e retornos, que dependiam muito mais da situação interna de suas organizações políticas do que das necessidades

---

25. O *habeas corpus* (que tenhas o corpo) é uma garantia constitucional outorgada. Segundo a Constituição, a garantia “beneficia quem sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. No Brasil, o primeiro código que reconheceu esse instrumento legal de proteção individual foi a Constituição de 1891. Disponível em: <[www.boletimjuridico.com.br](http://www.boletimjuridico.com.br)>. Acesso em: 11 dez. 2012.

da ação operária. Este comportamento agravou-se com o isolamento e a desagregação impostos pela repressão política. (Batistoni, 2001, p. 46)

O ano de 1968 foi marcado por duas grandes greves; a primeira em abril na empresa siderúrgica Belgo Mineiro em Contagem (Minas Gerais), e a outra em junho na Cobrasma na cidade de Osasco (São Paulo). A greve de ocupação na siderúrgica da empresa, Belgo Mineira, contou com 1.200 trabalhadores. Os grevistas reivindicavam 25% de aumento salarial. No terceiro dia, a paralisação se expandiu para outras indústrias paralisando em torno de 16 mil trabalhadores. Ao final, a luta foi vitoriosa, com o governo assinando um decreto dando 10% de aumento.

De acordo com informações obtidas por Batistoni (2001, p. 42), sobre as paralisações operárias, naquele conturbado período,

(...) na greve mineira, os trabalhadores ignoraram a existência da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Esta, empossada pelo Ministério do Trabalho, havia impugnado parte dos membros da chapa de oposição, vencedora das eleições sindicais em 1967 e encabeçada por um ex dirigente cassado em 1964. A paralisação foi preparada a partir da organização semiclandestina nas fábricas e nos bairros, com amplo apoio de moradores da região, estudantes, professores e intelectuais. A greve durou poucos dias, foi julgada ilegal e a Polícia Militar ocupou a cidade industrial.

O que se verificou neste movimento paredista foi a ausência do controle do sindicato, quando seu presidente, ao negar que a entidade tivesse promovido ou dirigido a paralisação, propiciou a visibilidade das oposições sindicais, que passaram a ser os principais instrumentos dos trabalhadores para expressarem seu descontentamento com o sindicato pelego e o regime. Gohn (2005, p. 108), afirma que “a importância destas greves está no significado político que tiveram”, pois foi uma das poucas reações da classe operária diante da estagnação econômica em que se encontrava o país.

Outro fato relevante aconteceu na comemoração no emblemático Primeiro de Maio de 1968. Houve uma manifestação em que foram expulsos do palanque oficial, na Praça da Sé no centro da capital, o então governador do estado de São Paulo e toda a direção dos sindicatos atrelados ao governo, com pedradas e atos violentos tanto dos operários como por parte da polícia. Muitos foram presos, mas significou a retomada das tradições da luta do trabalhador e a recusa em fazer um ato oficial, com representantes do Regime Militar.

A greve na Cobrasma, em Osasco, influenciou outros setores da cidade que aderiram de alguma forma à mobilização. A greve durou dois dias, até que o exército foi chamado para reprimir os trabalhadores e levar cerca de 60 operários presos. A greve, com objetivos claramente econômicos e políticos, aglutinou as oposições sindicais e reuniram os elementos mais combativos da categoria metalúrgica, eles estavam dispostos a lutar não só dentro do sindicato, mas fora dele, contra a Ditadura Militar e a burguesia. As greves de Osasco e de Contagem mostraram claramente o potencial revolucionário da situação e das mobilizações que tendiam a se generalizar através da ascensão da classe operária. Entretanto, com a implantação do Ato Institucional n. 5, o movimento sindical foi calado.

O país passou por um notável surto de crescimento econômico, entre os anos de 1968 a 1973. Foi o período do chamado milagre econômico. Como consequência, um valor cada vez maior passou a ser atribuído à planificação, à tecnologia e aos profissionais especializados. Mas o milagre passava longe de resolver as questões sociais e os problemas advindos da situação política social e econômica. Os trabalhadores eram os mais prejudicados. A partir de 1973, a situação do país não possibilitava mais o otimismo, o milagre econômico cobrava sua atuação ilusória. Contribuíram para este fato, o choque do petróleo, a elevação da inflação e a consequente perda de renda dos trabalhadores, que começaram a buscar por meio das manifestações públicas, melhores salários e condições de trabalho.

À aparente ordem imposta pelo Regime Militar a partir de 1964, os trabalhadores contrapõem uma nova ordenação, com a organização das lutas e das greves que empreenderam na segunda metade da década de 1970, assim, eles dão sinais de ruptura de uma longa fase de assimilação dos conflitos sociais.

A intensidade e a magnitude do movimento dos trabalhadores transbordam a esfera da produção, atingindo diversas instituições: igreja, partidos políticos, escolas, entre outras. O momento de transição do governo civil-militar para o civil foi muito rico, pela emergência de movimentos sociais e de produção cultural. Vale salientar o caráter articulado dessa produção com o esforço dos excluídos do regime autoritário para se organizarem. A efervescência dos movimentos sociais articulada com o esforço de auto-organização dos “excluídos” do Regime Militar se registrou neste período e prosseguiu até a transição do governo militar para o civil, no início dos anos 1980.

Os setores médios (trabalhadores em serviços, autônomos, ou, ainda, pretensos profissionais liberais, por exemplo), em face das pressões de seu crescente assalariamento, buscaram sindicalizar-se e associar-se aos setores

populares organizados e em luta por melhores condições de vida. A erupção de fortes movimentos sociais populares, especialmente os dos trabalhadores assalariados, muitas vezes à margem da luta institucional, no período de 1978 a 1980, causou impacto sobre a legitimidade do governo civil-militar, esvaziando-o. Em uma sociedade que se vai organizando, diversas instituições sociais pautaram-se pela luta em favor da democracia. Dentre elas, destacam-se as organizações sindicais, a Igreja, por sua ala progressista, diversos órgãos representativos (os setores médios), como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), e alguns partidos políticos.

O período de estagnação em relação às grandes greves terminou entre os anos de 1978 e 1979. Vale salientar que as greves desse período romperam com a ordem estabelecida, criando um fato novo. Na verdade, essas greves, sobremaneira as de 1978, aconteceram apesar da lei proibitiva de greve, das normas estabelecidas sobre política salarial e da legislação sindical. Os líderes sindicais enxergaram a existência de um vasto campo político no sistema brasileiro de relações industriais, possível de ser conquistado pela via reivindicatória, apesar das proibições governamentais e das medidas que objetivavam a desmobilização dos trabalhadores, entre elas, a Política Salarial e a Justiça do Trabalho.

A classe operária começou a reagir e se mobilizar com a greve dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, o mais longo período de lutas operárias na história do Brasil. Este movimento grevista, iniciado por meio do sindicato dos metalúrgicos do ABC26 paulista, fez com que nascesse essa nova fase na ação sindical em todo país. Esta grande greve teve a participação de mais de três mil metalúrgicos da Saab-Scania, e começaram de forma inusitada, os funcionários entraram na fábrica, mas não ligaram as máquinas.

Na descrição efetivada por Carlos Bauer (1995, p. 225), entre outras coisas, ficamos sabendo que

(...) na luta pela conquista dos interesses mais básicos e objetivos, as greves continuam se multiplicando por todas as categorias. (...) um dos principais manifestos desta onda grevista foi quando, no dia 12 de maio de 1978, os

---

26. ABC Paulista, Região do Grande ABC, ABC ou ainda ABCD é uma região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo, parte da Região Metropolitana de São Paulo porém com identidade própria. A sigla vem das três cidades, que originalmente formavam a região, sendo: Santo André (A), São Bernardodo Campo (B) e São Caetano do Sul (C) - Diadema (D) é às vezes incluída na sigla. Essas três cidades possuíam nomes de santos, dados em ordem alfabética no ato de suas fundações, devido à influência da religião Católica na região, fato este que deu a origem da sigla “ABC” Paulista, a região dos três santos de São Paulo. Disponível em: <[www.wikipedia.org/Grande\\_ABC](http://www.wikipedia.org/Grande_ABC)>. Acesso em: 2 fev. 2012.

operários da Saab-Scania do Brasil S/A, localizada na cidade paulista de São Bernardo do Campo, depois de entrarem na empresa, ponto batido e macacões vestidos, diante de suas máquinas de trabalho, paralisaram suas atividades e cruzaram os braços.

Os metalúrgicos da empresa do ABC eram liderados pelo ferramenteiro Gilson Menezes. De um lado, a luta por aumento salarial e melhores condições de trabalho, do outro, o medo da repressão e de ser considerado subversivo. Nesse clima, a greve “Braços cruzados, máquinas paradas”<sup>27</sup> iniciaria um movimento que acabaria por inflamar os ânimos em outras empresas, que também pararam dias depois, e serviria de exemplo para outros movimentos, mais organizados e para nova onda de greves e paralisações de 1979. Esta greve alcançou outros setores e outros estados da federação, como o caso da greve dos trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.

Uma série de fatores fez emergir na década de 1980 um vigoroso processo de participação e organização dos movimentos da sociedade civil, dos sindicatos, movimentos populares, eclesiais entre outros. Em decorrência das profundas mudanças na estrutura produtiva, surge o novo sindicalismo. Por “novo sindicalismo”, compreende-se o movimento dos trabalhadores em direção à construção de um sindicalismo de massa, autônomo, livre, democrático e de classe. Tal movimento, com caráter ideológico explícito, resultou concretamente na criação do Partido dos Trabalhadores – PT e na Central Única dos Trabalhadores – CUT.

A criação e a trajetória do Partido dos Trabalhadores – PT está estreitamente relacionada à construção do “novo sindicalismo” no Brasil. Teve sua origem nas organizações sindicais dos trabalhadores do ABC paulista, e onde ocorreram as primeiras greves que romperam com as normas vigentes. Nesse quadro, o novo sindicalismo assume o papel de protagonista das lutas pela democracia no país, ultrapassando as reivindicações de caráter trabalhista. Sua importância decorre do processo de organização política das classes trabalhadoras, o que lhe dá uma raiz societária. Inegavelmente, ele representou um marco histórico de caráter político para as classes trabalhadoras. Apresentava uma proposta de representação autônoma, organizada em torno da articula-

---

27. O movimento dos metalúrgicos de São Paulo no final da década de 1970 conquistou melhorias de trabalho através de greves organizadas no ‘chão de fábrica’. “Braços cruzados, máquinas paradas” de 1978 é certamente um marco na história do cinema nacional e um dos valiosos documentos históricos de um dos mais marcantes períodos de luta de classes no Brasil. O filme trata a realidade de época de maneira próxima, sem o distanciamento que por vezes caracteriza as obras cinematográficas. Disponível em: <[www.ceep.org.br/espaco-de-formacao](http://www.ceep.org.br/espaco-de-formacao)>. Acesso em: 2 dez. 2012.

ção de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares, e comprometida explicitamente com suas lutas.

Antunes (1991) indica que essas transformações do movimento iniciado entre os trabalhadores se constituíram no embrião de uma nova corrente do movimento sindical brasileiro materializado em ações e projetos que se articulavam em torno da crítica à legislação trabalhista brasileira e da busca da livre negociação, da organização de comitês internos às empresas com delegações sindicais próprias e, principalmente, da libertação das entidades sindicais da tutela do Estado, com plena autonomia para a formação de associações de trabalhadores.

O termo “Novo Sindicalismo” passou a ser utilizado como expressão da atuação dos sindicatos identificados com lutas mais amplas, visando ao fim da Ditadura Militar, a ação contra as políticas econômicas recessivas de arrocho salarial, com o apelo à negociação coletiva e à greve. Entretanto, em 1980<sup>28</sup>, na greve marcada para maio, a participação não foi expressiva como no ano anterior.

Ainda de acordo com a análise do professor Ricardo Antunes,

(...) este refluxo deveu-se basicamente às seguintes causalidades; a derrota da greve dos 41 dias no ABC paulista, no início de 1980, quebrando aquele que então se colocava como polo mais avançado das lutas sindicais em nosso país. A acentuação do quadro recessivo no início do ano, jogando a ação dos trabalhadores para o da preservação do emprego, também acrescentou um elemento de defensividade à ação sindical. E, é bom lembrar, em novembro de 1979, foi introduzida a então designada “nova política salarial”, que objetivava conter e refluir o movimento reivindicatório. (Antunes, 1991, p. 16)

Este fato e a situação conjuntural brasileira provocaram um período de recolhimento das grandes greves, mas o movimento operário estava em plena efervescência, planejando e executando ações de grandes repercussões nacionais, como os debates organizacionais para a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que aconteceria em 1983. Com o objetivo de unir as várias tendências do movimento trabalhista, a CUT apresentou uma proposta de organização sindical independente. Pela primeira vez, conseguia-se congregar trabalhadores do campo e da cidade.

Por conta disso, desde logo a CUT deitou suas raízes em quatro expressivas fatias da classe trabalhadora brasileira: no operariado industrial, nos trabalhado-

---

28. Em 1978 e 1979 houve um ressurgimento das grandes greves, configurado em ação econômica e política e mobilizando segundo Antunes (1991, p. 15) meio milhão de trabalhadores e a incrível quantidade de 3.241.500 trabalhadores em 1979. Mas este contingente não se repetiu em 1980, na greve de maio. Neste ano, a participação ficou em cerca de 800 mil grevistas. (Antunes, 1991, p. 15).

res rurais, nos funcionários públicos e nos trabalhadores vinculados ao setor de serviços. Esta representação heterogênea – que expressa o mundo do trabalho em nosso país –, mas efetiva e real, “se constituiu na mais expressiva entidade sindical nacional, dentre aquelas aqui existentes” (Antunes, 1991, p. 50).

O contingente de expressiva participação nas greves não se repetiu em 1980, no dia do trabalho. Neste ano, a participação ficou em cerca de 800 mil grevistas, isso ocorreu devido à introdução da nova política salarial, que implantava a semestralidade nos reajustes salariais, também objetivava o enfraquecimento do movimento reivindicatório ao criar a correção por faixas salariais e negociação direta a título de produtividade.

A retomada do movimento operário na década de 1980 marcou o ponto mais alto da possibilidade insurrecional do proletariado brasileiro e sua centralidade. As ações operárias de massa deste período constituem um momento sem equiparação na história do movimento operário brasileiro. A classe operária brasileira destacou-se nacionalmente como sujeito político organizado contra o governo e o patronato, depois de ter se projetado com as greves operárias do ABC decorrida a partir de 1978, 79 e 80, cuja projeção da luta capital-trabalho ultrapassou a dimensão local. Influenciou uma série de outros movimentos sociais no Brasil, com uma onda de mobilizações, greves, ocupações e piquetes desencadeados a partir dos diversos locais de trabalho, somado à crise econômica que aprofundou imensamente a crise política do Estado ditatorial.

Um dos elementos positivos que se pode reter é que mesmo a derrota do movimento grevista de 1980 não pôde reverter o desgaste a que o governo e o patronato foram expostos pela ação operária organizada. Esta organização e mobilização deflagrou uma série de greves; em 1981, os operários da Ford decretam uma importante greve. Frente às mobilizações, a burguesia e o patronato, apoiados pelo governo respondiam com demissões em massa e repressão policial e militar.

A Volkswagen de São Bernardo do Campo, em janeiro de 1981, anunciou a demissão de, aproximadamente, 3 mil trabalhadores, colocando mais 7 mil em férias, além disso, a empresa, ainda que sem sucesso, procura implantar uma técnica toyotista de produção CCQ (Circulo de Controle de Qualidade).

Em 1983, foi realizada, no país, a primeira greve geral da década, com destaque para a adesão ao movimento paredista ocorrida na região do ABC paulista, contra a política salarial do governo e por liberdade sindical. Outras 62 greves foram registradas sendo que a greve das montadoras desencadeada em novembro deste mesmo ano durou dez dias (Renner, 2002).



Para conter a inflação econômica o governo novamente resolve arrochar os salários e cassa militantes sindicais. Segundo foi apurado pelos professores Ricardo Antunes (1991) e Armando Boito (1999), a greve geral de 1983, que durou apenas um dia, envolveu cerca de 3 milhões de trabalhadores. A segunda greve geral ocorreu em 1986, seguida por uma terceira em 1987 e por fim a quarta greve geral em 1989. Em 1988, tem-se uma importante greve com ocupação e enfrentamento armado com o exército na Companhia Siderúrgica Nacional. Esta greve foi seguida pelas greves com ocupações da Belgo-Mineira e da Mannesmann em 1989.

No movimento operário, em 1989 já havia expressado certo esgotamento da ascensão do proletariado brasileiro como força social ligado ao movimento operário internacional. Já se tinha moldado uma consciência de massa, que naturalizava a conciliação de classe, obstruindo as possibilidades de independência de classe.

A década de 1990 foi um período de perdas políticas para o movimento operário. A política neoliberal desenvolvida por Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso modificou a situação dos trabalhadores de tal forma que a mera manutenção dos empregos passou a ocupar o centro das principais lutas sindicais. Através da privatização do setor público, aumento do desemprego e das perdas salariais, a maior parte dos sindicatos ficaram desmobilizados e as possibilidades de greve foram gradativamente reduzindo.

O avanço do capital, a coerção e a crescente pressão política e ideológica sobre os trabalhadores conduziram a uma crise do movimento operário e muitas organizações renunciaram a princípios que nos anos 1980 eram vistos como progressistas e decisivos. A democracia de base, a renovação nas direções, a estrutura unitária, o planejamento estratégico, as greves gerais e a consciência política foram perdendo cada vez mais seu significado. A maioria das lutas foi conduzida de forma fragmentada e os seus resultados tornaram-se conseqüentemente menores, o que desmotivou a participação de muitos trabalhadores nesses movimentos. Apesar disso, existem em torno de 20 mil sindicatos oficialmente registrados no Brasil.

As reformas neoliberais atingiram categorias assalariadas importantes do Brasil, como o caso dos metalúrgicos, base do sindicalismo organizado no país. Nesse sentido a reestruturação produtiva, somada ao neoliberalismo, acabou por constituir uma investida do capital na produção, debilitando as condições de articulação e de vida da classe trabalhadora, pois estabelece novos níveis de precariedade no mundo do trabalho e enfraqueceu a capacidade organizativa. A década de 1990 foi uma década de refluxo no movimento sindical e popular.

Na avaliação de Armando Boito (2009), os primeiros dez anos do século XXI constituíram a década da acomodação política do movimento operário e popular. A existência do Governo Lula, um governo que, ao mesmo tempo, manteve e reformou o neoliberalismo, contribuiu para que essas lutas se mantivessem confinadas no nível reivindicativo e localizadas, desviando-se do objetivo de uma luta política geral contra o próprio modelo neoliberal. A política econômica do governo teve impacto no movimento operário e sindical.

O Governo Lula reformou também parte da legislação sindical, de modo a dotar à direção das centrais sindicais de um controle maior sobre as suas bases e de modo a provisioná-las com fundos financeiros vultosos. A política social do governo repercutiu nos movimentos populares de urgência, como os sem-teto e sem-terra, e no movimento estudantil. Mas essa acomodação política não significou o desaparecimento das lutas. As greves operárias e de trabalhadores de classe média e as ocupações de terra pelo movimento camponês mantiveram-se num nível elevado ao longo da década de dois mil. O Brasil vem assistindo, pelo menos desde 2004, à recuperação da atividade sindical e grevista, com destaque para os movimentos organizados pelos trabalhadores em educação.

## **O PROFESSOR ENQUANTO TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO: SEU PAPEL SOCIAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Tornou-se comum no universo acadêmico, especificamente entre aqueles que se debruçam sobre a área da educação, o debate acerca do papel do professor em meio ao processo educativo institucional, ou na educação como um todo. Baseando-se em pesquisas e trabalhos das mais variadas vertentes, muitas vezes de cunho conservador, convencionou-se construir uma imagem e uma representação concebida desse sujeito cumpridor desta tarefa. E muitas dessas construções acabam por cair no puro campo do idealismo, sem uma base empírica e deslocada da realidade. Será essa proposta permeada por interesses de cunho ideológico?

Contrariando a maioria das pesquisas em voga e o discurso hegemônico acerca do tema – estes centrados em análises de políticas públicas construídas verticalmente e de falhas localizadas do processo educacional – nos propomos aqui a iniciar o debate, afirmando a necessidade de aprofundarmos o assunto a partir da localização do docente, ou melhor, do trabalhador em educação, nas relações sociais do modo capitalista de produção, ou seja, localizá-lo no contexto da luta de classe, não apenas como sujeito, mas como ator do processo.

Ao questionarmos se podemos ou não considerar o professor enquanto trabalhador, devemos levar em consideração diversos fatores que contribuem para a compreensão do fenômeno. Terá o docente papel dentro da estrutura econômica do capital? Ele é um trabalhador produtivo ou improdutivo? Seu trabalho se resume apenas a uma reprodução ideológica do modo de produção capitalista? Aproveitando dos debates já realizados anteriormente, gostaríamos de apontar alguns elementos para essa querela.

Para isso precisamos nos localizar neste debate. Contrariando a interpretação de alguns pesquisadores da área, que realizam o mesmo deslocado do contexto da sociedade de classes, procuraremos dar um enfoque a partir do posicionamento de que o professor pertence a classe social dos trabalhadores, e questionando a sua localização enquanto classe média, dado por alguns como Ridenti e Rodrigues<sup>29</sup>; e por sua posição na estrutura econômica do capital, fugindo da ideia e conceito de profissional liberal que acreditamos não se encaixar mais na atual etapa histórica do capitalismo.

Muito tem se debatido sobre o papel do trabalho do professor na produção capitalista. Realizá-lo suscita questões que merecem uma pequena discussão: até onde é correto afirmar que o trabalho docente é ou não é improdutivo? É certo que a produção de riqueza material resulta do trabalho produtivo realizado diretamente sobre o objeto pelo trabalhador manual – ou seja, a transformação de um bem material em outro bem por meio do trabalho humano, produzindo riqueza e gerando “mais-valia” –, e que os técnicos, os engenheiros, ou até mesmo o conhecimento intelectual que possui o operário, não acrescenta, de fato, valor direto e real ao produto final, não produzindo riqueza adjacente do que o próprio trabalho manual já realiza. No entanto, observar mecanicamente o processo produtivo a partir da fragmentação de seus elementos constitutivos pode nos dar falsas impressões desse intrincado processo.

Nos últimos quarenta anos acompanharam uma drástica reestruturação no modo de produção capitalista. Uma das formas de obter melhores resultados na produção de riquezas foi englobar num mesmo contexto de trabalho os diferentes sujeitos do processo geral. Trabalhadores manuais continuam tendo o papel fundamental na reprodução do capital, contudo, os trabalhadores improdutivos, que dão as condições necessárias ao trabalho produtivo, tiveram acentuados a sua participação nesse processo (Frigoto, 2001). A isto chamamos de trabalho social. Nesse trabalho, aqueles que antes eram consi-

---

29. Marcelo Ridenti e Leônicio Martins Rodrigues, em seus livros *Professores e ativistas da esfera pública* e *Partidos e Sindicatos*, apontam que a categoria profissional dos docentes se localiza no que convenção chamou de classes médias, e que apesar de serem assalariados, não pertence a classe social dos trabalhadores.

derados “intelectuais” são inseridos mais diretamente no processo produtivo e sofrem um processo de proletarização, com uma queda visível dos níveis salariais, e suas condições de trabalho e de vida são precarizadas.

Como pesquisadores da área educacional, gostaríamos de dar uma pequena contribuição acerca do tema, propondo uma análise histórica do fenômeno de proletarização do atual trabalhador docente, ou seja, o professor. No caso do Brasil – especificamente –, o desenvolvimento da categoria dos professores e, de certo modo, dos trabalhadores em educação em geral, está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento da educação formal e institucional brasileira, e esta, ao desenvolvimento da economia capitalista e das relações sociais de produção no Brasil. Em outras palavras, a formação social dos docentes brasileiros está ligada ao processo econômico-social do país. Diante dessa constatação, compreender como se gestou a relação economia/sociedade brasileira ao longo dos séculos XIX e XX torna-se pontapé inicial de nossa análise.

Não é nosso compromisso, neste estudo, analisar esse período da história brasileira profundamente, muito menos a educação formal que se desenvolveu ao longo desse primeiro século. Fazer isso seria desviar de nosso foco. No entanto, uma breve recapitulação da constituição da categoria profissional e social dos professores nos daria um pano de fundo histórico fundamental para o desenvolvimento do tema, tendo em vista nossa abordagem pelo materialismo histórico dialético. Em pesquisa realizada previamente, podemos perceber que a grande parte dos trabalhos<sup>30</sup> acerca desta problematização parte de um enfoque já consagrado na literatura acadêmica. Enfoque que de certa forma se posiciona diferentemente da interpretação que buscamos: a de que os professores constituem-se como uma categoria pertencente à classe social dos trabalhadores. “O docente, a despeito da especificidade de sua tarefa relativa à reprodução dos valores e dos conhecimentos da sociedade, não constitui uma terceira categoria, uma classe diferente. É um trabalhador explorado como os demais” (Dal Rosso, 2011, p. 20). Aqui buscaremos expor essa interpretação e apontar algumas contradições que nos parecem significativas para ilustrar o debate.

Não podemos deixar de considerar que a educação de um determinado período histórico é fruto de uma necessidade socioeconômica desta mesma época. No primeiro momento do Brasil pós-independência, essa necessidade

---

30. Entre eles se encontra o livro de Carlos Monarcha, *Escola normal da praça: o lado noturno das luzes*, que analisa o tema a partir das ideias pedagógicas e dos feitos de personagens individuais na história da famosa escola paulistana. Muitas obras seguem o mesmo tipo de análise, consagrado por um setor interessando neste tipo de enfoque.

era regida por uma economia monocultora (que, ao longo do século XIX, terá a predominância do café) baseada no latifúndio e em uma sociedade ruralizada e escravista.

No entanto, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no país, a educação brasileira vai sofrendo um processo de transformação gradual e constante. O professor, como não poderia deixar de ser, será o maior reflexo destas transformações. Seu papel dentro da escola será regido pelas transformações econômicas que ocorreram na sociedade como um todo, à medida que o fenômeno educacional mais se inserir na economia institucional.

O capitalismo necessita formar sua força de trabalho. O desenvolvimento do capitalismo estará intrinsecamente ligado a sua capacidade de absolver a riqueza produzida por uma mão de obra produtiva, porém barata, que possibilite a exploração cada vez maior de mais-valia. A escola formal vem ao encontro a esse objetivo, ao propor a produção daquela que é a mercadoria mais valiosa do capital: a própria força de trabalho, capaz de produzir todas as demais mercadorias. O professor, ou trabalhador docente, irá se inserir neste contexto. As relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista não irão se restringir apenas ao ambiente fabril, mas em todas as esferas socioeconômicas. Suas antigas formas de existência material no interior da escola, aos poucos, vão sendo substituídas à medida que vão surgindo nossas necessidades extraescolares. Ou seja, acompanhando e refletindo o desenvolvimento das classes sociais e da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista no ambiente escolar.

A introdução de novos mecanismos de reprodução significa que o saber deixa de se concentrar no professor, enquanto artesão e passa a concentrar no capital. A ampliação da divisão do trabalho no aparelho escolar e a introdução de novas tecnologias, como meio de produção, cria as condições para a universalização de relações especificamente capitalistas nas atividades educacionais. Não é por acaso que o mito da atividade docente como sacerdócio está definitivamente esgotado, pois, agora, o trabalho docente é simplesmente trabalho, como qualquer outro. (Sá, 1986, p. 26)

Sadi Dal Rosso observa que a principal mercadoria é a força de trabalho, “a única que possui a virtualidade de conferir valor a toda às outras mercadorias” (2011, p. 25), e a seu caráter de trabalho não é garantido apenas na sua capacidade física, mas também na sua capacidade intelectual, ou seja, na qualidade da força de trabalho. Sendo assim, segundo Dal Rosso, a escola tem um papel fundamental na formação da mão de obra em suas qualidades, que ao final permitirá a produção de riqueza e mais-valia. “Desta forma, o trabalho docente é mediatamente produtivo” (Ibidem, p. 25).

No entanto, o processo de proletarização, segundo aponta Enguita, não pode ser entendido “como um salto ou uma mudança drástica de condição” (1991, p. 46), mas sim um processo no qual as transformações vão ocorrendo com o tempo, de acordo com o momento histórico e a mercê das contradições existentes do próprio processo dialético. No caso do professor, o mesmo se proletariza não somente influenciado pela questão salarial, mas também por suas condições de trabalho, que, no caso específico, irá se encaixar como mais um elemento na reprodução do capital.

Esse fenômeno é claro quando observamos o caso do Brasil. Em todo o século XX, a medida que o capitalismo avança, ocorre a necessidade de transformações legislativas e estruturais nas escolas. O conceito de educação, as práticas escolares e a função do professor no processo educativo vão se “desenvolvendo” à medida das necessidades do capital, fora da escola.

A instituição dos grupos escolares no início do século XX pode ser vista como um dos primeiros passos do processo de proletarização do professor brasileiro: “Essa organização [os grupos escolares] possibilitava a divisão racional, que também é hierarquizada, do trabalho docente (...). Há uma harmonia dessa proposta com o horizonte fabril da sociedade” (Hilsdorf, 2005, p. 66, grifo nosso). Esta *racionalização* busca uma organização do ambiente de trabalho que, em princípio, é justificada pela necessidade de otimização do ensino, mas que também estabelece o processo de produção no qual o professor cumpre o papel de operador desta cadeia produtiva. Além disso, os grupos escolares possibilitaram o agrupamento de docentes em um mesmo espaço físico,<sup>31</sup> sob a égide de um mesmo administrador (um diretor) e controlado pela racionalização do tempo, dos métodos e das diretrizes. Um processo muito semelhante ao *taylorismo* e ao *fordismo*<sup>32</sup> ocorridos na produção

---

31. Cabe lembrar neste momento um trecho do Manifesto Comunista de 1848: “Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase pôr toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo” (Marx, 2006, p. 23). É interessante que o mesmo processo que permitiu a formação da consciência de classe do proletariado no espaço fabril “pode” acontecer no espaço escolar a partir de então.

32. Com o avanço do capitalismo na virada do século XIX-XX, novos métodos industriais começaram a surgir, com o objetivo de otimizar e aumentar a produção no ambiente fabril. Os termos taylorismo e fordismo provêm de técnicas e métodos de produção criados por Frederick Winslow Taylor e desenvolvidas por Henry Ford, que se baseavam na instituição da linha de produção em série, na hierarquização, na otimização de recursos e controle do tempo e do trabalho, a fim de obter maior exploração de mais-valia relativa.

industrial. “Com isso a maior profissionalização é acompanhada da maior proletarização que, para além do sentido econômico, também diz respeito à autonomia nos processos de trabalho” (Rêses, 2011, p. 257).

Assim, o professor cumpriria um papel importante nesta cadeia produtiva indireta. Apesar de seu trabalho não gerar mais-valia ao Estado-patrão (diferentemente do professor da escola particular), ele indiretamente torna-se parte do processo produtivo ao compor o chamado trabalho social. Podemos supor, então, que o trabalho docente na escola pública é mediatamente produtivo, apesar de ser indireto.

Portanto, após essa reflexão, podemos enumerar quatro características básicas do processo de proletarização do trabalhador docente: 1º) a busca de uma “racionalização” do trabalho docente, o qual a organização da escola adota métodos característicos do ambiente fabril, como o ordenamento e agrupamento de turmas, o estabelecimento de horários específicos e os prazos a serem cumpridos, além de metas de aprovação e formação de alunos a serem alcançadas pelos trabalhadores em educação; 2º) a precarização do trabalho dos professores e funcionários, por meio das péssimas condições materiais e falta de recursos necessários para a efetivação do trabalho docente, além do aumento da insalubridade física e mental por parte dos profissionais, muitas vezes demonstrado por meio das constantes licenças médicas e afastamentos do trabalho docente em sala de aula; 3º) a separação entre pensar o trabalho e a efetivação do trabalho em si, o que Marx já tinha observado no ambiente fabril e chamou de *alienação do trabalho*. Essa característica é visível no momento que o poder público e privado, por meio das secretarias de educação e coordenadorias de ensino, estabelece e impõe o conteúdo programático a ser trabalhado pelo professor, e sua aplicação é supervisionada por um funcionário intermediário – o coordenador pedagógico – que determina e controla a efetivação dos planos educacionais estabelecidos de fora da escola; 4º) talvez o mais visível, mas também o mais difícil de ser analisado devido às mudanças econômicas (inflação, reestruturação econômica e financeira do país, sistema de crédito que cria ilusões de consumo) existentes no período, que é a desvalorização salarial e a queda do poder de compra do salário médio do professor.

Neste contexto, o processo de proletarização do professor – no qual ocorre a divisão social e técnica de seu trabalho e o processo pedagógico é deslocado do professor para o especialista – é visível e parte fundamental da otimização e barateamento da formação de uma força de trabalho parcial –

homens parciais, segundo Sá (1986, p. 28) –, mas numerosa.<sup>33</sup> Pode parecer sem importância no momento, mas essa suposição contraria a ideia de que este sujeito seria externo à classe proletária – e vista como profissional pertencente ao que se convencionou chamar de classe média –, e permitindo a existência de elementos que possibilite sua identificação enquanto membro da classe trabalhadora, e adotando os instrumentos de luta dos mesmos.

## **A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A discussão realizada até o presente momento objetivou apreender algumas características da sociedade capitalista brasileira com enfoque na estrutura sindical, como se deu sua articulação nos diferentes momentos históricos, colocando em destaque a luta travada entre as reivindicações da classe trabalhadora em suas derrotas e conquistas.

Na esfera educacional, nas últimas três ou quatro décadas, os ativistas sindicais passaram a ter maior visibilidade e reorientaram sua atuação e o perfil político, principalmente, nos embates contra a Ditadura Militar, constituindo e legitimando inúmeras organizações sindicais e dirigindo greves em praticamente todos os estados do país.

Tradicionalmente, os sindicatos têm o propósito de lutar em defesa dos interesses corporativos de uma categoria profissional que foram postos abaixo, pelo aviltamento das condições de trabalho ou mesmo da defesa das reivindicações de melhores salários, garantias previdenciárias e de acesso à saúde, etc.

No Brasil, a proibição da sindicalização dos funcionários públicos, que se estendeu desde os idos dos anos 1930, com o advento da legislação trabalhista varguista, até fins da década de 1980, com a promulgação da chamada Constituição cidadã, é considerada o principal fator que explica a fragmentação da organização sindical dos trabalhadores que atuam na educação básica.

Os trabalhadores da educação que se empregam nas escolas e instituições de ensino privadas tinham o direito de se associar aos sindicatos, que, por sua

---

33. Devemos nos ater a questão da formação de uma força de trabalho fragmentado em sua especialização, mas desqualificada. É imprescindível para o desenvolvimento da economia capitalista a oferta desta “mercadoria” a custos baixos. O aumento da oferta de mão de obra (exército de reserva) permite a queda salarial do mesmo e o aumento da taxa de mais-valia, sem alterar o valor do capital variável.



vez, obedecendo a estrutura do sindicato de Estado reinante no país, podiam se aglutinar numa federação própria, aliás, como ocorre até os nossos dias.

O ardil encontrado pelos trabalhadores da educação das redes municipais, estaduais e federais foi criar e estimular a filiação a associações que não eram reconhecidas, formalmente, pelas instituições e autoridades estatais como entidades interlocutoras e representativas dos interesses corporativos, políticos e econômicos dos professores e funcionários dessas redes do ensino público brasileiro.

A propósito disso, conforme nos informa Luiz Antônio Cunha (1995), as entidades de professores fliavam-se à Confederação de Professores do Brasil – CPB. Em 1986, eram 29 as entidades associadas à CPB, sendo que em 4 estados tínhamos duas associações concorrentes filiadas, nos demais, apenas uma. No final da década de 1980, a CPB passou a se chamar CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em um Congresso extraordinário cujo objetivo foi unificar várias federações setoriais da educação numa mesma entidade nacional. Com a unificação da luta dos Trabalhadores em Educação e o surgimento de novas regras de organização sindical, a CNTE ganha força com a filiação de 29 entidades e quase 700 sindicalizados em todo o país.

Atualmente, a CNTE conta com 44 entidades filiadas, sendo 27 estaduais, 15 municipais e duas distritais. São elas: Sinteac (Acre); Sinteal (AL); Sinteam (Amazonas); Sinsepeap (Amapá); APLB (Bahia); Sise (Campo Formoso – Bahia); Asprolf (Lauro de Freitas – BA); Sispec (Camaçari – BA); Sindiute e Apeoc (Ceará); SAE (Distrito Federal); Sinpro (Distrito Federal); Sindiupes (Espírito Santo); Sintego (Goiás); Sinproessemma (Maranhão); Sinterpum (Timon-MA); Sind-UTE (Minas Gerais); Sintep (Mato Grosso); Fetems (Mato Grosso do Sul); Sintepp (Pará); Sintep (Paraíba); Sintem (João Pessoa-PB); Sintepe (Pernambuco); Sintepe (Recife); Sinproja (Jaboatão dos Guararapes-PE); Sinpmol (Olinda-PE); Sinte (Piauí); Sinprosul (Extremo Sul do Piauí-PI); APP (Paraná); Sismmac (Curitiba-PR); Sismmar (Araucária-PR); Sinte (Rio Grande do Norte); Sintero (Rondônia); Sinter (Roraima); Cpers (Rio Grande do Sul); Sinterg (Rio Grande – RS); Sinprosm (Santa Maria-RS); Sinte (Santa Catarina); Sintese (Sergipe); Sindipema (Aracaju-SE); Afuse (São Paulo); Apeoesp (São Paulo); Sinpeem (São Paulo) e Sintet (Tocantins), perfazendo mais de um milhão de sindicalizados.

A gênese desse processo de organização nacional dos trabalhadores em educação pode ser buscada na criação, em 1960, da Confederação dos Professores Primários do Brasil, por onze entidades estaduais. Nos primórdios de sua atuação, sua presença no cenário nacional foi marcada pela pouca com-

batividade política e a participação comedida nas Conferências Nacionais de Educação, que haviam sido instituídas após o golpe de Estado, numa clara tentativa de substituir os encontros homônimos que eram realizados, desde 1927, pela Associação Brasileira de Educação.

Em 1973, operou uma mudança importante ao suprimir a adjetivação “Primários” de sua denominação, com isso realizou uma significativa ampliação dos seus quadros, na medida em que passou a receber a filiação de associações de professores licenciados, com trajetória política muitas vezes forjada no movimento estudantil e na experiência universitária.

Na opinião de alguns estudiosos, esta mudança foi motivada pela reforma do ensino de 1º e 2º graus, patrocinada pela Lei 5692, de 1971, que, entre outras coisas, uniu o curso primário ao primeiro ciclo do ginásio.

Ainda mais, esta lei propiciou condições legais para a emergência de uma nova fase da organização dos professores, ao determinar que cada sistema de ensino (inclusive a nível municipal) estruturasse a carreira docente, num estatuto do magistério. Dentre os elementos novos que essa carreira deveria contar estava a remuneração conforme qualificação obtida em cursos e estágios, sem distinção dos graus escolares nos quais os professores estariam atuando. Em decorrência, aumentou a demanda de estudos adicionais para os professores já em atividade. Deste modo, o próprio governo fornecia a esta categoria, castigada por longo e intenso processo de redução de salários, uma base legal para contestar os padrões vigentes de remuneração, seleção e promoção. (Cunha, 1995, p. 74)

Na esteira das ações contestatórias e reivindicativas dos sindicatos dos professores de diferentes estados, a partir do final da década de 1970, a CPB passou a ter posicionamentos claramente contrários à política educacional governamental e ao modelo econômico vigente, além de clamar pelo fim do regime ditatorial. Gradativamente, sua forma de ação foi abandonando os conchavos parlamentares e palacianos, dirigindo os seus esforços na organização de congressos com ampla participação de representantes de todo o país, a defesa da greve e a unificação nacional dos movimentos grevistas que eclodiam em vários estados. Além disso, se, em 1974, “o congresso da entidade teve como tema ‘O professor como agente da implantação da reforma do ensino de 1º e 2º graus’, o de 1978 abordou os ‘Aspectos da problemática educacional brasileira’ e o de 1981 tratou da ‘Educação e democracia’” (Idem), o que sinaliza uma superação das temáticas de cunho particularista em favor de pautas mais gerais e politizadas.

Desde, então, não apenas adotou uma nova denominação, de cunho nitidamente político, filiou-se à Central Única dos Trabalhadores – CUT, como tem assumido que sua luta extrapola as questões específicas da categoria, discutindo temas polêmicos como a exploração do trabalho infantil, a reforma agrária, emprego, saúde no trabalho, racismo e opressão de gênero, contribuindo para uma maior participação no cenário político-social do Brasil.

Nesse período também se constituíram e se desenvolveram as entidades dos professores e funcionários do ensino superior público, lembrando-se que os trabalhadores da educação das instituições privadas podiam filiar-se aos sindicatos de suas respectivas categorias. Ocorre que, no caso dos professores universitários, havia certo desconforto com essa representação, tradicionalmente voltada às demandas e reivindicações daqueles que atuavam no ensino médio e fundamental, além do que muitos desses sindicatos congregavam dirigentes pelegos, quase sempre preocupados em referendar as propostas patronais e distantes da organização de quaisquer ações reivindicativas e políticas da categoria.

Esse quadro de dificuldades políticas e trabalhistas manifestava-se de forma nítida entre os professores que atuavam no ensino superior, muitos dos quais haviam militado nas hostes do movimento estudantil e propugnavam pela constituição de entidades combativas, sem a ingerência do patronato e das intervenções do Ministério do Trabalho, mas essas vozes não foram capazes de operar mudanças significativas na condução política na maioria dos sindicatos dos professores do ensino privado brasileiro.

Porém, foi na esfera do ensino público que se constituíram e se fortaleceram as *novas* entidades sindicais representativas e atuantes dos trabalhadores da educação universitária brasileira.

Um momento importante desse processo ocorreu entre os dias 9 a 15 de julho de 1978, em plena 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, realizada na Universidade de São Paulo – USP, com o tema “Dilemas da produção científica no Brasil”, quando por iniciativa política da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo – Adusp se promoveu o encontro contando com dezessete entidades congêneres, dos mais variados estados, que haviam se organizado não fazia muito tempo. Na pauta desse e de outros encontros que se realizaram posteriormente, o papel e as perspectivas da universidade brasileira, suas verbas, estrutura de poder e as relações que deveriam ser mantidas com a sociedade, além das inevitáveis questões trabalhistas e salariais, formas de organização nacional das associações e como deveriam se comportar diante da política educacional.

Segundo o professor Carlos Eduardo Baldijão (1981), destacado dirigente sindical desse período, ao longo dos primeiros anos em que esses encontros de associações foram realizados, o movimento se reforçou em extensão e em profundidade. No que diz respeito à extensão, pela acelerada propagação dessas entidades, em que pese o elevado contingente de docentes demitidos por integrarem a direção das associações ou insistirem em sua organização, mormente, no setor privado. A contribuição em profundidade se produzia pela identificação dos problemas de caráter trabalhista e salarial experimentados pelos professores das universidades públicas federais, não por acaso aquelas nas quais as associações docentes tinham bases sólidas e participativa, militância aguerrida e dispunham de espaço político favorável para sua atuação e intervenção na vida universitária e social.

Em meados de 1980, as associações de docentes das universidades federais promoveram aquela que, para muitos observadores, foi a primeira greve de professores universitários em escala nacional. Entre as reivindicações tínhamos alguns itens – que nos parecem muito atuais –, como o aumento dos salários com reajustes semestrais, ampliação dos gastos governamentais com a educação, revogação da lei que autorizava ao presidente da República escolher e nomear os reitores das universidades federais, a submissão ao Congresso Nacional do anteprojeto do MEC que tratava da questão da reestruturação da carreira do magistério. Na pauta também havia itens polêmicos, como a incorporação dos chamados colaboradores ao quadro efetivo e que, inegavelmente, teve um peso considerável na intensa mobilização que se produziu entre os meses de novembro e dezembro de 1980.

Objetivamente, o movimento grevista paralisou as atividades laborais de cerca de 35 mil professores e trouxe como consequência política o afastamento do ministro da educação Eduardo Portella, considerado como um liberal, e a sua substituição pelo general de Brigada Rubem Ludwig, considerado homem de confiança e colaborador direto do general presidente João Batista Figueiredo.

De pronto, Ludwig procurou desmoralizar e desmobilizar o movimento, apresentando um plano de emergência pelo qual se efetivava a incorporação automática dos colaboradores como assistentes efetivos, sem a exigência de quaisquer concursos públicos que pudessem comprovar a capacidade acadêmica dos que foram contemplados com tal medida. Outro item de caráter populista e centrado no desbaratamento do movimento dizia respeito à redefinição da carreira profissional, fazendo com que a progressão pudesse ser feita tão somente pelo tempo de serviço, desde o cargo de auxiliar de ensino até o de professor adjunto. Esses procedimentos trouxeram consequências contraproducentes para o desenvolvimento

da universidade pública brasileira, impossíveis de serem revertidas no curto prazo, embora fossem consideradas significativas conquistas corporativas pelos dirigentes sindicais e pela categoria.

Movimentos grevistas como esses, bem como o processo de reorganização política e sindical que estava em curso no país, aceleram o processo de articulação em torno da criação de uma entidade nacional, que acabou se consumando, no mês de fevereiro de 1981, na cidade paulista de Campinas, durante a realização do Congresso Nacional de Docentes do Ensino Superior, do qual participaram cerca de 300 delegados, representando 67 associações docentes de todo o Brasil.

Originalmente, o Andes-SN foi fundado como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Sete anos depois, após a promulgação da Constituição Federal em 1988, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ainda sob a pressão do Regime Militar, o Andes-SN preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores.

Essa postura introduziu no cotidiano docente um pensar articulado da realidade social que, pela sua importância, instituiu espaços destinados à discussão da questão da terra, classe, etnia e gênero, para além de questões ligadas à educação, à ciência e tecnologia, ao sindicalismo e à própria organização dos professores. Atualmente, o Andes-SN conta com onze grupos de trabalho que subsidiam a diretoria na discussão desses temas.

Suas propostas para a universidade brasileira foram construídas a partir dos problemas históricos vivenciados pela maioria dos trabalhadores e enfrentados por inúmeros movimentos sociais que reivindicam emprego, transporte, moradia, terra, educação e saúde.

Assim, o movimento docente constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros. Essa posição se consolidou com a filiação à Conlutas – Coordenação Nacional de Lutas –, deliberada pelo 26º Congresso do Andes-SN, ocorrido em Campina Grande-PB, em março de 2007. Atualmente, o Andes-SN conta com mais de 72 mil sindicalizados de instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e particulares, se fazendo representar, em todo o território nacional, pelas suas 110 seções sindicais.

Essa impressionante diversidade reinante no ensino superior no Brasil tem marcado o comportamento político e organizativo do Andes-SN desde a primeira hora de sua trajetória no cenário sindical do país. Ao congregarem associações e sindicatos docentes públicas, privadas e confessionais, algumas de suas propostas são consideradas contraditórias e polêmicas por certos setores

da categoria. Diante desses impasses que se arrastavam há anos – gerados pelo questionamento de dezenas de sindicatos que historicamente questionaram a pretensão do Andes-SN de abarcar o setor particular – e do questionamento da falta de representatividade da Andes, foi fundado, em 2008, partir de um fórum de docentes criado em 2004, a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – Proifes / Sindicato. O seu pedido de registro sindical foi protocolado com objetivo de representar exclusivamente os docentes das universidades federais.

Nos últimos anos, os compromissos públicos do Andes-SN podem ser assim listados:

- Lutar pela educação pública de qualidade, pela valorização do trabalho docente e pela autonomia das instituições públicas de ensino superior;
- Lutar pela universalização do acesso à educação superior pública e gratuita, com garantia de permanência;
- Lutar pelo espaço público para produção de conhecimento;
- Reforçar a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina;
- Lutar contra toda forma de cerceamento à liberdade de organização sindical e de expressão;
- Lutar contra as reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores, especialmente a reforma universitária privatizante;
- Combater todas as formas de mercantilização da educação.

A organização política e sindical dos professores das instituições de ensino superior foi acompanhada pelos demais trabalhadores das universidades. Tendo como embrião as associações de servidores que se organizaram no setor público e privado, foi fundada em 19 de dezembro de 1978 a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras – Fasubra, mais tarde rebatizada como Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – Fasubra Sindical.

Segundo os seus documentos oficiais, a Fasubra se reconhece como uma entidade sindical democrática, sem caráter religioso ou político partidário e independente em relação ao Estado, aos patrões e às administrações universitárias. Representa todos os trabalhadores das Instituições de Ensino Superior (IES) e das Instituições vinculadas ao ensino de 3º grau, a ela associadas, em todo o território nacional, totalizando mais de 150 mil trabalhadores. A Fasubra Sindical tem como sustentáculo da luta um compromisso de classe, libertário e transformador. Pauta suas ações na perspectiva da construção

de uma sociedade socialista, mais justa, igualitária e inclusiva e na defesa da educação pública, de qualidade, socialmente comprometida, concretizada cotidianamente, em conjunto com outras entidades e movimentos sociais, bem como na construção da Universidade Cidadã para os Trabalhadores.

Ao longo de suas quase quatro décadas de existência, enquanto uma entidade crítica e propositiva, a Fasubra Sindical construiu Projetos de grande relevância para os trabalhadores da educação e para a sociedade em geral, dentre os quais se destacam o Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores (PUCT), que propõe um novo modelo para a Universidade Pública Brasileira, que se transformou no PL 7.398/2006, ora em tramitação no Congresso Nacional; O Projeto do Plano de Cargo Único (PCU), que serviu de subsídio para a elaboração do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), instituído pela Lei 11.091/2005. Afora esses projetos antes referenciados, há em construção o Projeto Memória, que busca resgatar a história de luta e os acontecimentos que se constituem no patrimônio sociopolítico da Federação.

Como nos explicam os seus dirigentes, a Fasubra Sindical, de forma incisiva, foi dando corpo à luta em prol da educação pública, bem como em defesa dos direitos e da valorização dos trabalhadores em educação das instituições do ensino superior, neste país, e continua buscando cumprir seu papel e resgate de sua função social, embasada numa ação crítica e transformadora.

Assim, o Andes-SN e a Fasubra Sindical, como também, mais recentemente, Proifes – Sindicato, têm sido reconhecidos como os interlocutores legítimos com os representantes da sociedade civil e, principalmente, para as negociações entre os trabalhadores em educação e as autoridades estatais brasileiras.

Por fim é necessário dizer que julgamos importante que se possam desenvolver estudos preocupados com a formação histórica dos professores como categoria profissional, e parte da classe trabalhadora, sua organização e inserção política e sindical, presença nos movimentos sociais tradicionalmente conflituosos, como é o caso das greves e ocupações dos espaços públicos. Também procuramos reconhecer que essa valorização das práticas políticas e experiências sociais coletivamente desenvolvidas pelos professores permitem que seja lançada luz sobre personagens invisíveis, esquecidos ou mesmo que tiveram subtraída sua presença do espaço social.

Com esse tipo de postura investigativa, pautados na valorização histórica das práticas laborais, políticas e sociais, presentes na cotidianidade, temos como intenção questionar a pouca presença ou mesmo o ocultamento do papel dos professores contra-hegemônicos na história da educação brasileira.

Por conta disso é preciso dizer que a tentativa de se compreender os professores como parte da classe trabalhadora precisa ser configurada, tendo a perspectiva da história social e alguns dos seus autores como aliados. Parece-nos importante valorizar e impulsionar teoricamente os estudos sobre os professores, procurando entendê-los em sua organização política, sindical e reconhecendo o chão da escola como inseparável dessas perspectivas de aglutinação social, assim, melhor dimensionado o papel da cultura que se mostrou presente em seu percurso histórico.

Isso é importante de ser feito e poderá nos ajudar a superar a visão hegemônica da história da educação presa em demasia aos desígnios do Estado e suas instituições. Também poderá favorecer ao entendimento e a apreensão de como se dá a assimilação, a resistência e a emancipação das concepções de mundo que são próprias do capitalismo.

E é nessa dinâmica de estudos, preocupados em analisar como se produzem os conflitos, que permitirão aos interessados balizar a história social da educação brasileira nos marcos do marxismo. No cumprimento desses objetivos, a participação e a contribuição no fortalecimento da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação – Aste torna-se um compromisso político e acadêmico que jamais poderíamos deixar de assumir.

O presente livro reproduz algumas das discussões que ocorreram, nos dias 20 e 21 de setembro de 2012, na cidade de São Paulo, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (Uninove), num encontro que contou, entre outros, com os pesquisadores Sadi Dal Rosso (UNB), Armando Boito Jr. (Unicamp), Márcia Ondina Vieira Ferreira (UFPel), Savana Diniz Gomes Melo (UFMG), Alessandro Rubens Matos (Uninove), Ricardo Pires de Paula (Unesp), Celso Carvalho (Uninove), Julián Gindin (UFF), Héli da Lança (Uninove), Arminda Rachel Botelho Mourão (Ufam), Deise Mancebo (UERJ), Maria Inês Paulista (Uninove), Wagner Tauscheck (UFPR), Cássio Diniz (Uninove), Amarílio Ferreira Junior (Ufscar) e Carlos Bauer (Uninove). Além disso, compareceram os representantes da Afuse – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo, Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Apeoesp – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Sedin – Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo e Sinpro – Sindicato dos Professores de São Paulo, que acolheram ao convite dos organizadores e trouxeram sua experiência política e sindical para ser discutida no encontro.



As mesas redondas organizadas tinham como principal finalidade planejar a realização do IV Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação – Aste, mas também refletir sobre os dilemas e perspectivas do associativismo e o sindicalismo em educação na contemporaneidade, a consolidação da pesquisa sobre o associativismo e o sindicalismo em educação e o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação na voz dos seus protagonistas.

Em *Categoria profissional e base municipal nas raízes da fragmentação sindical*, o professor Sadi Dal Rosso argumenta que não é novidade que o sistema sindical brasileiro seja altamente fracionado. Desta sorte, em continuidade a estudos da fragmentação do sindicato de trabalhadores, duas raízes deste processo – a concepção de sindicato organizado em “categorias” econômica e profissional, e a base territorial municipal – são recuperadas neste capítulo e seu papel histórico sujeito à crítica, como também os discursos da Consolidação das Leis do Trabalho e da Constituição de 1988, além da apresentação de evidências numéricas do processo em curso nos dias de hoje. Em sua abordagem, a categoria profissional é efeito de um discurso jurídico mais do que de um conhecimento econômico acumulado da sociedade e diz pretender uma teoria geral da sociedade do trabalho organizada segundo categorias. Tais “categorias” responderiam por relações de solidariedade e de comunalidade de “interesses comuns” mais para dentro da corporação do que para fora dela e na relação com outras categorias. Categoria não é base para nenhuma teoria social geral. Segundo suas palavras, para o mundo da sindicalização ela exerce uma função fragmentadora exponencial. Em relação à base territorial, os municípios são outro critério de organização sindical que conduz ao paroxismo da fragmentação, considerando-se os 5.700 municípios existentes no Brasil. Em qualquer lugar do mundo, sindicato organizado estatalmente de acordo com tais critérios conduz a processos divisórios. Por conseguinte, para o autor, fragmentação sistêmica ou fragmentação estruturante são termos que podem dar conta do papel de divisão concebido geneticamente para o sindicato brasileiro.

Escrevendo sobre *O associativismo e o sindicalismo de trabalhadores em educação na voz dos seus protagonistas – reflexões desde a ótica de uma pesquisadora*, Márcia Ondina Vieira Ferreira observa, criticamente, que o associativismo e o sindicalismo de trabalhadores em educação compõem um campo de investigação ainda incipiente, constituindo-se, por isso mesmo, num espaço muito profícuo para a pesquisa em ciências humanas. A variabilidade de temáticas, períodos de análise, enfoques e metodologias de pesquisa garantem a riqueza do campo, mas ao mesmo tempo expressam uma pulverização que precisa ser, paulatinamente, enfrentada.

Na sua urdidura, a autora também observa que pretende alinhar, brevemente, considerações a respeito da amplitude do campo e dos desafios na constituição de uma agenda de pesquisa para, em seguida, indicar alguns temas que estão a merecer maiores estudos; finalmente, pondera sobre quais as possibilidades da investigação que recupera a voz dos protagonistas das organizações de trabalhadores em educação.

Em *O debate das ideias ou a carcaça da história*, Celso Carvalho argumenta que o objetivo do seu artigo é problematizar certos aspectos que têm impregnado o debate da teoria social contemporânea, especificamente a irracionalidade pós-moderna. Nesse itinerário, aponta suas implicações para a educação, para o debate em torno da escolarização e para o movimento sindical docente, procurando pontuar algumas das teses centrais do pensamento pós-moderno, suas ramificações políticas, ambições e irracionalidades. Por fim, procura estabelecer as possíveis relações entre esse debate e a produção das políticas educacionais contemporâneas, bem como apontar a importância dessas questões para a organização e ação do movimento sindical docente.

Arminda Rachel Botelho Mourão, no artigo *Movimento sindical e suas perspectivas para o século XXI*, parte das modificações do mundo do trabalho para polemizar sobre as perspectivas do movimento sindical no século XXI, abordando as diferentes concepções de movimentos sociais e nos ancora na compreensão marxista de que os movimentos organizativos da classe operária são engendrados para melhorar as condições de vida e trabalho, ao mesmo tempo em que têm o objetivo estratégico de mudança do modo de produção. A autora discute também o movimento sindical brasileiro e as diferentes concepções que se constroem historicamente e a hipótese central que formula está ancorada na ideia de que os defensores do capital propugnam a tese da perda da centralidade do trabalho, sendo substituído pela categoria comunicação na perspectiva da existência de uma nova forma de socialização, a qual tem como base as respostas às necessidades dos indivíduos. Na sua perspectiva, ainda, os movimentos sociais, ao se dividirem, tirando o foco da questão de classes para outras questões importantes, porém não centrais, acabam por contribuir com o movimento de acumulação do capital, na medida em que não conseguem unificar na luta para a emancipação dos trabalhadores.

No artigo *A função do jornal na (in)formação da base sindical: o caso da UDEMO*, de Miguel Russo e Héliida Lança, temos uma reflexão preliminar sobre questões da temática do sindicalismo no campo da educação, com uma delimitação no âmbito dos sindicatos que representam os trabalhadores da rede estadual de ensino de São Paulo e com foco naquele que representa os direto-

res de escola, o Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial de São Paulo – Udemo. Discute-se o cenário de onde afloram as questões abordadas no texto, com ênfase na fragmentação produzida pela existência de sindicatos que representam segmentos distintos da categoria dos trabalhadores da escola pública. O objetivo do estudo descrito é a identificação da orientação político-ideológica daquele sindicato por meio da análise do conteúdo do jornal *O Diretor*, que é seu instrumento de divulgação e de relação com sua base de trabalhadores, em face da importância que tem a formação política dos educadores e, em especial, dos diretores de escola.

Em *O jornal 30 de agosto na construção da memória sindical dos professores do estado do Paraná: 30 de agosto de 1988, um ato no contexto de reorganização e mobilização docente*, Wagner Tauscheck nos diz que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná (APP-Sindicato) tem como seu veículo de comunicação o *Jornal 30 de agosto*, instrumento fundado no ano de 1989 no contexto de reorganização da entidade. Já no seu título, o jornal busca lembrar aos trabalhadores em educação a repressão do estado ao ato do dia 30 de agosto de 1988. Fundamentalmente, o periódico sindical é o objeto desse artigo, que tem como objetivo estudar as disputas em torno na memória dessa manifestação e as reações com o contexto de reorganização do sindicalismo docente. Partindo da leitura e análise das diferentes formas que em diferentes edições o jornal abordou a história desse ato, do primeiro exemplar, em 1989, até a edição comemorativa de vinte anos do ato, em 2008. O autor sustenta que existiram diferentes construções no periódico sindical sobre o dia 30 de agosto de 1988 e que, a cada momento, disputas ou atos de mobilização dessa memória são reorganizadas.

No artigo *Da insatisfação à criação da UTE/MG: quando os sujeitos despertam a sua (possível) consciência*, Cássio Diniz e Carlos Bauer buscam analisar a história do movimento sindical docente e a história social do trabalhador em educação em Minas Gerais, mais precisamente, no histórico ano de 1979. Ano esse que presenciou a ressurgimento do movimento grevista e combativo dos docentes no estado e que teve como resultado, além dos ganhos econômicos, o desenvolvimento da consciência política da categoria e a construção de uma nova entidade sindical, nos marcos do sindicalismo combativo e alternativo ao modelo burocratizado existente até então e imposto pelo Ministério do Trabalho. Segundo seus autores, buscou-se realizar essa pesquisa a partir de uma metodologia que privilegiasse a análise de documentos históricos redigidos durante a greve histórica de 1979 (panfletos, circulares, jornais, etc), como também – e principalmente – a análise de fontes orais (entrevistas e depoimentos) obtidas com os personagens que viveram e atuaram no mo-

vimento estudado, permitindo a construção de uma nova interpretação do fenômeno histórico analisado.

No fechamento do volume, temos o artigo *Sindicalismo Docente Universitário na América Latina – história e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)*, no qual seus autores Carlos Bauer, Suelen Pontes e Emerson Feliciano Mathias discutem que em diferentes países da América Latina foram realizadas mudanças significativas no modo em que se governa e se tomam decisões sobre o sistema educativo, preconizando como objetivo a melhoria da qualidade da educação, sua descentralização, o fortalecimento do poder local e a promoção da autonomia, pontos esses comuns que estiveram presentes nas plataformas das reformas recomendadas pelas agências e organismos internacionais na maioria dos países. Ocorre que a efetivação das propostas de reformas educacionais nos países latino-americanos trouxe mudanças que afetaram direta e profundamente os docentes e as organizações sindicais dispostas a representá-los. Essas invariavelmente se opuseram as reformas e se constituíram no principal obstáculo à sua consumação. Por conta disso, em linhas gerais, seus autores nos dizem que pretendem estudar a história da resistência e dos conflitos protagonizados entre os sindicatos docentes universitários e os seus respectivos governos nacionais.

Finalmente, é importante registrar que a realização do encontro de pesquisadores Rumo IV Seminário Internacional da Rede Aste e a disponibilização desse conjunto de artigos tiveram como intento primordial contribuir com a difusão e estimular a produção do conhecimento crítico da historicidade e das relações políticas, associativistas e sindicais dos trabalhadores em educação no Brasil contemporâneo. A efetivação desses objetivos somente tornou-se possível graças ao financiamento e apoio acadêmico e institucional oferecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação – Aste e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Nove de Julho – PPGE/Uninove. A quem temos a satisfação de agradecer.

## **REFERÊNCIAS, OBRAS DE APOIO E PORTAIS CONSULTADOS**

AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. Coletânea de textos de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

ALEMÃO, Ivan. O Direito ao Trabalho na História e na Constituição Federal de 1988. In: NETO, Cláudio Pereira de Souza; SARMENTO, Daniel

(coords.). *Direitos Sociais: Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Ed Lumen Juris, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, Sindicatos e Partido no Brasil: Da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Ensaio/Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. O que é sindicalismo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Crise e Poder*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984

\_\_\_\_\_. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp/Ensaio, 1988.

\_\_\_\_\_. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

\_\_\_\_\_. A crise e os sindicatos. Revista *Teoria e Debate*, Partido dos Trabalhadores, n. 20, p. 7-10, fev./mar./abr./ 1993.

\_\_\_\_\_. (1995). *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez/Unicamp.

BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a Fábrica e o Sindicato: dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo 1967-1987*. 2001. Tese de doutorado – USP, São Paulo.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo. “ANDES – breve história”. *Cadernos da ANDES*, n. 1, nov. 1981.

BAUER, Carlos. *Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros*. Volume II – A hegemonia vermelha. São Paulo: Edições Pulsar, 1995.

BELLO, Enzo. Cidadania e Direitos Sociais no Brasil: um enfoque político e social. In: SOUZA NETO; SARMENTO (orgs.). *Direitos Sociais: Fundamentos, Judicialização e direitos Sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2008.

BERCOVICI, Gilberto, *Tentativa de instituição da Democracia de Massas no Brasil: Instabilidade Constitucional e Direitos Sociais na Era Vargas (1930-1964)*. In: NETO; SARMENTO. *Direitos Sociais: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2008, p. 25-62.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política* v. 1. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1991a.

\_\_\_\_\_. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991b.

\_\_\_\_\_. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Seade, v. 8, n. 3, p. 23-28, jul./set. 1994.

BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. In: OSAL. CLACSO, Buenos Aires, Ano X, n. 26, out. 2009. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/ce-marx](http://www.ifch.unicamp.br/ce-marx) acesso dia 15/12/2012>.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Unesp, Brasília: Flacso, 2000.

\_\_\_\_\_. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *A universidade crítica. O ensino superior na República populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo*. São Paulo: Editora Unesp, Brasília/DF: Flacso, 2000.

\_\_\_\_\_. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Unesp, Brasília/DF: Flacso, 2005.

\_\_\_\_\_. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 14, maio./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.rbe@anped.org.br>>.

DAL ROSSO, Sadi. *Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação*. In: *Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1844-45)*. Prefácio de José Paulo Netto. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 5. ed. São Paulo: Ed. Global, 1983.

\_\_\_\_\_. The Labour Standart. Parte II. Fonte: Reproduzido do jornal, 20 de maio de 1881. director@marx.org. Trabalho 1996. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

ENGUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria & Educação*, Porto Alegre: Pannonica, n. 4, p. 41-61, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro Ed, Zahar, 1976.

FRIGOTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIANNOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *O que é estrutura sindical?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes. *A CUT por dentro e por fora*. São Paulo: Vozes, 1990.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs, e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 2003.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Pioneira & Thomson Learning, 2005.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

\_\_\_\_\_. Sobre as greves. In: AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. Coletânea de textos de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Educação sindical: entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. V. 1. Livro primeiro: o processo de produção do capital. Tomo I. Ed. Nova Cultural Ltda, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Edição Condensada. Tradução de Gesner de Wilton Morgado. Rio de Janeiro: Melso, 1978.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Sundermann, 2009.

\_\_\_\_\_. *Para a crítica da Economia Política*. Prefácio. Lisboa: Avante, 1982.

\_\_\_\_\_. *L'Ideologie Allemande*. Paris: Éditions Sociales, 1976.

MONARCHA, Carlos. *Escola normal da praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Epu/Edusp, 1976.

RÊSES, Orlando da Silva. Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica do Rio de Janeiro. In: *Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

RIDENTI, Marcelo. *Professores e ativistas da esfera pública*. São Paulo: Cortez, 1995.

SÁ, Nicanor Palhares. O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 57, 1986.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2. ed. São Paulo: Clacso – Expressão Popular, 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WEFFORT, Francisco. Notas sobre a teoria da dependência: Teoria de classe ou ideologia nacional. *Estudos*, n. 1, p. 1-24, 1971.



## **Portais consultados**

<[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)>.

<[www.fasubra.org.br](http://www.fasubra.org.br)>.

<[www.iiiep.com.br](http://www.iiiep.com.br)>.

<[www.boletimjuridico.com.br](http://www.boletimjuridico.com.br)>.

<[www.ceep.org.br/espaco-de-formacao](http://www.ceep.org.br/espaco-de-formacao)>.

<[www.cpdoc.fgv.br/movimentosindical](http://www.cpdoc.fgv.br/movimentosindical)>.

<[www.pgcsiamspe.org/Mario\\_Porto/02-DicionarioDePolitica.pf.pdf](http://www.pgcsiamspe.org/Mario_Porto/02-DicionarioDePolitica.pf.pdf)>.

<[www.introducaoaeconomia.files.wordpress.com/dicionariodeeconomia-sandronipdf](http://www.introducaoaeconomia.files.wordpress.com/dicionariodeeconomia-sandronipdf)>.

<[www.arteeanarquia.xpg.com.br/educa\\_anarquista\\_no\\_brasil](http://www.arteeanarquia.xpg.com.br/educa_anarquista_no_brasil)>.

<[www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1907/lei-adolfo-gordo](http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1907/lei-adolfo-gordo)>.

<[www.brasilecola.br](http://www.brasilecola.br)>.

<[www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/classe-trabalhadora/sindical](http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/classe-trabalhadora/sindical)>.

<[www.proifes.org.br](http://www.proifes.org.br)>.

## 2

# CATEGORIA PROFISSIONAL E BASE MUNICIPAL NAS RAÍZES DA FRAGMENTAÇÃO SINDICAL

Sadi Dal Rosso

### INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DA PESQUISA

É corrente na literatura da sociologia e da história social brasileira a discussão do sistema sindical concebido e montado no Brasil. Boito Jr. (1991, p. 12-13) interpreta-o como sindicalismo de Estado e um composto de três elementos fundamentais, a saber: uma estrutura, uma ideologia e uma prática. O sindicalismo de Estado exerce uma função desorganizadora em relação ao sindicato e à classe trabalhadora e promove uma debilidade organizativa crônica da instituição representativa.

A proposta deste capítulo também assume como objeto de estudo a estrutura do sistema sindical brasileiro. E procura investigar em que medida ela obedeceu ao ou afastou-se do projeto concebido e fixado materialmente em artigos e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Além disso, com o passar dos anos o número de sindicatos existentes no Brasil não parou de aumentar, acelerando-se nas últimas décadas. A criação de inúmeras entidades com bases municipais, fracionando o sindicato em pequenas organizações, com efeitos negativos sobre a organização e a capacidade de atuação, é um processo que recebe, neste capítulo, o nome de fragmentação sindical. Cabe suscitar, aqui, a seguinte pergunta: a fragmentação é apenas um processo contemporâneo (como parece sugerir a aceleração de criação de sindicatos), ou já é parte estruturante do projeto concebido e implantado pelo Estado desde a gênese da organização sindical?

Boito Jr. trava uma vívida polêmica com diversos autores em relação à unicidade e à pluralidade sindical como gestadoras de pulverização sindical. Pulverização, seria efeito da pluralidade sindical indigitam os defensores da unicidade. Entretanto, na história sindical brasileira, vigorou permanentemente a unicidade sindical, exceto em alguns momentos, quando forças pró-pluralidade sindical conseguiram inscrever na Constituição de 1988 que o Estado não interviria no sindicato. Portanto, a prática sindical brasileira

é a prática da unicidade. Dessa forma, é lícito questionar em que medida o processo de fragmentação sindical no Brasil está vinculado ao princípio da unicidade e à forma como foi implantado no país.

Radermacher e Melleiro (2007: quadro 1) apontam como pilares da estrutura sindical oficial

“a unicidade sindical, (...) a contribuição sindical compulsória, (...) a estrutura confederativa (...) organizada numa pirâmide, (...) (e como) conseqüências negativas: a pulverização e a fragmentação, com a existência de milhares de sindicatos frágeis, com um pequeno número de trabalhadores na base, pouco representativos e com pouco poder de pressão e negociação; a acomodação dos dirigentes sindicais a essa estrutura (...). A Constituição Federal de 1988 introduziu importantes mudanças ao proclamar a liberdade de associação, inclusive no setor público, e eliminar a interferência do Estado na organização sindical. No entanto, manteve a unidade sindical e a obrigatoriedade de registro da entidade sindical em órgão competente – papel desempenhado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (...) limitando a atuação dos sindicatos para «fora da empresa»; a existência de muitos processos e controvérsias em função do conflito entre o princípio da liberdade sindical e a manutenção da unicidade sindical. A volta da interferência do Estado, que decide quais entidades podem ou não ser criadas.”

Os autores avaliam como consequência negativa dessa estrutura sindical “a pulverização e a fragmentação”. A síntese que elaboram, entretanto, não atenta para a concepção de organização sindical corporativa na qual categoria, profissão e município, formam condições imprescindíveis para um sindicalismo atomizado, questões pelas quais damos partida à nossa análise.

O objetivo da pesquisa requer tratamento sobre o processo de fragmentação. Empregam-se, adicionalmente, dois tipos de informações para fins do estudo da fragmentação. Primeiramente, uma análise de discurso sobre a estrutura sindical concebida e implantada no Brasil, que será realizada a partir de artigos da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 e, também, da Constituição de 1988, a qual alterou pontos da concepção sindical, mas não acabou com a Consolidação das Leis do Trabalho, nem com a unicidade e com o registro sindicais, dando lugar a um enfrentamento entre posições políticas diversas, como será indicado adiante. Far-se-á, num segundo momento, descrição e análise de estatísticas sindicais, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em seu sítio na internet.

## **A CONCEPÇÃO DE SINDICATO POR CATEGORIA PROFISSIONAL**

Categoria é um termo empregado em diversos campos do conhecimento, a exemplo do jurídico, estatístico, social e econômico. Espera-se que os conhecimentos social e econômico deem respaldo substantivo para ação jurídica. Portuários são portuários em todo o mundo. Professores são professores em todo o mundo. Mas a classificação econômica ou social não dá conta de resolver todas as pendências e demandas de aspiração de poder sindical. De tal modo, ainda que tenha alguma relação com bases classificatórias econômica ou social, somente uma ação do aparato do Estado, especialmente dos tribunais, é capaz de estabelecer a justeza, a legalidade e, também, a aspirada legitimidade de um desdobramento e subdivisão de categoria. “Solidariedade”, “identidade” e “comunalidade” estão longe de oferecer critérios tão estritos e tão inquestionáveis que confrimam uma base de legitimidade como se fosse “natural” às classificações econômicas e profissionais. O fato de que inúmeras disputas são resolvidas ou por tribunais ou pela estrutura burocrática do Ministério do Trabalho e Emprego demonstra como as classificações não são assim tão “naturais” quanto suposto. Transparecem suas dependências jurídicas e de lutas por espaços de poder político e sindical.

Derivante de tais problemas conceituais e classificatórios, a aplicação da definição de categoria econômica e profissional ao sindicalismo brasileiro ocorre num sentido de uma possível divisão quase sem fim. A melhor ilustração desta afirmação decorre das disputas entre entidades por desdobramento de categorias, operação fartamente encontrável entre categorias mais bem pagas do funcionalismo público brasileiro, que tentam por meio de um processo divisor garantir vantagens econômicas. A definição de “funções “típicas” de Estado” forneceu uma base pragmática que legitima a superdivisão sindical.

Divisão e fragmentação são condições inerentes, intrínsecas, ao processo de organização sindical com base em categorias econômicas e profissionais e território municipal. A experiência mundial conhecida mostra que a associação dos trabalhadores, num mesmo país, pode efetivar-se em uma única organização ou em número infinito de entidades, passando por países com experiência de uma ou duas dezenas de sindicatos. Unidade e fragmentação organizacionais exercem efeitos diferentes sobre objetivos e fins da associação dos trabalhadores. Para a ação política dos trabalhadores não é indiferente se estão organizados em uma, poucas ou muitas entidades, local, regional ou nacionalmente. Este capítulo foi concebido para levantar as raízes da fragmentação sindical brasileira e assume o entendimento de que se trata de um processo genético, estruturante, sistêmico, intrínseco à concepção estatal construída.

Como os operadores do Estado arquitetaram a estrutura sindical oficial? Não cabe aqui discutir as diversas concepções de estrutura sindical entre representantes do Poder Estatal, objeto para estudo histórico em alguma medida já realizado. Alvo do interesse é apenas a estrutura que ficou registrada na detalhadíssima legislação sindical que dedica 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho ao tema da organização representativa dos trabalhadores. Além da diversidade de pensamento e propostas entre operadores do Estado, poder-se-ia estudar as concepções dos diversos partidos e grupos políticos que detinham espaço de adesão e representação entre trabalhadores, (anarquismo e comunismo). Restringe-se o capítulo a analisar a estrutura corporativa e sua preservação até os dias de hoje, a proposta de centrais sindicais não tendo alcançado o resultado pretendido de superar a fragmentação das organizações sindicais.

Com efeito, como poderia ser concebida, criada e organizada uma estrutura sindical para os trabalhadores? Para efeito puramente de raciocínio, poder-se-ia imaginar uma estrutura sindical composta de um sindicato apenas, a saber, um sindicato que uniria e representaria todos aqueles que vivem de salários. O poder de Estado seria confrontado pelo poder de classe. Esta não era uma opção viável para operadores do Estado, dado que o governo Getúlio Vargas procurava formas de consolidar seu poder não de diminuí-lo, e tal concepção de estrutura unitária engendraria um Leviatã capaz de enfrentá-lo e aos empregadores com o máximo de força possível.

O realismo político dos operadores do Estado conduziu à concepção de uma estrutura corporativa combinada com base municipal. A organização corporativa já existia nos países do eixo nazista, sendo uma estrutura que poderia ser importada e adaptada. A adoção do critério de categoria profissional obedeceu ao objetivo de constituir pequenas e fracas entidades representativas. Uma estrutura sindical por setor de atividade e não por categoria profissional constituiria um sistema com peso e força se construído em todo o território nacional. A forte estrutura sindical alemã contemporânea baseia-se num conceito de setor de atividade unitário nacionalmente. Existem menos de duas dezenas de sindicatos na Alemanha. A opção pela base municipal também exerce um papel de enfraquecimento do sindicato. É uma solução para criar sindicatos, pequenos e fracos. Desta forma, o pilar da categoria profissional e o município são ingredientes indispensáveis para arquitetar uma estrutura sindical de mínimo risco ao Estado. Mesmo assim ela não é inteiramente avessa a surgirem sindicatos vigorosos, dado que determinados municípios são muito grandes populacionalmente e concentram atividades

do mesmo ramo econômico, cabendo no esquema enfraquecedor, como exceção, alguns sindicatos grandes e fortes. Todos conhecem, no Brasil e no mundo, a força de sindicatos de metalúrgicos, de petroleiros, de bancários, de portuários e, ultimamente, de professores e servidores públicos.

O título V da Consolidação das Leis do Trabalho, dedicado à “organização sindical”, divide-se em três capítulos: um sobre a “instituição sindical”, em que cabem as definições de conceitos e os elementos básicos da estrutura montada; o segundo sobre “enquadramento sindical”, dada a prevista possibilidade de infundáveis disputas em relação a um conceito mutante como profissão e categoria; o terceiro, refere-se ao suporte econômico para a manutenção da organização sindical.

O discurso da Consolidação das Leis do Trabalho merece ser confrontado com o da Constituição de 1988. Em 1943, o art. 511 é versado com a expressão de “é lícito”; em 1988, “é livre”. Na primeira, o Estado concede, portanto “é lícito”; na segunda, o Estado reconhece, “é livre” (nr 1).

O Estado reconhece associações de (1) empregadores, (2) empregados, (3) agentes ou trabalhadores autônomos ou (4) profissionais liberais que compartilham de algumas condições, a saber, exercício da “mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas” (art. 511 da CLT). A profusão de “ou’s” indica o grau de complexidade e o número de conflitos que explodiriam entre pretendentes a associações sindicais as quais caberia ao Estado dirimir, primariamente por ação do Executivo e, em segundo lugar, quando este se mostrasse insuficiente, do Judiciário

O art. 511 apresenta definições conceituais. Lavrado em discurso sociológico, o parágrafo 1º estatui o critério para definição de categoria econômica: ““a solidariedade dos interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas constitui o vínculo social básico”“. Um manual de *introdução à sociologia* não teceria melhor oração. A delimitação do espaço social requer ainda muitos adjetivos, nem sempre os melhores aliados da precisão (atividades idênticas, similares ou conexas).

O parágrafo 2º, empregando idêntico discurso com verniz sociológico, estabelece que a “similitude de condições de vida, oriunda da profissão ou trabalho em comum ... compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional”. Categoria econômica e categoria profissional tornam-se homogêneas e delimitadas pela aplicação dos critérios de identidade, similaridade e conexidade. Com base na “solidariedade dos interesses econômicos e na similitude de condições de vida” homogêneas “a associação é natural” (art. 511, 4º). As categorias econômicas e profissionais sobre as

quais é erigido o modelo sindical pelos operadores do Estado aparece como “natural”, não como social ou político. A naturalização das bases do sindicato desempenha um papel ideológico na tessitura do modelo sindical corporativo. A corporação, organizada com base na profissão, é “natural”, em base “natural”, não é construída socialmente.

É importante estabelecer implicações deste fundamento “natural” da organização sindical. O Estado afasta o modelo de sindicato único para todos os trabalhadores, por criar um Leviatã operário. Se quiséssemos tornar operativa a definição homogênea e natural, quantos sindicatos de categoria econômica e profissional o Estado estaria tornando lícito que fossem criados? 10, 20, 30? Tudo depende da definição do espaço social ocupado por “categorias” que tem em comum identidade de interesses e condições de vida similares. Como a economia e a sociedade mudam celeremente, também as categorias mudam, algumas desaparecem, surgem outras. Nem mesmo o IBGE, instituição centenária que realiza levantamentos censitários e pesquisas por amostras de domicílios, alcançou encontrar a “naturalidade” desta divisão num esquema que fosse, ao mesmo tempo, válido, legítimo e incontestado (nr 2). Uma conclusão impõe-se desde já desta análise. O Estado afasta a hipótese de um único sindicato para os trabalhadores; descarta poucos e fortes sindicatos; quer e constrói um modelo sindical que comporta muitos sindicatos, no mínimo em número equivalente às categorias econômicas e profissionais. Desta forma, a fragmentação está no âmago da concepção do sindicalismo corporativo construído nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. O primeiro fator de fracionamento na classe dos trabalhadores assalariados, aqui assumidos como exemplo, consiste na criação de sindicatos por categorias (nr 3).

## **A BASE TERRITORIAL MUNICIPAL**

Até este ponto, a exposição ateu-se ao âmbito de estudo da fragmentação enquanto componente genético da concepção do sindicato brasileiro. Dora-vante passa-se para o segundo fator divisor do sindicato: a base territorial.

O Estado não reconhece mais de um sindicato por cada base territorial. É o critério da unicidade sindical. “Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo de mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma data base territorial” (art. 516). A tal definição de que o sindicato é único por território delimitado sucede a questão: qual base? E a resposta: “Os sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. Excepcionalmente (...) nacionais” (art. 517). Não é necessário que todos os sindicatos sejam municipais. Mas podem sê-lo se assim quiserem.

A unicidade sindical é sustentada por argumentos como a necessidade de garantir a força sindical pela base ou de estimular a participação das bases. Não parece que o Estado tenha tal preocupação. Ao contrário, o Estado construiu uma estrutura sindical internamente fragilizada dada a base municipal. Novamente, o Estado admite uma estrutura sindical conceitualmente fragmentada, que não lhe crie problemas através do tempo (nr 4). Aquilo que era reconhecido como “solidariedade dos interesses econômicos e similitude de condições de vida” traduz-se em termos de fragilização, fragmentação, divisões.

A fragmentação e a fragilidade contidas na conceitualização do sistema sindical encontram limites no princípio de realidade. Há municípios populacionalmente muito grandes no país. As grandes metrópoles e as grandes cidades detêm a possibilidade de formar fortes sindicatos, a despeito dos fatores fragilizadores estruturais. Assim como a concentração industrial, da agropecuária e de serviços, possibilita também o surgimento e desenvolvimento de grandes e fortes sindicatos. Por outro lado, existem categorias cuja força depende da abrangência nacional. É o caso da educação básica e da saúde coletiva, cuja força está na capilaridade do sistema em âmbito nacional. Aí reside a força de sindicatos como a CNTE e Sinsauúde.

## **EVIDÊNCIAS DA FRAGMENTAÇÃO DO SINDICALISMO HOJE**

Assumindo a tese da fragmentação estruturante desde a concepção do sistema sindical brasileiro e com base nestes dois elementos, categoria econômica ou categoria profissional e unicidade na base municipal, na sequência deste capítulo apresentar-se-ão números de sindicatos no país. As informações provem de duas fontes: a primeira é a Pesquisa Sindical de 2011 realizada pelo IBGE, a segunda são os registros de entidades sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego. A primeira fonte não é independente da segunda (nr 5). Para estruturar sua pesquisa de campo, a *Pesquisa Sindical*, o IBGE valeu-se das listas do órgão que mantém o registro dos sindicatos oficializados pelo Estado. Desta forma, a Pesquisa Sindical contém os erros que o registro do contiver. E qual o grau de validade que tem os registros do Ministério do Trabalho e Emprego? A dificuldade que o Ministério do Trabalho e Emprego apresenta consiste no fato de ser um registro oficial, estatal. Com isso, as entidades que fazem oposição aos governos e que não acatam a exigência do registro oficial tendem a não inscrever-se naquele órgão. Mas é impossível saber quantas entidades estão nestas condições. Portanto, as estatísticas com as quais se operará neste artigo e que são estatísticas oficiais, dada a inexistência de outra fonte, representam estimativas, jamais dados precisos.

As informações constantes da página do Ministério do Trabalho e Emprego são fornecidas segundo a condição “com registro ativo”. O que é,



então, um registro ativo na concepção do Ministério do Trabalho e Emprego? O Ministério do Trabalho e Emprego alcançou uma vitória decisiva em favor de sua pretensão de registrar entidades sindicais, contestada desde a Constituição de 1988, com a súmula 677 do Supremo Tribunal Federal que lhe atribuiu a incumbência de realizar tal tarefa (Dal Rosso, 2013, p. 7-8). Em 2008, e em sequência à súmula, expediu a portaria 186, estabelecendo normas sobre pedidos, impugnações e registros, que podem impedir inúmeras organizações sindicais de contar com o *status* de “registro ativo” no Ministério do Trabalho e Emprego. Razões para não alcançar o *status* “com registro ativo” derivam desde motivos burocráticos até as impugnações e lutas pela condição de representação oficial. Impugnações expressam, quase que invariavelmente, disputas entre entidades pela representação sindical, que representam o cerne e o sentido de existência de uma organização sindical.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (Tabela 1), os sindicatos de trabalhadores “com registro ativo” eram em número de 9.955 em 2012, dos quais dois terços eram urbanos e um terço era rural. A expressão “sindicatos de trabalhadores” para fins de classificação da distribuição espacial, urbano/rural, compreende todas as demais entidades reconhecidas pelo Estado e “com registro ativo” e que não sejam de empregadores. Nesse sentido, a Tabela 1, adiante, pode conduzir o leitor a um engano dadas as entidades organizadas segundo outros critérios de relações laborais, como ver-se-á mais à frente na Tabela 2. Para contornar tal dificuldade será empregada a expressão “trabalhadores em sentido amplo” (envolvendo além de assalariados, outros grupos sociais tais como autônomos, por conta própria avulsos, etc) e “trabalhadores em sentido estrito” (somente assalariados).

**TABELA 1: Distribuição Espacial dos Sindicatos de Trabalhadores e de Empregadores Com Registro Ativo no Ministério do Trabalho e Emprego**

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL	N	%
Sindicatos de Trabalhadores	9.955	68
Urbanos	7.223	73
Rurais	2.732	27
Sindicatos de Empregadores	4.734	32
Urbanos	3.276	69
Rurais	1.458	31
<b>TOTAL</b>	<b>14.689</b>	<b>100</b>

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego. Consulta: 30/09/2012 10:37 <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoArea.asp> e <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoEmpregadorArea.asp>

Os trabalhadores estão mais organizados nos setores urbanos, onde vive e labuta a grande maioria da força de trabalho do país. A cidade é a casa e o mundo dos trabalhadores. A força dos empregadores transparece no campo. Ainda segundo dados da Tabela 1, os empregadores tem, em termos proporcionais não em termos absolutos, mais sindicatos rurais do que os trabalhadores.

Somados, sindicatos de “trabalhadores em sentido ampliado” mais sindicatos de empregadores, alcançam o número de 14.689 organizações, que expressaria o número total de sindicatos existentes no Brasil, hoje, pois inclui tanto as associações sindicais de (a) “empregados” do setor privado como as de (b) “profissionais liberais”, (c) de “agentes ou trabalhadores autônomos”, (d) “trabalhadores avulsos”, (e) categorias diferenciadas, (f) de servidores públicos e (g) empregados e avulsos (nr 6). Ocorre que existem ainda (h) sindicatos cujos processos tramitam pelos corredores, salas e gavetas do Ministério do Trabalho e Emprego e (i) sindicatos que rejeitam sua institucionalização sob controle do Estado. Em 27 de fevereiro de 2013 o ministro do Trabalho e Emprego revelou que existem 4.100 tramites de fundação de entidades (h), conforme matéria do Correio Braziliense, página 8, intitulada ‘Ministério do Trabalho e Emprego fecha o cerco’. Pode-se supor ainda que (j) sindicatos que tenham perdido disputas de registro junto ao governo não tenham simplesmente se dissolvido e desaparecido e sim continuam a existir e conduzir suas ações. Somados estes valores aos números do IBGE (Tabela 3) e aos números do Ministério do Trabalho e Emprego (Tabela 1), chega-se a número próximo a 20 mil sindicatos no Brasil e a 15 mil sindicatos de trabalhadores em sentido amplo. Estes números são auto-informativos sobre o processo de fragmentação sindical brasileira. A classificação por categorias de trabalhadores exerce uma função divisora e enfraquecedora do conjunto da classe trabalhadora.

Recorre-se agora à segunda fonte de dados: as Pesquisas Sindicais, levadas a termo pelo IBGE. Elas fornecem um argumento extremamente vigoroso para a tese da fragmentação sindical (Tabela 3). O número de sindicatos de trabalhadores em 1988, no Brasil, era de 5.669, e em 2001, alcançou a cifra de 11.354. Os sindicatos de trabalhadores duplicaram em número.

**TABELA 2: Séries históricas da Pesquisa Sindical e número de Sindicatos ( a - total, b - de trabalhadores) Brasil - 1987/2001**

1987	1988	1989	1990	1991	1992	2001
a - 9.118	9.120	9.833	10.075	10.705	11.193	15.961
b - 5.536	5.669	6.390	6.729	7.168	7.612	11.354

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 1987/2001. Tabelas 1 e 2. Acesso 23/02/2013, 09:15hs. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/sindical/seriehistorica2001.pdf>

Na busca de argumentos ainda mais fortes para um processo de fragmentação sindical e, portanto, de divisão e enfraquecimento, foram buscadas informações na página do Ministério do Trabalho e Emprego a respeito do surgimento de entidades centrais de trabalhadores e da filiação sindical a ela. Primeiramente, há que se notar que um quarto dos sindicatos brasileiros não se encontram filiados a nenhuma central.

Em segundo lugar, a construção de associações centrais de sindicatos foi no ardor da luta contra o Regime Militar pensada como uma forma eficaz de contrapor-se à fragmentação sistêmica, que faz parte da concepção do sindicalismo brasileiro desde seu início e que o acompanha como uma algema de negatividade. A página do Ministério do Trabalho e Emprego sobre relações de trabalho lista 12 entidades centrais vigentes no sindicalismo brasileiro (Tabela 4), ainda que 5 ou 6 dessas 12 preencham os requisitos exigidos pelo Estado para qualificar como central.

**TABELA 3: Distribuição Sindicatos por Central Sindical, Brasil, 2013**

Central Sindical	(1)	(2)	(3)
1CBDT NACION - CENT BRASIL DEMOCR TRAB.	1	314	112
2 CENASP - CENT NAC SINDICAL PROFISSION	0	18	2
3 CSP - CENT SINDICAL PROFISSIONAIS	132	232	385
4 CONLUTAS - CENT SINDICAL E POPULAR	3	82	86
5 CENT UNIFICADA PROFIS SERV PUBL BRASIL	0	1	3
6 CGTB - CENT GERAL TRAB. BRASIL	75	584	286
7 CTB - CENT TRAB.res E TRAB.ras BRASIL	21	445	659
8 CUT - CENT ÚNICA TRABALHADORES	97	987	2219
9 FS - FORÇA SINDICAL	25	591	1684
10 NCST - NOVA CENTRAL SIND TRAB	28	585	1066
11 UGT - UNIÃO GERAL TRAB	29	1313	1064
12 UST - UNIAO SINDICAL TRABALHADORES	1	55	4
Total	412	5207	7570

Fonte: Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT). <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp> Acesso 20/02/2013.

(1) Em tramitação; (2) Atualizações invalidadas; (3) Atualizações validadas

A história da gestação da ideia de uma entidade ou associação central sindical que pudesse se sobrepor ao processo de fragmentação sistêmica é pesada para quem dela participou, uma vez que sobre a proposta de unidade programática e de princípios e ações prevaleceu a lógica da preservação do poder, o controle sobre espaços político-sindicais e o acesso a recursos do imposto sindical. O processo divisor transformou as “centrais” em ‘partes’ de um processo de enfrentamento entre os próprios trabalhadores, algo concebido no projeto de institucionalização sindical desde seus primórdios.

Igualmente pareceria argumento plausível contra a tese da fragmentação pragmática que cinde de alto abaixo, ao meio e em partes, o sindicalismo brasileiro, de que certas centrais buscaram fundir-se nos últimos anos (NR 6). Entretanto, esteja alerta o leitor, que fusões podem também representar respostas à incapacidade de atender aos requisitos mínimos para inscrever-se como central sindical oficial.

## **E A FRAGMENTAÇÃO PROSEGUE...**

Há evidência de fragmentação no sindicalismo brasileiro. Os sindicatos de trabalhadores duplicaram desde 1988, ano em que a Constituição registrou o princípio da liberdade sindical. Lopes e Lourenço (2013) mostram que teria havido inclusive aceleração do processo nos últimos anos. O aumento do número de sindicatos seria para comemorar se representasse puramente um movimento de maior vinculação às bases, de democratização da luta sindical, de assembleias lotadas e de sindicalizados saindo pelas janelas dos auditórios, como genuinamente parece ter acontecido em alguns raros casos quando novos sindicatos vieram suprir o vazio da displicência, negligência de entidades que formalmente representavam uma base social sem efetivamente fazê-lo. Mereceria celebrar também se o aumento de sindicatos representasse o reconhecimento do direito dos servidores públicos de organizar associações representativas dos reais interesses dos trabalhadores, como a Constituição de 1988 o fez.

Mas também é-se levado a considerar que a divisão sindical obedeceu a outras lógicas, entre as quais a ocupação de espaços político-sindicais. Assim, o Andes-Sindicato Nacional teve contestada sua representatividade por duas forças sindicais, de um lado, de sindicatos de professores que organizavam genericamente a categoria de professores, de outro, por um movimento político com apoio governamental, que visava dividir a “categoria” dos professores universitários em públicos e privados.

Há evidências de criação de novos sindicatos por divisão da base territorial, baseando-se no argumento de legalidade de criar sindicatos por município, como ocorreu na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, recentemente.

Há também evidências de fusões, ainda que sejam processos mais raros. Fusões, um termo procedente da economia de empresas, ocorreram entre centrais sindicais que não conseguiram atender os requisitos introduzidos como critérios para recebimento do imposto sindical.

“A ... União Geral dos Trabalhadores (UGT), criada em 2007... resultou da fusão de três centrais sindicais – Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) – com a adesão de sindicalistas dissidentes da FS e de sindicatos sem nenhuma filiação anterior”. (Radermacher; Melleiro. 2007, p. 12)

O acesso a recursos do imposto sindical e a disputa pelo controle de territórios político-sindicais poderão turbinar a continuidade de fusões entre entidades centrais que não obtiverem êxito em comprovar o atendimento aos requisitos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O processo de fragmentação sindical exerce o papel de enfraquecimento da organização sindical. Radermacher e Melleiro (2007, p. 4) avaliam que “o quadro geral resultou menos em um avanço na organização sindical e mais em divisão e fragmentação de entidades existentes, o que contribuiu para pulverizar ainda mais o sindicalismo”, concordando com a tese aqui defendida. A que atribuir a divisão do sindicato? É a uma condição do neoliberalismo? Existe um sentido sistêmico embutido na fragmentação do sindicalismo brasileiro?

O capítulo ora em conclusão, recuperou raízes deste processo, com análise da concepção sindical organizada sob o critério de categoria econômica e profissional e da base municipal.

Categoria profissional é efeito de um discurso jurídico mais do que de um conhecimento econômico acumulado da sociedade. Lavrado nos termos sociológicos de solidariedade e de comunalidade próprios dos manuais introdutórios, pretende oferecer uma teoria geral da sociedade do trabalho organizada por categorias. Tais categorias responderiam por relações de solidariedade e de respostas a interesses comuns mais para dentro do que para fora delas e na relação a outros grupos sociais. Como as essas categorias apresentam uma definição fluida da linha de corte dos limites, sobre quem está dentro e quem fica fora, possibilitam uma subdivisão cada vez maior do conjunto dos

trabalhadores. As categorias estimulam uma prática de subdivisão para a qual sempre se encontram razões para adicional fragmentação. Categoria não é base para teoria social geral. E para o mundo mais limitado da sindicalização ela exerce função divisora. Categoria é uma classificação flexível, que se expande indeterminadamente e opera um efeito de divisão cada vez maior.

A base territorial municipal é outro fator que conduz a fragmentação ao paroxismo. Existem, hoje, no Brasil, 5.700 municípios. Suponha-se formalmente e como limite a possibilidade de se organizarem entidades sindicais por categorias profissionais, nessa enorme quantidade de municípios. Minimamente é de se esperar a constituição, dentro da mesma categoria, de um ente público e outro privado, um urbano e outro rural. Começa-se a derivar para o terreno do absurdo dos números. Mas nada para além da concepção de sindicato prevista pelos operadores do sindicalismo de Estado, concebido como projeto e estrutura para o país.

Todo o projeto tem sua parte não prevista. E neste vazio desconhecido ou tolerado surgiram grandes entidades sindicais no país. Os municípios de capitais, de regiões metropolitanas e de grandes cidades são abrigos de grandes sindicatos, pela concentração de força de trabalho em torno a atividades capitalistas. E também porque desde o início histórico do sindicalismo no Brasil sempre vingou uma ou várias correntes políticas que defenderam o sindicato forte e a autonomia sindical, construindo uma ideologia valorizadora da importância da grande entidade sindical e do caminho para a classe, na contramão do projeto estatal fragmentador.

O setor da Educação não ficou imune ao processo fragmentador. Ao contrário, aprofundou-o amplamente. No ensino superior coexistem inúmeros sindicatos que cindem a “categoria” do professor em relação à “categoria” do servidor técnico administrativo e à do auxiliar em geral. Que espécie de “solidariedade” ou que sorte de comunalidade de “interesses” podem “unir” a “categoria” de professores em um sindicato e a de técnicos administrativos em outro, senão o projeto subdivisor em grupos diversos, cada qual mais fraco do que o outro! As expressões sociológicas durkeimianas de “solidariedade” e de “comunalidade de interesses” são discursos e, enquanto tal, exercem papel de legitimação da fragmentação sistêmica.

Segundo Boito Jr. e Marcelino (2010) as greves cresceram nos anos após 2000 em que pese a força da fragmentação sindical. Como, então, conciliar fragmentação sindical e aumento do número de greves? Não seriam elementos contraditórios entre si? Muito embora não seja alvo deste capítulo a análise desta questão, não posso me furtar a estabelecer uma divisão conceitual.

*Fragmentação* refere-se à organização sindical e greves ao movimento político dos trabalhadores, à classe. *Sindicatos* organizam parcelas dos trabalhadores, apenas. *A ação grevista* envolve o conjunto dos trabalhadores em geral.

## NOTAS DE RODAPÉ (NR)

1. Remeto a Dal Rosso, 2013, para análise de discursos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Constituição de 1988, de portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e de súmula do Supremo Tribunal Federal .

2. Quem acompanha a classificação de setores e ramos de atividade econômica, nacional e internacional, com base em esquemas tripartites, octopartites ou decapartites, conhece a dificuldade de implementar aquilo que os operadores do Estado chamaram de associação “natural” no artigo 511,4º da CLT. Ver por exemplo Browning e Singelmann, 1975.

3. Considerando que a Consolidação das Leis do Trabalho cria sindicatos para quatro categorias de agentes sociais (empregadores, empregados, trabalhadores autônomos e profissionais liberais), e supondo o Quadro das Categorias Econômicas e Profissionais, chega-se facilmente ao número de 100 a 150 sindicatos, não considerada a distribuição regional. A estrutura sindical construída no Brasil foi desde seu início e no âmago de sua concepção pensada para dividir os trabalhadores e demais agentes sociais a quem o Estado tornava lícita a associação sindical.

4. Com os dados estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho poder-se-ia calcular os números hipotéticos extremos de sindicatos que poderiam ser reconhecidos no Brasil. As informações são as seguintes:

- a) agentes sindicais: 1. empregados; 2. empregadores; 3. profissões liberais;
- 4. trabalhadores autônomos; 5. avulsos; 6. categoria diferenciada; 7. empregados e avulsos; 8. entidades sindicais especiais.
- b) categorias econômicas e categorias profissionais;
- c) número de municípios no Brasil., hoje, igual a 5.700.

5. Outros caminhos poderiam ter sido explorados pelo IBGE, como a reconstrução a partir das próprias organizações sindicais.

6. A Tabela 2 abaixo oferece números para captar a complexidade da estrutura sindical no Brasil.

**TABELA 4. Sindicatos de Trabalhadores com Registro Ativo**

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIAS	N	%
Empregados	7.208	72,41
Autônomos	221	2,22
Trabalhadores Avulsos	201	2,02
Profissionais Liberais	396	3,98
Servidores públicos	1.470	14,77
Categoria Diferenciada	455	4,57
Empregados e Avulsos	3	0,03
Total	9.954	100

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego. Consulta 30/09/2012 10:12. <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoTrabalhadorUrbano.asp>

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWNING, H. L.; SINGELMANN, J. *The emergence of a service society: demographic and sociological aspects of the sectoral transformation of the labor force in the USA*. 1975 (Relatório de pesquisa ao Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, Austin, Texas, USA)

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

BOITO JUNIOR, A.; MARCELINO, P. R. P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. n. 59, 2010, p. 323-338.

DAL ROSSO, Sadi (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação*. Organização e Lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DAL ROSSO, Sadi *O embate entre liberdade e unicidade sindical no período pós constitucional*. Comunicação ao IV Encontro Internacional da rede ASTE, 2013 (no prelo).

LOPES Fernanda de Carvalho; LOURENÇO, Jelder Eric de Souza. *Sindicatos de Ensino, Institucionalização e Fragmentação Sindical na Pesquisa Sindical de 2002 do IBGE*. Comunicação ao IV Encontro Internacional da rede ASTE, 2013 (no prelo).

MAGALHÃES, Leluana Maria. *O atual sistema de organização sindical como patrocinador da fragmentação das categorias sindicais*. Disponível em: <<http://www>



calvo.pro.br/media/file/colaboradores/leluana\_magalhaes/leluana\_magalhaes\_direito\_sindical.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2013

MENDES NETO, Cláudio. *A atuação do Ministério Do Trabalho e Emprego na Concessão de Registro Sindical*. s/d. Trabalho de conclusão de curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Material e Processual do Trabalho, do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Disponível em: <[http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/196/Monografia\\_Claudio\\_Mendes\\_Neto.pdf?sequence=1](http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/196/Monografia_Claudio_Mendes_Neto.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 11 fev. 2013

RADERMACHER, R.; MELLEIRO, W. *Mudanças no Cenário Sindical Brasileiro sob o Governo de Lula*, 2007.

NUEVA SOCIEDAD N. 211 SEPTIEMBRE-OCTUBRE. Disponível em: <[http://www.nuso.org/upload/articulos/3461\\_2.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3461_2.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2013.

VIANA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

### 3

## O ASSOCIATIVISMO E O SINDICALISMO DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA VOZ DOS SEUS PROTAGONISTAS – REFLEXÕES DESDE A ÓTICA DE UMA PESQUISADORA<sup>1</sup>

Márcia Ondina Vieira Ferreira

### A PESQUISA SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Acredito poder afirmar que a produção sobre sindicalismo de trabalhadores em educação, em nosso país, é jovem e encontra-se pulverizada em torno de temas muito variados. Dentre esses trabalhadores, os estudos sobre docentes são numericamente esmagadores. Majoritariamente, também, a produção está formada por estudos de caso e/ou análises de períodos históricos determinados – especialmente os mais recentes –, havendo lacunas em termos de análises globais e/ou estudos comparativos. Os enfoques são principalmente o histórico, comumente bastante descritivo, e o sociológico, em ocasiões apenas descritivo do sindicalismo como uma manifestação dos movimentos sociais, outras vezes voltado a debater as relações entre sindicalismo e natureza e condições do trabalho docente. Ademais, quase não há articulação entre os estudos voltados ao conhecimento do associativismo docente em sua vertente mutual/cultural e aqueles que realizam investigações sobre os formatos mais especificamente sindicais das organizações de *trabalhadores da/em educa-*

---

1. Versão ampliada de texto apresentado no evento Rumo ao IV Seminário Internacional da Rede Aste (Uninove, São Paulo, 20 e 21 de setembro de 2012). Parte dessas ideias foi gestada para a constituição do relatório da pesquisa financiada pelo CNPq, intitulada “Diretoras/es do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO: trajetórias educacionais, profissionais e sindicais segundo o gênero” (Ferreira; et al, 2011). Agradeço a Julián Gindin o intercâmbio de ideias em torno de alguns pontos polêmicos da argumentação apresentada.

ção, termo adotado após a consolidação do movimento que ficou conhecido como *novo sindicalismo*.<sup>2</sup>

Isso não significa que a produção seja pequena: para alguns estados da arte existentes trata-se de fragmentação da produção, debilidade das ferramentas analíticas e situação incipiente das redes acadêmicas de produção,<sup>3</sup> embora a boa quantidade de trabalhos (ainda assim, assimetricamente distribuídos pelas regiões brasileiras). Sobre as ferramentas analíticas, assim manifesta-se um pesquisador:

As ferramentas analíticas para o estudo da ação sindical docente não podem ser mecanicamente derivadas das pesquisas sobre trabalho docente. Também não podem ser simplesmente puxadas da sociologia do trabalho, pelas especificidades do trabalho docente, da regulação legal do setor e das características do estado como empregador. Tenho a impressão de que todos nós, os que pesquisamos na área, acabamos montando nosso arcabouço analítico por meio de sínteses individuais de leituras sobre história da educação, trabalho docente, reforma educacional e do estado e estudos sociológicos sobre os tradicionais sindicatos do setor privado. (Gindin, 2009, p. 5-6)

No que se refere à quantidade de trabalhos, portanto, não se pode falar em pequena produção. *Esse é o primeiro aspecto que vou explorar*. Vianna (2001) recuperou 47 dissertações e 7 teses, concluídas entre 1980 e 1996, voltadas ao tema da organização do professorado no Brasil. O citado trabalho de Gindin (2009) reuniu 71 dissertações e 18 teses sobre o sindicalismo docente de educação básica no Brasil. Ferreira (2010) debruçou-se sobre 22 trabalhos, relativos ao I Seminário da Rede Aste – Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores da Educação – realizado em 2009; enquanto Ferreira, Moraes e Klumb (2011) analisaram 37 trabalhos publicados na página da referida Rede, relativas ao II Seminário Internacional da mesma, ocorrido em 2010.<sup>4</sup> A leitura desses estados da arte já nos dá uma ideia das tendências da produção desenvolvida no Brasil (e na América Latina, no caso do último trabalho),

---

2. Movimento de reorganização dos trabalhadores brasileiros ao final da Ditadura Militar que conduziu à fundação, em 1983, de uma central independente do Estado e dos sindicatos patronais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Militantes do mesmo confluíram com outros grupos para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

3. Em 2009 foi criada a Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores da Educação – Rede Aste, o que está colaborando para melhorar tal situação. Ver: <<http://nupet.iesp.uerj.br/rede.htm>>. Lembremos que este livro foi gestado no âmbito das articulações da referida Rede.

4. O III Seminário da Rede Aste, ocorrido em 2011, registrou um total de 50 trabalhos discutidos.

mas um elemento que se destaca é a centralidade da produção no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, a maior parte dos estudos tem sido realizada por *pesquisadores/as em condição de estudantes*.

Essa constatação parece-me interessante e suscitou um exercício de pesquisa desenvolvido para a feitura deste texto: o que poderia ser encontrado, no âmbito da produção apresentada nas reuniões da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), sobre os temas organização/mobilização, associativismo e sindicalismo de trabalhadores em educação, num período de dez anos? Creio não ser necessário justificar a importância da produção publicada na Anped, cabendo só destacar os grupos de trabalho selecionados para a coleta: GT 2 (História da Educação), GT 3 (Movimentos Sociais e Educação), GT 9 (Trabalho e Educação) e GT 14 (Sociologia da Educação), dois grupos temáticos e dois disciplinares que mantêm relação com os focos citados no início deste texto.

Os resultados admiraram-me sobremaneira, mas não pelo motivo que eu esperava. De fato, confirmou-se a hipótese de que grande parte da produção sobre o objeto desta análise foi elaborada por pesquisadoras – frise-se o feminino – em condição de estudante; na verdade, quase metade da produção encontrada. Entretanto, surpreendente são os números totais dessa produção (tanto trabalhos completos quanto pôsteres): entre 2000 (23ª Reunião) e 2009 (32ª Reunião), nos quatro GTs citados, foram encontrados *apenas 8 textos* (2 dos quais são de minha autoria e outros 2 de autoria de professoras também participantes da Rede Aste)<sup>5</sup> *em um total de 665 trabalhos* apresentados

---

5. RESENDE, Elaine Souza; MORGADO, Maria Aparecida. O movimento dos professores no discurso jornalístico: quando o mostrar oculta. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 23., 2000, Caxambu. *Anais*. São Paulo: ANPEd, 2000. (CD-ROM). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0301p.PDF>>. NAVARRO, Ignez Pinto. O movimento os professores universitários brasileiros: um sindicalismo de intelectuais. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 24., 2001, Caxambu. *Anais*. São Paulo: ANPEd, 2001. (CD-ROM). Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/24/T0395710942099.doc> LUGLI, Rosario S. Genta. O trabalho docente no Brasil: os discursos dos centros regionais de pesquisas educacionais e das entidades representativas do magistério (1950-1971). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 26., 2003, Caxambu. *Anais*. São Paulo: ANPEd, 2003. (CD-ROM). Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/rosariosgentalugli.rtf> NUNES, Maria Therezinha. Consentimento ao poder masculino: a resistência possível das professoras primárias mineiras na greve de 1959. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 26., 2003, Caxambu. *Anais*. São Paulo: ANPEd, 2003. (CD-ROM). Disponível em: <<http://www.anped.org>

e publicados e/ou somente publicados (é o caso dos trabalhos aceitos no mérito) no site da Anped.<sup>6</sup> Ademais, o GT 14 não registrou nenhum trabalho, seguido pelos GTs 2 e 9, com 2 trabalhos em cada. Ao GT 3 coube a publicação de 4 trabalhos.

Quase arrependida, então, de indicar a existência de grande produção, resta-me uma breve análise qualitativa para compreender esses resultados. Neste caso, mais importante do que os números – “sem o uso das palavras como instrumentos de pesquisa, os números ficam mudos” (Elias; Scotson, 2000, p. 59) –, é a percepção de que essas temáticas parecem não ser valorizadas, especialmente no âmbito do GT de Sociologia da Educação, mas também no de Trabalho e Educação, pois somente pesquisadoras que atualmente são integrantes da Rede Aste tiveram trabalhos aprovados neste último GT. O GT de História da Educação fez a sua parte investindo em temas relativos a mobilizações históricas de docentes e associações não sindicais, mas seria incorreto omitir que um desses dois trabalhos também é de autoria de professora que integra a Rede Aste.

Por uma parte, assim, uma proporção das poucas pessoas que lograram construir uma carreira de investigação por dentro do tema que aqui nos interessa parece ter buscado congregar-se na Rede Aste. Observe-se que esta foi criada em 2009 e o registro de trabalhos na Anped, no período 2000-2010, é

---

br/reunioes/26/trabalhos/mariatherezinhanunes.rtf>. BARROS, Maria Elizabeth Barros de; HECKERT, Ana Lúcia Coelho; OLIVEIRA, Sonia Pinto de. Um “novo” desafio para o movimento sindical: a saúde como tema e estratégia – o caso dos docentes/es. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, 28., 2005, Caxambu. *Anais*. São Paulo: ANPED, 2005. (CD-ROM). Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT03/GT03-938--Int.rtf> FERREIRA, Márcia O.V. Trajetórias escolares e profissionais de professoras e professores militantes. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, 28., 2005, Caxambu. *Anais*. São Paulo: ANPED, 2005. (CD-ROM). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT03/GT03-265--Int.rtf>>. \_\_\_\_\_. “Discutir educação é discutir trabalho docente”: o trabalho docente segundo dirigentes da CTERA – *CONFEDERACIÓN DE TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN DE LA REPÚBLICA ARGENTINA*. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, 29., 2006, Caxambu. *Anais*. São Paulo: ANPED, 2006. (CD-ROM). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-1685--Int.pdf>>. MIRANDA, Kênia. Como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: um estudo sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, 29., 2006, Caxambu. *Anais*. São Paulo: ANPED, 2006. (CD-ROM). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-2152--Int.pdf>>.

6. Os números totais de trabalhos por GT são: GT 2 - 200; GT 3 - 143; GT 9 - 186; e GT 14 - 136.

o seguinte: um trabalho em 2000; um em 2001; dois em 2003; dois em 2005; e dois em 2006.

Por outra parte, outra conclusão possível, retirada desse resumido exame, é a de que, a despeito da boa produção em termos de teses e dissertações, o sindicalismo de trabalhadores em educação ainda não logrou ser legitimado como objeto digno de investigação por quem detém o monopólio da autorização científica nos campos da sociologia da educação e da sociologia do trabalho – lembremos que é o próprio campo que dita as leis de ingresso, permanência e saída dos atores sociais (Bourdieu, 2003) –, ao menos no que se refere à Anped, importantíssima associação de pesquisa, composta por pessoas que atuam mais diretamente no âmbito das Pós-Graduações em Educação. Será que a discussão sobre a natureza improdutiva do trabalho docente, ou sobre a fração de classe ou o sexo do grupo que o realiza, ainda contamina o debate sobre a legitimidade das formas de organização e luta dos/das trabalhadores/as em educação? Sobre as formas de exploração a que estão (estamos) submetidos/as?

Neste ponto, gostaria de retomar aquilo que, no início, chamei de “análises globais” sobre o Brasil, sendo esse o *segundo aspecto que vou explorar*. Por *análises globais* quero representar aquelas produções voltadas a desenvolver um ou mais elementos dos seguintes: categorias que nos permitam comparar as organizações existentes, destacando suas principais características, examinando a constituição histórica do sindicalismo, recuperando a interferência do Estado e/ou de partidos políticos na constituição das organizações, dando a conhecer suas reivindicações; reconstituindo, assim, a gênese do professorado e de suas formas de organização a partir do desenvolvimento dos sistemas educacionais, mas sem restringir-se a apreciações mais pontuais do ponto de vista cronológico ou geográfico. Este tipo de análise não inibe a necessidade de pesquisas pontuais, ao contrário disso, ambos os tipos de investigação devem vir paulatinamente a completar-se e permitir uma visão mais ampla da organização dos trabalhadores em educação em nosso país. Dentre os trabalhos que nos fornecem referências mais globais posso citar alguns estudos: Fontoura, Gentili e Gindin (2009); Vicentini e Lugli (2009); e Gindin (2011), bem como outros que serão indicados conforme a necessidade, a seguir.

A partir da leitura dessas obras quero destacar processos significativos que podem ajudar a situar um marco referencial para quem se amaranhe pelos caminhos da investigação sobre associativismo e sindicalismo de trabalhadores em educação, no Brasil. Assim, desde o final do século XIX encontramos associações docentes, que foram mais bem estruturadas a partir da organização das redes de ensino público, a partir dos anos 1930. Esse período inicial

ainda é tão pouco conhecido que Vicentini e Lugli assinalam que “a ausência dessas informações dificulta qualquer tipo de esforço para identificar tanto as especificidades do movimento dos professores em cada estado quanto as similitudes existentes entre as associações tendo em vista todo o território nacional” (2009, p. 96), chamando-nos a atenção sobre objetos de pesquisa que estão a merecer uma atenção muito maior do que a prestada até então.

O período associativo propriamente dito começa a partir de 1945, quando identificam-se organizações representativas, perdurando até meados da Ditadura Militar, ocasião em que principia a fase genuinamente sindical da organização dos profissionais da educação. Temos, aqui, duas ditaduras (Vargas e militares) a dificultar a referida organização, mas também cabe dizer que a reação às mesmas igualmente colaborou para avanços na perspectiva mais sindical (Ferreira Jr., 1988).

Dal Rosso e Lúcio destacam dois fatores explicativos dessa tardia sindicalização dos trabalhadores docentes: “a) um de controle institucional e estatal sobre a atuação dos trabalhadores em educação e b) outro relacionado à concepção vocacional da educação que moldava a subjetividade e a concepção de identidade dos educadores” (2004, p. 114).

Em relação ao primeiro fator, explicam-nos os autores, a legislação trabalhista que perdurou até a Constituição de 1988 impedia a sindicalização de todos os funcionários públicos, incluindo o professorado. No caso do professorado do ensino privado, incluindo a parcela das instituições confessionais, vale tanto o fato de que o controle da educação como concessão do Estado também se processa entre esses trabalhadores, como também o controle exercido pelos próprios patrões, que costumeiramente impediam a organização sindical punindo com demissões as pessoas que se envolvessem mais diretamente com a mesma.

Entretanto, muitas das associações existentes já atuavam como sindicatos, tanto nas lutas pela redemocratização da sociedade como, mais especialmente, em prol de suas reivindicações corporativas. É isso o que nos sintetizam Dal Rosso, Cruz e Rêses:

Sindicatos de professores existem no Brasil desde a fundação do Sinpro-Rio em 1931 (Rêses, 2008), uma quase exceção e, especialmente, ao final dos anos 1970, quando a resistência ao regime militar abriu espaço para inúmeros sindicatos e associações surgirem (Antunes, 1991) tanto em relação à educação básica quanto em relação à educação superior. (2011, p. 112).

Deste modo, um importante questionamento é como e por que se produziu o aparecimento de organizações docentes de caráter sindical, ou por que associações já existentes transformaram-se em organizações sindicais, mais especialmente a partir das greves de trabalhadores iniciadas em 1978. Seguindo a lógica de Dal Rosso e Lúcio (2004), quando argumentam que a existência de uma identidade vocacional colaborava para a não criação de entidades de caráter sindical entre os docentes, há toda uma produção acadêmica que busca identificar a mudança de identidade e os fatores que podem tê-la influenciado.

Sobre isso argui-se que, entre as décadas de 1960 e 1980, o capitalismo brasileiro sofre um crescimento acelerado. Por outro lado, mais ao final deste período, encontramos a combinação entre distensão política e reorganização de movimentos sociais.

No que tange ao setor educacional, temos crescimento das redes, com aumento do número dos professores, diminuição salarial e conseqüente transformação do *status* docente. Ferreira Jr. e Bittar acreditam que houve um processo de alargamento das classes médias nessa ocasião, por meio da deterioração salarial e do recrutamento mais diversificado, pois o professorado deixou de ser formado apenas por membros das classes médias urbanas, incorporando, também, membros dos setores populares. E os autores acrescentam outras modificações, resultado das Reformas Universitária e do Ensino de 1º e 2º Graus:

(...) o crescimento econômico acelerado do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar impôs uma política educacional que se materializou, em linhas gerais, nas reformas de 1968 e de 1971, cujos efeitos engendraram uma nova categoria docente e, por conseguinte, no exercício da profissão em parâmetros distintos dos anteriores. Os professores formados nos cursos de licenciaturas curtas das faculdades privadas noturnas substituíram a pequena elite intelectualizada das poucas escolas públicas antes existentes. A extensão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos ocasionou a rápida expansão quantitativa da escola fundamental, exigindo, para o seu atendimento, a célere formação dos educadores, o que se deu de forma aligeirada. A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado nacional do ensino básico, tanto é que o fenômeno social das greves, entre as décadas de 1970 e 1980, teve como base objetiva de manifestação a própria existência material dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus. (2006, p. 1165-1166)



Neste sentido, a combinação desses elementos teve influência, do mesmo modo, sobre as identidades do professorado, que paulatinamente passou a perceber-se com interesses semelhantes aos dos demais trabalhadores assalariados do país, deslocando, em parte, a concepção missionária que justificava o ofício docente.

Entretanto, essa interpretação do fenômeno convive com outras, que buscam evitar um raciocínio linear de que foi a insatisfação trabalhista do professorado no período que o conduziu à identificação com categorias mais proletarizadas, posto que pesquisas de caráter histórico têm assinalado que a referida insatisfação sempre esteve presente no meio docente (Vicentini; Lugli, 2009). Para essas autoras, e para Gindin (2011), trata-se de perceber que as mudanças nas identidades docentes são necessárias para que se possa produzir a aceitação do modelo sindical, sendo estimuladas, inclusive, pelas próprias associações: as recompensas simbólicas do ofício, resultantes de uma concepção messiânica do trabalho realizado, são pressionadas pela necessidade de recompensas materiais. Trata-se, então, menos de um processo unidimensional, e mais de uma disputa entre diferentes representações sobre o trabalho docente.

Por fim, Gindin (2011) assinala que as entidades docentes que estiveram à frente de mobilizações no período de 1956 a 1968 (movimentos anteriores ao governo de João Goulart e fechamento político instituído pelo AI5) não conseguiram implantar-se na base da categoria. Ademais, a atuação das lideranças sindicais posteriormente a 1968 não chegou a constituir-se numa agressão ao sistema ditatorial. Dois elementos expressam tal situação: a distância do movimento docente dos demais movimentos de caráter sindical; a falta de repressão a lideranças docentes que, ao contrário disso, até participaram de alguns governos.<sup>7</sup> Por isso, os acontecimentos iniciados em 1978 teriam adquirido, no caso do movimento docente, um caráter inovador e explosivo, sintetizando uma espécie de revolta contra a

(...) fragilidade de todas e o conservadorismo da maioria das organizações tradicionais, a descontinuidade entre uma nova camada de ativistas e as lideranças tradicionais e a debilidade das mobilizações da década de 1960 (que não tinham criado tradição). O autoritarismo do governo, um forte discurso renovador na esquerda brasileira, o protagonismo desta esquerda no processo de democratização, um crescimento acelerado do sistema de

---

7. Gindin cita dirigentes de associações dos professores primários de Minas Gerais, Piauí e Rio Grande do Sul.

ensino e provavelmente as piores condições de emprego (...) contribuiriam para agigantar a ruptura. (Gindin, 2011, p. 248-249)

O robusto movimento iniciado neste período perdurou durante a década de 1980, na qual ocorreram vários fenômenos e eventos significativos. No que se refere a aspectos intra e entre categorias, houve fortalecimento de organizações por meio de unificações e crescimento da filiação sindical; ampliação das bases, também por unificação de entidades afins, que modificaram seus estatutos para poder representar a diversos tipos de “trabalhadores em educação”; e aumento e radicalização da participação política (Fontoura; Gentili; Gindin, 2009, p. 20). Em termos de eventos políticos nacionais, o movimento debateu o reordenamento jurídico-institucional do país, que culminou na promulgação da Constituição de 1988, e aproveitou este e a eleição direta para presidente da República, em 1989, também como palcos de discussão de questões educacionais, tendo em vista a futura promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (o que ocorreu em 1996).

No entanto, os anos 1990 trazem políticas de ajuste fiscal e, com elas, reformas que radicalizam as perdas salariais e a precarização do trabalho docente, incidindo sobre a qualidade da escola pública. Pesquisas sobre trabalho docente têm focado as novas formas de gestão e suas consequências para as condições de exercício do trabalho, suas formas de controle e decorrências no âmbito da saúde dos/das trabalhadores/as. As reformas vêm promovendo maior descentralização administrativa e de recursos, com flexibilização dos contratos de trabalho e privação de direitos; mudanças curriculares e formas de avaliação e controle da atividade docente por vias cada vez mais variadas (Oliveira, 2003).

Quanto aos estudos sobre organizações sindicais da educação por ocasião da implementação desse último ciclo de reformas, têm buscado compreender o posicionamento e atuação dos sindicatos perante as mesmas; e os processos de desmobilização e desencanto dos trabalhadores da educação com seus sindicatos e com as mobilizações, especialmente as grevistas. Em seguida, observa-se como o sindicalismo vem tentando reorientar sua atuação para dar conta das modificações impressas ao trabalho, superando estratégias meramente defensivas, que têm sido dominantes.

A impressão que se tem é que a avalanche neoliberal resultante das reformas amplia as dificuldades já encontradas pelos movimentos docentes, uma vez que as reformas continuam em execução. Em minha opinião, essa avalanche torna-se ainda mais impactante em função da cada maior divisão do movimento sindical, em geral e no caso do sindicalismo do setor da educação.

Como diz Dal Rosso, “em vez de unificar os trabalhadores, o sindicalismo os divide. Por esta razão o sindicalismo não tem capacidade de direção dos trabalhadores a não ser na luta defensiva” (2011, p. 8).

Esse último, aliás, também é um dos argumentos usados em revisão internacional sobre sindicalismo e educação, ao discorrer sobre as razões da falta de eficácia nas resistências criadas pelos sindicatos. Assim, Compton e Weiner (2011) falam, primeiro, da desorientação sindical frente à retórica do neoliberalismo – o mundo de consumidores é um dado que tem se mostrado irrefutável e é difícil encontrar estratégias ofensivas. Segundo, as autoras indicam a falta de independência que os sindicatos têm em relação ao Estado, vigente em alguns países; por último, mencionam a incapacidade da burocracia sindical de projetar-se além de suas ideologias particulares, procurando defender interesses mais amplos. Frente a estratégias estatais cada vez mais unificadas e semelhantes internacionalmente, o sindicalismo responde com uma fragmentação cada vez maior.

Sindicatos fragmentados externamente, isto é, aqueles em que múltiplos sindicatos competem entre si pelos professores, serão menos eficazes no rompimento das reformas. Nesse ambiente institucional “cada sindicato fica mais fraco, e todos eles só podem barganhar depois de coordenar suas ações” (Murillo, 1999, p. 48). Os problemas da ação coletiva associados à fragmentação reduzem a capacidade de os sindicatos bloquearem as reformas. (Corrales apud Compton; Weiner, 2011, p. 446)

Consequentemente, o *terceiro e último comentário a fazer*, nesta seção, refere-se a algumas temáticas surgidas a partir da observação do movimento sindical, que se repetem em organizações de diferentes níveis, modalidades, redes de ensino e categorias de trabalhadores em educação, e que igualmente devem ser objeto de investigação.

Primeiramente, basta citar o aspecto já indicado, correspondente a cada vez maior fragmentação do movimento sindical, tanto em âmbitos locais – várias representações – como em âmbito nacional, com uma dezena de centrais sindicais. Tal divisão se expande sobre as organizações docentes, e uma parcela desse problema é resultado das próprias relações de trabalho, pois, à medida que o sistema educacional brasileiro está cindido em diversas atribuições e responsabilidades conforme os entes administrativos da federação, seus trabalhadores são empregados, também, de distintos entes, o que ocasiona remunerações e condições de trabalho completamente diversas. Por conta disso, Dal Rosso conclui que “o Estado é promotor ativo de desigualdades e precarização do trabalho” (2011, p. 130).

Contudo, outra parcela dessa situação corresponde a opções de natureza político-ideológica. O autor citado lembra que a ideia de central sindical nasceu como uma contestação ao modelo implantado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sustentado na verticalidade das relações baseadas na “mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas” (como prega o art. 511 da CLT). A central, no entanto, pode reunir todas as categorias, e é nesse sentido que rompe com a verticalidade. Mas a paulatina criação de novas “centrais” subverte aquela reação ao controle do capital e do Estado, retirando a força trazida pela unidade. Esse é um dos temas a aprofundar, e que tem consequências, igualmente, sobre o reconhecimento legal dos sindicatos, lançando suas raízes sobre o que tem sido chamado de judicialização dos conflitos (Pereira, 2011).

Em segundo lugar, deve haver um esforço por sistematizar dados que possibilitem aprofundar conhecimentos sobre as diversas organizações sindicais, o que é válido para os grupos de pesquisa e especialmente para as organizações, que devem disponibilizar, adequadamente, em seus sítios, informações sobre a situação das entidades (número de filiados, filiação por sexo, filiados ativos e inativos, seções sindicais, história da entidade, etc), estatutos, existência de escolas de formação, publicações, etc.

Em terceiro lugar, articulando os estudos sobre trabalho docente com aqueles relativos ao sindicalismo, é importante investigar algumas das vitórias e das perdas resultantes da implantação das reformas, por exemplo, em termos da avaliação e certificação docentes, com suas implicações para a carreira e os salários. As recentes lutas pela implementação do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei 11.738/2008) merecem uma grande dedicação das(os) pesquisadoras(es), pois a mobilização conjunta de docentes pertencentes a diferentes redes de ensino por uma pauta própria e unificada é algo inusitado em nosso país.

Em quarto lugar, trata-se de fazer uso das análises de gênero no sindicalismo de trabalhadores em educação, elemento considerado, por Robert, uma das “perspectivas propícias a renovar e aprofundar a análise científica do sindicalismo docente” (2011b, p. 732). Como venho sublinhando em vários textos (como em Ferreira, 2011), a categoria gênero praticamente não é usada nos estudos, o que é surpreendente, tendo em vista a base sindical majoritariamente feminina.<sup>8</sup> Não apenas o gênero está em toda a parte, como nos

---

8. “Portanto, ou o surgimento do sindicalismo docente apóia-se sobre essa base constituída por mulheres ou simplesmente não emerge” (Dal Rosso, Cruz e Rêses, 2011, p. 129).

sindicatos de trabalhadoras(es) em educação ele deveria ser considerado uma categoria com valor interpretativo semelhante à classe.

Um exemplo disso pode ser resgatado na própria composição dessa Mesa (“O associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação na voz dos seus protagonistas”): um dos sindicatos presentes é o Sedin (Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo), fundado em 2004. Pelo que se observa nas publicações do mesmo, e na fala da representante presente, poderíamos interpretar que parte das divergências existentes com sindicatos que também podem representar o grupo de educadoras foi resultado da desvalorização recebida pelo tipo de atividade desenvolvida pelas mesmas. O cuidado de crianças pequenas – usualmente considerado um trabalho de “mulher”, para o qual, segundo a representação dominante, não há necessidade de qualificação específica – não precisaria ser mais bem remunerado. Tal representação poderia ser um dos motivos pelo qual essas trabalhadoras não receberiam o mesmo tipo de atenção às suas reivindicações, não apenas pelo poder público, mas pelos próprios companheiros de categoria.<sup>9</sup>

Desse ponto de vista, a presença ou ausência dessa hipótese em relação ao trabalho feminino e à disputa de poder das mulheres com os homens – que aqui levanto exclusivamente com intenção especulativa – modificaria completamente uma análise a ser feita buscando compreender, por exemplo, o nascimento e o desenvolvimento do referido sindicato.

## **PALAVRAS FINAIS: “A VOZ DO DONO E O DONO DA VOZ” – A VOZ DAS E DOS SINDICALISTAS**

Finalmente, trago uma última temática de investigação, aquela que dá título ao texto e à mesa na qual foi apresentado: gostaria de indicar dois motivos para escutar-se a voz das e dos sindicalistas.

Como já dito, é importante escutar suas vozes porque os sindicatos de trabalhadores em educação são umas das poucas organizações a tentar contrapor-se a ofensiva neoliberal, e precisamente não são ouvidos porque, se isso fosse feito, os governos teriam que se dispor ao diálogo, e esta não é sua

---

9. “Com a transição das Creches Municipais para a Educação em 18 de dezembro de 2001, passamos a integrar o quadro dos profissionais da educação e devido às divergências com os demais sindicatos da área contrários a essa transição, decidimos criar nossa própria organização” (SEDIN em Revista, 2012, p. 29-30).

intenção. Como ainda soa a prédica de Margareth Thatcher, “não há alternativa”. A perspectiva dos organismos internacionais de controle e avaliação da educação é a de que as reformas são inevitáveis. O controle, então, da voz dos sindicalistas, torna-se primordial para quem se considera o dono dessa voz, ou desses trabalhadores, compreendidos como meros executores das políticas, e responsabilizados por qualquer fracasso nos índices educacionais. A percepção da falta de consulta aos sindicatos em relação às atuais reformas educativas está presente em vários estudos comparativos de caráter internacional, tais como Filmus e Tiramonti (1998); Loyo (2001); Murillo (2001); Palamidessi (2003); e Compton e Weiner (2011). Por outra parte, alguns desses estudos indicam que as respostas sindicais às reformas têm sido bastante diferentes, conforme o contexto.

Também é importante escutá-los porque são informantes com uma contribuição específica a dar à discussão sobre a situação do trabalho docente e sobre a configuração da escola no plano da vida cotidiana, onde ocorrem as interações sociais concretas. Como afirma Giddens, sindicalistas possuem uma identidade social compartilhada, utilizada como uma poderosa fonte de significado (2005, p. 44). As feições oferecidas à escola sempre têm estado em disputa, e as posições dos sindicalistas, *tomados como docentes*, certamente ajudam a compor o universo da pesquisa em educação, que dessa forma combina micro e macrosociologia. Aspectos que particularmente muito me interessam são as estratégias utilizadas por sujeitos de pesquisa no intuito de alcançar a posição de docentes e de sindicalistas, isto é, suas trajetórias educacionais, profissionais e sindicais, mas certamente estudos com outra temáticas poderiam ser desenvolvidos.

O sindicalismo de docentes e de demais trabalhadores em educação constitui-se num vasto filão a ser investigado por pessoas que podem ser provenientes dos mais diversos campos das Humanidades. É um tipo de pesquisa situada, ou seja, não acredita na neutralidade de nenhum conhecimento científico. Mas, como diz Robert (2011a), a aproximação entre os protagonistas sindicais e os pesquisadores dos sindicatos deve dar-se com a clareza de que ambos atuam segundo lógicas distintas:

É importante estabelecer um princípio de distinção ao propor uma linha divisória não entre produtos de pesquisa de origem sindical e produtos de origem “autêntica” – posição que muda as fronteiras, provocando um estremecimento –, mas entre a lógica do conhecimento e a lógica da ação. Pesquisa e militância devem permanecer diferenciadas, mesmo se não mais em bases absolutas, vislumbrando-se facilmente a permanente circulação

entre os campos da pedagogia e da didática. Confirmado esse princípio de distinção, deve-se então traçar dialeticamente a redefinição das fronteiras e entrever a ideia de passagem. (p. 55-56)

A Rede Aste tem procurado, de forma ainda simples, mas contundentemente, reaproximar esses mundos, até porque os próprios sindicatos estão abertos, hoje, à investigação. Sendo assim, que a voz dos protagonistas docentes se faça ouvir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *Los usos sociales de la ciencia*; por una sociología clínica del campo científico. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

COMPTON, Mary; WEINER, Lois. Os sindicatos de professores e a justiça social. In: APPLE, Michael; AU, Wayne; GANDIN, Luís A. *Educação crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 437-450.

DAL ROSSO, Sadi. Heterogeneidade e fragmentação. In: DAL ROSSO, Sadi; et al. In: III SEMINÁRIO DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 2011, Brasília. *Anais*. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 125-132. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/DalRosso3.pdf>>.

\_\_\_\_\_; CRUZ, Hélvia L.; RÊSES, Erlando da S. Condições de emergência do sindicalismo docente. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, maio/ago. 2011.

\_\_\_\_\_; LÚCIO, Magda de L. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. *Universidade e Sociedade*, v. 14, n. 33, p. 113-125, jun. 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*; sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA JR., Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1988. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

FERREIRA, Márcia O. V. Pesquisando gênero e sindicalismo docente: à procura de um referencial para uma temática transdisciplinar. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo, 2011, p. 29-46.

\_\_\_\_\_. Uma análise da produção sobre associativismo e sindicalismo de trabalhadores em educação; a constituição de uma rede de pesquisadoras/es. In: SEMINÁRIO DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 2., 2010, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UFRJ/UnB, 2010, p. 1-13. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/rede/seminario2010.htm>>.

\_\_\_\_\_; et al. *Diretoras/es do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO: trajetórias educacionais, profissionais e sindicais segundo o gênero*. Pelotas: FaE-UFPel/CNPq, 2011. 104p. Relatório de Pesquisa.

\_\_\_\_\_; MORAES, Maria Laura B. de; KLUMB, Márcia Cristiane V. Breve balanço do II Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (2010). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - REDE ASTE, 3., 2011, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011, p. 1-18. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/FerreiraMoraesKlumb.pdf>>.

FILMUS, Daniel; TIRAMONTI, Guillermina. Presentación del Proyecto: conformación del grupo de trabajo Sindicalismo Docente y Reforma Educativa en América Latina. *Boletín Proyecto Sindicalismo Docente y Reforma Educativa en América Latina*, Buenos Aires, n. 1, p. 1-2, out. 1998.

FONTOURA, Joana; GENTILI, Pablo; GINDIN, Julián. *Os sindicatos e as reformas educacionais na América Latina: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

GINDIN, Julián. Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil. In: ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL – SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DE PESQUISAS E CONSTITUIÇÃO DE REDE DE PESQUISADORES, 2009, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UFRJ/UnB, 2009, p. 1-18. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/Gindin.pdf>>.



\_\_\_\_\_. *Por nós mesmos: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México*. 2011. 298p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOYO, Aurora. Los sindicatos docentes en América Latina: entre la lógica laboral y la lógica profesional. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, n. 25, p. 65-81, jan./abr. 2001.

MURILLO, María Victoria. Sindicalismo docente en América Latina: aproximaciones al estado del arte. In: TIRAMONTI, Guillermina; FILMUS, Daniel (coords.). *Sindicalismo docente e reforma en América Latina*. Buenos Aires: Flacso/Temas, 2001, p. 35-70.

OLIVEIRA, Dalila A. (org.). As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: \_\_\_\_\_. *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 13-37.

PALAMIDESSI, Mariano. Sindicatos docentes y gobiernos: conflictos y diálogos en torno a la Reforma Educativa en América Latina. *Documentos PREAL*, Santiago, n. 28, dez. 2003. 35p.

PEREIRA, Maria Cristina C. Judicialização de conflitos coletivos na esfera sindical: o caso do ANDES – Sindicato Nacional. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo, 2011, p. 89-104.

ROBERT, André. Os sindicatos de professores e a pesquisa em educação. Sobre alguns deslizes epistemológicos. In: DAL ROSSO, Sadi; et al. *Anais do III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação*. Brasília: Paralelo 15, 2011a, p. 47-59.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo docente. In: ZANTEN, Agnès van (coord.). *Dicionário de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2011b, p. 730-733.

VIANNA, Claudia. A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano XXII, n. 77, p. 100-130, dez. 2001.

VICENTINI, Paula P.; LUGLI, Rosario G. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

## 4

# O DEBATE DAS IDEIAS OU A CARÇA DA HISTÓRIA

Celso Carvalho

À consciência pós-moderna não corresponde uma realidade pós-moderna. Nesse sentido, ela é um simples mal-estar da modernidade. É, literalmente, falsa consciência, porque é a consciência de uma ruptura que não houve.  
(Rouanet, 1987)

## INTRODUÇÃO

Este texto é o resultado parcial de algumas inquietações que têm permeado nossa trajetória de pesquisa. No caminho que traçamos, a busca pelo entendimento das políticas educacionais pressupõe o entendimento do debate que permeia, molda e, não raramente, determina a produção dessas políticas. Penso que não outro pode ser o percurso que oriente e move as ações do movimento sindical docente. Tal questão sempre foi de fundamental importância para os trabalhadores no processo de enfrentamento das forças do capital, e hoje assume condição central. Se os tempos que vivemos não têm sido pródigos para o avanço da luta política, no debate das ideias nossas derrotas são ainda maiores. O fascínio e encanto que o irracionalismo exerce nesses tempos se constitui em embate dos mais tensos.

Nosso objetivo é problematizar algumas das questões que norteiam esse debate, levantar possibilidades para o enfrentamento político das ideias que defende, contextualizá-las frente à educação e, mais especificamente, às políticas curriculares. Entendo que são questões que podem contribuir para o enfrentamento contra as forças do capital que realizamos via movimento sindical docente. Podem contribuir pois não são questões subsumidas à lógica das políticas educacionais, pelo contrário, são questões que permeia o debate mais amplo sobre a sociabilidade humana e, por isso, procuram moldar os processos de formação do sujeito e de escolarização. Entendo que são razões que por si só justificam o debate.

## **A CARÇA DA HISTÓRIA**

O que dirão os historiadores no futuro sobre o tempo que vivemos, o nosso tempo? O que dirão aqueles dedicados a estudarem a história do pensamento, das ideias ou, mais especificamente, da teoria social produzida nesse momento? Como eles compreenderão um período que tem se caracterizado pela busca incessante em negar, no contexto do debate intelectual, o conhecimento, mais especificamente a razão? Um período que tem se caracterizado pela afirmação de que todas as formas de conhecimento são iguais, não havendo entre elas nenhuma prevalência hierárquica? Como entenderão a crítica à razão iluminista em um tempo tão carente de razão? Como entenderão a miséria da razão sendo tratada como celebridade em um desfile de carnaval diante de uma humanidade a caminho da desumanização? Precisamos esperar dos historiadores no futuro as perguntas que podemos e devemos fazer agora? O que há no presente que impede que façamos essas perguntas?

É possível que os historiadores no futuro, livres e distantes dos imperativos que hoje informam a desrazão, possam confirmar aquilo que hoje é afirmado por poucos: que vivemos em uma época que é a síntese da miséria da razão. Afirmção que, embora hoje seja feita por aqueles que na feliz definição de José Paulo Neto pertencem à cepa dos marxistas impenitentes,<sup>1</sup> não são consideradas como relevantes, pois estão fundadas em um construto, uma metanarrativa, o marxismo, que segundo seus críticos, impenitentes ou não, foi reduzido à carcaça da história.

Qual a importância que a distância e o tempo possuem para uma melhor compreensão dos processos sociais? Estaríamos nós fadados à ditadura do presente e incapazes de compreender a dinâmica do social em uma perspectiva histórica? Qual nossa capacidade de apanhar as tendências dos processos sociais em um contexto impregnado pelo discurso da crítica à identidade, da negação do sujeito e do fazer histórico?

Sabemos que um dos aspectos mais imperativos do capital é sua capacidade em reduzir os seres humanos à condição reificada. Que uma das características mais marcantes do pensamento atual é a transformação do debate sobre a sociabilidade humana em um debate sobre uma sociabilidade a-social. Que o quanto esse debate, ao negar o caráter contraditório do capital, e, portanto, a possibilidade da escolha em um contexto de conflito, assume uma condição autoderrotista, que perde a dimensão histórica da ação humana e eterniza o presente.

---

1. Cf. Neto (2004).

Como pensar o processo metabólico-social como a materialização da relação dialética entre genericidade e singularidade, como síntese do processo de apropriação e objetivação humana, em meio ao discurso que anuncia e venera a efemeridade e a fragmentação total? A análise crítica e radical dessas concepções que eternizam o presente é caminho necessário, embora não suficiente, se realmente desejamos romper com o círculo dessa lógica de pensar. Questionar as premissas e suposições da desrazão implica compreender como a forma de pensar as relações humanas emerge da lógica irracional do processo de reprodução do capital, que transforma em significativo e necessário apenas aquilo redutível ao monetário. Implica, nas palavras de István Mészáros, mostrar o quanto elas são ideologias “não ideológicas”.<sup>2</sup>

A anunciada morte da metanarrativa, do sujeito, da história, da verdade e outras mortes menos anunciadas têm pautado parte significativa do debate e da produção acadêmica contemporânea. Desde que Derrida matou o sujeito iluminista, que Lyotard decretou o fim das metanarrativas e Fukuyama o fim da história, grande parte da produção da teoria social tem se caracterizado pela produção a-histórica, fragmentada, local, diversificada, relativa, parcial e, sinteticamente, não absoluta. De um modo geral, e com os devidos cuidados, podemos afirmar que, em síntese, esse conjunto de elementos caracteriza aquilo que vem sendo denominado nas últimas décadas de pensamento pós-moderno.<sup>3</sup>

A crítica à modernidade iluminista, embora fundada em torno de contradições e limites teóricos, ganhou espaço, legitimidade e guarida em amplos espaços acadêmicos. Mas ganhou, sobretudo, dimensão política. A morte anunciada da modernidade, das metanarrativas que a analisam, de sua expectativa de transformação e mudança social, ancoradas no sujeito portador da razão, em síntese, a morte anunciada da política, são, em que pese o discurso que a negue, a exaltação de uma forma política que se caracteriza pela negação da política. A anunciada impossibilidade da política legítima o que há de mais conservador no pensamento atual. Relega e condena o social e o mundano

---

2. Cf. Mészáros, 2004.

3. Os limites desse texto impedem que façamos as devidas considerações ao uso e significados do conceito de pós-modernismo e pós-modernidade. A expressão pós-modernidade constitui um questionamento aos postulados básicos da modernidade: verdade, razão, identidade, objetividade, progresso, as grandes narrativas e a ciência. A pós-modernidade compreende o mundo de forma diversa, instável, imprevisível, de forma cética à ideia de ciência, de objetividade e de história. A expressão pós-modernismo procura refletir no plano da cultura esses processos por meio de uma arte superficial, efêmera e infundada, aquilo que Jameson (1997) chamou de a lógica cultural de um capitalismo tardio. Para uma análise crítica dos limites teórico-conceituais de pós-modernismo e pós-modernidade, conferir Eagleton (1996).

ao reino da barbárie, bem longe da maioria dos espaços acadêmicos. A crítica é eclipsada pela contemplação. A razão pela desrazão. Triste tempo assim chamado pós-moderno.

Voltemos então à nossa questão inicial: qual a importância que a distância e o tempo possuem para uma melhor compreensão dos processos sociais? Não se trata, sabemos, de questão menor e fácil. Na ausência de maior distância e de um maior tempo, condições que proporcionam aos historiadores a possibilidade da análise em perspectiva, nos resta, como possibilidade de pensar e analisar o presente, sem ser moldado pela análise predominante do presente, o uso de construtos categoriais que os processos de longa duração produziram. Assim, historicidade, totalidade e contradição, as categorias alçadas à condição de *pós-facto* pelo discurso pós-moderno, teimosamente resistem e manifestam sua atualidade à medida que as condições históricas que proporcionaram a emergência do discurso que as nega não têm resistido ao devir histórico.

O contexto histórico que propiciou, no espaço acadêmico, a negação da história, do sujeito e das metanarrativas sucumbiu diante das contradições dos processos sociais que o produziu. O acirramento das contradições do capitalismo tardio e seu grau elevado de barbárie e destruição social não propiciaram tempo à exaltação e hegemonia do pensamento pós-moderno. Ao invés da anunciada morte da metanarrativa o que vemos é a busca desesperada para dar conta de compreender e intervir na crise produzida pela exacerbação da metanarrativa maior que caracteriza a modernidade: a agonia do capitalismo. Para desilusão de uma enormidade de pensadores pós-modernos, pós-estruturalistas e outros pós, o ápice de sua exaltação e prestígio acadêmico não deu lugar a um mundo que, livre da tirania da totalidade e do universalismo iluminista, se tornasse menos autoritário. O suposto autoritarismo presente nas metanarrativas iluministas foi obscurecido pela lógica irracional, autoritária e destrutiva que emergiu com a ascensão política de forças reacionárias no período dito pós-moderno. O entusiasmo indisfarçável presente na premissa que a mais *perigosa* das metanarrativas, o marxismo, não tinha mais nada a dizer e que o socialismo era uma contradição em termos com a *natureza humana*, levou apressados intelectuais e oportunistas, de todas as matizes ideológicas, da *esquerda* e da direita, a anunciarem o fim da história, embora sem a acuidade, clareza e senso de Hegel.

A vingança da história não se fez por esperar. Capitaneados politicamente pela dupla pós-moderna Reagan-Tatcher, na virada da década de 1970-1980, o capital liberou forças que apenas confirmaram a velha tese racionalista de

que o sono da razão produz monstros. O processo de destruição não se limitou aos interesses dos trabalhadores protegidos pelo Estado de Bem-Estar Social europeu, em que pese suas derrotas. A sanha irracional liberada pela dupla pós-moderna impôs uma lógica que destruiu precárias conquistas sociais em regiões miseráveis do mundo, obrigando-as a sobreviverem em condições desumanas. A derrota do *socialismo real* não produziu o mundo da bonança e da liberdade alardeados. De Yeltsin a Putin, a Rússia atual lembra mais o roteiro de o *Poderoso Chefão* do que a pós-modernidade líquida tão poeticamente definida por Bauman. As guerras da família Bush e de seu companheiro Blair, ancoradas em sua pretensa expansão da democracia, confirmaram a morte anunciada do sujeito, em que pese somente de sujeitos iraquianos, afegãos e outros.

Para espanto dos intelectuais pós-modernos, o mundo que emergiu da pretensa derrota e destruição da metanarrativa marxista não se caracterizou pelo fim da *impostação universalista do iluminismo*. Não se caracterizou pela hegemonia da não identidade e da *diferença*. Como não ver identidade entre os mais de 8 milhões de trabalhadores norte-americanos que perderam suas casas em razão da crise do subprime pós 2008? Como não ver identidade entre os mais de 1,2 bilhão de trabalhadores que mundo afora sobrevivem com menos de um dólar por dia? Como não ver identidade entre os mais de 400 milhões de indianos que aguardam sua vez para poderem ser explorados pelas manufaturas que se proliferam pela Índia? O que falar dos trabalhadores mexicanos nas maquiladoras? Ou as populações indo-americanas?

A crítica à identidade e a apologia da *diferença* não dão conta de explicar esse mundo tão marcado pela lógica da identidade e da homogeneização. A identidade que permeia todas esses sujeitos é a destruição de suas vidas e sua redução à condição do não existir. O discurso que nega a política em um contexto como esse afirma a identidade da hipocrisia e da indiferença. Não dá conta de perceber que o discurso centrado e direcionado para as preocupações das denominadas minorias pode estar contribuindo para a destruição de todas as minorias, em síntese da *maioria*, de todos aqueles que se identifiquem quer como *maioria ou minorias*. Não dá conta de perceber que os problemas que a humanidade apresenta não são passíveis de solução no contexto das pequenas lutas, das pequenas relações de poder. Não dá conta de perceber que totalidade, historicidade e contradição não são meros construtos conceituais produzidos apenas para satisfazer a sanha intelectual.

O cinismo e a hipocrisia, tão característicos desses tempos ditos pós-modernos, encontrem talvez aí sua explicação. Como uma criança que não se conforma com a lógica das coisas, o pensamento pós-moderno, diante de sua

superação pela lógica implacável da metanarrativa expressa no processo destrutivo imposto pelo capital pós-1970, retira-se diante de sua insignificância e incapacidade em dar conta dos processos políticos que vivemos, mas não leva consigo sua lógica da indiferença e da insensatez, e nem poderia mesmo. A vingança da história se completa à medida que se evidencia a articulação e proximidade entre o pensamento pós-moderno e a lógica de um capitalismo em sua fase tardia. A tentativa de desconstruir o social e tratá-lo como mero discurso foi superada pela universalização, não de discursos sobre a morte e a pobreza, mas por suas expressões concretas, em que pese a infeliz afirmação de um dos ícones do pensamento pós-moderno de que o bombardeio sobre Bagdá não ocorreu.

O que esse debate tem a ver com as questões políticas educacionais? Penso que tudo. Se educar implica a construção de sentidos, a educação está presente até a medula nesse debate. Para além daqueles que transitam pela educação por meio dos modismos do momento, entendo que as balizas que devem pautar o debate educacional não podem ficar restritos aos princípios daquilo que tem sido denominado de pensamento pós-moderno. No entanto, vasta bibliografia crítica tem pontuado que a educação tem sido um dos espaços mais privilegiados para a emergência dos discursos do modismo. Assim, a análise de temas fundamentais para a educação, como as políticas, o currículo, a formação, a aprendizagem e o trabalho estão permeados desses modismos. Dessa forma, afirmam que a teoria crítica não dá mais conta dos processos educacionais, é preciso agora uma teoria pós-crítica. No debate sobre currículo, os estudos culturais não conseguem mais dar conta da fragmentação e cedem lugar às teorias pós-culturais. A escola como totalidade social não dá mais conta de explicar a diferença entre os alunos, agora vistas muito mais em termos de suas opções estéticas singulares. A busca para a solução dos problemas históricos da escola, principalmente da escola frequentada pelas camadas populares, não mais é pensada tendo como referência conceitos e categorias como classe social, Estado, poder, luta de classes. Contradição e historicidade desapareceram do imaginário analítico nesses tempos pós-modernos. A escola é pensada em termos do presente, como se sua inserção no universo social não deixasse marcas ou pistas, aliás, o próprio universo social, tem se afirmado, não deixa pistas. O que resta então, caso essas premissas estejam corretas, daquilo que chamamos de escola? Mas a questão se torna mais pertinente caso seja invertida. Caso as premissas pós-modernas estejam equivocadas como devemos pensar a escola nos dias atuais? Mais ainda, como articular um processo de pesquisa que nos permita dar conta do embate com as correntes da desrazão? Entendo que para o enca-

minhamento dessa questão antes se faz necessário pontuar como compreendemos os processos metabólicos produzidos pelo capital e suas relações com o debate educacional nesse momento tão ainda impregnado pela afirmação dos mais diferentes e variados *pós*.

## **EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE EM TEMPOS AINDA MODERNOS**

Entendemos que os processos históricos de longa duração permitem aos historiadores captarem tendências e perspectivas que nem sempre são possíveis para o olhar sociológico. Esse, ao procurar respostas para processos em andamento, cujos contornos e nuances não se manifestam ainda em sua totalidade, pode não permitir a compreensão dos fatos e de suas contradições, bem como pode não permitir a leitura correta de suas razões e de seus desdobramentos. São os dilemas e riscos que corremos ao tentarmos explicar o real que ainda não se materializou totalmente ou, fazendo uso das palavras de Marx, o velho que ainda não desapareceu diante do novo que não se faz ainda totalmente presente. Cremos que essa situação se aplica ao processo de crise que afeta o capitalismo nas últimas décadas. Em que pese as palavras otimistas dos defensores de um capitalismo fundado na lógica do *trabalho imaterial* e da *sociedade do conhecimento*, não existem elementos concretos que permitam qualquer afirmação no sentido de que os processos de reprodução do capital estariam ensejando novas relações sociais e modificando os processos de apropriação da riqueza fundados na exploração do trabalho abstrato,<sup>4</sup> assim como não há elementos consistentes a corroborar a tese de que a *reestruturação produtiva* que gerou a denominada *acumulação flexível*, estaria a se constituir em um novo processo de regulação do capital. O olhar sociológico desse processo, construído principalmente a partir da sociologia do trabalho nas décadas de 1980 e 1990, tem se mostrado frágil em grande parte de suas argumentações.<sup>5</sup> Reiteramos aqui nossa perspectiva de que o processo social em curso ainda demanda tempo e, principalmente, pesquisa, para que possamos ter uma melhor compreensão dos impactos que a crise do capital estaria produzindo no contexto das relações sociais.

Não é objeto desse texto fazer a problematização dessa questão. Mas, ao chamamos a atenção para ela, o fazemos na perspectiva de mostrar como certas características desse processo têm permeado de forma significativa os

---

4. Para o aprofundamento do debate que envolve essa questão ver o texto de Lessa (2007).

5. Conferir Katz (1992, 1995).



debates sobre as políticas educacionais e a intenção dos reformadores de moldarem a educação e a escola às demandas postas pela assim chamada *sociedade do conhecimento*. Mencionamos como elemento a ser destacado a tese de que as relações sociais de produção estariam sendo profundamente modificadas em razão das transformações produzidas pela *revolução tecnológica*<sup>6</sup> em curso. Um dos resultados desse processo seria a transformação do *trabalho imaterial* em elemento central a balizar as relações sociais. A defesa dessa tese tem criado as bases para o discurso de que o conhecimento teria se tornado a essência dos processos de valorização do capital, alicerce dos que sustentam a emergência da chamada *sociedade do conhecimento*.<sup>7</sup>

Acreditamos que essa forma particular de compreender os processos metabólicos do capital levou categorias como trabalho e formação e conceitos como *conhecimento, aprendizagem, informação* e *saber* a se transformarem em lugar comum no discurso reformista e nas propostas de políticas educacionais produzidas e efetivadas. Disseminados de forma ampliada por meio de diversos documentos produzidos pelas agências multilaterais nas décadas de 1980 e 90,<sup>8</sup> o clamor pelo *conhecimento* é alçado à condição de meio para se resolver problemas os mais diversos, notadamente aqueles derivados das necessidades postas pela crise do capital, agora denominada de *reestruturação produtiva*. Fechava-se, assim, o discurso a justificar a necessidade de que as políticas educacionais objetivassem a adaptação dos sistemas escolares aos processos produtivos, via reformas educacionais. Nessa perspectiva, o conhecimento passa a ser o fundamento a balizar as ações, abrindo-se o caminho para as pedagogias cognitivistas, com destaque para a das competências. O conhecimento histórico acumulado pela humanidade é secundarizado e o que passa a ser mais valorizado no discurso reformista é a necessidade de possibilitar as condições de acesso a um conhecimento que agora está disponível a todos e a todo o momento. Na chamada *sociedade do conhecimento*, o importante passa a ser *aprender a aprender*, pois o que deve ser aprendido está a todos disponíveis.

Sabemos que essa argumentação tem sido a base dos que sustentam e defendem a chamada *pedagogia das competências*, assim como também tem sido

---

6. A tese de que a chamada *revolução tecnológica* em curso estaria transformando a ciência em força produtiva não é nova. Para uma melhor compreensão dessa tese ver Richita (1972). A crítica marxista à essa tese pode ser encontrada em Katz (1996).

7. Para o aprofundamento desse debate e dos limites da tese da sociedade do conhecimento ver Duarte (2003).

8. Conferir, por exemplo, os documentos Unesco, Unicef, PNUD, Banco Mundial (1990) e Cepal/Oreal (1992).

essa a argumentação que fundamenta o discurso dos que criticam a chamada escola conteudista.

A palavra *aprendizagem* tornou-se a pedra filosofal em qualquer documento ou programa educacional. O império da exclusividade cognitivista se construiu, possibilitando o aporte teórico para pedagogias instrumentais e adaptativas por meio da naturalização das condições sociais. A educação, esfera formativa privilegiada do ser social, passa a expressar o novo paradigma político centrado no epistêmico e na busca do consenso, tomando a realidade social e natural como dada. Tais realidades se tomadas como natural, seriam, dessa forma e por alguma razão, de ordem metafísica e qualquer conflito deve ser superado num consenso produzido através da democracia comunicativa, sem questionamentos das contradições que produzem nossa realidade social por meio de relações sociais que se materializam em práticas sociais de qualquer tipo. (Ferretti, Silva Júnior, 2004, p. 23)

Esse breve registro nos serve de alerta para as dificuldades postas na construção de um itinerário de pesquisa sobre as políticas educacionais pautado pela lógica do *conhecimento, da aprendizagem, da informação e do saber*. Não que essas questões não permeiem o cotidiano da escola, pelo contrário, elas estão presentes em grande parte dos processos de construção dos sistemas escolares. Mas é justamente por estarem presentes no cotidiano escolar e, portanto, elementos centrais da cultura e da prática escolar, que necessitamos nos questionar: vivemos mesmo em uma época que pode ser caracterizada como a do conhecimento e da informação? É o conhecimento uma categoria abstrata, a-histórica, efêmera e instável, como afirmam os teóricos da pós-modernidade ou o que vivenciamos é uma época marcada por certas ilusões acerca da construção do conhecimento e da informação? Eis uma das problemáticas que, a nosso ver, tem pautado os caminhos a serem trilhados na construção de possíveis itinerários de pesquisa sobre as políticas educacionais e seus possíveis impactos nas instituições escolares. Nessa perspectiva, concordamos com Ferretti e Silva Júnior (2004) quando afirmam que:

Se quisermos compreender como as políticas educacionais contemporâneas e sua lógica centrada na aprendizagem e no conhecimento estão impactando o trabalho dos professores, o currículo, as instituições escolares e outros elementos que permeiam a escola, penso ser necessário considerarmos a hipótese de que as práticas sociais dos profissionais que nela atuam não se guiam predominantemente pela concepção de conhecimento e aprendizagem que estrutura e organiza as propostas de reformas edu-

acionais, notadamente no âmbito da educação básica, mas por objetivos, conhecimentos, concepções e valores historicamente produzidos na esfera da cotidianidade de uma determinada instituição escolar. Isso implica considerar que a instituição escolar na modernidade deveria ser o lugar de difusão da ideologia e cultura liberais, na sua modalidade democrática. No entanto, a heterogeneidade da vida cotidiana põe o ser humano em movimento através de suas práticas sociais sem que ele consiga estabelecer os necessários vínculos entre todos os fenômenos da vida cotidiana escolar, impedindo-o, em certa medida, de fazer da escola um lugar de formação na direção da ampliação do ser social. Assim, a concretização das reformas educacionais deve ter em conta a esfera ineliminável da cotidianidade, isto é, sem a investigação dessa esfera da vida humana, será impossível saber que reforma, de fato, realizaram os elaboradores. (Ferretti, Silva Júnior, 2004, p. 32)

Este texto pretende ser uma contribuição a esse propósito. Ele deriva de pesquisas que tem como foco central o cotidiano, o trabalho na escola e as questões que derivam dessa relação. Foi produzido no âmbito das atividades de pesquisa realizadas por professores e alunos que se articularam em torno da linha de políticas e práticas educacionais do Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Nove de Julho.

Por termos a convicção de que o cotidiano escolar não é em si uma mera transposição das intenções dos processos normativos, mas, sim, espaço que articula histórias de vida, projetos e interesses diversos, concepções de mundo, disputa pela existência, bem como acomodação, indiferença e desinteresse, é que entendemos que somente por meio de pesquisas que adentrem ao universo escolar será possível melhor compreendermos as formas e faces que assume as políticas educacionais contemporâneas. Formas e faces que não são aquelas projetadas e ditadas pelos reformadores, mas que surgem como síntese possível de um espaço permeado por uma cultura e uma forma que são centenárias.

Entendemos, assim, que as possibilidades de consecução das políticas educacionais não podem ser compreendidas a partir do que os documentos oficiais propunham, mas sim, pelas práticas profissionais, mediadas pela cultura e forma escolar, que concretizam o trabalho educativo no cotidiano da escola. Cotidiano esse que não se subsumi à representação que dele fazemos, à percepção que dele possuímos ou à descrição possível. Esse cotidiano é permeado por diferentes temporalidades históricas, que coexistem formatando, concretizando e se manifestando por meio de complexos metabólicos em que

singularidade e genericidade, totalidade e especificidade, essência e aparência produzem e reproduzem o ser.

Encerramos com a expectativa de que as pesquisas que realizamos no âmbito de nossas atividades possam contribuir para uma melhor compreensão do significado das políticas educacionais em curso, de seus possíveis impactos no espaço escolar, do conteúdo e da forma que o cotidiano escolar assume nesses tempos tão impregnados de desrazão e desesperança na história e nas possibilidades de transformação. Que elas possam contribuir e mostrar que é sim possível não somente ter esperança, mas principalmente mostrar que a esperança em perspectiva histórica somente se materializa na ação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CEPAL/OREALC. *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*. Santiago de Chile: Nações Unidas, 1992.

DUARTE, N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Campinas: Autores Associados, 2003.

EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.

KATZ, C. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996

\_\_\_\_\_. Crítica a la teoria de la regulacion. *Em defesa Del marxismo*, Buenos Aires: PO,n. 3, 1992.

\_\_\_\_\_. *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.

LESSA, S. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, J. P. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

RICHITA, R. (org.). *Economia socialista e revolução tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ROUANET, P. S. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SILVA JÚNIOR, J.R.; FERRETTI, C. J. *O institucional, a organização e a cultura da escola*. São Paulo: Xamã, 2004.

UNESCO, UNICEF, PNUD, Banco Mundial. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jontiem, 1990.

## 5

# MOVIMENTO SINDICAL E SUAS PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI

Arminda Rachel Botelho Mourão

### AS MODIFICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

As transformações que ocorrem no mundo do trabalho, engendradas pela acumulação capitalista, modificam os processos de produção e as relações sociais em geral. Vários autores, ao discutirem a fase em que se encontra o sistema capitalista de produção, afirmam que a reestruturação produtiva acaba por alicerçar as regulações necessárias para que as instituições se adequem à nova ordem mundial (Chenais, 1996; Boyer, 1990).

Para que ocorra a reestruturação produtiva, há um investimento intensivo em ciência e tecnologia, que faz aumentar a produtividade do trabalho e modificar os processos de formação. Ainda são atuais as ideias vinculadas no meado do século XX que polemizavam sobre a relação entre a tecnologia e a qualificação.

Braverman (1981), por exemplo, afirmava que a tendência que se apresentava era a desqualificação dos trabalhadores. Segundo o referido autor, à medida que a reestruturação produtiva ocorria, um contingente maior de trabalhadores era desqualificado, ou seja, a tendência na sociedade capitalista é que haja uma desqualificação progressiva da força de trabalho, principalmente porque há concretamente uma diminuição do emprego formal e, conseqüentemente, a ampliação da informalidade.

Outra tese em voga é a da polarização da qualificação, a qual afirma que a maioria dos trabalhadores fica cada vez mais desqualificada, somente uma minoria é altamente qualificada, são aqueles que trabalham na indústria de ponta (Freyssenet, 1984; Kerne e Schumann, 1984). Posteriormente, Freyssenet (1989) defende a tese da requalificação profissional que advoga a ideia de que há uma requalificação dos trabalhadores para se capacitarem respondendo as exigências do mercado.

Já Paiva (1989) discute a ideia de que há um aumento considerável na sociedade em geral da qualificação, visto que as modificações no mundo exigem, cada vez mais, trabalhadores que dominem processos de leitura, escrita e desenvolvam determinado raciocínio para poderem lidar com as mudanças

no cotidiano da vida. Mas, ao mesmo tempo, a qualificação do trabalhador é relativa, visto que os conhecimentos a respeito dos processos tecnológicos de base física e organizacional não estão em seu alcance. Assim sendo, a qualificação é relativa e a desqualificação é absoluta.

Mourão (2006) expõe que essas teses apresentam um ponto de convergência que é “justamente o conceito de qualificação, a qual é considerada como um conjunto de atributos exigidos por determinada tarefa, referindo-se ao posto de trabalho”. A referida autora salienta que:

(...) a noção de qualificação, que tem como parâmetro o posto de trabalho, é entendida como adquirida através de um processo educacional – formal ou informal – que prepara o trabalhador para o desempenho de tarefas específicas (Manfredi, 1989; Kuenzer, 1985). Nesta concepção, a educação escolar formal atinge uma importância considerável visto que há toda uma hierarquização de postos de trabalho que estão relacionados às qualificação atribuídas por diploma. (Mourão, 2006, p. 25)

Assim, a autora enfatiza que a qualificação está relacionada às prescrições de como executar uma tarefa e às capacidades das pessoas de realizá-las, constituindo um sistema classificatório que vai corresponder a uma determinada remuneração. Hirata (1997) observa que o sistema classificatório de profissões, ao levar em conta o posto de trabalho, o trabalhador e todas as relações sociais que são estabelecidas entre estes e as gerências, desvelam as contradições e a busca por melhores condições de trabalho e salário que são resultantes de conflitos de classe.

O desemprego estrutural, causado pelo avanço das forças produtivas gera a redução do posto de trabalho, sendo que aqueles trabalhadores que permanecem trabalhando, vão ampliando o seu conhecimento do trabalho, e expandindo, sobretudo, as tarefas que desenvolvem. Vai assim, se caracterizando o trabalho polivalente, que aos poucos quebra com o estatuto das profissões, que era o parâmetro da classificação e da remuneração.

O modelo taylorista-fordista vai sendo substituído pelo chamado modelo de competências que organiza o trabalho de forma diferente, sendo que as tarefas são prescritas e o trabalho parcelar vai sendo substituído pelo trabalho em equipe onde o posto de trabalho é extinto. Segundo Mourão (2006, p. 27), o conceito de qualificação vai sendo substituído pelo de competência devido à crise do posto de trabalho que impossibilita um sistema remuneração e classificação das ocupações.

Mourão (2006) discute que esta alteração não é só no plano micro, é também um deslocamento no plano macro, principalmente porque falar de qualificação é fazer alusão aos estatutos profissionais e às remunerações compatíveis com as tarefas e diretamente ligados à formação profissional. Já nos

modelos de competência, o que mais pesa não é a escolaridade somente, “o que é central é justamente o aprendizado contínuo que ocorre no e para o trabalho, valorizando as atuações individuais” (Mourão, 2006, p. 29).

Com o rompimento da lógica das ocupações, que deixava bem claro os estatutos das profissões, o que passa a ser valorizado centra-se nos indivíduos. Desta forma, a remuneração dos indivíduos também passa a se dar de acordo com o seu mérito e é efetivada segundo interesses individuais que privilegiam as negociações individuais e não mais a luta por melhores condições de vida e trabalho para todos.

Estas modificações nos processos de trabalho adentram na subjetividade dos trabalhadores, capturando suas emoções e sentimentos. Dentre as questões enlaçadas, há aquela que se refere aos próprios movimentos sociais, que devido às transformações ocorridas na sociedade e na relação capital versus trabalho, muda o foco da luta e os objetivos táticos e estratégicos desenvolvidos até então.

Assim, torna-se fundamental discutir o que são movimentos sociais, quais são seus objetivos e quais ações projetam no sentido de fortalecer os processos de inclusão social e erradicar a exploração social.

## **O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS?**

Para discutir o conceito de movimento social se faz necessário, inicialmente, entender o conceito de Sociedade Civil e Sociedade Política. A sociedade política se materializa na Instituição denominada Estado. Este é entendido como uma instituição que representa uma classe social que conquistou a hegemonia em um processo de luta de classes. Falar em Estado, segundo Politzer (1958, p. 325), supõe:

(...) a existência de um grupo especial de homens, os políticos, inicialmente ocupados em governar, que se utilizam, para isto, de um organismo concebido para “a subordinação da vontade de outrem, pela violência”, este organismo compreende a política, o exército permanente, as prisões, os tribunais, é preciso acrescentar ainda os órgãos de pressão ideológica: o ensino, a imprensa, o rádio etc.

Mourão Diederichs (1998, p. 10) enfatiza que compreender que o Estado é uma instituição que defende interesse de classe vai trazer para o centro da discussão a questão do poder e, conseqüentemente, quais táticas e estratégias são montadas para a tomada e/ou manutenção do poder. A autora a este respeito diz:



Na concepção Marxista-Leninista, é o Estado da classe economicamente dominante e, por isso, mais poderosa, já que domina também política e ideologicamente. E por ser representante de classe, existe possibilidade concreta da tomada do poder do Estado pelas classes exploradas, na compreensão dialética da luta de classes. Isto não ocorre de forma espontânea e muito menos pacificamente, daí as revoluções no decorrer da história. (Mourão Diederichs, 1998, p. 10)

A autora continua afirmando:

O desenvolvimento da luta no plano político e ideológico torna-se preponderante, pois o Estado só pode desempenhar seu papel se as massas aceitarem as ideais de que ele representa os interesses gerais. A desmistificação das idéias do senso comum e a construção de uma ideologia da classe explorada, que possa refletir, cientificamente, os interesses das classes dominadas, torna-se essencial. Segundo Gramsci (1988), este é o principal papel dos intelectuais orgânicos: transformar o núcleo sadio do senso comum em bom senso. (Mourão Diederichs, 1988, p. 10)

Na concepção que privilegiamos discutir, fica evidente que a luta de classes está presente e que táticas e estratégias são delineadas pelas diferentes classes sociais para a manutenção ou mudança de poder, que se faz no âmbito da Sociedade Política. Porém, a luta não se resume à estrutura de poder, ela também ocorre na Sociedade Civil. Esta representa os segmentos da sociedade organizada para atingir determinados objetivos.

Nesta perspectiva, Movimento Social significa ações organizadas pela Sociedade Civil em busca de conquistar objetivos específicos que podem ser de categorias, de grupos ou mesmo de classe. Segundo Boaventura de Souza Santos (1999, p. 257), Movimento Social é caracterizado como “um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e que os persegue por vias não institucionalizadas”. Ou seja, é sempre uma força social coletiva e organizada (Thompson, 1979).

Santos (2008) advoga que esta é uma definição genérica, mas que o importante é entender que os movimentos sociais geralmente se colocam contra uma determinada situação, podendo usar até da força física, embora destaque que no Brasil isto raramente ocorre. A autora destaca alguns movimentos no âmbito da América Latina:

No âmbito da América Latina podemos destacar também importantes movimentos, alguns deles políticos, como o sandinismo na Nicarágua, que envol-

veu as diferentes classes sociais e diversas correntes ideológicas; ou as lutas populares no Peru; os comitês de defesa dos Direitos Humanos e as Associações de familiares de Presos Políticos e Desaparecidos, sobretudo na Argentina; as experiências de ‘greves cívicas nacionais’, com a participação de sindicatos, partidos políticos e organizações populares, na Colômbia, no Peru, no Equador e mesmo no Brasil, como veremos a seguir. (Santos, 2008, p. 10)

Segundo Santos (2008) várias são as abordagens utilizadas para as análises dos movimentos sociais. A concepção econômica-estrutural baseia-se na compreensão que os problemas vividos pela sociedade são decorrentes da estrutura societária capitalista que exploram os trabalhadores e estes, para sobreviverem, “precisam lutar por condições dignas de vida”. As pessoas associam-se nos sindicatos, nas igrejas, nas associações de bairros, nos partidos políticos.

O enfoque histórico-estrutural enfatiza a luta de classes que se manifestam em todas as instâncias da sociedade, destaca que:

O sucesso ou não dos movimentos sociais urbanos depende da correlação política entre as forças sociais existentes, isto é, da forma com que se dá o embate entre os partidos e os agrupamentos políticos existentes. (Santos, 2008, p. 21)

Para os historiadores ingleses, a análise está centrada na história da luta operária (Hobsbawm, 1970; Thompson, 1979), ao recuperarem as lutas coletivas os movimentos vão sendo apreendidos pelos homens que são sujeitos em construção de si mesmos e da sociedade.

Já Max Weber analisa os movimentos sociais à luz da cultura. Segundo Santos (2008, p. 22):

A ênfase recai sobre as relações de consumo e sobre a distribuição das mercadorias, mais do que as relações de produção. A má distribuição dos bens gera as injustiças sociais. As mudanças são provocadas pelas ações coletivas dos indivíduos, sendo que estes têm um papel fundamental na determinação dos rumos dos acontecimentos.

É a ação social coletiva que vai permitir o surgimento de uma nova sociedade política mais igualitária. As ações não intentam a tomada do poder, mas visam sobretudo reformas nas estruturas da sociedade capitalista.

Nós, particularmente, nos perfilamos na compreensão marxista de que os movimentos organizativos da classe operária são engendrados para melhorar as condições de vida e trabalho, ao mesmo tempo em que têm o objetivo estratégico de mudança do modo de produção.

A relação entre partido político/sindicato é o berço da construção da vontade coletiva (Gramsci, 1988), já que o partido político é o polo aglutinador das

ideias de uma classe. Para Lenin (1980), o sindicato é a correia de transmissão, não no sentido que muitas vezes o senso comum coloca, como uma relação oportunista – o partido utilizando o sindicato, mas como uma escola de guerra, na qual os trabalhadores aprendem os processos de construção e luta.

Como a revolução industrial traz em seu bojo a exploração do trabalho um dos primeiros movimentos sociais que se apresentou no cenário internacional e nacional foi o sindical. Como este artigo objetiva discutir o Movimento Sindical e suas perspectivas para o século XXI, abordaremos o movimento sindical brasileiro na década de 1990, comparando-o à década de 1980, buscando entender os limites e perspectivas do Movimento Sindical Brasileiro.

## **MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO**

O movimento sindical brasileiro organizado no início do século XX surgiu aguerrido e coordenado pela concepção anarquista que entendia que o sindicato não poderia ser atrelado ao Estado e que a organização dos trabalhadores na entidade sindical era uma organização classista e que ao coordenar a massa trabalhadora poderia construir movimentos revolucionários. Sobre esta questão, Sferra (1987, p. 13) diz:

O mais importante para a superação capitalista é, para os libertários, o despertar da liberdade, uma condição natural do homem, levando-o a engajar-se na luta política. Através da agitação das massas dar-se-á o impulso para a destruição revolucionária, deixando aos indivíduos ou grupos, na sua capacidade espontânea toda a tarefa de criar uma nova ordem social baseada na associação livre.

Para Mourão Diederichs (1998), esta é uma posição romântica, e é justamente por isto que o movimento liderado pelos anarquistas, apesar de aguerrido, não consolidou a luta pela sociedade alternativa apregoada por esta corrente. A autora diz que, embora os anarquistas descartem a luta política, defendiam que a nova sociedade só seria consolidada quando se expropriasse a burguesia de seu poder. Esta tomada de poder só seria conseguida quando se colocasse em prática os processos associativos naturais da espécie humana, considerando, assim, a associação natural como um instinto.

Ao mesmo tempo em que o movimento era liderado pela corrente libertária, o poder do Estado tentava atrair os trabalhadores para o seu lado, ao cooperarem lideranças a serviço do poder. Assim, os sindicatos liderados pelos sindicalistas ligados ao governo passaram a ser denominados de sindicatos amarelos.

Com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, outra corrente apresenta-se como alternativa, que é a denominada comunista, que entendia o sindicato um local para a preparação da luta de classe, que é travada em três níveis: o econômico, o político e o ideológico.

Segundo Marx (1979, p. 28, v.1):

Os operários começam as formas iniciais de luta contra a burguesia e atuam em comum em defesa dos seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se prepararem, na previsão daqueles choques eventuais. Os operários triunfam às vezes, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores.

A tarefa inicial do sindicato é a luta econômica, luta por melhores salários e condições de vida. Mourão Diederichs (1998, p. 7), referindo-se à teoria marxista, diz que “os sindicatos cumprem não só esta tarefa imediata cumprem, principalmente, uma missão histórica, por ser um local onde os operários, os trabalhadores, se organizam para lutar por sua emancipação como classe”.

A luta no plano político está aliada à luta econômica, visto que, ao ocorrer, o confronto econômico há concretamente uma tomada de posição política que vai se forjando na luta. Ao mesmo tempo, a luta ideológica é implementada, pois há constantemente uma disputa pela hegemonia.

Assim, o início do movimento sindical brasileiro é de luta, sendo palco de disputas constante. O governo procura a todo o momento atrelar o sindicato ao Estado, por meio de leis específicas ou mesmo tentando cooptar lideranças sindicais, trazendo-as para sua influência. Mas é somente no Governo Vargas que este intento é conseguido, visto que as ideias predominantes no sindicalismo brasileiro eram reformistas.<sup>1</sup>

Mourão Diederichs (1998, p. 62), a esse respeito, diz:

O sindicalismo reformista defende a tese que pode haver transformação da estrutura da sociedade por via pacífica; a luta é exclusivamente por conquistas econômicas parciais; que o Estado é neutro; abandona a concepção do papel dirigente da classe operária na luta pelo socialismo; priorização da luta econômica.

Segundo Ruy (1989), é justamente a ideia reformista hegemônica que vai impedir que os trabalhadores respondam ao Golpe Militar de 1964. Para o

---

1. Luta que prioriza a conciliação de classes.

referido autor, o movimento sindical atrelou a luta política aos interesses dos setores nacionalistas da burguesia brasileira, privilegiando ações de cúpula, desarmando o movimento popular, tornando-o impotente.

O Regime Militar, ao promover um desenvolvimento dependente do capital estrangeiro, acabou por aliar-se aos Estados Unidos, seguindo todas as regras monopolistas do capital. O Brasil, entre 1964 a 1980, “pulou de 50º para o 10º lugar na lista de nações com Produto Interno Bruto” (Retrato do Brasil, 1986, p. 1, v. 1), mas aumentou também a miséria e a concentração de renda.

Mourão Diederichs (1998) afirma que houve uma verdadeira mudança na estrutura social brasileira, quando a população passa a ser mais urbana que rural, sendo que a força de trabalho concentra-se nos setores secundário e terciário. Há um crescimento do descontentamento e as forças progressivas, notadamente a estudantil passa diuturnamente a fazer oposição ao regime. É nesta pressão que o Governo Médici é substituído pelo Governo Geisel, que ficou encarregado de promover a chamada abertura política.

Segundo Amazonas (1982), a política de abertura era uma tática bem elaborada do Governo Ditatorial para manter-se no poder. Mourão Diederichs (1998, p. 88) relata que:

Até dezembro de 1979, o regime militar forçou a existência de somente dois partidos: um de apoio e outro de oposição confiável. A partir de 1979, 20 de dezembro de 1979, o bipartidarismo acabou, surgindo no cenário nacional o PDS (partido da ditadura, substituto da Arena), o PMDB (partido que substitui o MDB – maior partido de oposição – representava uma frente ampla na qual os partidos comunistas se abrigavam), o PTB de Ivete Vargas, o PT (com base no ABC paulista, surgiu com a retomada das lutas sindicais), e o PDT (de Leonel Brizola que se intitulava representante da social-democracia). Os partidos comunistas ainda permaneciam na ilegalidade.

A insatisfação popular é muito grande, fazendo com que a luta sindical passasse a ser travada principalmente no plano econômico-político, contra o principal pilar da ditadura que era o arrocho salarial. Assim sendo, as greves do ABC paulista são irradiadas para todos os setores, e o movimento sindical brasileiro tem como sua principal bandeira de ordem a derrubada da ditadura.

No Amazonas, por exemplo, a Associação Profissional dos Professores do Estado do Amazonas lidera as greves da categoria, levando para as ruas milhares de professores e professores que reivindicavam melhores salários. Estes movimentos eram disputados pelas diferentes concepções, sendo liderados pelo chamado novo sindicalismo.

Segundo Mourão Diederichs (1998), o novo sindicalismo pautava-se em algumas premissas: 1) Protagonistas do movimento seriam os operários do setor

de ponta; 2) As reivindicações seriam exclusivamente salariais; 3) As reivindicações de caráter mais social e político seriam introduzidas: estabilidade no emprego, direito a greve, delegado sindical de empresa; 4) Sindicalismo de massa e democrático; 5) Rompimento com a estrutura sindical atrelada ao Estado.

É na perspectiva do novo sindicalismo que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é criada em meio de grande polêmica, visto que os setores mais conservadores do sindicalismo brasileiro, assim como os comunistas, apregoavam a Unidade Sindical, que deveria consolidar-se por meio da lei que estabelecia a Unicidade Sindical e, por isso, permaneceram ao lado do sindicalismo tradicional, mantendo a articulação na Conclat, que posteriormente se transforma em Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

Até 1983, o movimento sindical brasileiro, em que pese todas as divergências, era unificado. A partir deste ano, com a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, a divisão ocorre. O argumento fundamental era que a estrutura sindical era atrelada ao governo e, sendo de cúpula, o movimento sindical não avançava. Martins (1990) afirma que o ponto principal de diferenciação da CUT em relação aos outros blocos era porque esta Central apregoava: 1) Autonomia e liberdade sindical; 2) Organização por ramo de atividade; 3) Organização por local de Trabalho. Estes princípios se colocados em prática eliminariam as organizações de cúpula como as federações e as confederações.

Em toda a década de 1980 lutas se travam no país em busca de melhores condições de vida e salário, que se materializam com a derrubada da Ditadura Militar. Há um consenso entre as forças progressistas em torno de um projeto político que a eleição de Lula para presidência do Brasil seria a alternativa de poder.

A primeira disputa eleitoral se dá entre Lula e Collor, sendo vencedor “o caçador de marajá” vindo do estado de Alagoas. É nesta época que as forças capitalistas se reorganizam mundialmente e implementam o projeto neoliberal. Collor de Mello não se mantém no poder, sendo cassado pelo movimento popular. Assume o vice-presidente da República Itamar Franco, que de certa forma recua em relação ao neoliberalismo.

## **O MOVIMENTO SINDICAL NA DÉCADA DE 1990**

Em 1994, é eleito Fernando Henrique Cardoso, que retoma a política neoliberal e implementa processos de reforma que atingem o movimento sindical. A primeira reforma que se apresenta é a Reforma Administrativa que, por meio do Plano Diretor, traça as diretrizes para a implantação do Estado Mínimo. A essência das Reformas era o entendimento de que existem funções exclusivas do Estado e outras da competência do setor privado.

Desta forma, Educação, Saúde e Previdência deveriam ser ações públicas não estatais. A ideia era a criação de organizações não governamentais que oferecessem os serviços, fazendo com que a discussão sobre público e privado voltasse ao cenário nacional. Segundo Almeida (2001), o Plano Diretor que norteou todos os processos de reforma, foi elaborado por Bresser Pereira e contém a filosofia que alicerça a ideia do estado mínimo, ressaltando que o Estado é mínimo para o atendimento das necessidades das populações, mas é máximo no sentido de concentração dos investimentos estatais nas empresas privadas.

Como a crise do processo de acumulação capitalista agrava-se, ocorre o aumento do desemprego estrutural e as entidades sindicais sofrem um recuo, principalmente porque perdem um enorme contingente de trabalhadores que deixam os sindicatos, pois desenvolvem ações em outros setores, principalmente, na informalidade.

Alves (2005) afirma que, devido à reestruturação produtiva dos anos 1990, há concretamente mudanças estratégicas no mundo do trabalho e, conseqüentemente, nas práticas sindicais. Para o referido autor:

Ocorreu o desenvolvimento de estratégias sindicais propositivas de cariz neocorporativo no interior do sindicalismo da CUT, com claro esvaziamento da perspectiva classista (o que poderíamos considerar um «um defensismo de novo tipo»). A principal característica da nova etapa do sindicalismo no Brasil é a passagem, no plano da estratégia sindical, da confrontação à cooperação conflitiva com o capital. (Alves, 2005, p. 275)

As estratégias desenvolvidas possuem um cariz propositivo, demonstrando estratégias neocorporativas, que são reflexos no plano político-ideológico a desestruturação e conseqüente precarização do mundo do trabalho. Isto faz com que o caráter de classe se dilua, fazendo com que a luta sindical, ao perder a perspectiva de classe, não consiga construir um movimento contra-hegemônico em relação ao capital. Inclusive novas formas de cooptação se apresentam, e o trabalho como princípio ontológico perde sua centralidade. A pergunta fundamental que formulamos é: quais são as perspectivas político-ideológicas que embasam esta nova visão do movimento sindical?

## **A NOVA VISÃO DO MOVIMENTO SINDICAL: PERSPECTIVAS POLÍTICAS IDEOLÓGICAS**

A hipótese central que formulamos está ancorada na ideia de que os defensores do capital propugnam a tese da perda da centralidade do trabalho,

sendo substituído pela categoria comunicação na perspectiva da existência de uma nova forma de socialização, a qual tem como base as respostas às necessidades dos indivíduos.

Zarifian e Palloix (1988), embasados em Spinosa, falam na socialização civil, uma nova forma de o indivíduo entrar em contato com os valores da sociedade em que vive. Mourão (2006) argumenta que o Modelo de Competência propugnado por Zarifian (2001) traz uma enorme carga ideológica, encobrendo que a nova forma de produzir não abandonou a lógica capitalista, muito pelo contrário, aumenta o processo de exploração, agora mais globalizado e impedindo ações mais contundentes pela classe revolucionária.

A referida autora discute a questão das classes sociais e afirma: a burguesia é fácil de ser identificada, mas quem é a classe proletária numa organização internacional do trabalho onde a classe operária é cada vez mais diminuta? (Mourão Diederichs, 1998). Esta questão é central na discussão dos movimentos sociais.

A chamada pós-modernidade traz em seu bojo a ideia de mudanças estruturais, apregoando que as classes sociais não mais existem, visto que a exploração pode ser redimensionada por meio de políticas compensatórias, com isso, os novos movimentos sociais devem responder às reivindicações específicas de cada segmento.

Os novos movimentos sociais afirmam que a opressão não atinge apenas a uma classe social, mas a toda sociedade. Segundo Siqueira (2009), o distanciamento do caráter classista que configura esses movimentos não inviabiliza que, em determinados momentos, haja uma contraposição à ordem econômica e social vigente. O que caracterizam os novos movimentos sociais é sua crítica e contraposição às práticas dos movimentos sociais tradicionais (Gohn, 1995). A referida autora assevera que:

(...) são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (Gohn, 1995, p. 44)

Esta é a discussão central: os novos movimentos sociais não discutem a opressão em suas raízes. Como exemplo tem-se o tratamento dado à questão



ambiental, se discute a preservação da natureza, mas não se aborda como o modo de produção capitalista utiliza os recursos naturais no processo de acumulação. Como os novos movimentos sociais não defendem um modelo de sociedade e subjetivam as ações dos movimentos, muitas vezes são absorvidos pela institucionalidade, acabando muitas vezes esvaziados.

Embora haja o reconhecimento de que os movimentos coletivos, ao serem construídos no cotidiano, se contrapõem aos processos de exploração capitalista, a ausência de um projeto social inviabiliza a derrocada do sistema capitalista. Os chamados novos movimentos sociais representam uma categoria ideológica, imputada à sociedade, para explicar e manter a nova ordem mundial capitalista.

Na perspectiva que abordamos os movimentos sociais ao se dividirem, tirando o foco da questão de classes para outras questões importantes, porém não centrais, acabam por contribuir com o movimento de acumulação do capital, na medida em que não conseguem unificar na luta para a emancipação dos trabalhadores.

Essa compreensão sobre os movimentos sociais está disseminada na sociedade e no movimento sindical, assim sendo, os sindicatos perdem cotidianamente a sua força, a base sindical pressiona por resultados, e as direções encaminham as reivindicações a nível institucional. Assim, as perspectivas dos novos movimentos sociais se restringem ao aqui e ao agora, tornado todos iguais, esquecendo que a diferenciação entre as pessoas não se referem apenas as individualidades, mas, sobretudo, às questões de classe.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quais as perspectivas do movimento sindical no século XXI? Este é um questionamento que fica extremamente difícil de responder, visto que, ao se perder a perspectiva de classe, acabou por se perder a capacidade de construir um processo de sociedade diferente.

A busca de resultados acaba por tornar todas as ações carregadas de um imediatismo sem tamanho, ao se conseguir resultados, ou não, os indivíduos e/ou lideranças o fazem a qualquer preço, submetendo-se aos ditames do próprio poder para conseguir pequenos ganhos, sem, no entanto, pensar na sociedade como todo, buscando construir um mundo melhor.

Há um processo pessimista se formando que coloca que não existe possibilidade de mudanças, já que todas as experiências revolucionárias fracassa-

ram. É nesse bojo que há a desmoralização da política. É bem pertinente a colocação de Politzer de 1958:

No processo de fascistização, a burguesia usa todos os meios: ela organiza e mascara as eleições, ela protela os debates parlamentares, ela tenta colocar todos funcionários sobre sua tutela, ela organiza a corrupção e a chantagem policial, exige a revisão reacionária da constituição, protege as atividades de aventureiros partidários de golpes de estado militares, inaugura o sistema de decretos-leis. Tenta desmoralizar a política trabalhando uma política desmoralizadora. (Poltzer; et al, 1958, p. 347)

Como os novos movimentos têm o caráter policlassista (Santos, 2008), reúnem todas as classes em prol de lutas específicas, as reivindicações são diferenciadas daquelas implementadas pelos movimentos tradicionais classistas. Embora os movimentos específicos sejam importantes para o avanço dos direitos universais, para que uma nova sociedade possa ser construída é preciso aliá-los à perspectiva da classe.

Configura-se na sociedade um pensamento único de que o capitalismo pode ser humanizado para responder ao processo civilizatório, as utopias revolucionárias foram sepultadas em nome da “paz capitalista” e essa paz constrói a guerra, a violência, a perda da infância. Todos os males do século XXI!

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Carlos. *A Reforma do Aparelho do Estado e a Reforma Administrativa: uma Análise Crítica*. São Paulo: PUC, 2001.

ALVES, Giovvani. *Trabalho e mundialização do capital*. Londrina: Práxis, 2005.

AMAZONAS, João. *Pela Liberdade e pela Democracia Popular*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.

BOYER, Robert. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paul: Nobel, 1990.

BRAVERMAN, Henry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CHENAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FREYSSINET, MICHAEL. Requalificação dos operadores e a forma social atual de automatização. *Sociologie Du travail*, Paris, n. 4, 1984.

\_\_\_\_\_. A divisão capitalista do trabalho. In: HIRATA, Helen (org.). *Divisão Capitalista do Trabalho*. São Paulo: USP, Tempo Social, 1989.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

HIRATA, Helena. Os mundos do Trabalho. In: CASALI, Alípio. et al (orgs.). *Empregabilidade e Educação*. São Paulo: Educ, 1997.

KERN, Horst; SHUMANN, Michael. Ver une professionalisation Du travail industriel. *Sociologie Du travail*, Paris, n. 4, 1984.

LENIN, V.I. *A doença infantil do esquerdismo no comunismo*. Obras Completas. São Paulo: Alfa Omega, V. I, 1980.

MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hicitec, 1990.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo: Alfa Omega, V. 1, 1979.

MOURÃO, Arminda. *A fábrica como espaço educativo*. São Paulo: Scortecci, 2006.

MOURÃO DIEDERICH, Arminda. *O movimento de professores de 1º e 2º graus: uma análise crítica*. Manaus: Edua, 1998.

PAIVA, Vanilda. *Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional*. Rio de Janeiro: UFRJ: Instituto de Economia Internacional, 1989.

POLITZER; et al. *Princípios fundamentais da filosofia*. São Paulo: Hermes, s/d.

RETRATO DO BRASIL. *Do buraco ao abismo*. São Paulo: Política, V. 1, 1986.

RUY, José Carlos. *O reformismo e suas conseqüências nefastas no movimento sindical*. Debate Sindical. São Paulo: CES n. 5, 1989.

SFERRA, Guseppina. *Anarquismo e anarcosindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, Boaventura. *Pela Mão de Alice*. O social e o política na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Regina. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Unesp, 2008.

THOMPSON, Edward. P. *Tradicion, revuelta y consciéncia de classe*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

ZARIFIAN, Philippe; PALLOIX, Christian. *La Société post-économique*. Paris: Harmattan, 1988.

\_\_\_\_\_. *Le modele de La Compétence: trajectoire historique enjeux actuels e propositions*. Paris: Liaisons, 2001.

## 6

# A FUNÇÃO DO JORNAL NA (IN)FORMAÇÃO DA BASE SINDICAL: O CASO DA UDEMO

Miguel Russo  
Hélida Lança

### INTRODUÇÃO

Este texto apresenta as reflexões iniciais sobre o tema do sindicalismo no campo da educação em face do projeto de pesquisa, em construção pelos autores, que constituirá a dissertação de mestrado da coautora, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho.

A investigação em curso tem como objeto de estudo a identificação político-ideológica da ação do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo – Udemo. O recorte da pesquisa tem como principal fonte de dados o jornal *O Diretor*, veículo oficial daquele sindicato, dirigido aos seus associados e ao público em geral.

A delimitação temporal compreende o período a partir da implantação do Plano de Ação para a educação do governo Serra, em 2007, que teve os programas “São Paulo Faz Escola” e “Ler e Escrever” como propostas de reforma curricular, até o presente.

Além dos saberes técnico e pedagógico, é absolutamente imprescindível aos educadores escolares uma sólida formação política que fundamente sua atuação como formador de indivíduos que irão se inserir na sociedade, de forma alienada ou como cidadão pleno, tendo a educação recebida como um dos seus determinantes.

Infelizmente, os dados da realidade educacional revelam um quadro bastante desanimador nessa dimensão, como, aliás, na maioria das demais. Os educadores recebem, no geral, uma educação bastante precária e quase inexistente nessa dimensão. Quando chegam às escolas, encontram condições de trabalho e remuneração que são absolutamente desfavoráveis ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica. Na verdade, não seria exagero afirmar que as condições gerais de trabalho são, especialmente na escola pública, alienantes.

Diante desse quadro, é muito importante o conhecimento empírico de como se dá a formação política dos educadores escolares, quais as tendências principais reveladas pelos educadores em exercício, especialmente os gestores, em face das suas funções que podem interferir nos discursos escolares e nas práticas escolares democráticas ou autoritárias.

A importância de estudar a formação política dos educadores em geral e a de algum segmento em particular decorre da natureza da sua atividade profissional, isto é, na medida em que por meio da educação se promove as condições que facilitam aos indivíduos a apropriação da realidade, natural e social, ou o desenvolvimento da consciência crítica sobre sua própria realidade, o educador terá que ter clareza dessa função da educação, o que implica uma opção axiológica, portanto, política. Ora, isso reforça nosso pressuposto de que os educadores, para além da sua formação política como cidadãos, necessitam tê-la com vistas à sua atuação como formadores.

A educação, na sociedade burguesa, como já o demonstraram os autores críticos da escola capitalista, foi esvaziada da sua dimensão crítica assumindo o papel de aparelho ideológico do Estado e de reproduzidor das condições que reforçam a sociedade de classes. Assim, a formação recebida pelos educadores se dá no contexto da escola reprodutora na qual predomina a perspectiva de educação liberal-conservadora que tende a ser reproduzida por eles na sua prática, tanto na escola pública quanto privada.

## **ORIGEM DO PROBLEMA EM ESTUDO**

Como entender a fragmentação da classe dos trabalhadores da educação em segmentos que mantêm sindicatos próprios?

Esta é a questão que formulamos ao pensar no quadro sindical dos trabalhadores da rede de ensino público estadual de São Paulo. Reiteramos: trabalhadores da rede escolar de educação básica organizada, mantida e gerida pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

Os trabalhadores das escolas daquela rede têm sua representação funcional e laboral realizada por quatro diferentes sindicatos: os professores são representados pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – Apeesp; os diretores de escola são representados pelo Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo – Udemo; os supervisores de ensino são representados pelo Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo – Apase; e, finalmente, os trabalhadores ocupantes de funções de apoio são

representados pelo Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – Afuse.

Essa fragmentação sindical revela uma grande contradição. Enquanto no plano do discurso acadêmico e no do discurso institucional há a defesa do trabalho coletivo para a construção de um projeto político-pedagógico que seja expressão dos interesses e necessidades de todos os segmentos da comunidade escolar, entendida como o conjunto dos seus trabalhadores e dos seus usuários, a partir do pressuposto de que há interesses comuns entre as categorias de trabalhadores da mesma entidade empregadora, e que esses interesses são organizados pela sua inserção no processo pedagógico escolar, o que se observa é que aquela fragmentação sindical revela, na prática, uma divisão de interesses que fragiliza a ideia de trabalho coletivo, assim como a força de representação da categoria dos trabalhadores da escola.

A origem dessa fragmentação está na organização burocrática daquela rede escolar que leva ao extremo a hierarquização das funções e conduz, assim, ao surgimento de interesses corporativos próprios dos ocupantes de funções específicas e que se consideram portadores de interesses e privilégios restritos e não extensíveis aos demais segmentos da categoria dos trabalhadores da educação e da escola.

## **JUSTIFICATIVA**

O estudo justifica-se na medida em que pretende conhecer o viés político-ideológico da ação sindical na formação de sua base. Mesmo sendo parte e reproduzindo um determinado modelo de sociedade e de economia, como afirma Dal Rosso (2011, p. 21), o sindicato “pode também ocupar um lugar de agente transformador e de mudança. Em que medida e em que direção ocorrem estes processos é uma questão aberta”. Tomando essa afirmação como ponto de partida, nossa investigação pretende colaborar para a compreensão do percurso que a entidade representativa dos diretores das escolas estaduais paulistas vem seguindo nos últimos anos. Não se trata de depositar unicamente na ação sindical a responsabilidade pelo desenvolvimento da consciência de classe e de categoria profissional, ainda que não se possa negar a importância daquelas organizações nessa função e a força histórica que apresentam no quadro de lutas e conquistas das camadas trabalhadoras.

Com a agenda neoliberal e as novas configurações do capital, surge um sindicato modificado e propositivo, causando a anulação do sentimento de pertencimento de classe e o enfraquecimento das lutas. Simultaneamente,

muitas reformas surgem no setor educacional, desde nova legislação até planos de governo, levando a uma série de modificações pedagógicas e administrativas que atingem diretamente a rotina de todos os trabalhadores da escola, inclusive a prática dos diretores de escola, agente central da nossa pesquisa.

A partir de um quadro de falsas esperanças, ou até de desesperança, no atual contexto de meritocracia, pedagogia das competências, unificação de conteúdos, enfraquecimento das propostas pedagógicas e fortalecimento das avaliações institucionais que reforçam a competitividade, tudo isso ainda combinado às novas regras de contratação temporária de professores, torna-se necessário compreender de que forma a Udemo vem se posicionando com relação à formação que oferece aos diretores de escola em suas publicações. Como o sindicato utiliza o seu principal instrumento de comunicação para (in)formar a base sobre as recentes políticas implantadas? Qual é o direcionamento político-ideológico do jornal?

## **O CONTEXTO DO ESTUDO**

O Programa São Paulo Faz Escola foi implantado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em 2008, em todas as escolas da rede, sob o discurso de melhoria da qualidade do ensino, numa ação urgente e necessária, em razão do baixo desempenho dos alunos nas últimas aplicações do Saresp<sup>1</sup>. Tal evento se deu durante a gestão do governador José Serra e da então secretaria da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro. Outros governadores vieram desde então, bem como outros secretários, mas o programa permanece em curso, considerando que o Estado encontra-se sob a gestão do mesmo partido (PSDB) há quase duas décadas.

De maneira geral, podemos afirmar que o principal objetivo do programa era levar a rede à unificação do currículo. A argumentação estava basicamente apoiada na frase “possibilitar que a rede estadual torne-se uma verdadeira rede”<sup>2</sup>, num discurso aparentemente romântico, mas com objetivos certos e perversos relacionados ao controle e à manutenção da ordem, conforme podemos observar no texto inicial da publicação que instituiu o programa:

---

1. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo: avaliação de larga escala aplicada em todas as escolas da rede estadual, facultativa a outras redes. Os resultados do Saresp vêm regulando o trabalho pedagógico da rede estadual.

2. Frase proferida inúmeras vezes pela profa. Maria Inês Fini, coordenadora geral do programa.

A Secretária da Educação, à vista da necessidade de: estabelecer referenciais comuns que atendam ao princípio de garantia de padrão de qualidade previsto pelo inciso IX do artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96; subsidiar as equipes escolares com diretrizes e orientações curriculares comuns que garantam ao aluno acesso aos conteúdos básicos, saberes e competências essenciais e específicas a cada etapa do segmento ou nível de ensino oferecido, resolve:

Artigo 1º- A Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, elaborada por esta Pasta, a ser implantada no ano em curso, passa a constituir o referencial básico obrigatório para a formulação da proposta pedagógica das escolas da rede estadual. (São Paulo, 2008)

Como toda reforma, esta também foi apresentada como solução para uma crise, e não como um conjunto de ações explícitas para o governo impor o que queria. Se tomarmos como premissa que o currículo é instrumento de controle social, e sabendo que “a administração procura ordenar e controlar a organização e o funcionamento da educação (...), principalmente por meio da unificação de conteúdos e o estabelecimento de objetivos educacionais comuns” (Palma Filho, 2005, p. 22), parece lícito inferir que a escola paulista está totalmente imobilizada pela política vigente.

## **O DIRETOR ESCOLAR, FOCO DO ESTUDO**

O diretor de escola da rede pública estadual paulista está atualmente imerso num contexto de *pedagogia da qualidade*,<sup>3</sup> de unificação de conteúdos, enfraquecimento das propostas pedagógicas e fortalecimento das avaliações institucionais que reforçam a competitividade, tudo isso ainda combinado às novas regras de contratação temporária de professores e funcionários.

O diretor de escola representa dois vértices absolutamente opostos ideologicamente: ao mesmo tempo em que é a autoridade máxima na escola, com suposta autonomia para tomar decisões, é também o representante maior do governo nesta mesma escola, devendo acatar determinações e manter a ordem estabelecida.

---

3. Para um melhor entendimento da amplitude do termo, recorro a Carvalho (2007, p. 62), quando afirma que, embora a pedagogia da qualidade “anuncie o resgate e a emancipação da educação, o que busca é o consenso social e a subordinação das práticas educativas às chamadas exigências do mundo do trabalho”.



Considerando que “o campo da educação tornou-se estratégico para a constituição de um novo ser social, apto a responder às demandas postas pela reestruturação produtiva, pela inovação tecnológica, pelo neoliberalismo e pela globalização da economia” (Carvalho, 2007, p. 41), os diretores de escola, engolidos pelo sistema a partir de ações de cooptação, deixaram de se reconhecer como professores e, ao assumirem a função de “especialistas”, não percebem a engrenagem da fragmentação hierárquica do trabalho, e então simplesmente executam suas tarefas de maneira que pensam ser neutra, atendem as contingências imediatas e nada mais. Passam a “servir ideologicamente à situação, mas não no sentido de ficarem, necessária e diretamente, obrigados a produzir e divulgar a ideologia das classes dominantes, à moda de seus intelectuais orgânicos” (Ribeiro, 1991, p. 10), mas sim de simplesmente executarem todo o aparato de tarefas – simples ou complexas – sem terem a consciência do que tais tarefas significam, manifestando, assim, o que para Marx caracteriza a alienação.

## **UMA VISÃO PRELIMINAR DO OBJETO NA LITERATURA ACADÊMICA**

A literatura acadêmica acerca do movimento sindical docente merece alguma relevância a partir do início dos anos 1990, com destaque para os trabalhos de Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar, que reconhecem as organizações coletivas docentes como importantes na intervenção das políticas públicas educacionais, bem como determinantes de acontecimentos políticos. Mas nosso olhar, ao fazer esta revisão, também esteve atento às publicações mais recentes, por considerarem as profundas modificações que o sindicalismo sofreu neste período. Desta forma, apresentamos aqui uma revisão da literatura, ainda que inicial, que demonstra os caminhos do sindicalismo em geral e também o docente, tendo o principal eixo de análise centrado na atuação das entidades como formadoras da categoria, da base.

Em muitos estudos, a questão do pertencimento de classe aparece como cerne da problemática sindicalista atual. Rêses (2008), em sua análise, observou o percurso do sindicalismo a partir das identidades que os docentes foram assumindo ao longo dos anos, identificando uma série de dificuldades na organização sindical docente carioca. Para superação dos entraves, aponta a necessidade de uma ressignificação da prática sindical, embasada em lutas sociais e defesa da escola pública.

Amilton Carlos Gerolamo (2007) apresentou importante estudo sobre a estrutura burocrática sindical e sua interferência no comportamento da base

em aceitar a formação de uma falsa consciência, a partir da análise das relações dos professores com a diretoria da Apeoesp, no período entre 1978 e 1987. O autor denomina a diretoria sindical de “gestores”, sob a argumentação de que a função deles era de gerenciar os trabalhadores e seus movimentos.

Ainda estudando a formação da consciência dos trabalhadores da educação, Dobbeck (2000) realizou estudo a partir das relações entre a Apeoesp e a categoria docente, afirmando que há uma relação dialética entre o sindicato e sua base na medida em que um interfere na práxis do outro. O trabalho se deu a partir da história de vida de três professores da rede estadual de ensino de São Paulo, sob a luz de categorias gramscianas e lukacianas, buscando a compreensão do percurso dos professores em sua formação profissional participativa. Embora nos pareça um trabalho bastante importante, o objeto de análise estava nos trabalhadores e não na ação sindical.

Também sobre a Apeoesp debruçou-se Paula (2007) em sua tese de doutorado, quando pesquisou a trajetória da entidade a partir das influências político-sociais externas e internas, resultando na ascensão de grupos, projetos e ideologias.

Alessandro Rubens de Matos (2010) realizou estudo sobre a trajetória do Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo) no período entre 1986 e 2004. Durante o desenvolvimento dos capítulos, o autor apresenta o processo de surgimento da entidade, sua trajetória junto a cada um dos governos municipais do período analisado e levantamento de elementos de sua estrutura, sob a ótica da burocratização e do sindicalismo propositivo.

Também com uma abordagem histórica, Helvia Cruz (2008) desenvolveu importante estudo sobre o surgimento e percurso do sindicalismo docente no Brasil, chamando atenção para o fato de tais entidades terem sofrido mudanças não apenas em sua organização interna, mas também nas relações que estabelecem com a sociedade, na sua legitimação, estabilidade e força. A questão da subjetividade dos professores, que ainda ligam a profissão à vocação e sacerdócio, é apontada pela autora como um fator que historicamente dificulta o surgimento de um sindicalismo docente combativo.

Vladimir Caleffi Araújo (2003) apresentou uma análise sobre o jornalismo de informação sindical. Embora a ótica do trabalho seja a dos profissionais da comunicação, traz informações relevantes sobre o sindicalismo no Brasil e no mundo. Enfatizando a lógica de “mídiatização” da sociedade, em que os conflitos sociais passam a ocupar lugar de destaque nos meios de comunicação, enfatiza a posição dos jornalistas nesta nova ótica e afirma que também

os sindicatos passaram a utilizar ações de comunicação em suas estratégias de luta. Em seguida, analisa o papel do jornalista sindical enquanto militante e tece críticas quanto ao posicionamento da maioria dos dirigentes sindicais que, na condição de chefes de redação, acabam comprometendo a veracidade jornalística do conteúdo a ser veiculado, exercendo a função de “guardiões ideológicos” dos interesses das organizações.

Silvana Soares Assis (1999) analisou as reformas neoliberais na educação paulista e o sindicalismo propositivo da Apeoesp, destacando o afastamento da direção sindical de sua base e, como consequência, uma enorme perda de representatividade não apenas junto aos professores, mas também junto aos governos. Traz ao debate questões importantes: “articulação sindical”, “síndrome da incompetência”, “pertencimento de classe” e “disposição ideológica”, afirmando que “a APEOESP oscila entre a fragilidade dos professores na conjuntura neoliberal e os projetos de governo. Incapaz de construir um projeto próprio, autêntico, originado nas instâncias representativas do conjunto dos professores”, o sindicato torna-se propositivo, aceitando que as matrizes sejam apresentadas pelo governo. Já em sua tese, defendida em 2006, a autora fez um estudo sobre o sindicalismo dos trabalhadores do setor público federal da gestão de FHC. Inicia o trabalho apresentando um excelente debate teórico sobre os trabalhadores do setor público em geral e, à luz das ideias de Nicos Poulantzas, afirma que os servidores públicos não pertencem a uma categoria profissional, mas sim a uma categoria social que não possui poder próprio e “compõem uma plêiade de diversos agrupamentos profissionais. A heterogeneidade, que redundará em diferentes situações de trabalho, e as várias disposições ideológicas presentes nesta categoria social, serão fatores que dificultarão a unidade desses trabalhadores”. Isso justificaria o excesso de atitudes politicistas, o exagero na busca de alianças partidárias e a esperança de que o Poder Executivo poderia garantir a manutenção dos direitos adquiridos, representando os trabalhadores de maneira autêntica.

Gindin (2011) realizou vasta pesquisa para seu doutoramento, a partir da comparação entre o sindicalismo docente praticado em diferentes países latinos, utilizando como foco a categoria docente de base e suas reivindicações trabalhistas. Neste estudo, reforça a importância da valorização do processo histórico das entidades, bem como da conjuntura política a que estão inseridas, que determinam as condições de existência dos trabalhadores e de sua representatividade.

## **ALGUMAS CATEGORIAS PRELIMINARES DO ESTUDO**

### **Formação**

Para a construção do conceito de formação, utilizaremos as ideias de Saviani e Duarte (2010), que apresentam o homem como um ser livre que, embora situado, é capaz de intervir pessoalmente em determinada situação para aceitar, rejeitar ou transformar.

A análise do aspecto intelectual, isto é, da consciência, revela que o homem não se mantém preso às suas condições situacionais e pessoais. Ele é capaz de transcender a situação, assim como suas opções pontos de vista pessoais, para colocar-se na perspectiva universal, entrando em comunicação com os outros e reconhecendo suas condições situacionais, assim como suas opções e seus próprios pontos de vista. (Saviani e Duarte, 2010, p. 422)

### **Sindicato**

A palavra sindicato vem do francês *syndicat*, que tem sua origem em *syndic*, que é “o representante de uma corporação”. Ambas vêm do grego *syndikos*, que significa “advogado público”. Ainda do grego, encontramos *syn*, “junto”, mais *diké*, “juízo, julgamento, justiça, uso, costume”. Na língua portuguesa, sindicato significa “associação de indivíduos da mesma classe ou profissão, para a defesa de interesses classistas, profissionais ou econômicos”.<sup>4</sup>

Os sindicatos surgiram com a modernidade e com o avanço do capitalismo, tendo como objetivo principal a defesa dos direitos dos trabalhadores. O avanço do capitalismo originou as péssimas condições de trabalho e, por consequência, as organizações dos trabalhadores. “Assim como o trabalho assalariado é um produto da modernidade, o sindicato também o é” (Dal Rosso, 2009, p. 3).

### **Sindicalismo Docente**

O impasse teórico mais abordado com relação ao sindicalismo docente está relacionado à questão do pertencimento de classe em razão do trabalho imaterial. O problema em colocar ou não o professor como um produtor de valor na sociedade capitalista divide as opiniões dos acadêmicos, e muitos

---

4. Dicionário Online de Português. Disponível em: <[www.dicio.com.br/sindicato/](http://www.dicio.com.br/sindicato/)>. Acesso em: 3 jul. 2012.

apontam essa incerteza como responsável em gerar a dificuldade atual dos trabalhadores em educação em formar a sua consciência de classe. Em estudo sobre o tema, Hiro (2011, p. 3) apresenta um breve levantamento sobre tal situação e, ao referir-se ao professor, afirma que “não possui os meios de produção, então, não é um burguês. A sua sobrevivência está condicionada a venda de sua força de trabalho, seja para o empresário do ensino particular, seja para o Estado-patrão. Isso o classificaria como trabalhador”.

Na educação pública, a partir das ideias de Marx, percebemos que o professor não gera lucro monetário direto ao seu empregador, mas não podemos desconsiderar que

o Estado não emprega os docentes com o objetivo de aumentar a arrecadação e sim de prestar um serviço à reprodução da sociedade. Mas o trabalho docente se realiza no sentido de conferir uma qualidade especial à mão de obra, que é a mercadoria básica no processo de produção do valor. Este é seu sentido produtivo maior. (Dal Rosso, 2009, p. 6)

Embora este não seja o objeto deste estudo, entendemos ser de extrema importância a questão do pertencimento de classe dos docentes da educação pública.

### **O Sindicalismo no Âmbito da Educação Pública Paulista**

O sindicalismo dos trabalhadores em educação da rede estadual paulista apresenta-se fragmentado em quatro entidades representativas, sendo uma para cada classe: a Apeoesp, a Udemo, a Afuse e a Apase.

A Udemo – Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, então chamada União dos Diretores do Ensino Médio Oficial, foi fundada em 1952, a partir da decisão de um pequeno grupo de diretores que, reunidos em assembleia na Afesp (Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo), decidiram criar uma entidade que “permitisse maior coordenação dos esforços da classe” (Udemo, 2012). Naquele momento, o principal interesse estava centrado em combater a intenção do governo na suspensão do ingresso de diretores por concurso público, passando os mesmos a serem nomeados em comissão. Portanto, podemos afirmar que a entidade nasceu do desconforto de um pequeno grupo de diretores, em torno de trinta pessoas, que compartilhavam a certeza de que os cargos deveriam ser mantidos por concurso. Os argumentos estavam relacionados ao receio de influências partidárias na administração das escolas e também à necessidade de garantir o direito de remoção do cargo aos diretores que já eram titulares.

Em seu primeiro estatuto, a garantia de eleição direta para todos os níveis da administração da entidade e, nas disposições transitórias, a previsão de que a Udemo “poderia entrar em entendimentos com outras entidades representativas do magistério de nível médio, para constituição de federações, firmas, acordos ou alianças, visando a interesses comuns” (Udemo, 2012).

Em 1985, comemora a marca de cinco mil associados e passa a organizar encontros regionais. A partir de 1992, surgem pelas mãos da Udemo as paralisações curtas, em substituição às greves por tempo indeterminado. Nos últimos anos, suas reivindicações principais estão focalizadas em interesses específicos dos diretores de escola.

Atualmente com mais de dez mil associados, após sessenta anos de sua fundação, a Udemo permanece na defesa do concurso público para ingresso de diretores, sendo esta uma de suas reivindicações mais recentes junto à Secretaria da Educação. Voltaremos a abordar este assunto, de forma mais aprofundada, mais à frente.

O jornal *O Diretor*, instrumento principal de coleta de dados para a pesquisa em desenvolvimento, é uma publicação mensal da Udemo com uma tiragem média de 16 mil exemplares. Atualmente, responde pela Diretoria de Publicações a sra. Ana Cristina Prado Poli e o editor é o sr. Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto, Secretário Geral da atual Diretoria Executiva.

A Apeoesp – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – foi fundada em 1945 com o intuito de ser uma organização sindical que atendesse de maneira integrada os especialistas e os professores da rede pública. Atualmente, conta com aproximadamente 180 mil associados, organizados em quase cem subssedes. É a entidade sindical docente com o maior número de sócios e com o maior patrimônio.

A Afuse – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo surgiu em 1985, a partir da organização de um grupo de funcionários que defendiam a existência de uma entidade que defendesse os interesses específicos da classe, já que a Apeoesp tinha sua estrutura voltada para reivindicações específicas do quadro do magistério. Com seis meses de existência, já contava com cinco mil associados. Atualmente, suas principais reivindicações estão centralizadas em questões salariais e de bonificação.

A Apase – Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo – foi fundada em 1981, ano do primeiro concurso para provimento de cargos de supervisores na rede e, desde então, defende a existência do supervisor de ensino atuante no sentido de uma educação com vistas à transformação social. Também com um jornal mensal, atualmente a entidade busca organizar a classe em reivindicações salariais, plano de carreira

e qualificações, além de apresentar com frequência matérias de cunho político e de críticas à hegemonia capitalista neoliberal.

Boito Jr. (2004), em sua análise sobre as práticas sindicais dos trabalhadores não manuais, afirma que a presença da ideologia meritocrática é determinante no isolamento dos sujeitos, situando muitas frações da classe média “refratárias à organização e à luta sindical” (p. 227). Ainda quando há algum tipo de reconhecimento de classe, este pode dar-se num convívio com o sindicalismo meritocrático em defesa de interesses corporativistas e que, a partir da ideologia, torna-se natural o fato de

no interior de uma mesma profissão ou ramo, multiplicam-se as segmentações hierárquicas: sindicato dos trabalhadores (não docentes) do sistema escolar, sindicato dos professores do ensino fundamental e médio, sindicato dos diretores de escola, sindicato dos professores universitários, etc. (p. 229)

Portanto, podemos inferir que, se as influências do pensamento meritocrático produzem severa fragmentação das entidades representativas dos trabalhadores da rede estadual paulista, muito mais severas são as consequências de tal problema na prática de tais sindicatos, que absorvem tal ideologia em seus projetos e estruturas.

Tal sindicalismo induz a uma identificação coletiva restrita, fechada no universo da profissão, sendo refratário, por esse motivo, à politização da luta sindical. Cada um desses sindicatos profissionais procura difundir uma imagem dos méritos especiais da profissão que representa. (Boito Jr., 2004, p. 229)

## **A TÍTULO DE FINALIZAÇÃO**

Como anunciado na introdução, este texto contém as reflexões iniciais que irão orientar o projeto de pesquisa sobre o sindicalismo no campo educacional, tendo como delimitação o estudo da questão sindical dos trabalhadores da rede estadual de ensino de São Paulo e como foco o sindicato da categoria dos diretores de escola. O objetivo do estudo é identificar, por meio da análise do conteúdo do órgão de imprensa daquele sindicato, seu papel de (in)formador daquele segmento dos trabalhadores da educação pública.

Para além do objetivo acima, há também questões associadas que merecerão atenção na investigação. Uma delas é a identificação da relação que mantêm entre si os sindicatos dos vários segmentos dos trabalhadores e, a partir

daí, entender as consequências da fragmentação da representação sindical na organização e funcionamento das escolas.

Tendo em vista a natureza de reflexão preliminar do texto e de ter sido elaborado para ser submetido à análise e crítica em um evento que tem a mesma temática do projeto de pesquisa em elaboração pelos autores, não cabe fazer qualquer indicação ou conclusão por ora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Vladimir Caleffi. *O jornalismo de informação sindical no Brasil: atores, práticas e estratégias de produção jornalística*. 2003. Tese de doutorado – Universidade Panthéon-Assas Paris-II.

ASSIS, Silvana Soares de. *As reformas neoliberais no ensino público paulista e o sindicalismo propositivo da APEOESP (Sindicato de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo)*: 1991-1998. 1999. Dissertação de mestrado – Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *O sindicalismo dos trabalhadores do setor público e as reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. 2006. Tese de doutorado – Unicamp.

BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. *POLITELA: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br>>. Acesso em: 1º jul. 2012.

CARVALHO, Celso do Prado. Políticas educacionais no contexto de mudanças na esfera pública. In: BAUER, Carlos; et al. *Políticas educacionais e discursos pedagógicos*. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

CRUZ, Helvia Leite. *Condições de construção histórica do sindicalismo docente na educação básica*. 2008. Tese de doutorado – Universidade de Brasília.

DAL ROSSO, Sadi (org.). Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: *Associativismo e sindicalismo em educação*. Organizações e Lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

\_\_\_\_\_. Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores – 2009. *Contribuição para a teoria do sindicalismo no setor da educação*. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/Rosso.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

DOBBECK, Vera Lúcia Aparecida de Castro. *O professor e a categoria profissional: a construção da consciência política*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2000.



GEROLOMO, Amilton Carlos. *Trabalhadores do ensino e sindicato: uma relação de conflito – os professores da rede de ensino oficial do Estado de São Paulo e a APEOESP de 1978 a 1987*. 2007. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade de São Paulo.

GINDIN, Julian. *Por nós mesmos*. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. 2011. Tese de doutorado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

HIRO, Cassio Diniz. VII Colóquio Internacional Marx e Engels – GT5 Unicamp. *História e consciência de classe na educação brasileira: uma análise das lutas dos trabalhadores em educação de Minas Gerais sob uma perspectiva histórica (1978 – 1983)*. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6538\\_Hiro\\_Cassio.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6538_Hiro_Cassio.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2012.

MATOS, Alessandro Rubens de. *Trajetória do sindicato dos profissionais em educação no ensino municipal (SINPEEM): 1986-2004*. 2010. Dissertação de mestrado – Uninove.

PALMA FILHO, João Cardoso. *Política educacional brasileira: educação brasileira numa década de incerteza*. São Paulo: Porto de Ideias, 2005.

PAULA, Ricardo Pires de. *Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da APEOESP (1945-1989)*. 2007. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista.

RÊSES, Erlando. *De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor*. 2008. Tese de doutorado – Universidade de Brasília.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *A formação política do professor de 1º e 2º graus*. Campinas: Autores Associados, 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Resolução SE n. 76, de 7 de novembro de 2008*. Dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. *Rev. Bras. Educ.* [online], v. 15, n. 45, p. 422-433, 2010. ISSN 1413-2478. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000300002>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

UDEMOMO – Site Oficial. Histórico da Udemo: 1952 – 2002. Disponível em: <[http://www.udemo.org.br/principal\\_historico.htm](http://www.udemo.org.br/principal_historico.htm)>. Acesso em: 27 jul. 2012.

## **O JORNAL 30 DE AGOSTO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SINDICAL DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ: 30 DE AGOSTO DE 1988, UM ATO NO CONTEXTO DE REORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOCENTE<sup>1</sup>**

Wagner Tauscheck

No dia 30 de agosto de 1988, os policiais militares reprimiram violentamente uma manifestação dos professores da rede estadual de ensino, armados com bombas de efeito moral, spray de gás lacrimogêneo, cassetetes e cavalos. Essa mobilização teve sua concentração na Praça Rui Barbosa – local tradicional das manifestações nos anos 1980 – e de lá os professores seguiram em direção ao Centro Cívico. Em frente do palácio do governo os policiais impediram que o carro de som continuasse, momento que marcou o início de um confronto mais violento entre policiais e os professores em manifestação. A pior parte desse confronto aconteceu quando a polícia militar, ao tentar acabar com o acampamento de barracas próximo à Assembleia Legislativa do Paraná, utilizou-se da cavalaria e bombas de efeito moral para reprimir os professores que tentavam instalar suas barracas.

Informações sobre esse confronto entre professores e os policiais estão presentes em vários momentos do jornal *30 de agosto*, periódico oficial do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná (APP-Sindicato). As várias citações, imagens, reportagens e a existência de edições comemorativas apontam para a construção de uma memória sobre esse ato.

Com objetivo de compreender a complexidade desse fato político e transformá-lo em objeto de análise historiográfica, esse estudo se inscreve no campo da história política, na temática acerca da organização sindical dos servidores públicos. Se debruçando em especial sobre o papel da construção da memória coletiva e institucional no processo de reorganização do sindicato dos profes-

---

1. Artigo produzido a partir das pesquisas realizadas para produção da monografia, apresentada ao curso de graduação em história pela UFPR, no primeiro semestre de 2012. Monografia realizada sobre a orientação do Professor Dr. Dennison de Oliveira. Artigo apresentado no encontro de pesquisadores rumo ao IV seminário internacional da rede Aste.

sores do estado do Paraná, no contexto do final dos anos 1980 e início dos anos 90. Para tanto, esse capítulo tem como objeto a construção histórica feita pela APP-Sindicato em torno da repressão aos professores da rede estadual de ensino ocorrido em 30 de agosto 1988, através principalmente de seu jornal periódico, instrumento oficial de comunicação institucional do Sindicato.

Ao analisar o *Jornal 30 de agosto*, que tem como nome a data do ato, busco responder às seguintes questões: como esse ato está presente nesse periódico sindical, para além do seu título? Ou seja, qual a complexidade da narrativa e memória construída nos últimos vinte anos pela APP-Sindicato? É possível inserir esse processo de luta na trajetória de reorganização do sindicalismo no serviço público? Quais as singularidades e contradições na trajetória de reorganização da APP-Sindicato no período do ato e quais relações podem ser estabelecidas com o contexto histórico mais amplo?

O sindicalismo no contexto da redemocratização é um objeto que já se tornou clássico na historiografia brasileira, uma análise consolidada sobre o que foi o sindicalismo que se organizou nesse período está nas produções do início dos anos 1990, em especial no livro *O Novo Sindicalismo*<sup>2</sup>, de Ricardo Antunes, em que o autor faz um balanço do período anterior, com o mapeamento das principais greves e acontecimentos no mundo do trabalho no período, dando ênfase à potencialidade das transformações pelas greves do fim da década de 1970, entendendo as greves do período como uma resposta à superexploração do período e do arrocho salarial.

Da greve do ABC em 1980 à greve geral de 1989, da greve nacional dos bancários em 1985 à greve de Volta redonda, 1988, das inúmeras incontáveis greves dos professores, do ensino médio público aos médicos e funcionários da Previdência Social, das greves da construção civil à ação dos motoristas de transportes coletivos urbanos, todos esse eventos, em que pesem as suas singularidades, que num ensaio como este não é possível tematizar detidamente, tiveram uma certa transcendência da ação meramente salarial. Isso porque, em suma ações reivindicatórias, feriam, em alguma medida, um dos pilares fundamentais do capitalismo brasileiro, dado pela política salarial arrochante.<sup>3</sup>

Antes de enquadrarmos o ato de 1988 na reorganização sindical a partir da leitura de Ricardo Antunes, é importante elencar outra abordagem que também se tornou clássica sobre o tema e formulada nos trabalhos de Armando Boito Jr. Para este autor, mesmo com todo o avanço do movimento sindical

---

2. Antunes, *O Novo sindicalismo*, 1991.

3. *Ibidem*, p. 36.

dos anos 1970 e 80, não existiu uma ruptura com o populismo dos antigos sindicatos e muito menos com as estruturas sindicais implementadas durante o governo de Getúlio Vargas. Dentre os elementos de permanência do sindicalismo atrelado ao Estado como consolidado após 1930, estão a necessidade de registro, a unicidade sindical, o imposto sindical e outras regulamentações por parte do Estado que se mantiveram. Nesse sentido, a opção das associações dos professores, como de todo o funcionalismo público pela busca do registro sindical após a Constituição de 1988, seria um bom exemplo dessa permanência. No livro *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*,<sup>4</sup> organizado por Boito, temos uma citação que exemplifica essa abordagem que valoriza a permanência das estruturas sindicais populistas e a submissão ao Estado:

A outorga da representação sindical pelo Estado sob a forma de monopólio – já que existe a unicidade sindical –, as contribuições sindicais compulsórias e a tutela da justiça do trabalho sobre a ação reivindicatória tornam, no limite, o sindicato oficial – que é o aparelho organizativo que se constituiu numa espécie de célula da estrutura sindical.<sup>5</sup>

Dessa forma, para uma definição mais precisa desse termo e com o objetivo de compreender o período e relacioná-lo à produção do *Jornal 30 de agosto*, é necessário um trabalho de compreender o “novo sindicalismo” de forma mais complexa. A primeira grande dificuldade de se definir o que é “novo sindicalismo” está no fato de que existem dois polos de origem e consolidação desse termo: um relacionado à produção acadêmica e outra aos debates internos ao sindicalismo. Como afirma Badaró em seu livro *Novos e velhos sindicalismos*,<sup>6</sup> esta categoria construiu-se tanto na esfera acadêmica quanto na militância sindical, no momento de efervescência e erupção dos fenômenos. Tendo como palco as greves do ABC paulista no final dos anos 1970. Ou mesmo já podendo ser percebidas na greve de Osasco de 1968, nas críticas feitas por José Ibrahim ao sindicalismo ligado ao PCB e ao período anterior ao Golpe Militar.

Segundo Badaró, na produção acadêmica os primeiros a utilizarem a expressão que dá o sentido de novidade às mobilizações da região industrial da grande São Paulo são José Álvaro Moisés e Maria Hermínia Tavares de Almeida, para quem os elementos “novo sindicalismo” se opunham aos “antigos sindicalismos”. Uma primeira oposição é ao imobilismo do sindicalismo e à repressão do período militar e outra oposição se dá contra o sindicalismo

4. Boito Jr., *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, 1991.

5. Boito Jr., *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*, p. 52.

6. Mattos, *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro(1955/1988)*, 1988.

dependente e colaboracionista em relação ao Estado no período anterior ao golpe. Seguindo esta formulação, os “novos sindicalistas” reivindicavam novas práticas e a superação do sindicalismo denominado de populista.

A definição desse termo passa pelo enquadramento das práticas sindicais ditas “pelegas” ou do “sindicalismo populista”. Entretanto, como afirma Badaró, esses “novos paradigmáticos” não eram infalíveis, uma vez que inúmeras práticas são incorporadas, em especial com o aumento da abrangência do uso do termo “novo sindicalismo” para toda a trajetória do sindicalismo combativo nos anos 1980 e 90.

Na construção do discurso sindical, a rejeição do “velho sindicalismo” está presente na construção da identidade do período. Inicialmente, estes sindicalistas se definiam enquanto “autênticos” e, com o passar do tempo, foram utilizando o termo “novo sindicalismo”. Um marco importante nesse período de reorganização sindical é a consolidação e ampliação do espaço da CUT, que é fundada em 1984 e acaba levando consigo a tradição do “novo sindicalismo”.

A fundação da CUT também é tida como uma institucionalização do movimento sindical, o que nos obriga a novamente alargar o horizonte de análise do significado do “novo sindicalismo”. Uma vez que, em sua origem, esse sindicalismo estaria ligado principalmente à Oposição Sindical como os metalúrgicos de São Paulo e a elementos marcantes como o “trabalho de base”, ou seja, a organização por local de trabalho, mais próximo do cotidiano do trabalhador. Ainda, o elemento “classista” do sindicalismo do período defendia uma autonomia dos sindicatos frente a patrões e ao Estado.

Essa expansão das práticas sindicais e do termo nos permite englobar a trajetória do sindicalismo no setor público, ou seja, o termo “novo sindicalismo” acaba abrangendo novos setores para além das greves do ABC paulista. Como podemos perceber, o movimento sindical brasileiro no contexto de redemocratização passou por um rico processo de reorganização e de disputas de concepções, estando ainda às interpretações sobre o que foi “novo sindicalismo” em aberto, em especial a relação com o Estado e as transformações ocorridas no movimento sindical nos anos 1990.

Dessa forma, partindo da definição apresentada por Badaró e Antunes, podemos definir o “novo sindicalismo” como sendo um período de transformações, reorganização e de grandes potencialidades do sindicalismo brasileiro em que estiveram em disputa concepções sindicais e que a memória dessa trajetória é um dos elementos importantes para a consolidação da trajetória do sindicalismo cutista na APP-Sindicato.

O contexto de reorganização do movimento docente tem início com as importantes greves de 1978 e 79, principalmente pelo seu caráter nacional,

onde tivemos greves em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – no contexto dessas mobilizações, foi criada, a partir da Confederação de Professores Primários que existia desde 1953, a Confederação Nacional dos Trabalhados em Educação (CNTE) que, no final dos anos 1980, se filia à CUT assumindo a posição de sindicato nacional dos professores e funcionários de escolas públicas do ensino básico.

O período que é considerado como de reorganização dos sindicatos ligados à luta docente vai das greves do final dos anos 1970 até a consolidação de uma legislação para os sindicalismos no estado com a constituição de 1988. Essa se tornou uma periodização clássica do sindicalismo docente; nesse sentido, nos parece importante apresentar essa periodização e seus aspectos relevantes. Antes de se fazer isso é importante reforçar que o objetivo de apresentar essa periodização não está em enquadrar a manifestação do dia 30 de agosto de 1988 de forma mecânica. Mas não podemos negar que a história sindical brasileira é marcada por elementos de permanência e continuidade, em especial se tivermos como parâmetro de análise o conceito de liberdade e autonomia sindical e a relação com o Estado. É a partir desses conceitos e da relação que o sindicalismo público tem com o Estado que o livro *Liberdade Desfigurada*<sup>7</sup> propõe uma periodização dos sindicalismos no Estado, ou seja, do sindicalismo dos trabalhadores que tem como seu padrão o Estado, seja municipal, estadual ou federal.

Dessa forma, a trajetória do sindicalismo é entendida em três momentos:

O primeiro, entre 1930 e 1978, definido pela formação das associações corporativistas e assistencialistas dos servidores públicos; o segundo pelo desenvolvimento do caráter sindical das associações, a formação das novas associações no contexto de expansão do novo sindicalismo; e o terceiro, após 1988 dado pela legalização da livre associação sindical no estado.<sup>8</sup>

Esses três momentos nos parecem importantes para compreendermos como o sindicalismo no Estado (e mais especificamente o sindicalismo docente) sofreu algumas transformações, e que a memória do ato que aqui estamos estudando também está disputando um momento balizador dessa reorganização sindical ocorrida no segundo período, que vai de 1978 a 1988. A APP-Sindicato se insere nesse contexto até mesmo porque o debate sobre a filiação à CUT é trazido após a participação em um congresso da CNTE do ano de 1989 e está presente no segundo editorial do *jornal 30 de agosto*.

---

7. Nogueira, *A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*, 2007.

8. *Ibidem*, p. 112.

As greves no magistério no final dos anos 1970 foram marcantes, pois, segundo Julia Jose Gindin<sup>9</sup>, existiu uma reorganização e expansão do sindicalismo docente no Brasil. É apontado como uma mudança a grande capacidade de mobilização e a aproximação dos sindicatos ou associações mais representativos do Brasil à concepção do “novo sindicalismo”; são eles o Sepe (RJ), Apeoesp (SP) e Cepe (RS). Segundo o autor, no caso paranaense a oposição ligada a esse movimento ganhou a entidade após greve de 1979. Ainda essa relação com o contexto nacional se fortaleceu com a fusão da entidade dos Professores Licenciados do Paraná (PLP) e o então núcleo da Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Ainda, esse autor afirma que existiu uma expansão no número de filiados a essas entidades, no caso paranaense, no final dos anos 1970, existia 5 mil filiados e já no ano de 1985 a APP-Sindicato tinha 22 mil filiados, segundo números do congresso da CPB daquele ano.

Após esse período de grandes mobilizações a questão que marcou o sindicalismo no Brasil de forma geral, nos anos 1990, foi a diminuição do Estado e das políticas públicas e investimentos sociais, período que ficou conhecido como neoliberalismo. Relaciona-se a isso o aumento no número de terceirizados e outras formas de empregos ligados a uma reestruturação produtiva do capitalismo. Para os professores não foi diferente, o contexto dos anos 1990 foi marcado por grandes retrocessos para a educação, mas também pela capacidade de mobilização dos professores, mesmo que tenham produzido grandes lutas, por exemplo, as disputas em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as campanhas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Porém, segundo Gadini, ao mesmo tempo em que existiu um declínio nas mobilizações isso não significou enfraquecimento das entidades. Isso é apontado pelo autor ao afirmar que os sindicatos ligados à educação constituíam em 1997 seis dos dez maiores sindicatos da CUT e chegaram à presidência da entidade no ano de 2000, com Roberto Felício da Apeoesp.

Antes de trabalharmos essas questões nas fontes é importante delimitar a forma com que vamos abordar a questão da construção da memória, partimos dos estudos propostos por Beatriz Sarlo<sup>10</sup>, para quem o passado ou a “sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, por trás deles, por uma ideologia que evidencia um *continuum* significativo e interpretável do tempo”.<sup>11</sup> Nessa parte do

---

9. Gindin, *Por nós mesmos*. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Rio de Janeiro, 2011.

10. Sarlo, *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, 2007.

11. *Ibidem*, p 13.

texto, a autora está falando da produção de obras não acadêmicas e de grande circulação, ou seja, que não passaram pelos debates metodológicos que têm a função supervisionar ou que, no mínimo, “garante[m] o artesanato aceitável dos seus produtos”.<sup>12</sup> Mesmo que a autora não esteja trabalhando com a memória produzida por periódicos, suas problematizações fizeram amadurecer uma análise da produção de relatos sistemáticos sobre o passado produzido pelo sindicato, uma vez que também não são acadêmicos e acabaram, como afirma a autora, por alimentarem-se do “sentido comum” ou não oferecendo um sistema de hipóteses, mas certezas sobre a memória do ato.

Ainda para Sarlo, no contexto do fim das ditaduras latino-americanas, a lembrança tornou-se fonte para a restauração de laços sociais e comunitários. Partido dessa afirmação, a autora busca debater como os relatos em primeira pessoa ganharam, no caso argentino, uma força de verdade. Na análise dos relatos sobre o nosso ato podemos trabalhar enquanto uma hipótese com a ideia de que era necessário construir um discurso de que “nunca mais” serão suportados atos de violência por parte do estado contra os movimentos sociais após a redemocratização.

Nesse sentido as produções desses textos jornalísticos feitas pelo sindicato acabam por enquadrar a memória desse passado, dando-lhe um “sentido comum”. Porém, esse sentido não é único. Partindo de Pollak<sup>13</sup>, podemos perceber a existência de disputas, silêncios e esquecimento se compararmos as diferentes narrativas produzidas pelo *Jornal 30 de agosto* sobre o ato. Esse recorte nos remete à necessidade de um debate metodológico de análise de fontes jornalísticas em relação à memória e política. Para tanto, vou utilizar o clássico livro *Imprensa e História do Brasil*, de Maria Helena R. Capeleto, para quem “a imprensa registra, comenta e participa da história”<sup>14</sup>, ou seja, não pode ser entendida simplesmente como portadora dos fatos históricos ou, como a outra face dessa mesma análise, em que as fontes jornalísticas devem ser descartadas, uma vez que estão “impregnadas” de elementos ideológicos e de manipulação.

Dessa forma, não entendemos a fonte jornalística simplesmente como elemento de manipulação de interesses e desprendida dos fatos ou, em um sentido contrário, quando a reportagem é entendida como “espelho da realidade”. Tentei entender essa reportagem como uma parte do quebra-cabeças ou uma rede de elementos que constroem intencionalmente ou não uma memória política.

Portanto, partindo de Pollak, entendemos que a memória coletiva se constitui através de processos que envolvem disputas que visaram à consolidação de uma memória oficial em detrimento de outras às quais ele chama de “memó-

---

12. *Ibidem*, p 13.

13. Pollack, *Memória, Esquecimentos e Silêncio*, v.2, 1988.

14. Capelato, *Imprensa e História do Brasil*, p.13.



rias clandestinas”. Esse passado é por essência político, pois, segundo Pollak, a memória serve como um quadro referencial e pode manter a coesão interna e definir as fronteiras de um determinado grupo, ou seja, serve na orientação no presente dos membros de uma coletividade, nas palavras de Pollak:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e as instituições que compõe uma sociedade para definir seus lugares respectivos, sua complementaridade, mas também as posições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum.<sup>15</sup>

No caso estudado, podemos apontar para o deslocamento dessas memórias oficiais sobre o ato de 30 de agosto de 1988 que inicialmente estão relacionadas às disputas da concepção sindical. Porém, com a consolidação de uma concepção sindical, os 30 de agosto acomodam-se e acabam tornando-se um monumento de memória que orienta a prática e as campanhas salariais dos professores do estado do Paraná.

Dessa forma, partindo da análise do jornal do próprio sindicato, é importante nos questionarmos a quem essa construção e reconstrução do ato se relaciona. Assim, essas questões se relacionam às problematizações referentes à inserção desse ato na trajetória da APP-Sindicato.

A APP-Sindicato existe com esta denominação desde 1998. Porém, nos diversos textos do *Jornal 30 de agosto*, a fundação da entidade remonta ao ano de 1947, quando a Associação dos Professores do Paraná foi fundada por professores do Colégio Estadual do Paraná e do Instituto de Educação do Paraná, no dia 26 de abril, em Curitiba.

Porém, somente nos anos 1980 temos reconfigurações administrativas no sentido de unificar e consolidar um instrumento de representação dos professores e funcionários das escolas do estado do Paraná, sendo essa história marcada por dois momentos.

O primeiro momento marcante dessa trajetória acontece no ano de 1981, quando, em numa assembleia realizada na cidade de Ponta Grossa (PR), a associação se une a duas outras associações de professores: a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) e a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP).

O segundo momento é a mudança no termo “associação”, substituído por “sindicato” em assembleia no ano de 1989 em Londrina (PR), um ano após o ato 30 de agosto. Essa mudança só foi permitida após a nova Consti-

---

15. Pollack, *Memória, Esquecimentos e Silêncio*, p. 7.

tuição, aprovada em 1988, sendo esse um momento de virada na história do sindicalismo público, como já mencionado, que permitiu aos funcionários públicos organizarem-se em sindicatos.

No contexto dos anos 1980, o sindicato ainda era apenas dos professores do estado do Paraná, mas já se iniciavam os debates para a construção de um instrumento de todos os servidores estaduais da educação, ou seja, a fusão com o sindicato dos trabalhadores em educação (Sinte-PR). Essa união só se concretiza no ano de 1998, em um congresso extraordinário, unificando os dois sindicatos, na cidade de Campo Mourão-PR.

A análise do *Jornal 30 de agosto*, a partir de seus próprios textos, com o recorte das matérias referentes à Greve de 1988 e à reorganização sindical, relacionando-os com os debates metodológicos apontados anteriormente e ao pano de fundo sobre a reorganização sindical docente, sendo esse ato utilizado como uma linha mestra para contar a trajetória da reorganização e consolidação dessa estrutura.

A primeira edição do *Jornal 30 de agosto* é produzida no contexto em que a gestão do sindicato tinha que fazer um balanço da greve de 1990 que, segundo o jornal, é a maior greve da história dos professores e que, da mesma forma que a greve de 1988, não teve grandes vitórias para os docentes. Dessa forma, essa primeira edição do jornal tem um objetivo bem pragmático de divulgar um balanço desse período e do governo Álvaro Dias. Porém, esse novo instrumento de comunicação institucional do sindicato também tem como objetivo “politizar” a categoria dos professores, trazendo em suas primeiras edições um debate ligado ao de um sindicalismo combativo ou classista<sup>16</sup>. Isso fica evidente no primeiro editorial, onde os objetivos do jornal estão norteados com o título “politizar é preciso” e é um debate que fica só no título, como podemos observar nesse trecho:

Ao criamos mais esse espaço político, além de lhe informar pretende formar na categoria uma consciência crítica do papel do sindicato e assim forjarmos luta por mundo melhor, mais solidário, mais politizado e mais combativo.<sup>17</sup>

Esse objetivo do jornal, bem como a memória do ato do dia 30 de agosto, vão ser questões de disputa entre concepções sindicais diferentes. Portanto, é necessário continuar contextualizando o surgimento do jornal

---

16. Esse termo é utilizado pelo próprio sindicato com o objetivo de polarização entre sindicatos mais ligados a formas de organização dos trabalhadores e associações mais ligados a uma concepção corporativista.  
17. Editorial do *Jornal 30 de agosto* ano 1; n. 1, nov./dez. 1990.

que homenageia o ato de 1988. O nome “30 de agosto” já era utilizado por um informativo do sindicato que teve nove edições do ano de 1988 até 90.<sup>18</sup> Este jornal não era então o único instrumento de comunicação do sindicato, pois, na época, a APP-Sindicato contava com a “Página da Educação” todas as quartas e domingos no jornal *O Estado do Paraná* e com a *Folha do Professor* publicado aos domingos na *Folha de Londrina*.<sup>19</sup>

O recorte escolhido para análise desse jornal é de dar voz às diferentes construções em torno do ato do dia 30 de agosto e as relações dessa memória com as concepções sindicais em disputa. Partindo disso, podemos perceber nessas primeiras edições que a diretoria (88-91) encabeçada pela professora Isolde Andreatta<sup>20</sup> trabalhou no sentido de politizar a categoria com a criação do *Jornal 30 de agosto*, que se relaciona com a concepção sindical mais próxima ao “novo sindicalismo”.

Essa relação com o “novo sindicalismo” fica evidente pela defesa de uma relação maior com a CUT, como podemos perceber em diferentes momentos, sendo que a CUT é citada pela primeira vez no editorial da segunda edição do *Jornal 30 de agosto*:

Um dos temas políticos mais polêmicos discutidos no XXIII Congresso nacional da CNTE era a participação ou não da CUT no entendimento nacional e pacto social. Esse tema é essencialmente político, por que envolve ideologias políticas, correntes filosóficas e posturas sociais.<sup>21</sup>

Esse debate é inserido como sendo uma grande e necessária questão para os professores, uma vez que a filiação à CUT foi uma das grandes polêmicas da reunião da (CNTE). Ou seja, se relaciona com o contexto mais geral de reorganização sindical.

Buscando entender se a gestão do sindicato de 1988 está ligada à concepção do “novo sindicalismo”, podemos apontar como evidência a construção de atos em solidariedade a outros movimentos sociais no contexto da redemocratização e nos atos da Direta Já. Entre os seminários existem alguns que são interessantes,

---

18. Como informado em texto do secretário de comunicação do sindicato presente na encadernação das edições do *Jornal 30 de agosto*.

19. Para uma análise do discurso do ato 30 de agosto na folha de Londrina ler artigo de Fabiane Luzia Menezes. *Greve dos professores do estado do Paraná em 1988: Representações na Folha de Londrina*. V congresso internacional de história. ISSN: 21754446, 2011.

20. Professora homenageada no texto inicial de organização das fontes acima, e que ainda se mantém ligado ao sindicato, até os dias de hoje, sendo membro do conselho fiscal.

21. Editorial do *Jornal 30 de agosto* ano 1, n. 2, jan./fev. 1991.

em especial, os organizados com a temática de unificação e reorganização sindical, em especial o seminário “APP-sindicato e SINTE-PR para começar a discussão da unificação no Paraná”<sup>22</sup>, pois ele marca um momento importante na organização do sindicato: a fusão com os servidores das escolas. Isso nacionalmente é marcado no movimento docente na formulação do termo “trabalhadores em educação”. Essa relação com outras categorias, em especial com os trabalhadores rurais, é um elemento marcante do “novo sindicalismo”. Nesse sentido, também a crítica ao Regime Militar e relação com o partido dos trabalhadores (PT).

Essa gestão ainda é responsável por transformar a antiga associação em um sindicato. Que é um elemento marcante do “novo sindicalismo” na organização dos docentes, e, nesse processo, podemos perceber que a entidade se insere em um momento de transformações no sindicalismo público, em que a maioria das associações nacionalmente foi transformada em sindicatos.

Mesmo no *Jornal 30 de agosto*, em sua primeira edição produzida pela gestão que realizou essa transformação, ao falar da greve de 1990 o texto retoma a tradição de mobilização e greves anteriores. Com o título do texto “A maior greve” em comparação a outras mobilizações do magistério paranaense, citando as greves de 1962, 1968, 1978, 1980, 1981, 1982, 1986 e 1988. Ou ainda nesse mesmo texto quando se remete à tradição de 42 anos que é atacada pelo governo que criminalizou seus diretores e impediu o sindicato de arrecadar a contribuição na folha de pagamento “de certa forma buscou destruir a organização que já tem 43 anos de existência”<sup>23</sup>.

O fato dessa primeira gestão do novo sindicato estar mais próxima ao “novo sindicalismo” é reforçado nas fontes, pelas críticas feitas pela gestão posterior, que assume uma posição crítica ao que chamou de um sindicato que da “centralidade nas análises a partir da lógica capital versus trabalho”<sup>24</sup>.

Ou seja, podemos afirmar que o processo de consolidação da concepção sindical ligada à CUT é abortado. Isso fica expresso na não reeleição da gestão ligada à professora Isolde Andreatta. A eleição de uma gestão com uma concepção mais próxima ao sindicalismo corporativista e que tem uma posição de maior negociação com o Estado explicita a existência de outra leitura sobre o ato do dia 30 de agosto. Essa gestão é a primeira a dedicar um texto exclusivo para reorganizar a memória do ato. Aqui entendemos que essa reorganização do passado cumpre também um papel na disputa da linha que o novo sindicato teria no próximo período, como podemos observar no trecho seguinte:

---

22. Edição: ano 1, n. 2, jan./fev. 1991. Texto: ações da gestão.

23. Editorial do *Jornal 30 de agosto* ano 1, n. 1, nov./dez. 1990.

24. Edição de agosto de 1991, ano 1, n. 5. “Texto: 30 de agosto – luta e luto”.

30 de agosto é dia de meditar. Há tempo de repensar a nossa luta. Se é um dia de luta pela nossa educação, podemos transformá-lo em vitória, se não cometermos os mesmos erros de nos pautarmos pelas sirenes dos mestres das ruas.<sup>25</sup>

Nesse texto, podemos perceber a clara oposição a uma concepção sindical que eles denominaram como pertencentes “aos mestres da rua”<sup>26</sup>. Ainda nessa mesma edição do jornal, existe um texto exclusivo para expor a concepção sindical da nova gestão eleita. Nela temos claramente uma crítica ao sindicalismo classista e à centralidade das análises sobre a educação baseada na relação capital *versus* trabalho. Nas palavras dessa gestão no texto sobre o ato de 1988, que aconteceu três anos antes:

O magistério adotou a postura da relação capital x trabalho. Esse equívoco nos levou e está levando ao descrédito por parte da sociedade, das autoridades que não consideram perda uma educação de péssima qualidade.<sup>27</sup>

Outro texto que expressa estas diferenças entre as gestões, e também esse processo de disputa entre as concepções sindicais, é a edição posterior ao congresso da entidade, que acabou não sendo realizado. O congresso deveria ter acontecido na cidade de Pato Branco, no ano de 1992. Porém, sem explicar direito os motivos, a gestão do sindicato expressa que a realização do congresso foi impedida pelos sindicalistas ligados à CUT e à regional de Curitiba do sindicato. Essa crítica está presente de diferentes formas nessa edição do *Jornal 30 de agosto*, sendo que nessa parte do texto podemos exemplificar essa crítica:

O magistério paranaense viveu, no último 30 de outubro um de seus mais lamentáveis episódios, depois das bombas de Alvaro Dias, coincidentemente também em um dia 30 só que em agosto. Desta vez, os professores e dirigentes da APP-Sindicato não tiveram que enfrentar a polícia, mas os militantes cutistas, particularmente os instalados no núcleo de Curitiba que, à força e usando de violência física e verbal, invadiram o local de credenciamento e, em seguida bloquearam de outros delegados.<sup>28</sup>

Ainda no sentido de exemplificar essa disputa em relação ao sindicalismo cutista, podemos citar a existência de duas charges, nessa mesma edição do jornal, em que os professores ligados à CUT são representados como gran-

---

25. *Ibidem*.

26. *Ibidem*.

27. *Ibidem*.

28. Edição ano 2, n. 3, nov. 1992. Texto: “Quem não tem argumento parte para a força”.

des tumultuadores e não dispostos a negociar. Ainda fazendo clara menção ao fato de que esses professores seriam ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), pois um dos personagens da charge veste uma camiseta do partido e outro da Central, como podemos observar:

### Imagem 1



Essa imagem está na edição do *Jornal de 30 de agosto*, cuja única função é denunciar a truculência dos professores ligados à CUT no Congresso Estadual da entidade. São denunciados em especial os professores da regional Curitiba, que para essa gestão são os responsáveis por “implodir o congresso” com debates externos aos professores – entre eles está a filiação do sindicato à CUT.

Portanto, na gestão mais corporativista ou de um sindicalismo de resultados, parece existir uma necessidade de reconstruir a memória de ato e da greve de 1988. Essa reconstrução vem no sentido de orientar uma prática de maior negociação e diálogo entre sindicato e o governo, especificamente com o então governador Roberto Requião.

Porém, em 1994 assume a entidade a gestão “OPA – Em Defesa da Escola pública”, gestão responsável por vencer a chapa anticutista e filiar a APP-Sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1995. Nessa gestão, o dia de luto e luta é reorganizado em um texto que faz um balanço das duas greves contra Alvaro Dias. Nesse texto, o “30 de Agosto” ganha um caráter de “radicalidade” e aponta para a necessidade de novas lutas, além de fazer uma crítica dura à gestão anterior do sindicato por esta não ter feito lutas e enfrentado os ataques do governo do estado:

A resistência da categoria se fez sentir em duas greves. Um em 1988, com a tentativa de novo acampamento e ocupação da Assembleia Legislativa. Ao apelo que houvesse negociações - quem não se lembra era o 30 de agosto - o governo respondeu com bombas, cassetetes, cavalaria, vandalismo po-

licial, ferimentos corporais e mutilações morais em todos os professores (...) Em 1991 ocorreu novo processo eleitoral no sindicato. Apareceu um messias, condutor do magistério. O nosso salário vai melhorar na base do dialogo e greve nunca mais foram frases muito ouvidas na campanha.<sup>29</sup>

Como pudemos observar, a construção dessa memória passa pela expressão “dia de luto e luta”, pois, para o sindicato relembrar esse ato, está ligado já no início às luta presentes, ou seja, apontando para a necessidade da ação política do sindicato. As abordagens dão ao dia 30 de agosto uma orientação no presente. Existem vários exemplos possíveis, pois o calendário de mobilizações do sindicato sempre passa pela paralisação dos dias 30 de agosto ou greves, sendo a mais relevante a do ano 2001, na qual, após uma greve no ano anterior, foi conquistado o percentual de 10% de hora-atividade – ampliado para 20% em 2003. Assim, vou citar uma campanha extremamente relevante até os dias de hoje, pois não foi inteiramente conquistada – a campanha pela hora-atividade iniciada no ano de 1996:

(...) cerca de 3 mil professores de todas as regiões do Estado participaram da passeata no dia 30 de agosto. Como acontece todos os anos, a manifestação relembrou a repressão do governador Alvaro Dias contra professores em greve em 30 de agosto de 1988 (...) Este ano o principal tema da data foi a reivindicar a implementação<sup>30</sup> da hora-atividade em 50%, mas o magistério também quer a reposição de todas as perdas deis do Governo Alvaro Dias (conforme promessa de Lerner).<sup>31</sup>

Mas a expressão “dia de luto e luta” é composta por duas palavras, sendo que a primeira palavra é “luto”. Essa palavra remete ao passado e à necessidade de nunca se esquecer da violência sofrida pelos professores no momento de redemocratização do país. Esse discurso do “nunca mais” foi estudado brilhantemente por Beatriz Sarlo<sup>32</sup>, ao analisar o contexto do fim das ditaduras latino-americanas e que têm um sentido de verdade em narrativas em primeira pessoa.

Nesse sentido as produções dessas matérias pelo sindicato acabam por enquadrar a memória desse passado, dando a ele um “sentido comum”. Porém, partindo das proposições de Pollak, podemos perceber a existência de disputas, silêncios e esquecimento, se compararmos as diferentes narrativas produzidas pelo *Jornal 30 de agosto* sobre o ato.

---

29. Edição ano 3, n. 17, nov. 1993. Texto: “Os responsáveis pela situação dos professores”.

30. Edição ano VI, n. 48, set. 1996. Texto: “Ato do dia 30 foi dedicado a luta pela hora-atividade”.

31. *Ibidem*.

32. Sarlo, *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, 2007.

Para concluir essa análise sobre a construção da memória sobre o 30 de agosto, podemos apontar para diferentes abordagens: uma primeira ligada ao período de disputas em torno do ato, e que se relaciona com as disputas em relação à concepção sindical. Uma segunda mais relacionada a um pragmatismo de orientação nas lutas, greves e campanhas salariais, como na greve de 2001 e na campanha pela hora-atividade. Ainda nesse momento se construindo uma forma que está ligada a uma rememoração do período de redemocratização e reorganização docente, sendo essa forma ligada a uma força de “verdade” e a narrativas mais descritivas em primeira pessoa – como podemos observar na edição comemorativa de vinte anos do ato.

Nessa edição, é construída uma justificativa da necessidade de outra ação da categoria, na greve, devido à falta de negociação por parte do governador Álvaro Dias, então:

Foi à realização de uma caminhada no dia 30 de agosto daquele ano até o Palácio Iguazu, que contou com cerca de 20 mil pessoas, entre professores/as da rede pública estadual, pais, alunos, professores/as da rede municipal, estudantes, entre outros.<sup>33</sup>

Da mesma forma, uma carta/manifesto, de 22 de agosto de 1994, feita pela professora Isolde Andreato, então presidente da APP-Sindicato, nos serve para entender a importância desse ato na memória e cultura da política paranaense e do próprio sindicato. Uma vez que, através da citação das reportagens da época do ato, a professora comprova a violência sofrida pelos manifestantes, como podemos observar nas palavras da professora:

Não há como esconder os fatos. A imprensa da época mostrou tudo e com detalhes. Negar que a Praça Nossa Senhora da Salette se transformou numa praça de guerra é querer afogar a memória de tantos paranaenses que passaram e ainda passam suas vidas ensinando outros paranaenses nas escolas tão abandonadas pelos governantes. Podemos afirmar que vivemos um clima de guerra, angústia, sofrimento, um tratamento muitas vezes nem dispensado a bandidos, assaltantes, seqüestradores. O que dizer deste tratamento a professoras e familiares, amigos? Os laudos médicos, expedidos pela perícia médica, são documentos inquestionáveis da veracidade dos lamentáveis fatos ocorridos naqueles 30 de agosto de 1988. Isso sem mencionar aqueles professores que anonimamente procuraram socorro nos hospitais e consultórios médicos.<sup>34</sup>

Dessa forma, o texto de 1994, da então presidente do sindicato e também presidente do sindicato no ano de 1988, é reeditado na edição comemorativa

33. *Jornal 30 de agosto*, publicado pela APP-Sindicato, em edição especial de 10 de agosto de 2008.

34. Trecho do documento retirado do *Jornal 30 de agosto*, edição especial de 10 de agosto de 2008.



de vinte anos do ato. Nesse documento, é afirmado através da valorização da violência e de um discurso de verdade, citando como fonte os jornais de grande circulação. Nesse contexto, estamos no final de um período de grande disputa entre as diferentes concepções, como já afirmamos. Portanto, podemos afirmar que existiram diferentes construções no periódico sindical sobre o dia 30 de agosto de 1988 e que, a cada momento, disputa ou ato de mobilização, essa memória foi reorganizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *O Novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1991.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Paz e Terra, 1991.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto 1998.

GINIDIN, Julián José. *Por nós mesmos*. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. 2011. Tese de doutorado em Sociologia – UERJ, Rio de Janeiro.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1988.

NOGUIRA, Arnaldo. *A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POLLACK, Michel. *Memória, Esquecimentos e Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, 1988.

\_\_\_\_\_. *Memória e Identidade Social*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. Memória e narrativa jornalística. In: *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Munad x, 2007.

SANTOS, Igor Gomes. Memória e conflito no partido dos trabalhadores. *Revista História e Luta de Classes: trabalhadores e suas organizações*, ano 4, n. 5, Rio de Janeiro, 2008.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

## DA INSATISFAÇÃO À CRIAÇÃO DA UTE/MG: QUANDO OS SUJEITOS DESPERTAM A SUA (POSSÍVEL) CONSCIÊNCIA

Cássio Diniz  
Carlos Bauer

### INTRODUÇÃO

Investigar a história do movimento sindical docente de Minas Gerais e, conseqüentemente, do Brasil, parece ser um grande desafio, entre tantos, principalmente se levarmos em conta os obstáculos que podemos encontrar ao associarmos as fontes primárias orais e os documentos impressos do período. A análise destas fontes se torna uma tarefa árdua, e muitos detalhes devem ser levados em consideração ao lê-los e interpretá-los.

Os jornais, panfletos, boletins e qualquer registro impresso são excelentes materiais de pesquisa. No entanto, muitas vezes, eles reproduzem apenas a visão daqueles que a escreveram – e que, possivelmente, não seja a opinião da maioria. No caso dos materiais impressos pela União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE-MG), eles representam a opinião hegemônica da vanguarda do movimento docente mineiro, e de diversas formas, buscava informar, formar e dirigir toda a base de sua categoria. Além disso, esses materiais de agitação e propaganda servem-nos de testemunhas do espírito existente no contexto da época, congeladas no papel e sem interferências do tempo.

No caso das fontes orais, elas se apresentam distintamente. As entrevistas se constituem como ótimos mananciais dos olhares que não foram registrados por materiais, ou demais fontes. Eles exprimem a visão e a opinião que muitas vezes estavam silenciadas na época, por convencimento, omissão ou pressão. Em todo caso, constituem-se elementos importantíssimos para compreender os sujeitos que fizeram parte de um momento histórico.

Por outro lado, as fontes orais carregam em si certos perigos. A memória não é muito bem preservada na mente das pessoas, ainda mais quando os anos distanciam-se em demasiado. Os depoentes correm o risco de confundirem lembranças, trocar informações, ocultar dados espontaneamente, ou incons-

cientemente (intencionalmente ou não), e, em alguns casos, exporem uma versão dos fatos baseada em um constructo histórico permeado por experiências e reflexões contemporâneas, camuflando algumas informações específicas que desejamos do momento investigado. Diante desses fatores, torna-se importante analisar as fontes orais com todo o cuidado necessário, prestando atenção às contradições existentes ao longo do processo e evidenciadas nos depoimentos – abertamente ou veladamente –, e buscando aproveitar o máximo e o melhor que elas podem oferecer: o testemunho de suas experiências históricas e sociais.

### **A MOBILIZAÇÃO, A GREVE: QUANDO OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO VÃO À LUTA**

Na ótica gramsciana, explicitada nos *Cadernos do cárcere*, a unidade das classes dirigentes advém do Estado, e a história das classes dominantes é a mesma história do Estado e dos grupos do Estado. Contudo, para Gramsci (1999-2002), não é necessário crer que essa unidade seja puramente jurídica e política, embora seja uma unidade importante, e não somente formal. A unidade histórica fundamental, assevera Gramsci, advém das relações orgânicas entre o Estado, ou seja, sociedade política e sociedade civil.

Por sua vez, observa Gramsci, as classes subalternas, por definição, não são unificadas, e não podem unificar-se porque elas não detêm a posse do Estado: a sua história é entrelaçada à da sociedade civil, embora elas sejam uma função desagregadora e descontínua da história da sociedade civil. O que o autor procura compreender é como se torna possível passar do momento da fragmentação da história das classes subalternas para o momento de sua unidade, o que pressupõe, justamente, a existência dos intelectuais e do partido político, que deveriam assumir o seu papel revolucionário no diálogo com as camadas populares, adotando a função da cultura como forjadora da liberdade.

Pensadas aqui, a partir da tradição gramsciana, as principais organizações de esquerda em Minas Gerais tinham quadros inseridos entre os professores, mas com um peso maior na rede particular de ensino da capital Belo Horizonte. Nesse período, a categoria tinha um sindicato, o Sinpro-MG (Sindicato dos Professores da Rede Particular de Minas Gerais), cujo presidente era Ewerthon Possas, e era atrelado à estrutura sindical oficial do Ministério do Trabalho. Essa diretoria tinha uma prática comum de negociar com os patrões à revelia da categoria, provocando a revolta nos mesmos.

Várias organizações, entre elas a MUP e a MEP, giraram seus quadros para a construção de uma oposição sindical que fizesse frente aos burocratas da di-

retoria do sindicato, a exemplo do que ocorria nos sindicatos operários. A partir de então, será esta oposição que passará a discutir as questões trabalhistas do professorado mineiro, e estabelecerá contato com a base da categoria. E será ela que passará a convocar reuniões com os professores, à revelia do sindicato.

Mauro Puerro irá destacar que a ação dessas organizações de esquerda e de sua vanguarda serão fator subjetivo para que as lutas desenvolvidas, a partir da espontaneidade, assumam sua concretude. “O que é ação consciente? Foi uma vanguarda se organizando em quase todos os estados, e ela age sobre essa realidade e ela organiza um processo que é espontâneo, que é explosivo” (Puerro, 2012).

Na avaliação tirada nessas pequenas reuniões, realizadas pela oposição sindical, fica claro que a insatisfação é grande entre os profissionais da rede particular de ensino. A política tirada pela oposição foi, então, convocar uma assembleia para discutir a campanha salarial de 1979 e uma possível greve da categoria. A assembleia foi marcada para o dia 12 de maio, e sua convocação publicada em notas de jornal (Correia). No entanto, para a surpresa dos grupos de oposição, a presença maior foi de professores da rede pública na assembleia. “Nós tomamos um susto porque a maioria de nós dava aula em escola particular, e nós vimos que o movimento dos estaduais estava mais amplo que nós imaginávamos” (Idem).

Para entender esse fato, é importante analisar a situação na qual encontrava-se o movimento dos docentes da rede pública estadual de Minas Gerais, principalmente em relação à sua organicidade. Como dito anteriormente, a insatisfação estava alcançando níveis altíssimos entre os trabalhadores em educação da rede. Eram os baixos salários, uma massa imensa de convocados (contratos precários), falta de um plano de carreira, não cumprimento da lei do pagamento por habilitação, etc (Cartilha Ute). Contudo, havia uma entidade intitulada Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais – APPMG –, que se colocava como representante das docentes de 1ª à 4ª série da rede estadual. Fundada em 1931, seu caráter era mais voltado para questões mutualistas e associativistas, buscando sempre o estabelecimento de boas relações com o governo, e atrelada ao aparelho de Estado, negando-se a tomar qualquer atitude de enfrentamento com o mesmo. Sua presidente, na época, era a professora Maria Telma Lopes Cançado, e o perfil da entidade apontava características clássicas e tradicionais do professorado, como a exclusividade e o status social, que estavam deixando de existir na categoria. Além disso, a entidade representava apenas as professoras do ensino primário, excluindo todos os demais professores da classe. Concomitantemente, em várias cidades do interior também havia associações docentes com o mesmo

perfil, assemelhando-se a grêmios e clubes de profissionais da área. Não é por acaso que os próprios professores da rede pública, com uma realidade já transformada pela etapa histórica do capitalismo, não reconheciam a legitimidade destas entidades frente às suas necessidades e reivindicações. Por isso, ao ser convocada a assembleia de professores pela oposição no dia 12 de maio de 1979, a presença destes foi massiva, causando espanto de seus organizadores.

Nós chamamos em geral, mas a expectativa era que houvesse mais gente da rede particular, e ao contrário de nossa expectativa, a rede estadual estava mais mobilizada. O salário era menor, como é hoje ainda, mas na ocasião era uma mixaria. Então, havia uma revolta muito grande dos professores estaduais. (Correia)

É interessante destacar o caráter espontâneo dessa primeira participação dos trabalhadores da rede estadual – e também municipal, não podemos esquecer. Sem haver nenhuma convocação direta para a categoria, mas somente geral (e mais voltada para a rede particular), os professores públicos, espontaneamente, foram à reunião dispostos a debater a sua situação coletiva, cansados da paralisia, e prontos a iniciar a mobilização. Diante desta situação, aquela assembleia organizada pela oposição à diretoria do Sinpro teve que dar um giro, e mudar o foco de sua atuação.

Devido ao caráter espontâneo, mas também radicalizado da categoria estadual, a greve geral foi decretada em todo o estado de Minas Gerais a partir do dia 17 de maio. No mesmo dia, foi eleito o Comando Geral de Greve (CGG), responsável por dirigir o movimento, à medida que a APPMG – virtualmente a entidade da categoria – não só se negou a encaminhar o movimento, como também o condenava, se posicionando contrária e engrossando a atitude do governo frente à paralisação.

A greve começou no dia 17, inicialmente em Belo Horizonte, contando neste dia com a adesão de 70% das escolas da capital (Cartilha Ute), mas, rapidamente, espalhou-se para as demais cidades do interior como um rastilho de pólvora, alimentada pela insatisfação da categoria e sua disposição para a luta. Para a adesão das cidades do interior, o CGG formou grupos que tinham como missão viajar até o interior a fim de explicar os motivos da greve e conseguir a participação dos mesmos. “Nós dividimos o comando de greve com responsáveis para mobilizar o interior, ir lá e explicar o que era a greve, as razões, a pauta de reivindicações” (Correia, 2012). O resultado foi a formação de comandos regionais de greve, que articulavam as diferentes cidades de uma mesma região, atuando como lideranças locais.

Sobre essas lideranças, é importante destacar o seu surgimento e a sua atuação. Muitas delas, apesar de pouquíssima experiência em lutas sindicais, terão papel destacado nessa, e em greves futuras, inclusive, ocupando cargos das novas entidades sindicais que irão surgir. Ao contrário das lideranças da capital que formavam o CGG, os integrantes dos comandos regionais não eram, em sua grande maioria, de organizações de esquerda. Em alguns casos, assumiram este papel devido às suas características próprias, conhecidas e respeitadas no interior das próprias escolas.

As lideranças regionais... Essa opção mais de esquerda era mais no núcleo central. As lideranças regionais no interior, aí, eram muito variadas. Aí, despertaram milhares de militantes que não tinham filiação partidária, despertaram durante o processo grevista. Foram milhares e milhares, que começaram a formar-se, a ter formação política naquela ocasião. Era a imensa maioria das lideranças intermediárias. O núcleo inicial, que era mais forte, tinha uma consciência política de esquerda, mas a grande maioria que aderiu a greve, as lideranças intermediárias, eram professores sem filiação e o sentido era mesmo questões funcionais, salariais e também o sentido libertário contra o regime militar. (Correia, 2012)

Em alguns casos a espontaneidade era tamanha, que hoje nos causa admiração. A participação dos professores na greve foi crescendo constantemente, e as adesões foram acontecendo das mais diferentes formas. A falta de direções e lideranças estabelecidas e formais permitiram o desenvolvimento de novas que, no calor do momento, assumiam essas tarefas que tiveram que ser aprendidas no calor dos acontecimentos.

A greve estourou em Caxambu em 79, no dia do meu casamento. Eu não participei da primeira reunião, na reunião que definiu a greve. Evidentemente, estava preparando-me para casar, ia casar à tarde, à noite, e a reunião foi à tarde. Então, não participei. Quando eu voltei da lua de mel, eu já entrei no movimento de cara, e nunca mais saí. Foi (...) a data (...) passa a data exatinha, foi 26 de maio de 1979. Foi neste dia, eu tive notícia da greve, e logo que voltei – uma semana depois – entrei na greve, pelo movimento, e a gente começou a falar nas assembleias, e a partir daí assumimos a liderança. (Andrade, 2011)

Vale destacar também que, muitos professores que acabaram assumindo a direção do movimento, principalmente no interior do estado, foram oriundos das chamadas escolas polivalentes, núcleos dos projetos Premen's (Programa

de Expansão e Melhoria do Ensino), existentes desde 1974 em Minas Gerais. Este projeto, financiado pelo Banco Mundial, baseado nos acordos MEC-Usaid (estabelecidos entre o Ministério da Educação – MEC – e United States Agency for International Development – Usaid), acabou espalhando pelo interior do estado inúmeros professores com formação em grandes universidades, o que permitiu a troca de ideias e informações entre Belo Horizonte e demais cidades.

Como já disse, eu estudei na UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]. E já havia em Belo Horizonte, nos grandes centros, uma consciência muito maior, de classe. Os professores já tinham uma formação mais marxista. Uma consciência social maior. Esta consciência ainda não tinha chegado ainda no interior, mas estava vindo principalmente com os professores das escolas polivalentes. Isto aí, eu acho, foi fundamental para o movimento. Eu não sei se você sabe, mas as escolas polivalentes foram criadas 60 escolas em todo Estado. O programa incluía 64 escolas polivalentes no Estado. E os professores tinham uma formação em Belo Horizonte. Era uma formação com professores da UFMG que tinham uma consciência muito maior que a formação que se fazia no interior. Então, quando se espalharam pelo interior, estes professores, eles levaram uma mensagem diferente do que havia, do pensamento dominante. Tanto é que grande parte das lideranças do movimento foram oriundas das escolas polivalentes. É um dado interessante. O programa, o PREMEN, era contestado. Era um programa do Acordo MEC-USAID, ele era contestado pela esquerda, pelos estudantes e tudo. E de fato, era uma coisa absurda. Era uma forma de ingerência norte-americana na educação brasileira. Mas o tiro, pelo que me parece, saiu pela culatra. Porque a formação dos professores propiciou o aparecimento de (...) a disseminação do movimento para o interior. (Andrade, 2011)

A greve da rede pública estadual em Minas Gerais se apresentava como inédita, devido a algumas características particulares inexistentes em outros movimentos do estado até então. A espontaneidade, e a não participação da APPMG, fez com que o amadurecimento da categoria ocorresse no decorrer dos acontecimentos. Para muitos, era a primeira greve que participavam. Não havia lideranças consolidadas. As que surgiram tiveram que ser construídas no desenrolar da mobilização, obtendo, aí, o batismo de fogo entre erros e acertos, baseando-se nas experiências práticas que iam configurando-se ao longo do processo.

As lideranças também foram apontando a partir daí, não havia nenhuma liderança constituída. O maior líder que despontou, a maior liderança que ficou mais de massa foi o Luis Dulci, que depois foi ministro do

presidente Lula. Foi uma liderança importantíssima, muito querido dos professores, e que depois foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. Mas o Dulci era desconhecido, todos nós éramos desconhecidos. O Dulci dava aula comigo em um colégio chamado Magister, um cursinho no centro da cidade, um supletivo, em 1978. Lá mesmo, só entramos em greve eu e ele na escola particular. Ele também dava aula na Escola Estadual Três Poderes, e esta escola estava em greve. E ele foi ganhando, a liderança dele foi projetando-se no comando de greve... Havia muita disputa no comando de greve para ver qual grupo liderava. Mas foi feito muito no andar da carruagem, as abóbas foram se ajeitando de acordo com o movimento. (Correia)

Mesmo assim, inexperiência era a marca registrada dessa primeira mobilização. A necessidade de aprender como dirigir um movimento era a tônica ao longo do processo. E esta situação permitiu acontecer alguns fatos interessantes, e desafiantes, que ao poucos foram sendo superados.

As reuniões eram demoradas. Fazia-se reunião do comando de greve, começava cinco, seis horas da tarde e ia até três, quatro horas da madrugada, por causa de tanto assunto polêmico que arrumava. Não tinha nada constituído, não tinha planejamento, então, tudo tinha que ser discutido, detalhe por detalhe. Processo demorado de democracia que foi se construindo. (Correia)

E em muitos casos, até mesmo situações cômicas, motivadas pela mais absoluta falta de estrutura e experiência em movimentos de massa. “Então, as nossas assembleias eram feitas nesses caminhões comuns, e a gente subia para falar nas assembleias naqueles caixotinhos de madeira, de ripa, e sempre um caía do caminhão” (Araújo, 2012). O professor Magnus também nos conta uma passagem interessante em seu depoimento:

O movimento, nós estávamos iniciando o movimento, era uma coisa (...) nós não sabíamos, por exemplo, quando fazíamos uma passeata, uma manifestação, normalmente, não se sabia como terminava. A gente começava, desenvolvia aquela coisa toda, mas não sabíamos nem aqui no interior, nem em Belo Horizonte, então, normalmente, terminava-se cantando o Hino Nacional... e rezando, de mãos dadas. Isto aí, é porque a grande massa dos trabalhadores em educação era de uma formação religiosa, era de religiosos. Uma coisa era que estavam em um movimento perigoso até. Então, você terminava... Eu me lembro de Rogério Correia, comunista do PRC – Partido Revolucionário Comunista, não sei, um negócio assim. E



ele rezando de mão dada! Até hoje, eu gozo o Rogério por estar rezando um Pai Nosso na frente da igreja de Lambari.

A pauta de reivindicações se centrava em sete pontos fundamentais, tirados das diversas reuniões que ocorriam na capital e interior, com os professores e os comandos regionais de greve: aumento salarial de dois mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 2.800,00) para oito mil e novecentos cruzeiros (Cr\$ 8.900,00); efetivação dos convocados (precários) com mais de dois anos de serviço na rede; reajuste salarial a cada seis meses com índices acima da inflação; acesso e progressão horizontal no plano de carreira; aposentadoria com 25 anos de serviço (aliás, uma bandeira nacional); o pagamento integral do 13º salário (constantemente não pagos ao longo dos anos); e o fim do módulo II além da carga horária (Cartilha Ute).

Devemos fazer um destaque importante aqui. Apesar de o movimento ser caracterizado como uma ação dos professores da rede estadual, a greve contou com a adesão também de outros segmentos existentes na rede. Diversos outros personagens participaram do movimento, como secretárias, serventes, bibliotecárias, etc. “Aderiu servente, especialista da educação, que chamava, na época, supervisor, foi uma greve massiva” (Correia, 2012). As péssimas condições de trabalho nas escolas eram compartilhadas por esses personagens, e a participação desses segmentos aumentada com o desenrolar da greve. Vencendo, paulatinamente, o individualismo e o corporativismo existente entre os professores, foi criando-se, no momento, o espírito de união entre todos aqueles que trabalhavam na educação. Aos poucos, a ideia de trabalhadores do ensino foi crescendo por dentro da categoria, também estimulados pelas intervenções das lideranças regionais e do Comando Geral de Greve.

Toda a escola se movimentou, toda a escola. Porque, antigamente, não havia essa divisão de setor, de secretaria. Eram professores que se afastavam da função e assumiam a secretaria da escola. Só foi regulamentar a questão do administrativo em Minas Gerais em 1986, onde se criou o quadro permanente, e as pessoas do magistério que quiseram ficar no administrativo saíram do magistério e vieram para o quadro permanente. Então, não tinha esta divisão, ainda dentro da escola, entre o administrativo e os professores. Éramos todos professores. (...) Os auxiliares de limpeza, inclusive, foram protagonistas da nossa greve. Nós tivemos uma ajudante de serviços gerais de Uberaba, que ela foi de suma importância no movimento de greve para chamar as colegas. Havia uma unidade muito grande dentro da escola neste momento, que todos aderiram à greve. (Araújo, 2012)

Essa nova conjuntura no interior da categoria e da greve permitiu tirar a caracterização de que este movimento não se restringia aos professores e, de certa forma, não apontava profundamente elementos corporativistas de um único segmento (o dos professores), mas de todo um setor que se localizava dentro da escola. A ideia de trabalhadores em educação ganhou força, não de forma tranquila e sem contradições, mas ocorreu enquanto um processo contínuo que irá repercutir na construção da futura entidade, meses depois. Podemos observar, aí, uma tímida constatação de que os professores e funcionários de escola começavam a olhar-se enquanto categoria única, mesmo que esse processo não se tenha dado de forma harmoniosa ao longo do tempo.

A grandeza da greve pegou de surpresa não só os próprios trabalhadores, mas o governo também. O governador Francelino Pereira, tentando desqualificar o movimento, comentou que “a greve não tem rosto” (Cartilha Ute). Como resposta, o CGG convocou uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa, no dia 22 de maio. O ato contou com a participação de dez mil pessoas, deixando clara a existência de um rosto, o rosto coletivo de uma categoria em luta.

A surpresa também atingiu a própria APPMG. Inicialmente ignorando e boicotando o movimento, a entidade percebeu a força da greve, e tentou assumir a direção, convocando uma assembleia no auditório da antiga Secretaria da Saúde (atual Minascentro) para o dia 28 de maio. O objetivo era apresentar uma nova pauta de reivindicações e desviar o foco da greve, procurando esvaziá-la. No entanto, o resultado foi bem diferente. A assembleia contou com a participação de mais de dez mil trabalhadores, e quando a presidente da APPMG, Maria Telma Lopes Cançado, iria começar os trabalhos, a plenária, em coro, exigiu a sua retirada e a presença do Comando Geral de Greve à mesa, para dirigir o ato.

Esse acontecimento consolidou de vez a liderança do CGG na greve, e entre os trabalhadores em educação do estado. Ao mesmo tempo, a categoria identificava, de vez, a APPMG com o governo de Francelino Pereira. “[N]a greve de 1979, a APPMG, praticamente, teve papel contrário a nós. Ela aliava muito mais com o governo que com o movimento classista” (Araújo, 2012). Contudo, no próprio interior da entidade havia discordância dessa postura oficial, o que provocou crises posteriores na própria condução da associação. Questionada se houve discordância interna na diretoria da mesma, a professora Marilda de Abreu Araújo, até então, filiada à APPMG, responde:

Sim, alguns diretores da APPMG, eu me lembro muito bem da Maria Ilda, ela era da APPMG, e depois ela veio unir-se aos nossos movimentos, e deixou a APPMG. Lembro-me direitinho, a Maria Ilda era uma pessoa

muito edemática (sic), falava muito em nossas assembleias, então, refletia bastante aquela insatisfação de aula, de pessoas que, depois, nós tentamos a unificação, deixou a APPMG. (2012)

Contudo, a professora Mauricéa faz uma caracterização interessante da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais. Segundo ela, a entidade tinha muito mais uma preocupação pedagógica que política acerca dos professores. “APPMG, é muito mais pedagógica. Não é essa questão mais política, mais crítica. Tanto que a APPMG falava o que, formada pela elite, vamos dizer assim, do professorado, do instituto de educação de Minas (...)” (Rocha, 2011). Características, essas, muito mais associadas ao perfil de uma categoria marcada por seu pequeno número de membros, e deslocada de uma realidade da grande maioria dos demais trabalhadores, não se localizando enquanto membros da classe trabalhadora. O caráter de sacerdote, de missionário, com um compromisso irrestrito com a educação, era a tônica defendida pela entidade, que não percebeu que as mudanças ocorridas nos últimos anos faziam com que a categoria perdesse essas alegorias, e iniciasse o processo de proletarização, dando-lhe características de trabalhadores docentes. Essa não percepção foi constatada pela maioria dos professores e demais funcionários, que não mais a enxergava como sua interlocutora, mas sim como braço do governo.

Além do desmascaramento dessas entidades burocratizadas, e o surgimento de novas lideranças, percebe-se, também, que o movimento grevista de 1979 teve motivos que, possivelmente, extrapolaram as questões puramente salariais e trabalhistas. O anseio por liberdades democráticas e pela necessidade de dar combate à Ditadura Civil-Militar estavam atreladas, de alguma forma, às questões mais específicas da categoria. E isto fazia mover um importante segmento da sociedade brasileira, e tinha nos trabalhadores os principais sujeitos sociais do processo. Os trabalhadores em educação não ficaram à margem deste processo, somando-se à luta – mesmo que indireta e paulatina – contra o regime.

Primeiro, havia um sentimento, não só nos professores, havia um sentimento no Brasil inteiro, de ânsia por liberdade, ânsia por participação. A repressão era muito grande. Há muito tempo o movimento estava reprimido. Todos os movimentos sociais estavam reprimidos. E havia generalizado no povo brasileiro uma vontade de participar. As greves do ABC, que ocorreram neste período, com o surgimento do Lula, com a liderança do Lula. Aqueles movimentos do ABC ocorreram na mesma época, e foram frutos – eu acho – do mesmo anseio por liberdade, por participação,

que estava reprimido. Segundo, eram as condições de trabalho. Terceiro, a repressão do governo, na época, estava muito grande. A repressão em Minas, o governo estadual era um governador (...) que não queria, que se recusava a negociar, nem reconhecia. É preciso lembrar que o movimento, na época, era proibido, não é? Principalmente, serviço público. Então, foi um desafio, também, que a gente teve na época. (Andrade, 2011)

Nesse ponto, a vanguarda do movimento – quadros das organizações de esquerda e os demais – teve um papel fundamental na introdução dessas palavras de ordem, buscando levar a discussão para toda a categoria, desde essas primeiras mobilizações, em 1979. “(...) fazíamos passeatas enormes no centro da cidade, gritando abaixo a ditadura. Mais a vanguarda que gritava ‘abaixo a ditadura’ que a massa. Mas, com o tempo, fomos explicando, também, o que era o projeto de liberdade” (Correia, 2012).

Com o desenrolar da greve, a própria categoria sentia, na prática, a repressão por parte do governo. Diante do fortalecimento do movimento em todo o Estado, o governador Francelino Pereira ordenou à polícia militar a reprimir os dez mil trabalhadores que manifestavam diante do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, no dia 29 de maio. A ação da PM foi dura, com jatos d’água, cassetetes, cachorros e bombas de gás lacrimogêneo. Dias depois, na esteira da repressão, três diretores do Comando Geral de Greve, Antônio Carlos Ramos Pereira, Isis Magalhães e Júlio Pires, foram presos pelo Dops da capital mineira (Cartilha Ute).

Entretanto, a repressão não surtiu efeito, e o movimento grevista ganhou força. A atuação da polícia militar do estado de Minas Gerais ganhou destaque em todo o país. Muitos professores e funcionários que, até então, não participavam da greve, aderiram ao movimento por indignarem-se com o tratamento dado pelo governo aos seus colegas, alcançando níveis jamais vistos.

E ela ia aumentando aos poucos, a cada fato. Até que o governador na ocasião, o Francelino, reprimiu a manifestação com jato d’água, bombas, mas ficou conhecido mais o jato d’água. Jogou água nas professoras, aí a greve explodiu. Ela tomou um caráter estadual. (Correia, 2012)

Em junho, o movimento grevista dos trabalhadores em educação de Minas Gerais contava com a adesão de 420 cidades em todo o estado. Alguns relatórios elaborados por comandos regionais de greve apontavam a participação massiva de escolas e professores na paralisação, demonstrando a aderência social do movimento entre a categoria. O relatório feito pelo comando

regional de Teófilo Otoni<sup>1</sup>, por exemplo, faz um minucioso detalhamento dos dados da greve na região, levantando o número total de escolas, profissionais e alunos na cidade, e quantificando quantos estavam em greve, com índices de até 92% de adesão (Relatório, 1979).

E as notícias da greve já começavam a aparecer em periódicos de todo o país. A edição 207 do jornal paulista *Movimento*, de 16 de junho de 1979, trazia uma reportagem sobre os acontecimentos em Minas. A matéria, escrita por Vilma Fazitto, noticiou que a paralisação contava com a participação de 90 mil professores parados e mais de três milhões de crianças sem aula. O mesmo texto aponta que à medida que o governador Francelino Pereira desgastava sua imagem:

As professoras, ao contrário, além de permanecerem firmes em seu movimento, recebem cada vez mais apoio da população e dos setores democráticos organizados. Além disso, estão recebendo adesões. No dia 11, diretores, orientadores educacionais, supervisores e inspetores da rede oficial de ensino decidiram entrar em greve. (Fazitto, 1979)

Essa notícia nos apresenta alguns dados interessantes. Os diretores de escola, nessa época, não eram eleitos ou concursados. Eles ocupavam os cargos a partir da indicação política de prefeitos e deputados estaduais com bases eleitorais nas cidades, por meio de cartas de indicações expedidas pelos mesmos, e enviadas à Secretaria de Educação. E os demais cargos de auxílio de direção, entre eles, os supervisores, eram indicação do diretor. No caso dos posteriores movimentos grevistas, tanto os diretores quanto seus auxiliares não aderiam ao movimento pelo risco de perderem seus cargos; ao contrário, vários posicionavam-se contra. Mas como podemos constatar nessa matéria, e em vários depoimentos, diretores, orientadores, supervisores e inspetores (muitos desses funcionários das Delegacias de Ensino) aderiram ao movimento de 1979. A professora Marilda (2012) corrobora essa versão, como podemos observar em seu depoimento:

Os diretores de escola eram todos indicados, mas eu me lembro que na greve de 1979 nós tivemos diretores do nosso lado. Em Divinópolis, nós

---

1. Neste relatório específico sobre a região de Teófilo Otoni não há clareza sobre a sua autoria. De acordo com o centro de documentação do Sind-UTE/MG, foi elaborado por um comando de greve, e consta nos arquivos do mesmo. Mas no mesmo documento está assinalado que “este relatório foi fornecido pela 24ª DRE [Delegacia Regional de Ensino] de Teófilo Otoni?” (Relatório, 1979). É possível a troca de informações entre os funcionários da DRE e o Comando, pois são apresentados dados tão exatos que somente um órgão do governo poderia fornecer.

tivemos exoneração de diretor de escola por apoiar a nossa greve, e por ir aos nossos movimentos, ele foi mandado embora, e foram vários em todo o Estado de Minas Gerais.

Estava claro que o movimento grevista dos trabalhadores em educação de Minas Gerais extrapolava todas as previsões feitas até então. O ascenso de massas na categoria foi maior que a vanguarda poderia prever. O que começou com uma indignação contra os baixos salários e condições precárias de trabalho, e de uma iniciativa de uma pequena vanguarda localizada entre os professores da rede particular de Belo Horizonte, agora se notabilizava como uma grande mobilização de toda uma categoria, e que ganhava destaque cada vez maior. Ao mesmo tempo em que ocorriam as mobilizações metalúrgicas no ABC paulista, e demais outras categorias em várias partes do país,<sup>2</sup> os docentes, e demais funcionários da rede estadual de ensino de Minas Gerais, constituíam um importante movimento que paralisava o estado. A disponibilidade de luta e organização da base atropelava a experiência e os prognósticos da vanguarda, em um sinal claro de uma nova realidade que se configurava. Não eram apenas professores tentando recuperar o *status* perdido de um passado distante, mas muito mais que isso. Eram trabalhadores em educação que, naquele momento, estavam reconhecendo-se enquanto categoria, enquanto parte de uma classe. Estavam identificando seus colegas de trabalho como companheiros que enfrentavam os mesmos problemas, e buscavam a ação coletiva para resolvê-los, mesmo que não tão conscientes de seus atos e de seu aprendizado. Tomavam como exemplo as lutas operárias de São Paulo e de outros estados. Adotavam táticas e instrumentos típicos do operariado fabril, recebendo, até mesmo, ajuda do mesmo (Oliveira, 2006, p. 81). A prática da luta direta, o contato com os demais companheiros e as contradições observadas ao longo do processo, contribuíam para o desenvolvimento da consciência da categoria naquele momento.

(...) a gente via: “*Nossa, eu pertencço a um grupo!*” Sabe aquela coisa da pertença de uma categoria? A greve que eu participei, umas das que vi muita gente, o povo gritando, falando, e manifestando... E polícia, e tudo. E digo: “*Meu Deus!*” É como aquela questão de 1964, como se a gente tivesse vivendo

---

2. Não podemos nos esquecer das greves dos trabalhadores da Mannesman e dos metalúrgicos da FIAT (Contagem e Betim), como também dos operários da construção civil de Belo Horizonte, todas no ano de 1979 (Pomper Mayer, 1987).

aquilo de 64. Eu ainda era pequena, criança. Mas aí a gente vê a história, sabe? A pertença: “*Eu sou trabalhadora*.” Isso dá (...) participar de uma assembleia, de uma manifestação, dá essa sacudida na gente, pelo menos comigo. (Rocha, 2011)

Com o crescimento e fortalecimento da greve em todo o estado, e a repercussão da repressão desencadeada pela polícia militar de Minas Gerais em todo o país, o governador Francelino Pereira foi obrigado a reconhecer o Comando Geral de Greve como o legítimo representante da categoria, chamando-o para negociar as reivindicações e buscar o fim do movimento grevista.

A greve dos trabalhadores em educação de Minas Gerais terminou em 26 de junho, após a categoria decidir, em assembleia, aceitar as propostas do governo. O movimento paredista durou 41 dias, e contou com a participação de 420 cidades. Foram conquistados dois reajustes salariais por ano e um decreto regulamentando a convocação (Cartilha Ute). Contudo, a maior conquista – ou a mais visível – foi o aumento salarial de 100% para as professoras do ensino primário; seu salário foi de três mil (Cr\$ 3.000,00) para seis mil cruzeiros (Cr\$ 6.000,00), e os professores P3 – de 5ª à 8ª séries – um aumento salarial de 68%, de cinco mil e duzentos (Cr\$ 5.200,00) para oito mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 8.600,00). Já os serventes conquistaram um reajuste de 82%. (Módulo III, 1979)

A maior conquista, de fato, não se restringiu à questão salarial. O amadurecimento político da categoria foi gigantesco. Descobriu-se a força, não só dos professores, mas também de todos os demais funcionários ligados ao ensino. O conceito de Trabalhadores em Educação ganhava contornos cada vez mais nítidos, apesar de ainda não se tornar unanimidade entre todos. A categoria se percebeu em uma nova realidade. Não viviam mais em uma época romântica; viviam em uma nova etapa histórica do capitalismo, que fazia com que o trabalho docente fosse configurado dentro da estrutura econômica do capital. Percebeu sua proximidade com outras categorias da classe trabalhadora, e foi nela que buscou inspiração para as suas lutas. A troca de experiências foi fundamental para o sucesso da greve de 1979, e muitas dessas lições seriam desenvolvidas daqui para frente.

Entre essas lições estava a necessidade de superar as velhas estruturas sindicais que ainda existiam. O movimento de 1979 provou, mais uma vez, o deslocamento contextual no qual se encontrava a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais – APPMG. Sua atuação durante a greve demonstrou todo o seu caráter burocrático e isolado de sua existência. Era

preciso superar essa experiência com a construção de uma alternativa de direção sindical e política que desse vazão ao anseio de lutas que despertavam na categoria docente. E a construção dessa alternativa se tornou a próxima tarefa a ser realizada.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARTILHA DA UTE 1979-1987: um pouco de nossa história. Belo Horizonte: UTE-MG, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

\_\_\_\_\_. Alguns temas da questão meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

MÓDULO III: O Terceiro momento do professor. *Jornal da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais*, Belo Horizonte, nov. 1979.

OLIVEIRA, Wellington de. *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE*. 2006. Tese de doutorado –UFMG, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE. In: *Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

## **Entrevistas**

Prof. Magnus Luberer de Andrade – concedida em 11 de outubro de 2011.

Profa. Marilda de Abreu Araújo – concedida em 10 de maio de 2012.

Profa. Mauricéa Vanja Neves Rocha – concedida em 12 de outubro de 2011.

Prof. Mauro Puerro – concedida em 13 de setembro de 2012.

Professor Rogério Correia – concedida em 11 de fevereiro de 2012.





# SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO NA AMÉRICA LATINA – HISTÓRIA E EMBATES POLÍTICOS NA CONTEMPORANEIDADE (1990-2010)

Carlos Bauer  
Suelen Pontes  
Emerson Feliciano Mathias

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar dados parciais da pesquisa “Sindicalismo Docente Universitário na América Latina – história e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)”, preocupada em estudar a história da resistência e dos conflitos protagonizados entre os sindicatos docentes universitários latino-americanos e os seus respectivos governos nacionais.

Os últimos decênios do século XX registraram intensas modificações econômicas, políticas e sociais na maioria dos países latino-americanos, com destaque para o processo de redemocratização experimentando por diferentes nações dessa região. Nesse cenário, muitas vezes, marcado por conflitos e mobilizações sociais, também se verificou a disposição das elites políticas em promover o que se convencionou chamar de reforma do Estado, muito embora esse intento não possa ser caracterizado como regra, com características homogêneas em cada país, alguns dos seus aspectos mais relevantes são os mesmos e os atingiu indistintamente.

Mas é bom que se diga que as condições estruturais de cada país influenciaram na dinâmica de aceitação, repulsa e condicionamento do alcance dessas reformas. Este conjunto de propostas de reestruturação da economia, do setor público e desdobramentos no setor privado trouxeram uma série de mudanças que implicaram de forma significativa nas relações culturais, de trabalho e de poder entre as distintas classes sociais e suas representações políticas e dirigentes de ações coletivas.

Se relacionado diretamente com esses processos de transformações econômicas, políticas e sociais, a problemática educacional passou a ganhar destaque e mesmo relevo nos discursos dos governantes latino-americanos, que passaram a assumir compromissos de investir mais recursos no setor, uni-

versalizar o acesso à educação básica e melhorar a qualidade e a abrangência social dos seus sistemas educativos.

Em diferentes países da América Latina foram realizadas mudanças significativas no modo com que se governa e se tomam decisões sobre o sistema educativo, preconizando como objetivo a melhoria da qualidade da educação, sua descentralização, o fortalecimento do poder local e a promoção da autonomia – pontos comuns que estiveram presentes nas plataformas das reformas recomendadas na maioria dos países.

Ocorre que a efetivação das propostas de reformas educacionais na maioria dos países latino-americanos trouxe mudanças que afetaram direta e profundamente os docentes e as organizações sindicais dispostas a representá-los. Essas invariavelmente se opuseram às reformas e se constituíram no principal obstáculo à sua consumação.

Por conta disso, em linhas gerais, pretendemos estudar a história da resistência e dos conflitos protagonizados entre os sindicatos docentes universitários e os governos nacionais dos seguintes países e territórios latino-americanos: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Saint Kitts, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela, procurando identificar os comportamentos comuns que porventura existiram no transcurso das ações políticas e sociais em cada país e território citado.

Evidentemente, não teremos condições de efetivar a realização de entrevistas com os dirigentes sindicais e outras personalidades do mundo acadêmico em toda América Latina, mas por conta de algumas de suas peculiaridades, como o papel de resistência às reformas ditas neoliberais, realização de greves e manifestações sociais, julgamos que alguns desses países merecem ser visitados.

Essa similitude nos aparece plausível, pois os processos de reforma estiveram centrados em quatro questões fundamentais: 1) as condições de trabalho, os salários e a valorização da profissão docente; 2) a organização e a gestão do sistema educativo local, regional e nacional; 3) o planejamento das reformas com a garantia de diálogo e espaço de participação das organizações docentes nos fóruns de decisão política; 4) a avaliação docente e discente.

Além do que, como parte integrante do movimento mais geral dos trabalhadores, o sindicalismo docente latino-americano tem sido o porta-voz de uma visão de sociedade que se opõe ao liberalismo econômico e às condições que este impõe aos que vivem do trabalho.

## **PROBLEMA IDENTIFICADO**

Não encontramos, com muita frequência, uma história social e crítica do sindicalismo universitário latino-americano abrangente, com os seus pontos de confluência, tensões e análises de suas experiências políticas, lutas corporativas, práticas culturais, questionamentos dos poderes governamentais, das agências internacionais e possibilidades de exercícios políticos e ardis contra-hegemônicos nesta etapa histórica da mundialização do capital.

Essa tarefa não é fácil, mas precisa ser realizada pelos historiadores sociais da educação, pois, tradicionalmente, contamos com pesquisas e estudos realizados sobre a história das ideias pedagógicas, que privilegiam a vida e a obra dos grandes educadores europeus ou norte-americanos, sua influência na América Latina, a análise dos homens que fundaram os sistemas educativos estatais, ampliaram o acesso à educação e que transformaram as relações dos cidadãos com a cultura e a sociedade, o que não deixa de ser importante, mas não é isso que move nossos objetivos e disposição de pesquisa na área educacional.

De nossa parte, julgamos pertinente pensar a construção da história da educação latino-americana através das vozes dos seus personagens coletivos, dos seus intelectuais orgânicos, tendo também como fontes jornais, livros, panfletos sindicais e outras manifestações da cultura material que diuturnamente produzem no afã de combater a ordem política, econômica e social estabelecida.

A presente proposta de pesquisa se coloca no campo de uma história social crítica e problematizadora da educação, pretendendo contribuir com a produção de um conhecimento que possa trazer à tona as ações, as lutas, os questionamentos dos sindicalistas universitários latino-americanos aos modelos educacionais vigentes, estimulando, assim, as reflexões que tornem possível a convergência de seus propósitos políticos e sociais.

## **OBJETO**

O objeto deste estudo é o sindicalismo docente universitário na América Latina. Nesse percurso, procuraremos compreender o papel desses sindicatos e associações em uma perspectiva histórico-social e, por meio desse processo, constatar e analisar os embates políticos, sua atuação junto aos educadores, tendo como recorte os anos entre 1990 e 2010, período marcado pelas políticas governamentais voltadas para as reformas do Estado, em geral, e, em particular, para as universitárias.

Trata-se, portanto, de trazer para o campo da pesquisa, na área educacional, estudos que se preocupem com as experiências e formas de organização política e sindical dos educadores, na América Latina, procurando entendê-los também no momento em que expressam suas concepções de mundo e crítica social, num terreno arduamente construído de tensão social.

Um rápido balanço da bibliografia sobre o sindicalismo docente na América Latina confirma a existência de dois grandes processos que chamaram atenção dos estudiosos do assunto. O primeiro, as grandes mobilizações docentes da década de 1980. Verificou-se, em vários países (com destaque para o México e o Brasil, onde o ciclo de mobilizações começou em 1978 e 1979 respectivamente), que era difícil achar antecedentes de greves tão radicais.

Também foram registrados movimentos grevistas no Peru, Argentina e Chile, onde, entre 1968 e 1975, tinham sido levadas adiante vigorosas experiências sindicais; a mobilização sindical foi retomada. Este processo de agitação dos sindicatos de professores na região, naqueles dias, se explica pela longa recessão econômica (que debilitou as contas fiscais e, por essa via, as remunerações dos professores), a continuidade da expansão do sistema educacional (conseguido em parte por meio da redução salarial dos trabalhadores do sistema), as altas taxas de inflação (que empurravam os trabalhadores a conflitos grevistas para manter o poder aquisitivo) e os processos de democratização política (que deram a abertura suficiente para que o descontentamento generalizado se expressasse e politizaram os movimentos).

Entre os temas de pesquisa apareceram a própria mobilização (mecanismos de participação, métodos de luta, greves e democracia sindical), a identificação dos docentes como “trabalhadores em educação” e a história proto sindical ou sindical da categoria.

O segundo processo que interessou aos pesquisadores foi a posição dos sindicatos perante a agenda de reformas instaladas a começos da década de 1990 na região. Em que pese as diferenças entre os países, a estabilização econômica e a hegemonia ideológica e política do neoliberalismo possibilitaram instalar uma série de reformas que produziu tensões com as organizações docentes. Os temas mais controvertidos foram a desconcentração do emprego, a flexibilização trabalhista, a participação da comunidade na administração dos centros escolares e as propostas de avaliar o desempenho docente. Estas reformas se fizeram contra os sindicatos e os professores e se encontraram, naturalmente, com a sua oposição. A dinâmica de investigações refletiu esta nova situação. Com efeito, pela negociação desde posições de força (México) e pelo seu papel na deslegitimação das reformas educacionais (Argentina,

Bolívia, Brasil, etc), os sindicatos de professores foram os grandes agentes da moderação do ímpeto reformista dos anos 1990.

No Brasil existe uma importante produção sobre sindicalismo docente, embora tenha pouca visibilidade internacional. Esta é realizada basicamente nos programas de pós-graduação em educação, existem alguns trabalhos que têm sido desenvolvidos fora desse âmbito acadêmico e se agrupam em estudos de caso sobre sindicatos estaduais. Há algumas poucas pesquisas que comparam sindicatos do mesmo estado e outras poucas nacionais ou interestaduais e alguns trabalhos desenvolvidos nos programas de História e Sociologia. As temáticas privilegiadas são a mobilização e a desmobilização da categoria, a identidade dos professores e, posteriormente, a ação sindical frente às reformas educacionais. Existe uma linha de pesquisa, que parece se fortalecer, voltada ao estudo das entidades tradicionais e à atividade sindical do professorado prévia à irrupção das greves de 1978-79.

O desenvolvimento do presente projeto de pesquisa pressupõe a coleta de documentos e a realização de entrevistas com os representantes sindicais da Federação dos Docentes Universitários da Argentina – Fedun, a Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul – Fesiduas, Sindical da Universidade de Havana (Cuba), Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Nacional Autônoma do México – Stunam, Asociación de Funcionarios de la Universidad del Trabajo del Uruguay – Afutu, Federación de Educadores de Venezuela – FEV, Organización de Trabajadores de la Educación del Paraguay – Otep, Asociación Sindical *de* Profesores y Funcionarios Universitarios de Bolivia – Asprofu, a Internacional da Educação para América Latina – Ieal e, no Brasil, o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Andes, a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de São Paulo – Adunesp, a Associação dos Docentes da Universidade de Campinas – Adunicamp e a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – Adusp.

### **Fedun – Federação dos Docentes Universitários da Argentina**

A Federação dos Docentes Universitários da Argentina – Fedun nasceu de uma associação de doze associações universitárias de Lanús e da província de San Luís no dia 25 de fevereiro de 2005.

Os docentes universitários careciam de uma política a nível nacional. A defesa dos interesses profissionais dos docentes era levado por um pequeno grupo de sindicatos de algumas universidades, o que demonstrava um altíssi-

mo grau de precariedade e falta de representação de uma grande quantidade de docentes.

Diante deste panorama, esses sindicatos foram unidos para dar voz às reivindicações dos docentes universitários junto ao governo para garantir seus direitos e lutar por melhores salários e condições de trabalho.

A Fedun conta hoje com mais de 30 mil afiliados em todo o país e tem representação em 21. A Fedun vem lutando arduamente no debate e na elaboração de uma legislação que contemple os pilares fundamentais do exercício da docência da educação superior.

A principal reivindicação da proposta é o reconhecimento dos direitos de todos os trabalhadores docentes universitários, adequando-se aos modernos termos em matéria de direitos humanos e estabelecendo, de uma vez, os limites éticos e morais para o ingresso e permanência nos cargos docentes diretos e políticos de nível educativo.

Em 2012, após análises, discussões e debates sobre a proposta de aumento salarial, a Fedun fecha o acordo depois de votação unânime. Foram garantidas as seguintes conquistas: aumento salarial de 21% em três parcelas, março (12%), junho (6%) e setembro (3%); garantia salarial para cargos de dedicação semiexclusiva de 2800 pesos; ampliação e garantia salarial aos docentes com dedicação exclusiva a 5600 pesos, como também para os que possuam cargos simples, nenhum por menos de 1400 pesos; inclusão de sistema de becas para a finalização de teses que garantam a formação de pós-graduação dos docentes universitários.

Por outro lado, a Fedun segue lutando por: capacitação docente; inclusão de um *plus* para os docentes que possuem especialização, eliminação do imposto sobre o salário dos trabalhadores tal qual aprovado em Congresso da entidade.

## **Fesiduas – Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul**

A Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul é constituída por organizações sindicais e grêmios que representam os trabalhadores docentes das instituições de educação universitária da América do Sul.

A Fesiduas é uma organização internacional autônoma de caráter federativo, que respeita a autonomia de cada uma das organizações afiliadas e sua ação compreende a região sul-americana.

A Fesiduas foi criada em 2 de dezembro de 2011, o Congresso Constitutivo realizado na cidade de Buenos Aires. Nasce como uma organização supra-

nacional que representa o coletivo dos sindicatos, federações e associações de docentes universitários das universidades da América do Sul com o objetivo de lutar na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras docentes e investigadores universitários como também das organizações que a representam e estão afiliadas, coadjuvando a luta por mudança e transformação econômica, social e política sul-americana.

A Fesiduas está comprometida a trabalhar em defesa da universidade pública e gratuita; contra os postulados neoliberais que consideram a educação como uma mercadoria. Considera todos os níveis da educação do sujeito como um direito humano inalienável e fundamental, e lutará para que os estados assumam a obrigação de garantir esses serviços públicos a todas as pessoas, o acesso gratuito a todos os níveis educativos sem distinção alguma.

Promover o intercâmbio, a cooperação e a unidade de ação entre as organizações afiliadas, para lograr o melhoramento e as condições laborais, sociais, profissionais, técnicas e econômicas de seus membros; projetar a comunidade internacional promovendo legislações, acordos com os requerimentos da sociedade, entendendo que a paz e a estabilidade das nações só se logram garantindo a liberdade e a justiça social, econômica e política de seus habitantes, construindo como consequência e em definitivo uma justiça a serviço do povo, lutando por uma unidade latino-americana e caribenha para cumprir com as aspirações de justiça e solidariedade de nossos povos.

A Fesiduas luta por uma unidade política e especialmente sindical universitária na região.

Entre os compromissos da Fesiduas está a ação conjunta e solidária com a Fesitraucamc, para levar adiante uma agenda em comum na defesa dos trabalhadores docentes das universidades públicas da região, assim como impulsionar a articulação com outros setores da comunidade universitária, educativa, cultural e científica da região da América Latina e Caribe, para lutar por interesses comuns.

Em março de 2012, foi decidida a criação do Instituto de Pesquisa na Educação Latino-Americana e do Caribe (IPE-latC), cujo Congresso foi realizado na cidade de Belo Horizonte.

### **Stunam – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Nacional Autônoma do México**

O Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Autônoma do México – Stunam surgiu paulatinamente a partir das mobilizações da categoria em conjunto com os estudantes e demais outros, ocorridas durante a década de



1930. Período no qual as lutas internas por liberdade de expressão combatem a opressão e a possibilidade da existência concomitante de correntes políticas como o conservador, o liberal e o socialista, permitiram os primeiros passos de uma organização interna que representasse os interesses da categoria e da classe trabalhadora como um todo dentro da universidade.

As primeiras formas de organização e ação dos trabalhadores da Unam foram por meio de participação nos conselhos universitários. Sua presença nesses organismos permitiu o início da quebra das amarras de servidão e hierarquização existentes nas estruturas universitárias de então. Os trabalhadores buscaram apresentar sua situação e reivindicar melhorias nas suas condições de trabalho. Cabe registro de que foi nessa década que a categoria obteve seu registro sindical, o primeiro da história do sindicalismo universitário no México, que, apesar dos avanços e retrocessos deste período – o primeiro contrato coletivo de trabalho obtido em uma instituição universitária, mas o primeiro grupo sindical teve vida efêmera –, representou uma vitória para essa importante categoria mexicana.

Enquanto entidade representativa, a Stunam surgiu em 26 de setembro de 1929, com o nome Unión de Empleados de la Universidad Nacional de México Autónoma (União dos Empregados da Universidade Nacional do México Autônomo) – Ueunma. No princípio, suas características remontavam às entidades associativistas, buscando proporcionar uma rede de ajuda mútua entre os trabalhadores da universidade. Característica essa muito comum nesses anos nas primeiras entidades da categoria e de docentes por toda a América Latina.

Contudo, a experiência associativista se completava rapidamente, e a necessidade de se avançar na concepção de entidade se fez presente. Em 1933, os trabalhadores da Unam criaram o Sindicato de Empleados y Obreros de la Universidad Autónoma de México (Sindicato dos empregados e operários da Universidade Autônoma do México) – Seouam .

No entanto, frente ao avanço da organização classista, a ofensiva por parte do Estado e da universidade começa a se fazer presente. Em 1937, as autoridades internas criam um sindicato branco, denominado Unión de Profesores, Empleados y Obreros de la Unam – Upeounam. Ao mesmo tempo, os professores universitários da instituição organizaram a Federación de Profesores de la Universidad Nacional Autónoma de México, como resultado da junção de diversas entidades docentes existentes nas diferentes faculdades e escolas no interior da Unam.

Com o cancelamento do registro sindical na Seouam, em 1949, surge em seu lugar a Stunam, que ainda demorará em obter finalmente sua carta e registro sindical, duramente conquistada após embates contra o Estado.

Durante a década de 1960, a conjuntura de grandes transformações econômicas, sociais e políticas em toda a América Latina e no mundo permitiu o desenvolvimento de uma grande participação e ação política de diversos setores sociais. No México, a exemplo de demais outros países, o movimento estudantil se constituiu como um dos pilares destas mobilizações. Nesse contexto, os trabalhadores da Unam, por meio de suas entidades, participaram conjuntamente com os estudantes nas lutas que marcaram a época. Também foi um período de grande desenvolvimento ideológico das entidades sindicais, com influência dos grupos de esquerda e de movimentos democrático-liberais então existentes.

Hoje, a Stunam representa os trabalhadores acadêmicos e administrativos da Universidade Autônoma do México, sem distinção de tipo de trabalho que realizam dentro da instituição. Seus princípios se baseiam na interpretação classista da realidade atual, buscando propiciar aos seus filiados e representados o desenvolvimento de sua consciência proletária e a organização da luta em defesa de seus interesses de classe. Seu discurso ainda avança da necessidade do reconhecimento da luta de classes como caminho a fim de se abolir as relações sociais de exploração capitalistas, conquistando uma nova estrutura social justa e igualitária.

Por fim, a Stunam se manifesta pela unidade da classe trabalhadora, de diferentes categorias, apoiando inclusive as tendências democráticas existentes no interior dos sindicatos atrelados ao governo. Busca, assim, a manutenção de uma solidariedade de classe, além do impulso a criação de sindicatos únicos e nacionais, universitários e de demais outras categorias.

### **FEV – Federación de Educadores de Venezuela**

A Federação de Educadores da Venezuela – FEV foi constituída em 16 de novembro de 1982 e registrada no Ministério do Trabalho no dia 26 de abril de 1983 com registro número 236, folha 127. É uma organização de caráter sindical que nasceu dentro da lei orgânica de educação de 1980, a qual consagra o direito dos trabalhadores da educação. Legitimada no processo eleitoral, reconhecido pelo Conselho Nacional Eleitoral segundo Gazeta eleitoral da República Bolivariana da Venezuela n. 297, ficha 2 de março de 2006.

A missão da Fev é promover e impulsionar o estudo, melhoramento, aperfeiçoamento, defesa, proteção, progresso, profissionalização e estabilidade dos direitos e interesses laborais, sociais, científicos, culturais, acadêmicos, administrativos, intelectuais, profissionais, sindicais, institucionais, técnicos, industriais, agropecuários, assistenciais, comerciais, econômicos,

éticos e morais; de todos e cada um de seus sindicatos e trabalhadores da educação afiliados e igualmente o fortalecimento, organização, unificação e coesão orgânica soberana e independente do movimento sindical venezuelano, solidariedade fraternal, material e moral com o sindicalismo internacional, continental e mundial.

Seus objetivos são de afiliar e integrar todos sindicatos profissionais técnicos na docência, para obter melhores benefícios na área educacional.

Fomentar e participar ativamente de planos e iniciativas para a melhoria e avanços na industrialização básica nacional, gerar novas fontes de trabalho, com diminuição da jornada de trabalho, melhores condições de vida e de aumento do poder aquisitivo dos salários.

Criar cooperativas de consumo, de produção, centros recreativos, assistência, proteção, seguro social integral de bens, tanto para os profissionais técnicos da docência, como para seus familiares.

Velar pelas leis constitucionais e a lei orgânica do trabalho e seu regulamento, as convenções coletivas de trabalho e no geral todas as leis que protejam os trabalhadores da educação.

Amparar e garantir a melhor defesa e proteção de nossos afiliados dentro da mais depurada paz laboral, direitos humanos, liberdades públicas, ética e justiça social, combatendo todo princípio de discriminação, exploração e arbitrariedade político-social.

Manter os laços de solidariedade sindical tanto nacional como internacional, especialmente em conflitos que ponham em perigo os direitos e conquistas dos trabalhadores.

### **Asprofu – Asociación Sindical de Profesores y Funcionarios Universitarios de Costa Rica**

A Associação Sindical de Professores e Funcionários Universitários – Asprofu nasceu em 29 de novembro de 1962 por iniciativa de um grupo de professores da Universidade da Costa Rica.

A Asprofu tem um histórico de lutas nas últimas décadas, contribuindo no setor educativo, sindical, laboral, cultural, recreativo e ambiental, protegendo os interesses socioeconômicos dos associados e da comunidade.

A Asprofu luta para propiciar a solidariedade entre os trabalhadores, para promover melhorias nas atividades e na profissão dos docentes. Velar pelos interesses dos afiliados, com lutas e campanhas salariais, melhores condições de trabalho para seus afiliados.

Investe em programa de seguro social próprio em colaboração com instituições desta natureza. Cria, estimula e fomenta estabelecimentos e obras sociais de utilidade comum, tais como associações, cooperativas, assistenciais e preventivas. Impulsiona o melhoramento cultural e a capacitação técnica de seus afiliados, além de mudanças estruturais profundas que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa, livre e democrática.

A Asprofu procura a conciliação de conflitos entre trabalhadores e patrões, intervindo em todos problemas que afetem o trabalhador em sua condição. Projeta e mantém laços com instituições afins, tanto a nível nacional como internacional.

### **Andes – Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior**

No Brasil, objeto central de nossas análises, deverá dizer respeito à existência e atuação da Andes-SN, a entidade representativa nacional dos docentes das instituições públicas do ensino superior.

O Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior teve e tem um papel destacado em lutas, tanto em questões sindicais imediatas, como salariais e condições de trabalho nas instituições, quanto com bandeiras mais gerais e políticas, como resistências às políticas neoliberais e a proposição de um projeto contra-hegemônico de sociedade. Desde a sua fundação, em 1981, a entidade nacional tem atuado na associação do trabalho acadêmico e profissional interno das universidades na realidade social, dentro do conceito de totalidade, não dissociando um do outro. Isso repercute em seu posicionamento ao incorporar uma ampla pauta de questões com um forte recorte classista, dando-lhe sua marca registrada e diferenciando-se de demais outras entidades representativas de docentes da iniciativa privada (os Sinpro's – Sindicatos de Professores Regionalizados).

Em seu site, o Andes explica que sua atuação no movimento docente “(...) constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros”.<sup>1</sup>

Com essa caracterização, o sindicato nacional se posicionou combativamente diante da ofensiva neoliberal que se efetivou a partir dos governos FHC, sendo um importante instrumento de resistência por parte dos docentes e trabalhadores de sua base social. O seu peso dentro do movimento sindical brasileiro é destacado, e suas seções sindicais (entre elas as seções paulistas)

---

1. Site do Andes-SN. Disponível em: <<http://antigo.andes.org.br/historia.htm>>. Acesso em: 2 maio 2012.

têm atuado de forma combativa em diversas ocasiões como as greves do período. Esta caracterização não sofreu grandes abalos com a ascensão dos governos de Frente-Popular de Lula e Dilma, como observamos, durante as lutas contra as reformas previdenciária, sindical e trabalhista que se configuraram no período. A atuação de forma combativa em uma nova conjuntura política e sindical no Brasil fez com que a entidade rompesse com a Central Única dos Trabalhadores em 2005, e em seu 26º Congresso na Paraíba (2007) fosse deliberada a sua filiação a Coordenação Nacional de Lutas – atual CSP-Conlutas.

O estado de São Paulo, considerado o ente federativo mais rico e desenvolvido do país, não esteve à parte desse processo. As universidades estaduais paulistas (leia-se USP, Unesp e Unicamp) também sofreram e sofrem intervenções que buscam adequá-los ao projeto neoliberal. Como apontado acima, suas entidades representativas – de cunho sindical ou associativista – cumprem um papel, mesmo que precário, nas lutas e na resistência, articulando professores e trabalhadores nos embates isolados e/ou amplos que se desenvolvem dentro e fora das universidades.

Analisar como estas entidades se caracterizam, histórica e socialmente, nos permitem compreender como se desenvolve todo o processo de avanço e recuo da ação e do “protagonismo” desses sujeitos sociais frente a esses desafios. Também neste momento, ao investigarmos o caso específico dessas entidades, nos permitem compreender o fenômeno no contexto mais geral, sem relegar as características próprias de outras regiões do país. Por isso iremos, no bojo do presente projeto de pesquisa, como também por conta de nossa localização geográfica, realizar esse exercício fazendo um pequeno levantamento das características históricas das entidades representativas existentes no interior do ensino superior público paulista.

### **Adunesp – Associação dos Docentes da Universidade do Estado de São Paulo**

Uma das características das mobilizações existentes nas universidades brasileiras é o fracionamento das entidades que se dizem representantes dos sujeitos sociais atuantes nesses ambientes. Como poderemos ver em outros casos, na Universidade do Estado de São Paulo – Unesp os professores e pesquisadores se organizaram separadamente dos demais trabalhadores da instituição, compondo uma entidade exclusiva para o seu segmento.

A Associação dos Docentes da Unesp – Adunesp surgiu em 1976 como consequências das lutas dos docentes contra o fechamento de cursos e transferências forçadas neste período. No contexto da Ditadura Militar, a entidade

se posicionou no campo da luta democrática e no combate ao Regime Civil-Militar instaurado no país em 1964. Nas grandes mobilizações características dos anos 1980, a Adunesp buscou organizar sua base social, tanto no ponto de vista das lutas sindicais quanto, também, nas lutas políticas.

Os anos 1990 foram marcados pelas lutas e resistências à implantação das olíticas neoliberais, ao processo de privatização, à precarização das condições de trabalho dos docentes e ao sucateamento da instituição como um todo. O combate se deu no campo sindical e político, fazendo oposição aos governos federal e estadual de então, como também aos reitores que ocuparam o cargo ao longo desses anos.

Atualmente, as suas características a aproximam da definição de sindicato, apesar de não levar essa palavra ao seu nome. Reivindica-se como seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Andes-SN e sua atual diretoria adota uma postura crítica e combativa frente aos governos dos presidentes Lula e Dilma, apontando como continuadores da implementação das políticas neoliberais no Brasil e, mais especificamente, no ensino superior público nacional.

O estado de São Paulo, considerado o ente federativo mais rico e desenvolvido do país, não esteve à parte desse processo. As universidades estaduais paulistas (leia-se USP, Unesp e Unicamp) também sofreram e sofrem intervenções que buscam adequá-los ao projeto neoliberal. Como apontado acima, suas entidades representativas – de cunho sindical ou associativista – cumprem um papel, mesmo que precário, nas lutas e na resistência, articulando professores e trabalhadores nos embates isolados e/ou amplos que se desenvolvem dentro e fora das universidades.

### **Adunicamp – Associação dos Docentes da Universidade de Campinas**

Como observado na Adunesp, a Associação dos Docentes da Universidade de Campinas também busca organizar o conjunto dos professores e pesquisadores da Unicamp, mas sem representar outros segmentos de trabalhadores existentes no interior da universidade.

Criada em 1977, a Adunicamp também nasceu em meio ao contexto das lutas contra a Ditadura Civil-Militar. Em sua fundação, realizada em uma assembleia que contou com a participação de 370 professores, a entidade assumiu a tarefa de:

(...) atuar como um sindicato, lutando pelos direitos trabalhistas dos professores, e também como uma associação de trabalhadores preocupada com a democracia, empenhada em unir-se a outras entidades semelhantes,

apoiando-as. Ao mesmo tempo, deveria dar sua contribuição à Universidade pública brasileira – com o propósito de identificar qual o lugar dessa instituição em um país com as particularidades do Brasil – e à própria Unicamp, que carecia de mecanismos de decisão transparentes e abertos.<sup>2</sup>

Já em 1978 a entidade organizou sua primeira greve de professores na instituição, e no ano seguinte participou do amplo movimento do funcionalismo paulista em conjunto com outras categorias de servidores públicos e trabalhadores em educação. A partir de então, a ligação com entidades de docentes de outras universidades públicas paulistas permitiu o desenvolvimento de laços que culminaram na formação do Fórum das Seis (entidade que inicialmente congregava as associações de docentes e de técnico-administrativos das três universidades públicas paulistas e que, hoje, congrega ainda os DCE's da Unicamp e USP e o sindicato dos trabalhadores do Centro Paula Souza<sup>3</sup>)

Um dos destaques que sua atual diretoria faz em relação aos últimos anos, além das greves marcantes deste período, foi a transformação estatutária e jurídica da Adunicamp em um sindicato e em seção sindical da Andes-SN. Processo este apontado como fruto de um amplo debate com a base da categoria e que permitiu o avanço da entidade enquanto instrumento de luta dos professores da universidade.

Não obstante fazer parte do mesmo contexto das demais universidades e entidades, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo surgiu como alternativa de atuação e representação à Associação dos Auxiliares de Ensino, criada em 1956 para defender os interesses dos professores não catedráticos. Esta foi considerada ineficaz e pouco atuante durante a Ditadura Civil-Militar. Além disso, o grande impulso para o surgimento das mobilizações na segunda metade da década de 1970 foi o assassinato do jornalista e também professor da USP Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-Codi de São Paulo.

Neste contexto, os docentes e pesquisadores da universidade perceberam a “necessidade da criação de uma entidade que os representasse, que promovesse a integração docente e que encaminhasse as reivindicações da categoria”<sup>4</sup>. Como parte desta luta, a entidade participou ativamente das mobilizações pela redemocratização do país entre o fim da década de 1970 e o

---

2. Site da Adunicamp. Disponível em: <<http://www.adunicamp.org.br/Entidade/Historia/Default.aspx>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

3. *Ibidem*.

4. Site da Adusp. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historico>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

início dos anos 1980, além de atuar como instrumento de ação, reivindicando conquistas salariais, melhores condições de trabalho e mais verbas para a educação, buscando associarem-se aos demais movimentos sociais existentes dentro e fora do ambiente universitário.

Os anos 1990 foram marcados por lutas contra as políticas neoliberais implantadas pelos governos federal e estadual. Lutas essas que continuaram nos últimos vinte anos, quando a Adusp se posicionou contras as reformas previdenciária, sindical e trabalhista, que começaram a ser discutidas e implementadas nos governos FHC e continuadas nos governos Lula e Dilma. Destaca-se a sua atuação, junto com demais outras entidades, na construção do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Andes-SN, tornando-se, em 1990, sua seção sindical no interior da USP. Além disso, a questão democrática é muitas vezes citada e reivindicada, como na citação existente no site da Adusp:

Termino evocando a experiência recente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), em cujos quadros milito. Foi ela que, pela primeira vez, criou nos seus conselhos e assembleias um ambiente onde os docentes de todas as categorias se encontraram, discutiram, concordaram, divergiram, decidiram em pé de igualdade, coisa inexistente na vida universitária reconhecida pelos regulamentos internos. Com isso, ela deu expressão ao que é realidade atual do ensino e pesquisa, feitos igualmente por docentes de todas as categorias, e não por titulares aos quais se reconhece lugar privilegiado nas deliberações. (...) Sua grande vitória foi a fundação de um modo novo de conceber a atividade docente, seus deveres, sua capacidade de ação, seu futuro regenerador ao lado dos colegas de outros níveis, dos funcionários, dos alunos.<sup>5</sup>

Apesar de representar apenas os docentes da universidade, a entidade busca uma aproximação estreita com outras entidades, como o Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP), dentro do discurso da necessidade da união da classe trabalhadora para fazer frente à ofensiva do capital e dos governos burgueses.

## **RELEVÂNCIA**

Opinamos que estudar a temática do sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina é fundamental, na medida em que os sindicatos,

---

5. Antonio Cândido, em palestra proferida em 1979. Site da Adusp. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historico>>. Acesso em: 30 abr. 2012.



ligados aos educadores, vêm contribuindo, com suas lutas e reivindicações, no processo de acesso e democratização de alguns dos direitos inerentes a esfera educativa.

Estamos, na América Latina, longe de ter universalizada uma série de direitos políticos, sociais e econômicos. Esta tarefa ainda está por ser construída, consolidada, e, entendemos que setores governamentais e parte das elites latino-americanas não vem priorizando, em suas ações, uma verdadeira democratização da terra, saúde, educação e o acesso à moradia, dentre outros direitos necessários à efetivação da cidadania.

Em particular, dentro da esfera educacional, esta questão fica ainda mais latente, os problemas são de toda ordem, salas de aulas superlotadas, falta de estrutura nas escolas, baixos salários, jornadas estafantes, falta de vagas, especialmente na chamada educação pré-escolar.

Observando alguns dados, podemos compreender esse processo, por exemplo, os dados referentes à taxa líquida de matrículas no ensino fundamental e médio (2001/2002).

**Tabela 1**

<b>PAÍSES</b>	<b>ENSINO FUNDAMENTAL (%)</b>	<b>ENSINO MÉDIO (%)</b>
Argentina	100	81
Bahamas	86	79
Barbados	100	87
Belize	96	60
Bolívia	94	67
Brasil	97	72
Chile	86	79
Colômbia	87	54
Costa Rica	91	51
Cuba	99	
Dominica	91	84
Equador	99	50
El Salvador	89	46
Granada	84	
Guatemala	85	29

Guiana	96	74
Haiti	78	19
Honduras	87	
Jamaica	95	75
México	99	60
Nicarágua	82	37
Panamá	99	62
Paraguai	92	50
Peru	100	66
República Dominicana	97	41
Santa Lúcia	99	70
São Cristovão e Neves	96	91
São Vicente e Granadinas	92	52
Suriname	97	63
Trinidad e Tobago	94	68
Uruguai	90	72
Venezuela	92	57

Elaborado com base em dados do Compêndio Mundial da educação 2004. Comparação das estatísticas da educação no mundo, Instituto de Estatística da Unesco, Montreal, 2004.

Como se vê, em muitos países ainda não se universalizou o ensino fundamental e, no ensino médio, persiste a situação de calamidade pública. São muitos os filhos que não têm acesso a esse nível de estudo. Isso sem falar na elevada taxa de analfabetismo, em alguns países, em pleno século XXI, conforme demonstra a Unesco.

**Tabela 2**

<b>PAÍSES</b>	<b>TAXA DE ANALFABETISMO (%)</b>
Argentina	3,2
Bahamas	4,6
Barbados	0,3
Belize	6,8
Bolívia	14,6
Brasil	13,1

Chile	4,2
Colômbia	8,4
Costa Rica	4,4
Cuba	0,2
El Salvador	21,3
Equador	8,4
Guatemala	31,5
Guiana	1,5
Haiti	50,2
Honduras	25,0
Jamaica	13,1
México	8,8
Nicarágua	33,5
Panamá	8,1
Paraguai	6,7
Peru	10,1
República Dominicana	16,3
Trinidad e Tobago	1,7
Uruguai	2,4
Venezuela	7,5

Fonte: [www.uis.unesco.org](http://www.uis.unesco.org)

Os dados colhidos, entre 2002 e 2003, sobre a relação docente e o número de alunos por sala de aula é mais uma das desigualdades expressas na esfera educativa, especialmente se compararmos as informações com alguns países europeus. O instituto de estatística da Unesco mostra, por exemplo, que nos pré-primários de países como Áustria, Bélgica, Espanha e Finlândia, há uma média de 13 alunos por professor. Já o Uruguai tem 29, Bolívia, 44, Peru, 26,8 e Paraguai, 25,6.

Em relação aos salários, nota-se grande precarização, se compararmos os dados com os países da OCDE. O professor Pablo Gentili, em seu livro *Desencanto e utopia: a educação no labirinto dos novos tempos*, apresenta o seguinte quadro de remuneração dos docentes na América Latina:

O salário anual dos docentes regulares (estabelecido pelos estatutos para o início da carreira magisterial) atinge, nos países da OCDE, uma média de US\$ 20.530 no nível fundamental e US\$ 23.201 no Ensino Médio. Para

os docentes com mais de quinze anos de experiência e nível superior, os salários chegam a US\$ 35.737 e US\$ 41.616, respectivamente. A distância entre esses valores e os que são pagos nos países latino-americanos é, em alguns casos, abismal. No Chile, a média salarial dos professores vai de US\$ 12.711 ao ano (início de carreira) a US\$ 21.237 ao ano (fim de carreira). No nível médio, de US\$ 12.711 (início de carreira) a US\$ 22.209 (fim de carreira). Na Argentina, a média salarial no nível fundamental vai de US\$ 6.759 anuais a US\$ 11.206 (para início e fim de carreira, respectivamente); no nível médio, de US\$ 10.837 a US\$ 19.147. No Brasil, de US\$ 4.732 a US\$ 15.522 no Ensino fundamental (início e fim de carreira); US\$ 8.148 e US\$ 14.530 no Ensino Médio (início e fim de carreira). No Ensino Fundamental, no Uruguai, a média oscila entre US\$ 6.225 anuais a US\$ 13.340 (início e fim de carreira) e de US\$ 6.847 anuais a US\$ 14.672 no nível médio (início e fim de carreira). (Gentili, 2008, p. 45)

A superação de alguns desses entraves passa, a nosso ver, pelas potencialidades das organizações da sociedade civil e, em especial, os sindicatos docentes. Nesse sentido, estudar os instrumentos dos trabalhadores da educação, que carregam em suas bandeiras reivindicações e ações que possibilitam a milhões de pessoas condições materiais e sociais é fundamental, pois pode ser um polo aglutinador que conduza alterações no estado de desigualdade imposto pelas classes dominantes.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Nossas discussões estão inseridas no campo da construção de um pensamento contra-hegemônico e remontam os debates que são próprios do referencial teórico que se convencionou chamar de marxismo; nele, o materialismo histórico dialético é a base de nossas análises e reflexões sobre o desenvolvimento e os protagonistas sociais do sindicalismo docente universitário na América Latina.

Esse referencial teórico tem como expoentes clássicos Karl Marx e Friedrich Engels, além de autores contemporâneos como Antonio Gramsci, Eric J. Hobsbawm e Edward P. Thompson, que nos são caros na formulação de uma história social e na abordagem de objetos de pesquisa alheios ao mundo das elites, partindo das classes menos favorecidas na sociedade. Este pensar a produção do conhecimento historiográfico revelou amplos laços sociais e culturais pertinentes ao mundo do trabalho, concedeu o papel de protago-

nistas da história também para classes inferiores e personagens invisíveis da *história oficial*.

Autores, particularmente, envolvidos com as questões educacionais, como é o caso de Florestan Fernandes, Dermeval Saviani, Armando Boito Junior, Gaudêncio Frigotto, José Claudinei Lombardi, Sérgio Lessa e Roberto Leher, colaboram conosco na compreensão do materialismo histórico-dialético e sua importância na análise da base material das ideias e sua força material na consolidação da estrutura social capitalista.

No que se refere aos estudos sobre o sindicalismo docente na América Latina e no Brasil, propriamente ditos, podemos destacar Sadi Dal Rosso, Julián Gindin, Pablo Gentili, María Victoria Murillo, Mariano Palamidessi, Cláudia Vianna e Amarilio Ferreira Júnior, que também serão chamados a colaborar com a construção dos nossos estudos.

## **METODOLOGIA**

Identificamos a metodologia de pesquisa nos marcos de uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico dialético e seus desdobramentos no campo da história social. A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a realidade estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupa e retratar a pesquisa participante.

O método dialético, entre outras coisas, nos objetiva interpretar a realidade com enfoque na totalidade dos processos que a regem e no reconhecimento da existência do princípio de contradição desses fenômenos. Por isso, está muito ligado ao tema proposto para a presente pesquisa sobre o papel do sindicalismo docente universitário, reconhecidamente povoado de tensões e contradições na realidade histórica e social latino-americana.

A orientação teórica e metodológica da pesquisa envolve a produção do conhecimento com o desenvolvimento das seguintes etapas: a) o conhecimento *in loco* ou vivo do objeto ou fenômeno estudado, traduzindo ao seu leitor, sensações, as percepções e a visão do pesquisador; b) a análise dos dados ou fontes obtidas, penetrando na dimensão abstrata dos mesmos (ou seja, conceituado, com categorias de análise, o objeto estudado e não apenas narrando suas observações).

A pesquisa também pressupõe a identificação de uma massa de dados bibliográficos, constituída de obras que se referenciam direta ou indiretamente ao estudo realizado.

A construção da mesma exige a coleta de depoimentos, a realização de entrevistas semiestruturadas com sindicalistas, pesquisadores acadêmicos e estudiosos que se têm dedicado ao tema do sindicalismo universitário nos países latino-americanos. As entrevistas e depoimentos serão gravados, com a autorização dos participantes, sendo o teor dos mesmos, posteriormente, transcritos na íntegra, respeitando as características e singularidades linguísticas de cada um dos entrevistados. Os mesmos estarão reproduzidos, integralmente, no apêndice do relatório final da pesquisa.

Lüdke e André (1986) observam que a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, dentro da perspectiva qualitativa, por nós adotada; simultaneamente, cria uma relação de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde, permitindo captar de modo imediato e corrente o teor e a substância da informação desejada, mais do que isso, transformando as entrevistas em verdadeiros depoimentos e concedendo aos sujeitos da pesquisa a sua devida importância histórica e social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após analisar o reduzido número de pesquisas, do escasso estímulo a investigações sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação, do imenso campo aberto para estudos em âmbito nacional e internacional, da necessidade de estimular pesquisas em âmbito nacional e cooperação internacional, resolvemos nos dedicar aos estudos sobre essa temática, com a ambição de transformar a fragmentação teórica, disciplinar e temática dos estudos em terreno fértil sobre o qual se pudesse aprofundar e potencializar as investigações em andamento e fomentar novas perspectivas no campo, além de promover e ampliar pesquisas sobre as origens, o desenvolvimento e a história de associações e sindicatos em educação, o que temos feito, com regularidade, nos últimos anos.

Por sua vez, a periodização e a temática, do presente projeto de pesquisa, estão associadas a termos verificados no Brasil, a exemplo do que ocorre em toda a América Latina e no mundo, o avanço e a consolidação de políticas neoliberais, que em palavras sucintas e parciais, transfere os recursos do Estado – anteriormente alocados em serviços públicos característicos do Estado do Bem-Estar Social – para a iniciativa privada, consequência da nova etapa histórica do capitalismo.

A transferência desses recursos do fundo público para os interesses de grandes corporações privadas tem produzido resultados preocupantes no ensino superior latino americano. Setor antes foco de abundantes investimentos até meados da década de 1970, a partir de então se tornou alvo destas políticas neoliberais, tanto no plano econômico/financeiro como também ideológico. A busca por eficiência e o *produtivismo*, a otimização dos gastos e a necessidade de retornos de resultados que apresentem uma balança favorável para os interesses do capital se tornaram a tônica nesses últimos vinte anos.

No entanto, como todo processo dialético existente, esse fenômeno não se caracterizou como uniforme, linear, progressivo e tranquilo. Muitos de seus objetivos traçados anteriormente não foram completamente alcançados como esperado. Contradições se gestaram e se desenvolveram no interior desta situação. Vozes, mesmo que minoritárias, se levantaram e articularam ações coletivas que promoveram certa resistência à aplicação destas políticas no interior das instituições de ensino superior, como também críticas – no plano ideológico – desse mesmo fenômeno em praticamente toda a América Latina. Uns dos sujeitos sociais que se destacaram nesta resistência foram as entidades representativas dos professores e trabalhadores das universidades, que, por suas características e por seus históricos, encabeçaram em determinados momentos (e junto com outras entidades, como dos estudantes) a luta em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade no ensino superior. Razão pela qual, como um dos principais resultados esperados, salientamos a possibilidade de oferecer aos sindicalistas, sindicatos e associações dos trabalhadores em educação estudados os resultados da pesquisa como forma de estimulá-los na análise e crítica de sua prática social e na preservação do seu lugar na história da educação latino-americana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

ABRAMO, Perseu. O professor, a organização corporativa e a ação política, corporativa. In: CATANI, D; et al (orgs.). *Universidade, Escola e Formação de Professores*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALMEIDA, José Maria de. *Os sindicatos e a luta contra a burocratização*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e posição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo?* 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. (In) Debate sobre a Reforma Sindical e Trabalhista. In: Instituto Latino-Americano de Estudos Socio-Econômico (org.). *Os desafios do movimento sindical na atualidade*. Cadernos de Debates 1. São Paulo: Ilaese, 2005.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história*. São Paulo: Ed. Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. (In) Cinco observações sobre a crise da educação pública pra uma estratégia revolucionária. In: Instituto Latino-Americano de estudos sócio-econômicos (org.). *Neoliberalismo e Crise da Educação Pública*. Cadernos de Debate 2. São Paulo: Ilaese, 2005.

ARNAUT, Alberto. *La evolución de los grupos hegemónicos en el SNTE*. México: CIDE, 1992.

\_\_\_\_\_. *Historia de una profesión: Los maestros de educación primaria en México, 1887-1994*. México: Cide, 1996.

\_\_\_\_\_. *La federalización educativa y el sindicato nacional de trabajadores de la educación*. México: El Colegio de México, 1997 (mimeo).

\_\_\_\_\_. *La federalización educativa en México: historia del debate sobre la centralización y la descentralización educativa (1889-1994)*. México: El Colegio de México/Cide, 1998.

\_\_\_\_\_. *El poder tras el trono en el Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación*. México: El Colegio de México, 2004. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Origen, evolución y situación actual de la profesión docente en México. In: LA RENOVACIÓN DEL OFICIO DEL DOCENTE: VOCACIÓN, TRABAJO Y PROFESIÓN EN EL SIGLO XXI, 2005, *Anais*. Buenos Aires: IPPE-Unesco, 2005.

\_\_\_\_\_. *Burocracia educativa, profesión docente y asociaciones de maestros em el porfiriato (1887-1910)* (versión preliminar). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidad Nacional Autónoma de México, México.

\_\_\_\_\_. *Gestión del sistema educativo federalizado*. México: El Colegio de México, 2010. (mimeo)



ARROYO, M. *Mestre, educador e trabalhador: organização do trabalho e profissionalização*. 1985. Tese (Concurso de professor titular) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte.

ASCOLANI, Adrián. Apóstoles laicos, burocracia estatal o sindicalistas: dilemas y prácticas del gremialismo docente en la Argentina 1916-1943. *Anuario de Historia de la Educación*, Buenos Aires, n. 2, p. 87-102, 1999.

\_\_\_\_\_. Control ideológico de los sectores populares y reforma educativa en la Argentina de los años '30: apoyos sociales al gobierno filo fascista de Manuel Fresco en la provincia de Buenos Aires. *Estudos do Século XX, Educação contemporânea – ideologias e dinâmica social*, Coimbra, n. 6, p. 111-126, 2006.

\_\_\_\_\_. Las convenciones internacionales del magisterio americano de 1928 y 1930. Circulación de ideas sindicales y controversias político-pedagógicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Historia da Educação*, Curitiba, n. 23, p. 71-96, maio/ago. 2010.

BARROS, José D' Assunção. A História Cultural Francesa: caminhos de interpretação. *Fenix: Revista de História e Estudos Culturais*, ano II, v. 2, n.4, out./nov./dez. 2005. Disponível em: <[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)>.

\_\_\_\_\_. *Os campos da história: uma introdução às especialidades da história*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUER, Carlos. *O despertar libertário*. São Paulo: Ed. Pulsar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o tempo e a história e a utopia no cotidiano escolar*. São Paulo: Ed. Pulsar, 2005.

\_\_\_\_\_. *A classe operária vai ao campus*. Esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea. São Paulo: Sundermann, 2010.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Ed. Pulsar, 2006.

BIRGIN, A. La docência como trabajo: la construcción de nuevas pautas de inclusión y exclusión. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). *La ciudadanía negada: políticas de exclusión en la educación y el trabajo*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

BOITO, Armando Jr. *Sindicalismo de estado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1991.

\_\_\_\_\_. *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas: Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Unesp, 2007.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa-América/Fórum da História, 2003.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CALCAGNO, A. Ajuste estrutural, custo social y modalidades de desarrollo em América Latina. In: SADER, E. (org.). *El ajuste estructural en América Latina costos sociales y alternativas*. Buenos Aires: Clacso, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CEPAL/UNESCO. Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad. Santiago, 1992.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2004.

CONTRERAS, J. *Autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Áurea; FERNANDES, Edgard Neto; SOUZA, Gilberto. *A proletarização do professor*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

CNTE. Relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores (as) da educação básica. Retratos da Escola 3. Brasília, 2003

DE IBARROLA, M.; LOYO, A. Estructura del sindicalismo docente en América Latina. In: TIRAMONTI, G.; FILMUS, D. (coord.). *Sindicalismo Docente y reforma en América Latina*. Buenos Aires: Flacso-Temas.

DOBBECK, Vera Lúcia Aparecida de Castro. *O Professor e a Categoria Profissional: A construção da consciência política*. 2000. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo.

DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à nova história*. São Paulo: Edusc, 2003.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã; Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Ed. Centauro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Manifesto comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo*. São Paulo: Ed. Ched, 1980.

\_\_\_\_\_. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

ENGELS, Friedrich; et al. *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FASSONI, Laurita Fernandes. *APEOESP – Oponente ou Proponente*. Um estudo sobre a contribuição do Sindicato dos Professores na constituição de uma Escola Pública de qualidade para a classe Trabalhadora. 1991. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. In: CATANI, D; et al (orgs.). *Universidade, Escola e Formação de Professores*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Nova República?* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERREIRA Jr., Amárico. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *História oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FIORILO, Paulo Roberto. *A relação entre executivo e legislativo no governo petista de Marta Suplicy (2001-2004)*. 2006. Dissertação de mestrado em ciências sociais – PUC-SP.

FREDERICO, Celso. *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da Razão: Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). *A Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 1980.

\_\_\_\_\_. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da práxis*. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 10. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_; SUÁREZ, D. (org.). *Reforma educacional e luta democrática: um debate sobre a ação sindical docente na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2004.

GEROLOMO, Antonio Carlos. *Trabalhadores do Ensino e Sindicato: Uma relação de conflito. Os trabalhadores da rede de ensino oficial do Estado de São Paulo e a APEOESP de 1978 a 1987*. 2007. Dissertação (Mestrado) –PUC-SP, São Paulo.

GIANNOTTI, Vito; LOPES, Sebastião. *CUT, ontem e hoje*. Petrópolis: Vozes, 1992.

GINDIN, Julián. *Sindicalismo docente: Democracia y participación gremial en el magisterio rosarino*. 2003. Tese (Licenciatura em Antropologia) – Universidad Nacional de Rosario.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo docente, estado y reforma educativa en América Latina: Um aporte a la discusión desde una perspectiva histórica*. Informe final Beca para Estudiantes Universitarios Destacados. Concurso 2001 de Becas y Subsidios para las Ciencias y las Humanidades. Buenos Aires: Fundación Antorchas, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo docente e Estado: As práticas sindicais do magistério no México, Brasil e Argentina*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Argentina: growth, height and crisis of the teacher's opposition to neoliberal reforms (1991-2001). In: HILL, Dave; ROSSKAM, Ellen (ed.). *Globalization, Neoliberalism, Education and Resistance*. V. III. London/New York: Routledge, 2009.

\_\_\_\_\_. *Fuentes primarias para el estudio de las asociaciones y sindicatos docentes argentinas*. Documento inédito, 2010.

\_\_\_\_\_. El desarrollo del sindicalismo docente en América Latina. Un ensayo sociológico. In: FORNILLO, Bruno; ABAL MEDINA, Paula; WYCZYKIER, Gabriela (comp.). *La forma sindical en debate*. Miradas latinoamericanas. Buenos Aires: Biblos, 2011.

\_\_\_\_\_; MELO, Savana Diniz Gomes. A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). *Associativismo e sindicalismo docente em educação*. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo docente: Democracia y participación gremial en el magisterio rosarino*. 2003. Tese (Licenciatura em Antropologia) – Universidad Nacional de Rosario.

GOHN, Maria da Gloria. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *Educação não-formal e cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. (In) Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *A Cidadania Negada*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Poder, Política e Partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HOBSBAW, Eric. *Mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A era das revoluções – 1789/1848*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2000.

JULIÁN; FONTORA; GENTILI. *Sindicatos Docentes e Reformas educacionais na América Latina*. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 2009.

KHERROUBI, M.; ZANTEN, A. V. La coordination du travail dans les établissements “difficiles”: collégialité, division des rôles et encadrement. *Revue Éducation et Sociétés*, Paris/Bruxelles, Département De Boeck Université, n. 6/2000/2, 2001.

Kruppa, Sonia Maria Portella. *O Movimento de Professores em São Paulo. O Sindicalismo no Serviço Público. O Estado como Patrão*. 1996. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo.

LÊNIN, Vladimir. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

\_\_\_\_\_. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

LAS REFORMAS EDUCATIVAS en los países del cono sur: un balance crítico. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Para silenciar os campi. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 867-891, Especial – out. 2004.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e proletário no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSARD, C.; TARDIF, M. Les transformations actuelles de l’enseignement: trois scénarios possibles dans l’évolution de la profession enseignante? In: *La profession d’enseignant aujourd’hui: évolutions, perspectives et enjeux internationaux*. Montréal: La Presses de L’Université Laval, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. *Educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Campinas: Alínea, 2011.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 4. ed. São Paulo: Busca Vida, 1990.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massa, partido e sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1979.

MANACORDA, M. A. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. In: *Associativismo e sindicalismo em educação: Organizações e Lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

MEDINA, S. A.; KELLY, E. P. Professionnalisme et procès de formation: l'expérience latino-américaine. *Revue Éducation et Sociétés*, Paris/Bruxelles, Département De Boeck Université, n. 6/2000/2, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORDUCHOWICZ, A. *Carreras, incentivos y estructuras salariales docentes*. Buenos Aires: Preal-Flacso, 2002.

MORENO, Nahuel. *O partido e a revolução*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

MURILLO, M. V. (ed.). *Carreras magisteriales, desempeño educativo y sindicatos de maestros en América Latina*. Buenos Aires: Flacso, 2002.

MURILLO, María Victoria. Sindicalismo docente en América Latina: Aproximaciones AL estado del arte. In: TIRAMONTI, G.; D. Filmus (coord.). *Sindicalismo Docente y Reforma en América Latina*. Buenos Aires: Flacso/Temas grupo editorial, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: (1964-1985)*. São Paulo: Atual, 1998.

NOVACK, George. *Introdução à lógica marxista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

OLIVEIRA, D. A. *Reforma educacional na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc.*, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, dez. 2004.

OLIVEIRA, D. A.; MELO, S. D. *Estudio de los conflictos en los sistemas educativos de La región: agendas, actores, evolucion, manejo e desenlaces*. Santiago: LPP/ UERJ/Orealc/Unesco, 2004. (Relatório de estudo de caso do Brasil).

ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Informe: governabilidade democrática e dos sistemas educacionais. Tradução de Áurea Maria Corsi. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 100, 121-148, mar. 1997. (Número temático especial: Globalização e políticas Educacionais na América Latina).

OLIVEIRA, Ledercy Gigante. *Estado Nota Zero: Análise do magistério público paulista*. 1992. Dissertação (Mestrado) – UFSC, São Carlos.

PALAMIDESSI, Mariano. Sindicatos docentes y gobiernos: conflictos y diálogos en torno a la reforma educativa en América Latina. Documentos de Trabajo n. 28, Programa de Promoción de la Reforma Educativa en América Latina y el Caribe (Preal), Santiago: 2003.

PARO, Vitor Henrique. *Por dentro da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

PEREIRA, Maria Cristina Cardoso. Judicialização dos conflitos coletivos na esfera sindical: o caso do Andes – Sindicato Nacional. In: *Associativismo e sindicalismo em educação: Organizações e Lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleções História & Reflexões, 5)

PLEKHANOV, George. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PREAL. *Profesion docente*. Disponível em: <<http://www.preal.org>>. Acesso em: 28 nov. 2006.

REVISTA ADUNESP. Associação dos Docentes da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, v. 1, ago. 2007.

ROBITAILLE, M. L'identité professionnelle enseignante dans les Collèges d'enseignement général et professionnel: un chantier de trente ans. *Revue Éducation et Sociétés*, Paris/Bruxelles, Département De Boeck Université, n. 6/2000/2, 2001.

ROSSI, Wagner. *Capitalismo e educação*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.



SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SADI, Renato Sampaio. *Os condicionantes políticos da formação docente: o debate sobre o neoliberalismo no jornal do SINPEEM – Sindicato dos Profissionais da Educação Municipal*. 1996. Dissertação (Mestrado) –PUC-SP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Projeto das direções sindicais da educação de São Paulo - SP*. 2001. Tese (Doutorado) – PUC – SP, São Paulo.

SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.

SANTOS, Theotonio dos. *Conceito de classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2010.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual, 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa – v. 1. A árvore da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TIRAMONTI, G. *Sindicalismo docente y reforma educativa en la América latina de los '90*. Buenos Aires: Preal, 2001.

TORRES, C.A. *El rol de los sindicatos docentes, el Estado y la sociedad en la reforma educativa*. Boletín n. 2 del Proyecto “Sindicalismo docente y reforma educativa en América Latina”. Buenos Aires: Flacso-Preal, 1999.

THOMPSON, Paulo. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROTSKY, L. *A arte da insurreição*. São Paulo: Pulsar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Questões de modo de vida. A moral deles e a nossa*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós, 1979.

\_\_\_\_\_. *Programa de transição*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, Evaldo. *A República Brasileira-1964/1984*. 4. ed. São Paulo, 1987.

VIANNA, Cláudia. *Os nós do “nós”: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

WELMOWICK, José. *Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

YAGENOVA, Simona Violetta. *Los maestros y la Revolución de Octubre (1944-1954)*. Una recuperación de la memoria histórica del Sindicato de Trabajadores de La Educación de Guatemala (STEG). Guatemala: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

## Sites

Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historico>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

Disponível em: <<http://www.adunesp.org.br/historia.html>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historico>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

Disponível em: <<http://antigo.andes.org.br/historia.btm>>. Acesso em: 2 maio 2012.

Disponível em: <[http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/ferreira\\_jr.pdf](http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/ferreira_jr.pdf)>. Acesso em: 2 maio 2012.

Disponível em: <[http://www.polis.org.br/obras/arquivo\\_117.pdf](http://www.polis.org.br/obras/arquivo_117.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2012.

Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/186>>. Acesso em: 2 maio 2012.

Disponível em: <[www.uis.unesco.org](http://www.uis.unesco.org)>. Acesso em: 22 mar. 2012.

## SOBRE OS AUTORES

**Arminda Rachel Botelho Mourão.** cursou o mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (1990) e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Qualificação Profissional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, trabalho e educação, representação social, formação de professores e educação. É autora de vários livros, dentre eles: *O movimento social dos professores de 1º e 2º grau no Estado do Amazonas: uma análise crítica*; *A fábrica como espaço educativo*; *Demissão Voluntária: do sonho de empreendedor à realidade do desemprego*; *Da Qualificação à Competência. Novas relações entre o Trabalho e a Educação?* Dentre os vários capítulos de livro publicou: “A Legislação dos trabalhadores da educação”, “A precarização do trabalho docente na Universidade: a identidade empobrecida”, “O Currículo por Competência e a Formação de Professores”, “Projetos ou Projeto de Reforma Universitária?”, “Educação Trabalho: Perspectivas e Desafios Atuais”, “Radiografia da mulher na universidade do Amazonas”, “A nova noção do público”, “As Políticas Públicas de Formação Continuada Docente no século XXI”, “O Enxugamento dos Postos de Trabalho no Ramo Bancário em Manaus: para onde caminham os desempregados”, “O passado, o presente e o futuro do ensino médio: desafios a responder”, “Tecnologia – um conceito construído historicamente”. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Amazonas. Atualmente é diretora da Faculdade de Educação. E-mail: arachel@uol.com.br

**Carlos Bauer.** Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – PPGE/Uninove, pesquisador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CNPq, autor, entre outros, dos livros *Reflexões sobre o tempo e a história: a memória e a utopia na escola* (Paco Editorial) e *A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo – elementos de história e questionamentos políticos* (Editora Sundermann). E-mail: carlosbauer@pesquisador.cnpq.br

**Cássio Diniz Hiro.** Graduado em História pela Universidade Salesiana de São Paulo (campus Lorena) e mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho (Uninove/SP). É professor da rede pública estadual de Minas Gerais e foi professor-convidado no curso de Pedagogia do Centro Universitário Salesiano de Lins e do MEC/Parfor. Atualmente é diretor estadual do Sindicato Único

dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG – e coordenador da subseleção Caxambu. Em suas pesquisas investiga a história do movimento sindical docente mineiro no contexto das lutas dos trabalhadores ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980. E-mail: cassiodiniz@hotmail.com

**Celso Carvalho.** É sociólogo, mestre e doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho. Pertence à linha de pesquisa em Políticas Educacionais (PPGE) e à Linha de Pesquisa e de Intervenção em Práticas Político-Sociais (Progepe). Desenvolve pesquisas que procuram compreender o processo de elaboração das políticas educacionais, especificamente as políticas curriculares e de gestão; as forças sociais que participam do processo de produção das políticas educacionais; os fundamentos das políticas educacionais e; os processos de implementação dessas políticas e sua relação com o trabalho no cotidiano escolar. Suas últimas publicações são “CARVALHO, C. P. F. 2012 Educação, regulação e políticas educacionais: o contexto paulista”, *Eccos Revista Científica* 2012; CARVALHO, C. P. F. 2012 *A disciplina de Sociologia no contexto da proposta curricular paulista*, *Dialogia* 2012; CARVALHO, C. P. F. 2012 *Reforma e políticas de educação do governo do estado de São Paulo (2007-2011)*, *Série-Estudos (UCDB)* 2012, todos em coautoria com Miguel Russo e: CARVALHO, C. P. F. 2011 *Os desafios da educação profissional no contexto de crise do capitalismo contemporâneo*. Org. & Demo (Unesp, Marília, 2011), em coautoria com Carlos Bauer. E-mail: cpfcarvalho@uol.com.br

**Emerson Feliciano Mathias.** É graduando em História pela Universidade Nove de Julho (Uninove/SP) e professor da rede pública estadual de São Paulo (categoria O). Participa do Grupo de Iniciação Científica no PPGE-Uninove, colaborando com a realização da pesquisa *Sindicalismo Docente na América Latina – História e Embates Políticos na contemporaneidade: 1990-2010*, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Bauer. É aluno bolsista financiado pelo CNPq. Participou do IX Encontro de Iniciação Científica. *Sindicalismo Docente na América Latina – História e Embates Políticos na Contemporaneidade: 1990-2010*. 2012. (Encontro). Tendo o resumo deste trabalho publicado na *Revista da Universidade Nove de Julho*, 2012. E-mail: emershistoria@hotmail.com

**Hélida Lança.** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – da Universidade Nove de Julho – Uninove – na Linha de Pesquisa

em Políticas Educacionais – Lippe – na qual desenvolve pesquisa sobre o sindicalismo no campo da educação. Bacharel e licenciada em Artes pela Universidade São Judas Tadeu, licenciada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho e especialista em Gestão Educacional pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é diretora de escola titular do Governo do Estado de São Paulo e docente do Curso de Pedagogia da Universidade Nove de Julho. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em políticas educacionais, gestão escolar e formação docente. E-mail: helida\_lanca@hotmail.com

**Márcia Ondina Vieira Ferreira.** Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca (Espanha), com pós-doutorado na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Argentina), é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq), orienta e desenvolve pesquisas sobre as temáticas gênero e sindicalismo docente, coordenando, atualmente o seguinte projeto: “A ANPED e a produção sobre gênero e sexualidades: a contribuição dos grupos de pesquisa do CNPq”. Coordena o Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente e integra a Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede Aste) e a Rede de Estudos sobre Trabalho Docente (Redestrado). E-mail: marciaondina@uol.com.br

**Maria Inês Paulista.** Doutora em Educação pela Uninove – Universidade Nove de Julho; Mestre em Educação em Concepções de Formação e História do Serviço Social pela Uninove, especialista em Pedagogia aplicada aos Recursos Humanos pela Faculdade Sumaré; especialista em Service Social pela Université Laval, Canadá, docente e capacitadora de cursos profissionalizantes no Senai Roberto Simonsen nas áreas de Recursos Humanos e de Administração, autora de livros e artigos na área da educação. E-mail: inespaulista@hotmail.com

**Miguel H. Russo.** É professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – da Universidade Nove de Julho – Uninove – na Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais. É líder do Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional, credenciado pelo CNPq, desde sua constituição em 2001. Mestre em Educação pela Unicamp e Doutor em Educação pela USP, realizou estágio de pós-doutorado em pesquisa na Universidade do Porto. Foi professor e diretor de escolas públicas do Estado de São Paulo. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre reforma e políticas públicas de educação, com foco naquelas em curso na rede estadual de ensino de São Paulo. E-mail: azzirusso@uol.com.br

**Sadi Dal Rosso.** Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1972) e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (1972), mestrado em Sociologia – University of Texas System (1976) e doutorado em Sociologia – University of Texas System (1978). Pós-doutorados na Itália, França e nos Estados Unidos. Atualmente é professor titular de Sociologia da Universidade de Brasília Pesquisa sobre os seguintes temas: condições de trabalho, jornada de trabalho (história, duração, flexibilidade, intensidade, horas extras, redução de jornadas), sindicato (história, greves, reformas), transformação da força de trabalho na agricultura, educação superior (gratuidade, democratização, publicidade), movimentos sociais, método de pesquisa e teoria. E-mail: [sadi@unb.br](mailto:sadi@unb.br)

**Suelen Pontes.** É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – da Universidade Nove de Julho – Uninove, pertence ao Grupo de História e Teoria da Profissão Docente – Gruphis, desenvolvendo seus estudos sobre a história dos embates políticos na contemporaneidade do Sindicalismo Docente Universitário na América Latina. Formada em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção – Unifai. Atualmente é professora titular na rede pública de educação do Governo do Estado de São Paulo. E-mail: [suelen.pontes@hotmail.com](mailto:suelen.pontes@hotmail.com)

**Wagner Tauscheck.** É professor de história formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). No ano de 2012, desenvolveu a sua monografia de final de curso, tendo como tema a construção da memória realizada pela APP-Sindicato em torno do ato ocorrido em 30 de agosto de 1988, e que veio a se tornar o artigo publicado nesse livro. Dando continuidade nos estudos das relações entre Memória e Movimentos Sociais o autor se encontra hoje na Coordenação Técnica do Museu da Periferia (Mupe – Sítio Cercado), instituição comunitária na região periférica de Curitiba. Além disso, tem desenvolvido seus estudos e pesquisas no campo da Educação Histórica, mais especificamente a inserção dos temas como a América Latina no ensino de História no Brasil. E-mail: [wag.tau@gmail.com](mailto:wag.tau@gmail.com)



Av Carlos Salles Block, 658  
Ed. Altos do Anhangabaú 2 Andar, Sala 21  
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100  
11 4521-6315 | 2449-0740  
contato@editorialpaco.com.br

## Conselho Editorial

Andrea Domingues  
Benedita Cássia Sant'anna  
Carlos Bauer  
Cristianne Famer Rocha  
Fábio Régio Bento  
José Ricardo Caetano Costa  
Luiz Fernando Gomes  
Milena Fernandes Oliveira  
Romualdo Dias  
Thelma Lessa  
Victor Hugo Veppo Burgardt

---

<b>Título</b>	Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil
<b>Organizadores</b>	Carlos Bauer Cássio Diniz Maria Inês Paulista
<b>Coordenação Editorial</b>	Kátia Ayache
<b>Capa</b>	Matheus de Alexandro
<b>Projeto Gráfico</b>	Bruna Feco
<b>Preparação</b>	Isabella Pacheco
<b>Revisão</b>	Vinicius Witthead Merli
<b>Formato</b>	16 x 23 cm
<b>Número de Páginas</b>	208
<b>Tipografia</b>	Garamond
<b>Papel</b>	Alta Alvura Alcalino 75g/m <sup>2</sup>
<b>Impressão</b>	Prol Gráfica
<b>1ª Edição</b>	Março de 2013



---

Caro Leitor,

Esperamos que esta obra tenha correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões escrevendo para:

[autor@pacoeditorial.com.br](mailto:autor@pacoeditorial.com.br)

---

Compre outros títulos em  
[WWW.LIVRARIADAPACO.COM.BR](http://WWW.LIVRARIADAPACO.COM.BR)

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658  
Ed. Altos do Anhangabaú 2º Andar, Sala 21  
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100  
11 4521-6315 | 2449-0740  
[contato@editorialpaco.com.br](mailto:contato@editorialpaco.com.br)